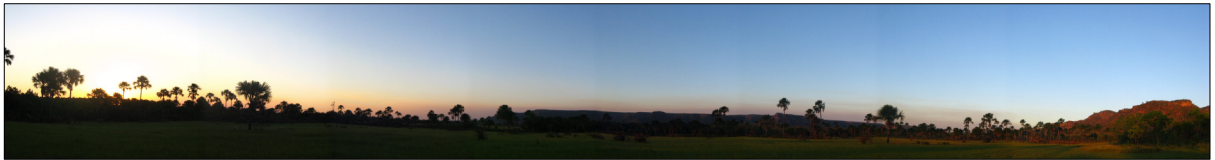


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Refazendo o sertão: o lugar do buriti (*Mauritia flexuosa* Linn.f.) na cultura sertaneja de Terra Ronca - GO



Mario Rique Fernandes

Orientadora: Leila Chalub Martins
Co-Orientador: Paul Elliot Little

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, maio 2009

Fernandes, Mario Rique

Refazendo o sertão: o lugar do buriti (*Mauritia flexuosa* Lnn.f.) na cultura sertaneja de Terra Ronca – GO.//Mario Rique Fernandes. Brasília, 2009.

194 p. :il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Buriti. 2. *Mauritia flexuosa*. 3. Vão do Paranã - GO. 4. Terra Ronca. 4. Cultura sertaneja.

I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Mario Rique Fernandes

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Refazendo o sertão: o lugar do buriti (*Mauritia flexuosa* Linn.f.) na cultura sertaneja de Terra Ronca - GO

Mario Rique Fernandes

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

Leila Chalub Martins, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientadora)

Lais Mourão Sá, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Examinadora Interna)

Andréa de Souza Lobo, Doutora (Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN)
(Examinadora Externa)

Brasília – DF, 05 de maio de 2009.

“Deus nos dá pessoas e coisas para aprendermos a alegria... Depois, retoma coisas e pessoas para ver se já somos capazes da alegria sozinha...”. Guimarães Rosa

Ao Everardo (em memória)

À minha mãe e ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Aos sertanejos e às sertanejas de Terra Ronca, co-autores desta pesquisa. Minha gratidão especial aos senhores e senhoras: Gustavo e D. Dominga, Diomar, Requeijão, Rosana, Angela e família, Baiano e família, Edmar (pousada), Sr. Silvério e D. Bertolina, Batico, D. Dominga e Sr. Zé; Jazão e D. Rosa, Junior, Raimundo e D. Joana, João, Du e Joaquim, Sr. Abílio, Nego e família, Rubem e D. Laureci, Sr. Emilio, João, Sr. Domingo de Santa, Zézão, Nenê, D. Ana, Washitim, família São Mateus, Ramiro e D. Aparecida, que de uma forma ou outra me acolheram, encarando com tolerância, pureza e simpatia as indagações, alegrias e percalços de um estranho.

À Professora Leila Chalub, pela acolhida nos momentos mais delicados e pelas sábias orientações que sem dúvida contribuíram com outros olhares, dando sentido e novos significados à esta dissertação;

Ao Professor Paul Little, pelo apoio, receptividade e orientação aberta e sempre motivadora;

Ao Professor Othon Leonardos, que na sua *desordem criadora* contribuiu com idéias essenciais;

À professora Lais Mourão, no seu papel de *educadora moriniana*, me introduziu no pensamento complexo de Edgar Morin, contribuindo muito para que a pesquisa e o mestrado tivessem mais sentido;

Às professoras e colegas educadoras do CDS pelo compartilhar de idéias e convivência sempre motivadora;

À Andréa Lobo, pela disponibilidade em participar da banca de qualificação e de defesa, dando sua contribuição a partir da sua experiência de antropóloga engajada nas questões desta pesquisa;

À Renata Martins, pela disponibilidade dos livros no herbário do Jardim Botânico de Brasília;

Aos funcionários e demais professoras e professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável e da Universidade de Brasília, por me abrir as portas dessa grande *refazenda*;

À toda minha família, pelo apoio material e emocional fundamentais para a concretização deste projeto, em especial: meu pai, Eraldo Fernandes; Mônica Lúcia, minha mãe; Cangiano, meu pai “substituto”; Marina, minha estrela e Carlos, minha sombra; e à toda família Rique e Cangiano.

Aos que me ajudaram com sugestões, críticas, estímulo ou entusiasmo, enquanto eu “escrevia” esta dissertação: Mané, Enaile, Claudia, Vicente, Celina, Julio, Leda, Ivani, Mônica (ICMBio), Renato (terapeuta), Beto, Adélio (sahajayoga), Nélia, etc.

À turma do CDS de 2007, por fazer deste caminho, um lugar estimulante, alegre e aconchegante;

À Jacqueline, companheira, amiga e amante, por transformar meu caminho numa infundável primavera, cheia de sentidos e de mistérios. Agradeço também pela ajuda essencial na confecção dos mapas e na formatação e revisão do trabalho;

Aos funcionários do ICMBio/Diusp, em especial, ao Gustavo, Mônica, Érika, Alexandre e Paulo Oliveira, pelo apoio e incentivo ao trabalho de campo;

À todos aqueles(as) que eventualmente criaram dificuldades no caminho, trazendo-me instruções importantes e facetas de mim antes desconhecidas, dando-me mais sabedoria para seguir em frente;

Ao jipão, bandeirante do século XXI, companheiro de trilhas e estradas pelos sertões goianos;

À CAPES pelo apoio financeiro.

*Refazendo tudo
Refazenda
Refazenda toda
Guariroba*

Gilberto Gil

O sertão não chama ninguém às claras, mas, porém, se esconde e acena. O sertão está em toda parte. O sertão está dentro da gente.

Guimarães Rosa

Nos Cerrados brasileiros estão plantadas muitas das raízes profundas de nossa sobrevivência. E o que sobrevive ali, quase tudo é mistério ainda.

Salvador Monteiro e Leonel Kaz

O senhor sabe que silêncio é? É a gente mesmo, demais.

Guimarães Rosa

*A cultura popular é a tessitura do "outro" sobre o mundo,
no lugar de onde eu não sou, de que não faço parte.
É o que se faz sem mim, fora do poder de meu trabalho erudito,
mas não do ardil do meu pensar alheio
que pensa a cultura da vida de que não participa: para compreendê-la
ou para fazer parte do seu domínio?*

Carlos Rodrigues Brandão

*Pergunto ao buriti; e o que ele responde é: a coragem minha.
Buriti quer todo o azul, e não se aparta de sua água
– carece de espelho.
Mestre não é quem sempre ensina,
mas quem de repente aprende.*

Guimarães Rosa

*Aquel que camina una sola legua sin amor,
camina amortajado hacia su propio funeral [...]
Todas las cosas tienen su verdad.*

Walt Whitman

*Se considerarmos a diversidade de populações que, no mundo,
possuem conhecimentos sobre os ecossistemas em que vivem e
sobre as características dos seres vivos que os integram [...]
facilmente se conclui que o conhecimento efetivamente existente
sobre os ecossistemas, espécies e organismos vivos é muito mais
vasto do que aquele que está "oficialmente" registrado em bases de
dados construídas em instituições científicas.*

Boaventura de Souza Santos

*Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz.*

Luiz Gonzaga

RESUMO

Tendo por base a concepção de conservação da biodiversidade conciliada à cultura de comunidades locais, esta dissertação trata da relação entre os sertanejos de Terra Ronca com o buriti (*Mauritia flexuosa* Lnn. f.) - patrimônios cultural e natural do Cerrado. Sua proposta foi construir um texto multidisciplinar buscando compreender o lugar que o buriti ocupa na cultura sertaneja de Terra Ronca e sua conexão com a comunidade local. Seu objetivo é entender o contexto ecológico e sociocultural no qual o buriti é utilizado, para então, contribuir na elaboração de propostas de uso sustentável da sociobiodiversidade no local onde foram coletados os dados. Utiliza-se o buriti como tema-gerador para realizar um amplo levantamento de informações sobre a história natural, botânica, etnobotânica, ecologia e aspectos sociais e econômicos a respeito dessa palmeira. Por outro lado, foi realizado um levantamento sobre a história, a cultura e as características socioambientais de Terra Ronca, no intuito de entender o contexto geral e específico no qual a planta é utilizada. No contexto atual de Terra Ronca, o buriti tem valor cultural e ecológico relevante, podendo ser aproveitado como uma “espécie-bandeira”, pois se antigamente era a árvore da vida para o sertanejo, porque servia para “casa, comida e dormida”, hoje adquire um novo *status*, como símbolo da conservação da água e da biodiversidade.

ABSTRACT

This work is about the relationship between rural people from the community of Terra Ronca in the state of Goiás, Brazil, and the buriti palm (*Mauritia flexuosa* Lnn.f.), which are cultural and natural heritages of the Cerrado. The theoretical approach of the work is the ethnobotany and ethnoecology. It is a multidisciplinary text and it is an attempt to understand the totality of the place of buriti in a rural culture of Terra Ronca and direct interaction by the people with the palm. It is concerned to study the ecological and sociocultural context in which the buriti is used and then to present proposals for the sustainable use of the sociobiodiversity where the research data were collected. The *buriti* is the mainstream from which all the information is organized such as its natural history, botany, ethnobotany, ecology and its social and economic aspects. A study about the history, the culture and the social environmental characteristics about Terra Ronca was also developed because it was necessary to understand the general and specific contexts where the palm is used. The buriti palm in Terra Ronca has an important cultural and ecological value, because it is a remarkable symbol: in the past the buriti was the “house, the food and the bed” for the rural people and today it is a symbol of the water conservation and of the biodiversity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Ilustração do buriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.)	28
Figura 2. Pátio do Palácio do Buriti em Brasília – DF	30
Figura 3. Ilustração Ticuna: espécies da fauna amazônica se alimentam dos frutos do buriti	33
Figura 4. Ilustração Ticuna de buritizal	33
Figura 5. Exemplar de buriti (<i>M. flexuosa</i> L.f.) em ambiente natural – Terra Ronca, GO	37
Figura 6. Partes do buriti (<i>M. flexuosa</i> L.f.) (A) Raiz; (B) Caule; (C) Semente e fruto; (D) Folhas palmadas ou flabeliformes e pecíolo	41
Figura 7. Creme de proteção solar “orgânico” formulado com óleo vegetal de buriti, colhido no estado do Pará	43
Figura 8. Mapa da região Nordeste de Goiás e região do Vão do Paranã	50
Figura 9. Mapa da região do Vão do Paranã em detalhe	51
Figura 10. Mapa dos geossistemas da região do Vão do Paranã	54
Figura 11. Boca da caverna de Terra Ronca: de grande interesse turístico e arqueológico, constitui um exemplar das formas cársticas ocorrentes na região de estudo	56
Figura 12. Igreja Matriz de São Domingos – GO	75
Figura 13. Antiga casa de adobe na Rua Sete de Setembro, São Domingos – GO	76
Figura 14. Rio São Domingos com sinais de assoreamento	77
Figura 15. O povoado São João Evangelista no mês de dezembro	79
Figura 16. Casa típica de adobe em uma fazenda da região (à esquerda) e casa típica no povoado com telhas de barro industriais (à direita)	80
Figura 17. Mapa geomorfológico do Vão do Paranã	100
Figura 18. Mapa de vegetação do Vão do Paranã	101
Figura 19. <i>Gerais</i> de Goiás visto de baixo (esquerda) e de cima da Serra Geral (direita)	102
Figura 20. Mata seca no período de estiagem (esquerda) e a serra calcária na época das “águas” (direita)	104
Figura 21. Fogo no Cerrado: prática tradicional no manejo do gado e no labor agrícola	112
Figura 22. Roça de feijão de sequeiro	120
Figura 23. Mandingas sertanejas: o lenço de pano para proteger as roças e a conexão com o sobrenatural	123
Figura 24. Farinha (direita) e beiju (esquerda)	126
Figura 25. Formação Uruçuia (7), formação geológica predominante no Grande Sertão de Guimarães Rosa	138
Figura 26. O buriti sempre fez parte dos espaços de deslocamento do homem sertanejo pelos sertões do país	141
Figura 27. Buritis na Vereda Angélica - Terra Ronca/GO	144
Figura 28. Região de estudo e áreas de ocorrência do buriti destacadas em amarelo	145
Figura 29. Saliência ecológica do buriti na região	148
Figura 30. As veredas como espaços de vida, produção e deslocamento do sertanejo na região ...	150
Figura 31. “Prato” com raspas de buriti	156
Figura 32. Cama de buriti em casa de pau-a-pique	158
Figura 33. Coleta do “olho” (esquerda) e retirada da seda (direita) do buriti	159
Figura 34. Produção de esteira a partir da palha do buriti	160
Figura 35. Viola de buriti (bandurra) (à esquerda), e Sr. Raimundo, o artesão (à direita)	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista preliminar de plantas úteis em Terra Ronca	62
Quadro 2. Critérios socioculturais para o reconhecimento das comunidades tradicionais no Brasil ...	68
Quadro 3. Características socioambientais predominantes nos <i>gerais</i>	105
Quadro 4. Características socioambientais predominantes na <i>caatinga</i>	105
Quadro 5. Principais produtos artesanais confeccionados a partir da fibra e da madeira do buriti ...	162

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental.
CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
DEX – Departamento de Extrativismo.
DRS – Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
MMA – Ministério do Meio Ambiente.
PETeR – Parque Estadual de Terra Ronca.
RESEX RATeR – Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca.
SEDRS – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.
TAP – Termo de Anuência Prévia.
UC – Unidade de Conservação.
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	IX
LISTA DE QUADROS	X
LISTA DE ABREVIATURAS	XI
INTRODUÇÃO	18
1 METODOLOGIA	23
1.1 TRABALHO DE CAMPO.....	23
1.2 NAS VEREDAS DA PESQUISA.....	24
1.2.1 Observação Participante	24
1.2.2 Entrevistas livres e semi-estruturadas	25
1.3 ANÁLISE DOS DADOS CULTURAIS.....	26
1.4 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	26
2 O BURITI	28
2.2 AS PALMEIRAS E O GÊNERO <i>MAURITIA</i>	28
2.3 DISTRIBUIÇÃO	29
2.4 A ECOLOGIA DO BURITI	31
2.6 O SER HUMANO E AS PALMEIRAS.....	34
2.7 VALOR CULTURAL.....	35
2.8 A PLANTA E SUAS UTILIDADES.....	37
2.8.1 Usos populares do buriti.....	38
2.8.1.1 Raiz.....	38
2.8.1.2 Tronco	38
2.8.1.3 Fruto.....	39
2.8.1.4 Folhas	40
2.8.1.5 Pecíolo	40
2.9 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O AVANÇO DO CONHECIMENTO SOBRE O BURITI	41
2.9.1 Fibras.....	41
2.9.2 Óleo	42
2.9.3 Alimentação	44
2.10 VALOR ECONÔMICO	45
2.11 PERSPECTIVAS DO EXTRATIVISMO DO BURITI NO BRASIL	47
3 SOCIEDADE, CULTURA E AMBIENTE: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO DE ESTUDO	49
3.1 REVIRANDO VÃOS NATURAIS E SOCIAIS: A BACIA (VÃO) DO PARANÃ.....	49
3.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO INTRODUTÓRIA	49

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO	52
3.3.1 Climatologia	52
3.3.2 Geologia.....	52
3.3.3 Hidrografia	54
3.3.4 Solos.....	56
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE BIOLÓGICO	57
3.4.1 Vegetação.....	57
3.4.1.1 Formações florestais: Matas de galeria e Matas Secas.....	57
3.4.1.2 Formações savânicas: Cerrado <i>Sensu Strictu</i> , Palmeiral e Veredas	58
3.4.1.3 Formações campestres: Campo Sujo e Campo Limpo.....	59
3.4.3 Fauna.....	62
3.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DOS HABITANTES	64
3.6 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS.....	69
3.7 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL	72
3.8 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS	74
3.9 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO POVOADO SÃO JOÃO EVANGELISTA.....	78
4 RAÍZES HISTÓRICAS E SOCIOCULTURAIS DA REGIÃO DE ESTUDO	82
4.1 A HISTÓRIA DO OURO EM GOIÁS	82
4.2 A CHEGADA E OCUPAÇÃO DO HOMEM SERTANEJO	85
4.3 A OCUPAÇÃO SERTANEJA EM TERRA RONCA	89
4.4 A VIDA NOS TEMPOS ANTIGOS.....	93
5.1 A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DO TERRITÓRIO	98
5.1.2 AMBIENTES DE VIDA: <i>GERAIS, CAATINGA E AS TERRAS DE CULTURA</i>	101
5.3 A PECUÁRIA SERTANEJA DE TERRA RONCA.....	107
5.3.1 Sistema tradicional de manejo do gado.....	112
5.3.2 O significado do gado no contexto sociocultural dos sertanejos.....	114
5.4 A AGRICULTURA SERTANEJA DE TERRA RONCA.....	116
5.4.1 Caracterização dos espaços de cultivo	118
5.4.2 A produção agrícola e saberes locais associados	119
5.4.3 Algumas notas etnobotânicas: conexão com as principais plantas cultivadas ...	123
5.4.4 O manejo tradicional da terra: persistências e transformações	127
5.6 DINÂMICA CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: À GUIA DE CONCLUSÃO	131
6 O LUGAR DO BURITI NOS DOMÍNIOS DOS CERRADOS DO BRASIL CENTRAL.....	134
6.1 O BURITI, A ÁRVORE DAS VEREDAS DO BRASIL CENTRAL.....	134
6.2 O BURITI NO GRANDE SERTÃO DE GUIMARÃES ROSA	137
6.3 O BURITI NA CULTURA DO HOMEM DOS CERRADOS	139
6.4 SIGNIFICADOS DO BURITI NA CULTURA SERTANEJA	140

6.5 O LUGAR DO BURITI NO TERRITÓRIO DE TERRA RONCA	144
6.6 O LUGAR DO BURITI NA CULTURA DE TERRA RONCA.....	146
6.7 VALOR DO BURITI NA TRADIÇÃO REGIONAL DE TERRA RONCA.....	147
6.8 O BURITI COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DOS ESPAÇOS DE VIDA, DE DESLOCAMENTO E DE TRABALHO.....	149
6.9 USOS, CONEXÕES E DESCONEXÕES	151
6.9.1 Alimentar.....	151
6.9.2 Artesanato.....	157
6.6 ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E AS PRINCIPAIS AMEAÇAS AO BURITI: À GUIA DE CONCLUSÕES.....	163
CONCLUSÃO.....	167
REFERÊNCIAS	170
ANEXOS	180

APRESENTAÇÃO

A minha primeira viagem à Terra Ronca foi uma descoberta. Foi em junho de 2006, em uma viagem de campo de uma disciplina do professor Othon, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília CDS/UnB. A idéia era vivenciar a região “holisticamente”, estar aberto para escutar sensivelmente a paisagem e as gentes do lugar. Conhecer, enfim, os atrativos do Parque Estadual de Terra Ronca - PETeR e a relação deste com os moradores locais.

Eram meus primeiros meses em Brasília e muito pouco conhecia das características desse novo ambiente. Para quem vinha de São Paulo, acostumado com a Mata Atlântica a vida inteira, Brasília ressoava como uma grande província com árvores retorcidas, um clima agradável e iluminada pelo sol do Planalto Central. Ainda que a capital tenha servido como o primeiro encontro com o ambiente físico do Cerrado, foi na viagem para Terra Ronca que eu tive a experiência de conhecer de perto o sertão-cerrado do Brasil Central.

Não foram só as cavernas do PETeR que me chamaram a atenção, mas sim a paisagem de fora: as casinhas do sertão, as boiadas pastando, os sertanejos a cavalo, o cafezinho da tarde, os quintais, rios, buritis, pequis, as aves, a simplicidade dos habitantes locais, o silêncio e a luz do Cerrado. Havia um mistério naquele lugar, naquelas pessoas, que para mim ainda ressoava de maneira muito intuitiva. Sem ter dado conta, havia encontrado ali “um sertão que ainda resiste”, um cerrado mais isolado, histórico, vivo, marcado por muitos saberes. Um típico cenário dos contos de Guimarães Rosa!

Retornei à Brasília com a impressão de que havia sido mordido por uma isca. Mais tarde me dei conta de que aquele lugar poderia me servir como um “laboratório” de pesquisa, de que havia uma complexidade naquele *microcosmos* que oferecia múltiplas possibilidades de estudos para um ecólogo como eu: uma “comunidade tradicional”, a presença de áreas de Cerrado bem conservadas e um mosaico de unidades de conservação, incluindo um Parque Estadual e uma Reserva Extrativista – RESEX.

No final daquele ano, voltei. Dessa vez, sozinho e com uma idéia na cabeça: queria entender como se deu o processo de criação de uma RESEX no local e as perspectivas de sua implantação. Foi então que comecei a mergulhar no universo desse *microcosmos* socioambiental, conversando com as famílias, reunindo membros da comunidade, visitando as casas, andando por esse sertão. Fui ouvindo as primeiras histórias, entendendo os problemas, os conflitos internos, ganhando a simpatia e a confiança de alguns e a desconfiança de outros. A visita rendeu material para escrever um capítulo de uma monografia sobre as perspectivas de se implantar uma RESEX ali, a primeira do bioma Cerrado.

Mas o que estava por trás de tudo e o que sempre me inquietava era entender como

aquela cultura se relacionava com o ambiente. A criação de uma RESEX na região sustentava essa preocupação, por esta se constituir em uma categoria de unidade de conservação que, sob o ponto de vista jurídico, tem como fundamento a interface entre cultura e biodiversidade¹.

Foi quando então entrei no mestrado, no início de 2007, com o intuito de estabelecer de alguma forma essa interface. Nesse ano fiz mais três visitas ao povoado, em julho (de sete a dez dias); setembro (três dias); e novembro (quatro dias – com uma turma de alunos do CDS). Nos primeiros campos, não houve muitas pretensões, a intenção era situar-me e estabelecer vínculos com a comunidade, simplesmente sentar pra conversar com eles, e conhecer mais de perto a natureza da região.

No entanto, havia a preocupação de encontrar um foco nos múltiplos campos ou zonas de sentido, que eram abertos a cada dia na interação estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Havia uma preocupação de fundo que era entender os elementos daquele ecossistema, por meio dos conhecimentos tradicionais ou populares.

Foi então que o buriti apareceu na história como um elemento significativo que sintetizava essas preocupações. Dentre os múltiplos aspectos da realidade – complexa - observada, a relação homem-buriti estava ainda sob a superfície do real e aos poucos foi ganhando sentido.

A presença significativa do buriti na região e a versatilidade de usos que a comunidade faz dele no contexto doméstico, na “casa, comida e dormida”, apontava o forte significado cultural da planta naquele contexto. O uso e o manejo tradicional do buriti pela comunidade sugeriam uma antiga interação entre homem-planta, tendo como pano de fundo a relação dessa cultura com aquele território. Pronto! Enfim, tinha encontrado o objeto da pesquisa: estudar os conhecimentos e a conexão homem-buriti no contexto ecológico e sociocultural da região.

A escolha do buriti como objeto da pesquisa permitiu-me concebê-lo como protagonista de um contexto sociocultural e ambiental dinâmico, com raízes no passado a lançar suas copas ao futuro. Talvez pela sua própria natureza versátil e multidimensional, o buriti – a espécie e não o espécime! - transformou-se em um objeto-sistema, agregando em torno de si tudo o que pode estar associado a ele: a água, a vegetação, os animais e as interfaces com o ser humano, principalmente com as culturas tradicionais que o utilizam há gerações. O buriti tornou-se também “sujeito” da pesquisa.

Minha bagagem de ecólogo – voltado para as questões humanas, somado a tudo o que tenho aprendido até o momento – permitiu-me conceber o buriti não como elemento isolado do ecossistema, separando-o do seu ambiente e do sujeito que o observa, mas sim

¹ A este respeito recomenda-se a leitura de Santilli (2005a) e Benatti (2001).

buscar entendê-lo nas suas interações no ecossistema do qual é parte e, em especial, com os seres humanos.

Ao final desses dois anos, reparei que este “sertão” está dentro de mim. Quando retorno para lá, “no devagar depressa dos tempos”, sinto algo parecido como estar voltando à casa de um parente da roça, me sinto “em casa”. Que seja.

INTRODUÇÃO

O processo de exploração dos recursos naturais e dos territórios que vem ocorrendo nestas últimas décadas no Cerrado tem sido caracterizado pela intensificação da apropriação concentradora e destruidora dos recursos naturais, não levando em conta o uso sustentável da biodiversidade e seus tradicionais usuários. Em especial a partir da década de 1970, com a implantação de políticas regionais de ocupação e de desenvolvimento, e mais recentemente, com a inserção da economia agrícola em mercados globais, a área de vegetação nativa do Cerrado foi reduzida a menos da metade do total. Tal situação tem colocado em risco um imenso bioma com riqueza biológica estimada em 5% de todas as espécies existentes na Terra, e que abarca as nascentes de grande parte dos rios que formam as principais bacias hidrográficas do continente sul-americano (BRAGA, 1998; DUARTE, 1998; BRASIL, 2004).

O Cerrado, caracterizado por sua enorme importância ambiental, distingue-se também pela sua riqueza em aspectos culturais, ao abrigar comunidades indígenas e camponesas/sertanejas (quilombolas, agroextrativistas, pequenos agricultores, entre outras). Essas populações estabeleceram, por gerações e gerações, vínculos estreitos com o meio natural e fazem parte hoje de processos essenciais para a geração e manutenção da biodiversidade. Para essas populações é vital a conservação dos recursos naturais, necessários à sua reprodução física e cultural, sendo as primeiras a sofrer os impactos da degradação ocasionada pela expansão da fronteira agrícola.

Estimular, conhecer e valorizar o uso sustentável da sociobiodiversidade do Cerrado constitui, portanto, um potencial que deve ser levado em conta nos modelos de conservação do bioma (BRASIL, 2004).

Tendo por base a concepção de conservação da biodiversidade conciliada à cultura de comunidades locais, esta dissertação trata da relação entre os sertanejos de Terra Ronca com o buriti - patrimônio cultural e natural do Cerrado. Sua proposta foi construir um texto multidisciplinar buscando compreender o lugar que o buriti (*Mauritia flexuosa* L. f.) ocupa na cultura sertaneja de Terra Ronca. Seu objetivo é entender o contexto ecológico e sociocultural no qual o buriti é utilizado (ALCORN, 1995; SHIVA, 2003), para então, contribuir na elaboração de propostas de uso sustentável da sociobiodiversidade no local onde foram coletados os dados.

O buriti tornou-se tema-gerador, pois para entender o contexto em que é utilizado foi preciso estudar disciplinas de história, literatura, antropologia, sociologia, ecologia, botânica e geografia, sobre a planta e sobre a região de Terra Ronca. Desse modo, buscamos chegar a uma compreensão das particularidades locais da conexão homem-vegetal, isto é, uma visão integradora e universal do modo de conectar-se da espécie com os diversos

aspectos que fazem parte do seu meio ambiente, em particular com o buriti (MARQUES, 2001).

Terra Ronca insere-se na microrregião do Vão do Paranã, que por sua vez, é parte de uma região maior, tradicionalmente conhecida como “Nordeste Goiano”. Localizada na área central do bioma Cerrado, na bacia do Alto Tocantins, a região de Terra Ronca tem uma história de ocupação humana antiga, sendo um território utilizado por grupos pré-históricos de caçadores-coletores, há milhares de anos. Nos dois últimos séculos, em meados do século XVIII e princípio do XIX, essa região foi ocupada por criadores de gado vindos das ribeiras pastoris sanfranciscanas, transformando-a em território sertanejo.

O sistema de vida que vigorou, desde então, caracterizou-se por uma economia de subsistência, com base na pecuária extensiva, aproveitando-se da disponibilidade de terras livres, comuns (a “solta”) e a utilização de glebas de mata para o plantio de roçados junto a uma exploração complementar de tudo o mais que o ambiente natural podia oferecer: caça, pesca, coleta de frutos, raízes, madeira, fibras e tubérculos.

Ao longo de milhares de anos e dos últimos dois séculos de ocupação sertaneja, o buriti esteve presente nos ambientes de vida dos habitantes de Terra Ronca, destacando-se pela versatilidade com que é utilizado, ainda hoje, na região. Os grupos indígenas souberam aproveitar todas as suas partes e os sertanejos também souberam aproveitá-lo inteiramente, mantendo velhas tradições indígenas e criando outras dentro da lógica própria de sua cultura.

A partir da década de 1970, coincidindo com a chamada “modernização recente”, todo o território de ocupação sertaneja – identificado, neste trabalho, como os “gerais” de Guimarães de Rosa – em que a região de estudo se insere, sofreu uma intensa reorganização. A vinculação da produção rural de *commodities* (agronegócio) aos mercados internacionais inviabilizou o antigo sistema sócio-econômico, ao transformar o mercado de terras, destituindo o padrão de terras livres (a “solta”) e toda uma lógica de produção sertaneja.

Junto com essa nova dinâmica capitalista no campo, emerge o discurso ambientalista e as políticas ambientais, voltadas para a conservação da biodiversidade, a fim de reverter o efeito devastador sobre a cobertura vegetal do Cerrado resultante da agricultura em larga escala. Nesse contexto, a região de Terra Ronca, por situar-se em uma das poucas áreas ainda bem preservadas do Cerrado de Goiás, é considerada atualmente como de alta importância biológica pelo Projeto de Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal (MMA, 1999), e uma das áreas núcleo da Reserva da Biosfera de Goiás, pela UNESCO.

Nas últimas décadas, a região foi alvo das políticas ambientais, sendo parte de seu território transformado em área de preservação integral, com a criação do Parque Estadual

de Terra Ronca – PETeR, prejudicando a população local que passou a sofrer imposições e proibições relativas ao seu modo de vida tradicional, além da ameaça da perda da terra de seus ancestrais. Atualmente, a região conta com a presença de um mosaico de unidades de conservação - UC's, constituído pelo PETeR, pela Área de Proteção Ambiental - APA Serra Geral de Goiás e, mais recentemente, pela Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca – RESEX RATeR.

A proposta desta pesquisa foi construída tendo como fundamento o aporte teórico e epistemológico das etnociências, particularmente da etnobotânica e da etnoecologia (ALBUQUERQUE, 1997; ALCORN, 1995; COTTON, 1996; FORD, 1978; GIVEN & HARRIS, 1994; LEFF, 2001; MARQUES, 1987; NORDI, 2001; POSEY, 1987; TOLEDO, 1992). As etnociências surgiram no Brasil no começo da década de 1970, e desde então, tem sido a principal contribuição acadêmica na formulação de políticas públicas direcionadas aos chamados povos e comunidades tradicionais (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Atribui-se a Lévi-Strauss (1976), um grande estímulo aos estudos das etnociências. Quando o autor escreve nos anos de 1960, *La Pensée Sauvage*, ele constata no testemunho de antropólogos, a enorme riqueza de conhecimentos biológicos e ecológicos destes povos – a que ele atribui como “ciência do concreto” -, o que não era de se espantar, pois historicamente dependem diretamente do ambiente em que vivem (ROUÉ, 2000).

As etnociências têm, mais recentemente, sistematizado essa riqueza, reiterando a importância destes povos no manejo e na conservação do meio ambiente. Neste sentido, objetiva-se chamar a atenção dos cientistas e da sociedade das potencialidades das populações tradicionais como parceiras na busca da utilização sustentável de recursos, o que aponta a favor da preservação dessas culturas (DIEGUES, 2000a; POSEY, 1987; SHIVA, 2003). Por outro lado, ao mesmo tempo em que estimulam pesquisas e trabalhos acadêmicos, diversos autores (SHIVA, 2001; KING, 1997; MGBEOJI, 2006; AZEVEDO & MOREIRA, 2005; LITTLE, 2007; SANTILLI, 2005b), têm apontado para o risco da incorporação e apropriação unilateral, em geral, acompanhada de privatização dos saberes tradicionais, por grandes empresas multinacionais, que atuam nas áreas biotecnológica e farmacêutica.

Nesse contexto, uma primeira preocupação dos pesquisadores tem sido com a sobrevivência e dignidade das populações tradicionais sob estudo, o que garantiria que seus sistemas de adaptação sobreviveriam junto com eles. Outra preocupação consiste em buscar formas de interação entre a ciência moderna (representada pelas universidades e pesquisadores) e os conhecimentos científicos dos povos tradicionais que sejam fundamentadas no respeito mútuo entre os distintos sistemas científicos (LITTLE, 2006).

Este trabalho traz em seu bojo a valorização da cultura e dos conhecimentos produzidos pela comunidade de Terra Ronca, como um dos caminhos necessários para os

propósitos de gestão e conservação no contexto das áreas protegidas criadas na região, em especial no contexto de criação de uma RESEX. Concepção genuinamente brasileira, as RESEX's surgiram como proposta concreta do movimento dos povos indígenas, seringueiros e quilombolas, e esteve acompanhada pela criação de uma etnociências da conservação (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Como categoria de UC, a RESEX busca conciliar a proteção ambiental e a sobrevivência física e cultural de povos e grupos tradicionais, de seus territórios, uma vez que, historicamente utilizam técnicas de exploração que causam poucos danos à natureza. Na esteira dessa orientação, a Lei 9.985/2000 (SNUC), traz, como um dos seus objetivos, a proteção dos recursos naturais necessários à sobrevivência dessas populações, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (LEUZINGER, 2002).

A nosso ver a criação da RESEX RATeR trouxe grandes desafios e novas perspectivas às políticas ambientais em Terra Ronca. Sua viabilidade futura irá depender, em grande parte, do comprometimento do Estado e da capacidade dos comunitários em se empenharem na implantação e funcionamento da RESEX (FERNANDES, 2006). Para que a comunidade consiga definitivamente se afirmar diante da perda e da degradação do território tradicional, e sejam elaborados estratégias de manejo, programas, projetos, etc. que busquem aliar conservação com sustentabilidade ambiental e social, é necessário que se formem ou se fortaleçam grupos e associações comunitárias locais, que são fatores de resistência e transformação (FILHO, 2005).

Embora não trate diretamente da RESEX RATeR, pelo fato desta ainda não existir na prática, em última instância, esta dissertação é um estudo de caso que busca conhecer e valorizar os *aspectos culturais da biodiversidade* na intenção de agregar conhecimento e valorizar o buriti, patrimônio natural do Cerrado e de Terra Ronca.

A proposição básica do trabalho é de que a comunidade de Terra Ronca é herdeira de um patrimônio cultural desenvolvido ao longo de gerações no processo de adaptação ao meio biofísico e social (LITTLE, 2007), o que permite supor um acúmulo de saberes, conhecimentos, sentimentos e comportamentos que intermedeiam as interações homem-buriti, favorecendo a conservação da palmeira e de seu território de ocorrência neste contexto. .

Esperamos, ao final, que esta dissertação possa contribuir para a construção do Plano de Manejo Participativo da RESEX RATeR. Nesse sentido, tendo por contexto a implantação de uma categoria de UC dessa natureza na região, os resultados da pesquisa serão compartilhados com os seus co-autores participantes e disponibilizados na comunidade para fins educativos e científicos.

A dissertação foi sistematizada da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta os passos trilhados ao longo da pesquisa e os principais referenciais teóricos e metodológicos utilizados na coleta e no tratamento dos dados de campo.

O segundo capítulo apresenta e discute as características da árvore-tema da pesquisa, o buriti, abordando-o de maneira multidisciplinar, isto é, descrevendo suas características botânicas, ecológicas e estabelecendo interfaces com os aspectos sociais, culturais e econômicos. Ao final do capítulo, discutem-se as perspectivas de aproveitamento do buriti como espécie vegetal com potencial de aproveitamento no âmbito da cadeia produtiva do extrativismo.

O terceiro capítulo, dando início à contextualização da região, apresenta o contexto geral da região do Vão do Paranã, descrevendo suas principais características ambientais – físicas e biológicas – sociais, econômicas e culturais. A segunda parte do capítulo apresenta uma descrição mais detalhada sobre a área de estudo propriamente dita, o município de São Domingos e o povoado São João Evangelista, agregando dados bibliográficos com as informações coletadas a partir do trabalho de campo.

O quarto capítulo é o resultado de inquietações em buscar as raízes culturais de Terra Ronca, a tradição histórica e cultural da comunidade, no intuito de construir uma base de interpretação dos dados etnográficos coletados em campo e da tradição oral dos informantes mais antigos.

O quinto capítulo apresenta o “grosso” dos dados da pesquisa de campo tendo como objetivo dialogar com os conhecimentos, saberes e práticas tradicionais mais relevantes na forma de utilização do ambiente. A primeira parte do capítulo discute alguns aspectos da dimensão sociocultural do território que constitui os ambientes de vida da comunidade. A segunda parte discute os fatores de persistência e transformação do modo de vida tradicional da região e as implicações da dinâmica cultural e econômica na relação da comunidade com o território.

O sexto capítulo traz o buriti de volta à discussão na tentativa de integrá-lo ao contexto de Terra Ronca. A primeira parte mostra qual é o lugar do buriti no contexto ambiental e na cultura sertaneja, discutindo as raízes da conexão homem-buriti nos cerrados do Brasil Central. A segunda parte discute o lugar do buriti em Terra Ronca. Primeiramente, descreve-se a sua distribuição pelo território e sua importância no contexto ecológico da região. Em seguida, discute-se a importância da palmeira na cultura sertaneja da região, as particularidades locais da sua conexão com a comunidade e por fim os fatores que ameaçam a sua conservação.

1 METODOLOGIA

1.1 TRABALHO DE CAMPO

O resultado desta pesquisa é fruto de minha experiência na comunidade de Terra Ronca, durante um período de dois anos e meio. Nesse tempo, realizei visitas alternadas que variaram entre cinco a dez dias, por vezes me hospedando na casa dos próprios moradores²; em outras, nas pousadas, mas sempre em contato direto com a população local e/ou com o ambiente natural. As visitas mais prolongadas foram nos últimos campos, quando o objeto da pesquisa já estava bem delimitado e havia mais intimidade com os moradores da comunidade.

O trabalho de campo pode ser dividido em duas fases. A primeira, entre 2006 e 2007, que foi de aproximação com a comunidade e de situação no ambiente, quando o objeto da pesquisa ainda não estava definido. Esse período foi essencial, pois permitiu adquirir mais intimidade com o lugar; conhecer os problemas internos da comunidade, os informantes mais aptos a colaborar, aqueles para tratar diplomaticamente; e, principalmente, interagir com os membros mais velhos da comunidade. Foi também uma fase mais “leve”, de jogar futebol com os jovens no fim de tarde, se refrescar nos rios e cachoeiras, fazer trilhas no Cerrado, visitar as cavernas, etc.

A segunda fase, com o projeto mais adiantado e o tema da pesquisa melhor definido, iniciou-se em 2008, com o processo de consentimento prévio da comunidade para a realização da pesquisa. Como a proposta de estudo do projeto envolvia conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, tornou-se necessário o pedido de autorização no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, como forma de garantia de que a pesquisa seja utilizada somente para fins científicos e os seus resultados utilizados para fins sociais e educativos.

Além disso, como o projeto teve como área de influência uma unidade de conservação federal (RESEX), tornou-se prudente adquirir a autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio de acesso à área.³

Dessa forma, realizou-se uma audiência pública, em maio de 2008, na qual foram apresentados à comunidade a concepção, a metodologia e os objetivos da pesquisa, a fim de garantir o Termo de Anuência Prévia (TAP) dos informantes e de suas associações representantes, convidadas a colaborar com o estudo. Ao final da palestra e da discussão

² Agradecimento especial à família do Sr. Gustavo e D. Dominga.

³ O processo de autorização de acesso aos CTA's em Terra Ronca até o final da pesquisa encontrava-se em fase de sobrestamento no CGEN. A coleta de informações foi realizada mesmo assim, pois se considerou que foram seguidos todos os trâmites e procedimentos necessários, de acordo com a IN^o. 04/I2008 do ICMBio, contando com a anuência prévia dos informantes e a autorização da instituição para a realização de estudo de campo (ANEXOs 1 e 3).

que se seguiu, a pesquisa foi aprovada pela maioria dos participantes. O pesquisador se comprometeu, ao término da pesquisa, em apresentar os resultados em uma nova audiência pública e fornecer aos fiéis depositários da comunidade um relatório resumido com a divulgação dos resultados em linguagem acessível.

1.2 NAS VEREDAS DA PESQUISA

No trabalho de coleta de informações foi adotada uma combinação de técnicas e instrumentos usuais na pesquisa qualitativa de caráter antropológico, como a condução de conversas informais por meio de entrevistas livres e semi-estruturadas, observação participante e intenso trabalho de campo. O de diário de campo também foi um recurso utilizado, onde foram anotadas desde as atividades realizadas até as impressões subjetivas tidas com relação a fatos ocorridos na comunidade em que se desenvolveu o trabalho. O registro de impressões subjetivas, intuições e até sonhos, ocorridos e vivenciados no campo, constituem um instrumental precioso para futuros *insights*, que podem ou não confirmar hipóteses e/ou previsões na situação da pesquisa.

1.2.1 Observação Participante

A observação participante – OP constitui o fundamento da pesquisa etnográfica e uma das bases metodológicas da etnociência. Por meio dessa técnica o pesquisador se entrega à rotina e à participação nas várias atividades de interesse dos pesquisados (VIERTLER, 2002). Trata-se, de acordo com Marques (2001), de uma técnica permeada por influências fenomenológicas, isto é, por meio da observação direta do fenômeno, deixar-se envolver-se interpretativamente com ele. Isso facilita, no âmbito de estudos em etnoecologia, a busca de dados ênicos – categorias nativas - na fala dos informantes (POSEY, 1987; MARQUES, 2001).

Em trabalhos etnográficos, segundo Oliveira (1998, p. 24), a OP constitui um gênero de observação muito peculiar, por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. Nessa perspectiva, “o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação”.

A observação participante se deu ao longo de todo o trabalho de campo e consistiu basicamente em situar-me – mesmo que parcialmente – no contexto do local. Simplesmente sentar para conversar com eles e elas e ouvir mais do que falar. Cabe aqui ressaltar a importância de estar devidamente sensibilizado pela teoria disponível acerca do objeto de

estudo, para se sentir devidamente preparado para a investigação empírica e observar os fenômenos diante de si com menos ingenuidade e mais habilidade para captar as significações pertinentes ao estudo (OLIVEIRA, 1998, p. 19).

A proposta foi, desse modo, deixar envolver-me interpretativamente no cotidiano da comunidade, entregando-me às mãos dos sujeitos participantes – informantes, na busca de uma experiência do tipo “sendo guiado/guiando” (MARQUES, 2001). Nesse sentido, a coleta das informações ocorreu a partir da minha experiência pessoal com os membros da comunidade buscando criar zonas de sentido no espaço social da pesquisa, isto é, envolver a adesão e a subjetividade dos sujeitos da pesquisa, abrindo espaço para expressarem-se em toda sua riqueza e complexidade (MACEDO, 2006; GONZÁLEZ-REY, 2005).

A busca pela criação de espaços de sentido só foi possível com a participação das pessoas do local (nativas), as quais, desde o primeiro momento, apoiaram a realização deste estudo e foram fundamentais para que tanto o pesquisador como a pesquisa fossem compreendidos e aceitos pela comunidade.

As informações coletadas foram registradas em caderno de campo, gravadas ou, quando não era possível registrar na hora, anotadas ao final do dia em diário de campo. O registro fotográfico também foi um recurso muito utilizado, permitindo maior aproximação com a comunidade e um retorno de benefícios práticos, concretos e a curto prazo, pois a cada campo as fotografias eram disponibilizadas aos membros participantes do estudo.

Em essência, o resultado deste trabalho é resultado dessa experiência vivencial na comunidade combinada com a capacidade e o exercício de construir uma hipótese a partir do diálogo entre a teoria e o empírico e desenvolver uma proposta dada de antemão da maneira mais competente possível. No fundo, aprender a fazer ciência.

1.2.2 Entrevistas livres e semi-estruturadas

A entrevista, em suas várias formas, constitui a base metodológica de coleta de dados de grande parte das pesquisas de caráter etnoecológico e etnobotânico (ALEXIADES, 1996; VIERTLER, 2002) (ANEXO 2). Inicialmente, buscou-se seguir uma metodologia “geradora de dados” (POSEY, 1987), na busca de categorias nativas e na tentativa de diminuir as diferenças culturais, dando liberdade ao informante de discursar livremente sobre o seu modo de vida, suas crenças e relações com o mundo natural que o cerca. Só no povoado de São João Evangelista, foram entrevistadas cerca de trinta pessoas, de crianças a senis, de ambos os sexos. Situações informais foram também importantes fontes de dados. As entrevistas, a princípio absolutamente abertas, foram se fechando à medida que o objeto da pesquisa – buriti – foi tomando corpo e ganhando sentido.

O levantamento das histórias de vida dos informantes mais velhos, anciãos da

comunidade, foi um recurso importante para compreender o contexto histórico e sociocultural no qual a região está inserida (VERENA, 1989; VIERTLER, 2002).

1.3 ANÁLISE DOS DADOS CULTURAIS

Os dados culturais coletados em campo foram, na medida do possível, cuidadosamente processados para poderem ser interpretados em termos de uma abordagem ética, ou seja, em termos de conceitos e concepções científicas do pesquisador (VIERTLER, 2002, p. 17).

Cabe aqui fazer algumas observações sobre a descrição dos dados culturais da comunidade de Terra Ronca. Ao longo dos trabalhos de campo e na convivência com os moradores foi possível identificar certos padrões culturais prevaletentes, que podem ser considerados um tipo de média, um composto constituído com base nas formas de vida de muitos indivíduos. No caso desta pesquisa, por tratar-se de um universo social pequeno e relativamente homogêneo, não foi muito difícil verificar esses padrões culturais, ainda que não tenha sido realizada uma verificação mais aprimorada, incluindo métodos quantitativos.

De qualquer forma, o tempo de permanência no campo permitiu distinguir aquilo que é fortuito, acidental ou mera peculiaridade de um único informante, dos aspectos mais gerais, padrões socioculturais que permitiram interpretar uma lógica ou racionalidade para os comportamentos e pensamentos da maioria dos membros da comunidade (VIERTLER, 2002, p. 27). Em todo caso, como nos lembra Titiev (2000, p. 192), “o próprio padrão só existe como um conceito abstrato” e serve em última instância como um “modelo” simplificado que busca representar uma realidade mais complexa.

Alguns padrões também apareceram na forma de *memes*, considerados por Dawkins (1979, *apud* MARQUES, 1991), como unidades replicadoras responsáveis pela transmissão cultural, tais como melodias, idéias, modas e modos, por exemplo.

1.4 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico esteve direcionado à busca de informações históricas sobre a cultura sertaneja do Cerrado, bem como, sobre palmeiras e buriti. Em relação aos sertanejos, estudos que se tornaram clássicos como os de Antonio Cândido (2001) e de Darcy Ribeiro (2000; 2001), foram os principais referenciais utilizados para se compreender o processo de formação do campesinato nos sertões do Brasil. Paulo Bertran (1978; 1994; 1996) e Celene Barreira (2002), foram também referências obrigatórias, o primeiro nos estudos sobre a história – incluindo a pré-história - de Goiás, e a segunda, sobre a história e a formação do espaço geográfico do Vão do Paranã.

Os estudos de Ricardo Ribeiro (2005; 2006) sobre o Cerrado e os sertanejos de Minas Gerais, foram fontes importantes para interpretar os dados culturais de campo, já que Terra Ronca se encontra na mesma região geográfica dos grupos estudados por este autor. Também foi de muito valor os romances literários de Guimarães Rosa (1986; 2001), verdadeiras expressões sobre a natureza e a geografia das regiões do Cerrado do Brasil Central, com destaque para o buriti, a cultura, a sociedade e a política do homem sertanejo.

No tocante ao buriti, foi de especial interesse não só a leitura das obras de Guimarães Rosa, citadas acima, mas também estudos científicos raros sobre as palmeiras brasileiras com destaque para o de Barbosa Rodrigues (1898) e o de Pio-Corrêa (1931). Estudos sobre o buriti, disponíveis no acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília e na rede mundial de computadores (*Internet*), contribuíram para o levantamento de informações gerais sobre a árvore.

2 O BURITI

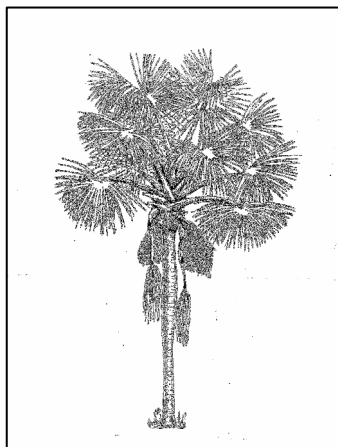


Figura 1. Ilustração do buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.)
Fonte: CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005.

Este capítulo é o resultado do levantamento bibliográfico sobre a árvore-tema da pesquisa, descrevendo de modo interdisciplinar suas características botânicas, ecológicas, bem como os aspectos socioculturais e econômicos relacionados. Este estudo etnobotânico inicia-se, assim, apresentando de maneira geral tudo o que foi possível saber sobre o buriti. Longe de esgotar o assunto, constatou-se que o buriti pode ser considerado um tema de pesquisa transversal, tendo em vista as múltiplas relações e significados que podem ser estabelecidos a partir dessa magnificente palmeira.

A proposta deste capítulo é fornecer uma base interdisciplinar para discutir o lugar do buriti na cultura sertaneja de Terra Ronca e o que ele representa - ou pode vir a representar - no contexto atual em que se insere a comunidade.

2.2 AS PALMEIRAS E O GÊNERO *MAURITIA*

As palmeiras são plantas monocotiledôneas da família Arecaceae, com distribuição principalmente nos trópicos e subtropicais úmidos e umas das poucas do grupo com hábito arborescente. A alta diversidade morfológica das palmeiras é equivalente a sua alta adaptabilidade a diversos tipos de ambientes. As palmeiras compõem muitos tipos de vegetação nos trópicos e subtropicais. A maioria das espécies desse grupo encontra-se misturada na vegetação das florestas tropicais e subtropicais. Algumas espécies, no entanto, ocorrem em largas formações singulares, dominando completamente a vegetação de vastas áreas (UHL & DRANSFIELD, 1987).

O Gênero *Mauritia* compreende duas espécies de palmeira restritas aos neotrópicos e

distribuídas no Norte da América do Sul: *Mauritia flexuosa* Linn. f., objeto de estudo deste trabalho, comum em vários países da América do Sul, e *Mauritia carana* A. Wallace, que ocorre na região amazônica na Colômbia, Venezuela, Peru e Brasil, em florestas abertas ou não, mal drenadas com solos arenosos e baixas altitudes. O buriti (*M. flexuosa* L. f.) pode ocorrer no interior de florestas ou em grandes formações singulares, dominando a vegetação de vastas áreas (UHL & DRANSFIELD, 1987) na região Amazônica e no Cerrado do Brasil Central.

A despeito de *Mauritia* ocupar grandes áreas efetivas dos neotrópicos e ser considerada a “árvore da vida” por Humboldt, pouca informação concreta se sabe sobre esse gênero. Sem dúvida, seu potencial extrativo é imenso e também pode ser excelente alternativa sob cultivo (CORADIN & LLERAS, 1988).

2.3 DISTRIBUIÇÃO

O buriti é uma palmeira nativa⁴ considerada uma das mais abundantes do país (LORENZI *et al.*, 2004). Frequente em baixas latitudes e habitante das veredas, matas ciliares e florestas de galeria, sempre em locais permanentemente inundados, beira de rios, igapós, igarapés e nascentes – usualmente formando densas populações –, o buriti se distribui amplamente pela América do Sul (inclusive nos Andes), especialmente na região amazônica da Colômbia, Venezuela, Guianas, Trinidad, Equador, Peru e Bolívia. No Brasil, ocorre nas seguintes unidades federativas: Amazonas, Pará, Tocantins, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo (REITZ, 1974, HENDERSON *et al.* 1991, 1995 *apud* MARTINS; SANTELLI; FILGUEIRAS, 2005; LORENZI *et al.*, 2004).

O buriti também é conhecido no Brasil como buritizeiro, mirití, muriti, carandá-guassú, moriti, pissondó, palma de vinho, palmeira dos brejos, buriti-do-brejo; nas Guianas, como awuara e boche; na Venezuela, como moriche; na Colômbia, como carangucha, moriche e nain; no Peru, como aguaje e iñêjhe; e na Bolívia, como kikyura e palmeira real (HENDERSON, 1992 *apud* SHANLEY & MEDINA, 2005).

O topônimo “buriti” é extremamente comum em todo o Brasil. De acordo com Bertran (1994), só no Distrito Federal passam de oitenta as denominações referentes a buriti, buritizal, buritizinho, incluindo, entre outros, córregos, fazendas e chácaras. Martins, Santelli, e Filgueiras (2005) observam nesse aspecto o nome dado ao Palácio do Governador do Distrito Federal - Palácio do Buriti - que possui uma praça com um único buriti

⁴ Palmeiras nativas são aquelas encontradas naturalmente no território brasileiro, podendo ocorrer também em países vizinhos. Estima-se que existam mais de trezentas espécies, só no Brasil, incluindo híbridos naturais, subespécies e variedades. (LORENZI *et al.*, 2004).

ornamentando o local (Figura 2).

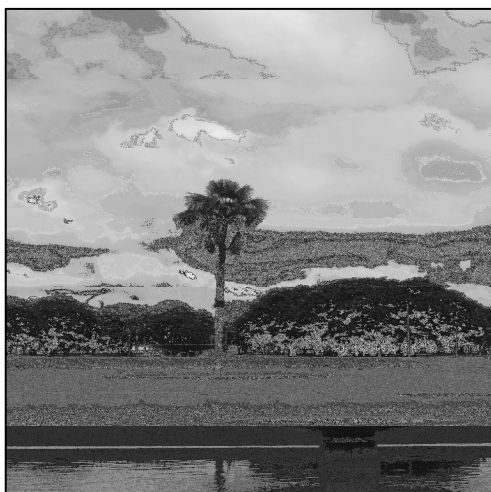


Figura 2. Pátio do Palácio do Buriti em Brasília – DF
Autor: Mario Rique Fernandes, 2009.

A etimologia do gênero é uma homenagem ao holandês Mauritius de Nassau (BERTRAN, 1994). De acordo com Barbosa Rodrigues (1898), buriti – burity ou burity – vem da corruptela indígena *Mbority*, que quer dizer o que contém água, líquido, sendo uma referência ao “vinho” extraído do seu caule – *Mboró*, “que contém” e *ty*, “água”. Daí lhe veio também o nome científico de *vinifera*. O nome também se deve ao fato da árvore ser indicadora de água.

Nos campos geraes e áridos, quando se avista uma d'essas árvores protetoras, produz o mesmo effeito de um oásis no Sahara, pode-se dizer: 'vamos encontrar água'. Com effeito, sempre junto se encontra alguma fonte ou regato e quando esteja secco, encontra-se em seu espique o líquido bastante para saciar a sede de muitos homens (muitas vidas salvou esta palmeira, saciando a sede do nosso exército da expedição de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguay). (BARBOSA RODRIGUES, 1898, p. 3).

Na literatura são encontrados dois nomes científicos para o buriti: *M. vinifera* Mart. e mais comumente *M. flexuosa* L.f.. De acordo com Barbosa Rodrigues (1903 *apud* MARTINS; SANTELLI; FILGUEIRAS, 2005), as variações constatadas entre as plantas representadas por esses dois binômios formam um *continuum*, sendo impossível separá-las, consistentemente, em grupos distintos, dignos de reconhecimento taxonômico formal⁵.

⁵ Antigamente, o nome *M. flexuosa* era atribuído ao buriti da região amazônica, enquanto *M. vinifera* Mart era usado para se referir ao buriti dos cerrados (RIGUEIRA et al, 2002).

2.4 A ECOLOGIA DO BURITI

*E indo e indo, nunca se afastando da água, se alonga, os buritizais.
Cada buriti é um rei, e há reis em multidão. Aos gritos, às centenas,
vivos, verdes, nos cachos de cocos, bicam e revoam maitacas, sofrês
e periquitos...*

Guimarães Rosa

Por se tratar de uma planta nativa nas regiões onde ocorre, o buriti é um elemento constituinte dos ecossistemas, fazendo parte de diversas relações ecológicas em seu ambiente. Estudos paleobotânicos realizados em áreas de Cerrado do Planalto Central registraram a ocorrência de pólenes do gênero *Mauritia* com cerca de 32.000 AP (LEDRU, 2002).

Apesar de estudos detalhados de fósseis de palmeiras serem poucos e restritos em extensão, Uhl & Dransfield (1987) citam estudo que indica a larga ocorrência na América do Sul de pólenes de *Mauritia* encontrados ao longo do período Terciário. Isso sugere que o buriti é uma espécie vegetal “integrada às condições dos climas e solos dos trópicos úmidos, sujeitos à forte sazonalidade, herdada de condições ecológicas de longa duração, desde a segunda metade do terciário até o quaternário” (AB’SÁBER, 1993, p. 31).

A provável ancestralidade do buriti na América do Sul indica sua adaptabilidade aos ambientes florestais dos trópicos úmidos. No entanto, o buriti é bastante exigente ao tipo de solo em que se desenvolve. Está presente apenas em áreas alagadas e úmidas, às margens de cursos d’água ou onde o lençol freático é aflorante. Nos estudos paleobotânicos a presença de pólenes de *Mauritia* é considerada indicador de climas úmidos e quentes.

Mas quais são as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por essa palmeira nos ecossistemas onde se insere? Em outras palavras, como o buriti se auto-eco-organiza nos ambientes (MORIN, 1999, p. 41-47). Villalobos (1994) afirma que embora o conhecimento sobre o potencial econômico da espécie seja conhecido há muito, pouco se sabe a respeito da sua biologia e ecologia. O autor fez um importante trabalho em que discute a importância dos animais para a palmeira, contudo ele não se refere à relação do buriti com a água.

Uma das primeiras constatações a respeito é que o buriti, nas palavras de Guimarães Rosa, “não se aparta de sua água, carece de espelho”. Como a própria etimologia do nome da palmeira indica, onde tem buriti tem água. Modéstia à parte, como dizia o autor, o buriti “sabe que é bonito e precisa de espelho para se olhar”. Mas há outros aspectos a se considerar na sua relação com a água. Supõe-se que um deles seja a estratégia da planta em se dispersar pela água dos rios.

A própria morfologia de seu fruto pode sustentar essa afirmação: é capaz de boiar e possui envoltório escamoso resistente à água, que com o tempo amolece – o fruto pode

permanecer mais de um mês na água com casca (VILLALOBOS, 1994) – e se desprende da polpa, servindo de alimento para a fauna aquática – sabe-se que os peixes gostam de buriti (BEDÊ, 2002). A semente desprovida da casca e da polpa pode depositar-se nas áreas a jusante, em uma curva de rio ou em clareiras, lugares propícios à germinação. O padrão de distribuição da planta pelo território – ao longo das florestas de galeria, veredas, várzeas, etc. – sugere que a água constitui um meio de dispersão dos indivíduos dessa espécie. Guimarães Rosa (1986, p. 331) parece ter a mesma intuição, quando escreve: “O senhor estude: o buriti é das margens, ele cai seus cocos na vereda – as águas levam – em beiras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um lado e do outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo”.

Se a água favorece a dispersão do buriti, esse também contribui para a manutenção daquela. O buriti é uma árvore que germina apenas em ambiente aquático e brejos e em locais abertos – necessita de luz e temperaturas altas para a quebra da dormência da semente (SPERA; CUNHA; TEIXEIRA, 2001) –, mas que a depender do tipo de ecossistema em que se insere pode permanecer na comunidade até a constituição de uma floresta. Por isso, essa planta é considerada como pertencente à categoria heliófita do grupo ecológico das secundárias tardias⁶ (BEDÊ, 2002).

Nesse sentido, a importância do buriti para a água é a de contribuir para a formação, recomposição, restauração e recuperação das florestas de galeria, as quais por sua vez cumprem a função ambiental de proteger o solo e preservar a estabilidade geológica e, conseqüentemente, os recursos hídricos (BRASIL, 1965, art. 1º, inciso II). Em áreas de vereda, os buritis contribuem para a contenção de erosão dos solos hidromórficos com elevado teor de matéria orgânica.

A segunda constatação é que o buriti desenvolveu diferentes estratégias de reprodução e dispersão por meio das relações com os demais constituintes dos ecossistemas, especialmente com os animais – inclusive o ser humano. A respeito da sua polinização, tudo indica que suas flores são polinizadas por insetos, embora não se descarte a possibilidade de serem semeadas pelo vento. Uhl & Dransfield (1987) fizeram uma revisão de trabalhos a respeito e apontam que a maioria dos estudos verificou que tanto os besouros como as abelhas são os principais polinizadores das palmeiras (aspecto confirmado pelos informantes no campo).

O papel do buriti nas comunidades das quais faz parte é mais conhecido nas relações planta-animal, mas há poucos estudos a esse respeito. Villalobos (1994) desenvolveu sua pesquisa em uma vereda do Brasil Central e verificou que o buriti exerce um papel chave

⁶ Heliófita: planta adaptada ao crescimento em ambiente aberto ou exposto à luz direta (LORENZI, 1998). À medida que a vegetação vai crescendo em direção a uma floresta, diminui a taxa de germinação das sementes de buritis e, conseqüentemente, das plantas jovens desta espécie (BEDÊ, 2002, p. 32).

nesse tipo de ecossistema, pois fornece alimento durante o ano inteiro e em grande quantidade, o que o torna uma fonte alternativa, no período da seca, para muitas espécies de frugívoros, incluindo aves e mamíferos. Entre esses, verificou-se uma espécie de arara – maracanã-de-cara-amarela (*Ara manilata*), como principal agente dispersor, dada sua dieta ser composta exclusivamente por frutos do buriti e pelo seu comportamento durante as “refeições”. Outros psitacídeos promovem a derrubada de frutos parcialmente comidos, possibilitando a utilização dos mesmos por pequenos e grandes mamíferos terrestres.

Entre os índios Ticuna (GRUBER & PROFESSORES TICUNA BILÍNGUES, 2000), há relatos de que o buritizal – chamado de *temanecū* - atrai diversos animais, como anta, caititu, veado, jabuti, cutia, cutiara, queixada, paca, tatu, cuatá, macaco-barrigudo, macaco-guariba, macaco-da-noite e certas aves, como inambu, tucano, papagaio, mutum, arara, etc. As araras gostam de fazer seus ninhos nos troncos secos dos buritis (Figuras 3 e 4).

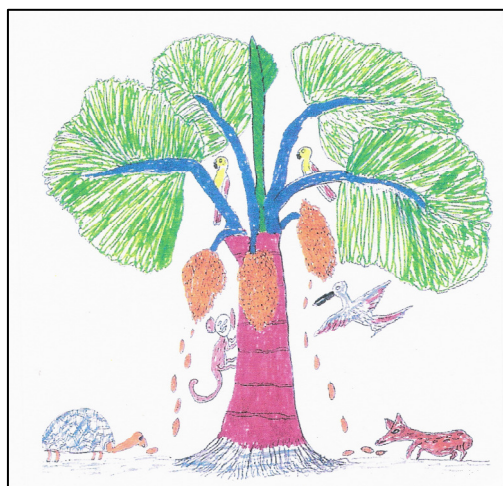


Figura 3. Ilustração Ticuna: espécies da fauna amazônica se alimentam dos frutos do buriti
Fonte: Gruber & Professores Ticuna Bilíngües, 2000.

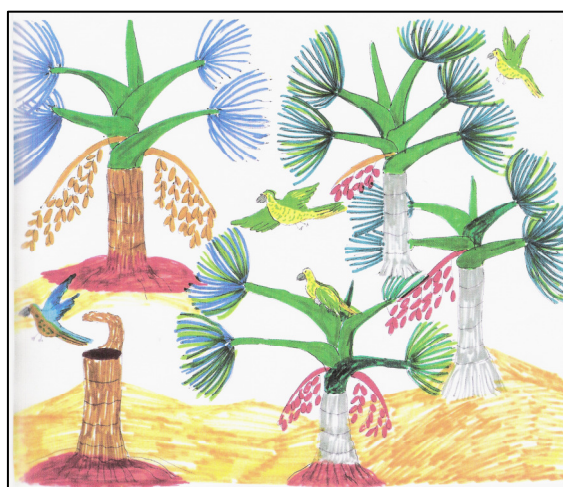


Figura 4. Ilustração Ticuna de buritizal
Fonte: Gruber & Professores Ticuna Bilíngües, 2000.

Tudo isso sugere que o buriti possui um importante papel nas comunidades naturais das quais é parte. A sua ancestralidade aponta que ao longo de milhares de anos a planta criou interações complementares e/ou antagônicas com os demais seres vivos no seio dos ecossistemas. No entanto, pouco se sabe a respeito da sua biologia e ecologia. Mais estudos a respeito são necessários, tendo em vista sua importância não só ecológica como também cultural e econômica, como será mostrado a seguir.

2.6 O SER HUMANO E AS PALMEIRAS

A conexão do ser humano com as palmeiras parece ser bem antiga. Simbolizando uma região do globo – os trópicos e neotrópicos –, são consideradas árvores sagradas em diversas culturas do mundo. Pela sua grande utilidade entram nas lendas de quase todos os povos. No cristianismo, Barbosa Rodrigues (1898) cita um bonito trecho bíblico em que as palmeiras são abençoadas:

Quando Maria pelos desertos do Egypto andava foragida, levando Jesus, menino, em seus braços, foram os fructos de uma palmeira que lhe mataram a fome e foram suas folhas que lhe deram abrigo, pelo que seu sagrado filho a escolheu para o símbolo da salvação eterna, declarando que com as suas palmas faria sua entrada triumphal em Jerusalém (BARBOSA RODRIGUES, 1898, p. xvi).

Se no cristianismo as palmeiras são abençoadas, no paganismo são reverenciadas. Lévi-Strauss (1987) fez um levantamento de trabalhos sobre o uso das plantas silvestres nas regiões tropicais da América do Sul e verificou que as palmeiras desempenham um papel fundamental na produção da cultura material dos povos indígenas. Por isso, são consideradas por muitos povos como as “árvores da vida”, dada sua grande utilidade, como neste exemplo dos colonos da Guyana Francesa:

são ellas que fornecem o fio com que tecem as redes em que descansam o corpo; que lhes dão a linha para pescar, a isca para o fogo, o teto para os abrigos, as paredes que os livra dos ventos e dos animaes, os soalhos que os privam da humidade, o lenho para suas armas, os preparos para os seus ornatos, a palha para os diversos utensílios, a cera, o óleo e o sal com que se alumiam e temperam as suas iguarias; que lhes dão a água para saciar a sede, o vinho para suas festas; que os alimentam com os seus fructos e seus palmitos e até lhes fornecem remedios para seus sofrimentos e doces para seus bailes. Não há família que tanto offereça ao homem (BARBOSA RODRIGUES, 1898, p. xv).

Há estudos de antropólogos que sugerem que a riqueza de palmeiras nos trópicos

úmidos “tem sua origem multissecular na ação de um índio semeador das palmáceas, visando, através dos tempos, a obtenção de uma flora útil ao seu cotidiano” (BERTRAN, 1994, p. 22). Vários estudos recentes (BALÉE, 1992, GOMEZ-POMPA, 1971; 1992, *apud* DIEGUES & ARRUDA, 2001) apontam que muitas espécies dominantes nas florestas tropicais são, na verdade, espécies úteis protegidas no passado pelo homem e que sua abundância atual está ligada a esse fato. Se essas hipóteses vierem a ser comprovadas, certas espécies de palmeiras serão indícios seguros de sítios arqueológicos.

Para Lévi-Strauss (1987, p. 32), as palmeiras podem ser consideradas como semicultivadas, uma vez que as agrestes muitas vezes são preservadas nas clareiras (UHL & DRANSFIELD, 1987) e cuidadas como as de cultivo.

Em todo caso, a conexão do ser humano – das mais diversas culturas tradicionais – com as palmeiras aponta certa interdependência entre diversidade biológica e cultural, na qual o trabalho humano baseado nos sistemas agrícolas, pastorais, na caça e na coleta, seleciona cuidadosamente espécies e variedades mais bem adaptadas às condições físicas e bióticas locais, influenciando dessa maneira a biodiversidade (CUNHA, 2005, p. 17).

Essas questões serão tratadas no último capítulo quando serão discutidas a conexão da comunidade e as interfaces do sistema de vida rural de Terra Ronca com o buriti.

2.7 VALOR CULTURAL

Esta palmeira é uma das mais importantes e talvez aquela de que, desde tempos prehistóricos, os aborígenes vêm tirando maior proveito, sendo que ainda hoje as tribos dispersas na Amazonia saúdam alegremente a aparição dos fructos maduros, realizando nessa época, sempre ansiosamente esperada, as suas melhores festas e celebrando simultaneamente os casamentos ajustados.

Pio-Corrêa

O buriti é uma das espécies de palmeira mais utilizadas nos locais onde ocorre. Um dos primeiros relatos sobre a utilização do buriti pelas culturas nativas/indígenas é de Gumilla (1791 *apud* LÉVI-STRAUSS, 1987), que observou a importância econômica do buriti – denominado *muriche* – entre os índios Warrau. Da árvore obtinham madeira para suas palafitas, fibra para vestimentas, ornamentos, redes e apetrechos de pescaria, goma para fazer pão, seiva para produzir vinho, frutos para uma espécie de bebida e folhas para cestos. Extraíam também grandes lagartas comestíveis dos troncos em decomposição.

O significado do buriti no contexto sociocultural das comunidades indígenas da Amazônia pode ser exemplificado neste bonito relato dos professores Ticuna sobre a importância da árvore na vida e na cultura desse povo:

o buriti é uma palmeira grande, das mais bonitas. Vários buritis formam o buritizal. O dono do buritizal é o Wüwürü. As frutas do buriti dão em cacho. Quando amadurecem, ficam escuras e começam a cair. As pessoas, então, podem tirar as frutas para comer. Podem preparar o vinho. E podem vender as frutas na cidade. As frutas também alimentam os animais. Com as folhas novas do buriti, os dançarinos da festa se enfeitam. Com as outras folhas, os homens constroem o cercado to'cü. Com os braços do buriti, constroem turi. Com o buriti as mulheres tecem a esteira da moça-nova. A máscara Mawü carrega talinho das folhas do buriti. As crianças fazem brinquedos com o buriti. As mulheres representam nos pacarás o desenho da casca do buriti. As araras fazem seus ninhos no tronco velho do buriti. Depois de muito tempo, o buriti cai. No tronco caído cresce o muxiuá. O muxiuá alimenta as pessoas e os animais. (GRUBER & PROFESSORES TICUNA BILÍNGUES, 2000, p. 92).

A estreita relação etnobotânica do buriti com os povos indígenas em áreas de Cerrado pode também ser codificada na cosmologia de alguns povos, como nesta história do povo Xavante (MT), que se autodenominam *A'uwê Uptabi* – povo verdadeiro, sobre a criação do sol e da lua. O buriti – chamado *uiwede*, aparece na história como a árvore que sustenta o sol.

Eu vou contar, eu vou contar... Antigamente o povo *A'uwê* vivia na escuridão. Antes da lua. Antes do sol [...] É assim! Assim surgiu o sol. Os *wapté* brincavam no lago. Brincando de pular na água *pu*. Como os meninos brincam. Decidiram subir nas árvores. Começaram a brincar de subir em árvores. - Em que árvores vocês estão subindo? - Estamos subindo no *uiwede*. Ele vai subindo, subindo, muito alto. É duro! Muito difícil! A barriga cresce, aumenta, Ele faz muita força. Estava planejado... O ânus dele foi crescendo. Formando-se redondo, grande, quente. Vai crescendo o ânus do *wapté*. Sai do corpo dele, de uma vez. Fica fixo, brilhante no céu. Vermelho, grande. Como quando está amanhecendo o dia. Vermelho e grande no céu. Tão bonito! Ele se tornou o sol. O verdadeiro sol. (SEREBURÁ *et al*, 1998, p. 24-26).

O buriti faz parte de uma importante atividade cerimonial na vida social dos Xavantes e também de outros povos indígenas do Cerrado: as corridas de revezamento com toras de buriti. Trata-se de uma das atividades esportivas mais apreciadas, em que diferentes “clãs” podem desenvolver e demonstrar qualidades muito importantes para o tradicional estilo de vida Xavante: a força e a resistência físicas.

Nas corridas de revezamento, cada participante esforça-se ao máximo ao longo de trechos curtos, portando sobre os ombros uma enorme e pesada tora de buriti (aproximadamente 80 quilos para os homens e 60 para as mulheres). Em seguida, trata de transferir a tora aos ombros de algum outro membro de seu “time”, da mesma classe de idade ou da mesma metade ágama que ele, que fica à espera. Essas toras extremamente pesadas são transportadas pelos corredores ao longo de trajetos de extensão aproximada entre seis e oito quilômetros, que terminam no centro da aldeia. As corridas sempre envolvem pessoas do mesmo sexo e opõem times

compostos, cada qual, por classes de idade das metades ágamas. Apenas adultos podem transportar as toras. Contudo, essas corridas são acompanhadas por todos os membros fisicamente aptos da comunidade, o que faz delas eventos excepcionalmente animados e divertidos. O correr com toras é, sem dúvida, uma das atividades esportivas favoritas dos Xavante. (GRAHAM, 2008).

Se o buriti faz parte dos sistemas de subsistência, dos cerimoniais e da cosmologia dos povos indígenas que o utilizam, também está presente no patrimônio da cultura nacional, como fonte de inspiração para a literatura, poesia, a música e as artes visuais. Guimarães Rosa, um dos maiores escritores da literatura brasileira, descreveu tanto e tantas vezes os buritis em suas histórias que, no dia seguinte a sua morte, outro escritor, Carlos Drummond de Andrade, perguntava, num poema: “[...] Tinha pastos, buritis plantados no apartamento? No peito? [...]” (ROSA, 2001, p. 13).

2.8 A PLANTA E SUAS UTILIDADES



Figura 5. Exemplo de buriti (*M. flexuosa* L.f.) em ambiente natural – Terra Ronca, GO
Foto: Mario Rique Fernandes, 2008.

O buriti destaca-se pela versatilidade com que é utilizado pelo ser humano. Sua distribuição por grandes áreas efetivas dos neotrópicos faz dele uma das palmeiras mais utilizadas pelas comunidades em todos os locais onde ocorre, tanto na região Amazônica – incluindo outros países –, como no Cerrado. Os indígenas souberam aproveitar todas as suas partes e, ainda hoje, a planta tem papel de destaque na cultura e na vida de muitos povos.

Tanto os caboclos das várzeas amazônicas como os sertanejos do Cerrado também souberam aproveitá-lo inteiramente, mantendo velhas tradições indígenas e criando outras dentro da lógica própria de suas culturas. As formas e os graus de utilização – conexão entre homem-buriti – variam no tempo e nos diferentes contextos socioculturais e

ambientais. Daí ser quase impossível mencionar tudo o que é feito do buriti. Só se sabe de uma coisa: tudo nesta planta é útil e utilizado (PIO-CORRÊA, 1931, p. 339).

2.8.1 Usos populares do buriti

2.8.1.1 Raiz

As raízes têm a função de fixar as palmeiras no solo e absorver água e nutrientes. O sistema radicular do buriti é típico das palmeiras em geral. São cilíndricas, distribuídas subterraneamente, em cabelame ou cabeleira – na qual não se distingue uma raiz principal – formando verdadeira rede que vai a grande profundidade à procura de água (Figura 6a). Quanto à utilidade da raiz, não houve menção na literatura. No entanto, em Terra Ronca, alguns informantes destacaram a sua qualidade medicinal para tratamento de reumatismo.

2.8.1.2 Tronco

O tronco ou caule das palmeiras é chamado de estipe. O buriti possui um único tronco, simples, indiviso, solitário, ereto, cilíndrico e ostenta no ápice um tufo de folhas luzidias (Figuras 5 e 6c). O tamanho pode chegar a 15 metros ou mais nas áreas de Cerrado e a 35 metros na região amazônica, com trinta a sessenta centímetros de diâmetro. A medula central do tronco é esponjosa e cercada por um anel protetor, forte, de fibras, que forma numerosos feixes verticais de tecido condutor de seiva. É, porém, destituído de tecido cambial, uma camada de células responsável pelo aumento de seu diâmetro.

Nas áreas rurais, o tronco é considerado resistente e aproveitado como madeira para construções de pontes, palafitas, casas, móveis, bicas d'água ou calhas (quando oco), ripas para telhados (da parte externa), etc. (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005; GUMILLA, 1791 *apud* LÉVI-STRAUSS, 1987; MATA-MACHADO, 1991 *apud* SCHETTINO, 1995; ALMEIDA & SILVA, 1994; ALMEIDA *et al.*, 1998). Por sua propriedade flutuante, é utilizado para transportar madeira nos rios amazônicos e canoas podem ser feitas aproveitando-se a concavidade do caule (PIO-CORRÊA, 1931).

Da parte interna do tronco – medula – obtém-se uma farinha da qual os índios fabricam um tipo de pão ou de papa nutritiva, cuja qualidade e sabor assemelham-se ao sagu e à farinha de mandioca (ALMEIDA *et al.*, 1998), que dizem também medicinal, ótimo para diarreia e disenteria (FANSHAW *apud* MILLIKEN *et al.*, 1992). A inflorescência possui um líquido adocicado e de cor rósea, contendo cerca de 50% de glicose, o qual é agradável e refrigerante. Devidamente fermentado transforma-se em uma bebida vinosa, saborosa e tônica, também de grande importância em algumas tribos indígenas (RIZZINI & MORS, 1976 *apud* RIGUEIRA *et al.*, 2002). A matéria orgânica do tronco, após a decomposição,

também serve como excelente adubo (SAMPAIO; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2008).

Da árvore cortada ou por incisão no caule pode-se obter uma seiva adocicada contendo cerca de 93% de sacarose e da qual se fabrica o vinho (ALMEIDA *et al.*, 1998). Os sertanejos de Terra Ronca antigamente transformavam a seiva do buriti em mel e esse em rapadura. O palmito ou broto terminal, região principal de crescimento da planta, também é aproveitado como alimento – que dizem ser muito saboroso. Porém, esses usos que resultam na morte da árvore têm sido coibidos, pois hoje o corte de árvores em áreas de preservação permanente é uma atividade ilegal⁷.

O estipe de buritis apodrecidos na água serve de abrigo para grandes larvas – conhecidas como turus – fonte de alto valor protéico e muito apreciado na culinária das regiões amazônicas (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005).

2.8.1.3 Fruto

O fruto do buriti é uma drupa, grande, oblongo-globulosa de cinco a sete centímetros de comprimento e quatro a cinco centímetros de diâmetro, carnudo, coberto por uma carapaça de escamas imbricadas, morenas e brilhantes (VILLALOBOS, 1994; LORENZI, 1998; LORENZI *et al.*, 2004). Um fruto de buriti contém aproximadamente 12 gramas de escamas, nove gramas de polpa fresca, dez gramas de endocarpo e 21 gramas de amêndoa (ALMEIDA & SILVA, 1994).

De cor alaranjada, rica em vitaminas e com alto valor protéico, a polpa macia dos frutos é ingerida *in natura* – seca ou como farinha – ou com açúcar, após a secagem. Com ela também se fabricam doces, bolos, geléias, geladinhos, sorvetes, picolés e “vinho” (que pode ser bebido imediatamente ou fermentado). O óleo extraído da polpa, transparente e de cor vermelho-sanguínea, é usado na medicina popular (ALMEIDA *et al.*, 1998) como cicatrizante, contra queimaduras, picadas de insetos e de cobras além de servir como envernizante e amaciante de peles e couros. Esse óleo comestível, com características organolépticas de sabor e aroma agradáveis, qualificado por um alto teor de beta-caroteno e pró-vitamina A, vem sendo utilizado em um variado número de aplicações para a indústria biotecnológica de produtos alimentícios, farmacêuticos, cosméticos, entre outros. O fruto possui uma semente ovóide de consistência dura, podendo ser aproveitada na indústria caseira, como botões, adornos, pentes de teares, etc. A polpa e os caroços são também utilizados na alimentação de bovinos e suínos (ALMEIDA *et al.* 1998; PIO-CORRÊA, 1931). No estado do Amazonas, as sementes em infusão são utilizadas para dores intestinais (MILLIKEN *et al.*, 1992).

⁷ Art. 26, alíneas a e b da Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal Brasileiro.

2.8.1.4 Folhas

O buriti tem belas folhas do tipo flabeliformes ou costapalmadas que podem chegar a 3,4 metros de comprimento. Das folhas novas, ainda fechadas, conhecidas como “olhos”, obtém-se a “seda”, uma fibra resistente utilizada principalmente para a confecção de redes e cordas (SAMPAIO; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2008). A “palha” do olho – fibra da folha menos resistente – é usada para artesanatos diversos: chapéus, sandálias – alpercatas, esteiras, balaios, vassouras, sacolas, tipiti, paneiros, etc. No Jalapão, região leste do estado do Tocantins, a fibra do buriti é utilizada como linha para tecer os artesanatos de capim-dourado (SCHMIDT; FIGUEIREDO; SCARIOT, 2007). No estado do Pará, na região de Bragança, as folhas são utilizadas para fazer as sogas do tabaco e como adubo orgânico. As folhas adultas do buriti servem para a cobertura de casas rústicas, de ranchos, canoas e também podem servir para apagar as queimadas do Cerrado, no período da seca - dizem os usuários que elas possuem formato ideal de “apaga-fogo” (ALMEIDA & SILVA, 1994). As folhas também são fervidas pelos indígenas para obtenção de um pó de cor castanha que é usado como sal (LÉVI-STRAUSS, 1987). Os talos da folha são utilizados, com finalidades lúdicas, para fazer pipas ou papagaios (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005).

2.8.1.5 Pecíolo

O pecíolo ou pedúnculo das folhas – popularmente conhecido como “braços” - é a estrutura que faz a conexão entre a lâmina foliar (ou palma) e o tronco. Os braços do buriti variam entre três a cinco metros de comprimento, chegando a dez centímetros de diâmetro (Figura 6d). Fornece material leve e macio – tipo de esponja vegetal – que serve para usos diversos no artesanato. A parte interna esponjosa pode ser usada para a confecção de brinquedos, quadros, rolhas de garrafa, caixas, caixetas para doces, cadeiras, mesas, camas, instrumentos musicais, móveis, acabamento de forração de telhado, capoeira para aves, cercas, gaiolas, e tudo mais o que a necessidade, a imaginação e/ou a arte puderem inventar. Por ser flutuante, também pode ser aproveitado na construção de jangadas e balsas, funcionando como pequenas embarcações improvisadas para pesca, transporte de pessoas ou pequenas cargas através dos rios.

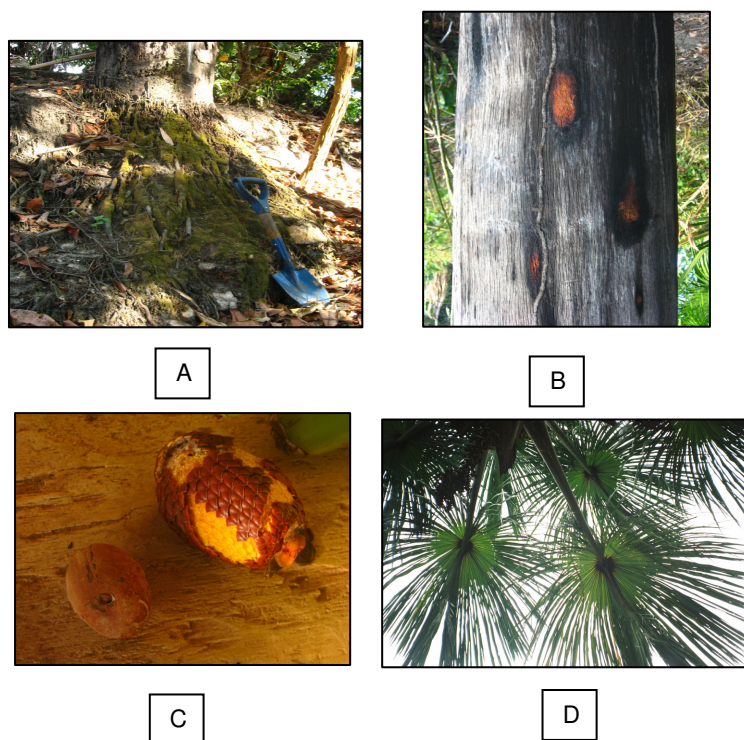


Figura 6. Partes do buriti (*M. flexuosa* L.f.) (A) Raiz; (B) Caule; (C) Semente e fruto; (D) Folhas palmadas ou flabeliformes e pecíolo
 Autor: Mario Rique Fernandes, 2007/2008.

2.9 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O AVANÇO DO CONHECIMENTO SOBRE O BURITI

O avanço das pesquisas nas áreas da biotecnologia e nutrição, nos últimos anos, fez recrudescer o interesse internacional nos produtos da biodiversidade brasileira como matéria-prima para uso industrial e tecnológico. O potencial do país em biodiversidade é imenso, porém, a capacidade que temos em recursos financeiros e científicos para estudá-la e transformá-la em produtos comerciais deixa ainda muito a desejar (NOVAES, 2002, p. 274-277).

Nos últimos anos, nutricionistas, físicos e químicos, entre outros cientistas, vêm estudando e descobrindo propriedades valiosas das várias partes do buriti, em grande parte com base na longa tradição popular sobre o uso da espécie. A constatação, por exemplo, do potencial nutritivo de seus frutos corrobora aquilo que o conhecimento popular já sabia intuitivamente, haja vista sua importância na dieta de muitas comunidades indígenas e locais.

2.9.1 Fibras

Pereira *et al* (2003) vêm estudando as características tecnológicas das fibras obtidas a partir das folhas do buriti – “palha” - na produção de celulose para obtenção de polpa e

papel. A fibra do buriti apresentou valor máximo de rendimento de 66,46%, bastante alto devido principalmente aos altos teores de celulose (69,41%) e pentosanas (16,10%). De acordo com os pesquisadores, pelos resultados obtidos a fibra das folhas do buriti pode apresentar-se como fonte alternativa não-arbórea de matéria-prima para a produção de celulose *Kraft*.

2.9.2 Óleo

Pesquisadores descobriram que o fruto do buriti pode produzir dois tipos de óleo vegetal com ampla utilidade para a indústria química e alimentícia. O principal são os óleos oléicos extraídos da polpa dos frutos, cuja principal característica é a coloração laranja-avermelhada, evidenciando alto teor de carotenóides, principalmente beta-caroteno. Das sementes obtêm-se óleos láuricos (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005), muito utilizados pelo mercado industrial de óleos para produtos de higiene, limpeza e cosméticos; por empresas de alimentos consumidoras de óleos e gorduras láuricas; e na fabricação de lubrificantes, combustíveis e glicerina (MARTINS; SANTELLI; FIGUEIRAS, 2005).

Em alguns estados da Amazônia, o óleo da polpa dos frutos do buriti vem sendo pesquisado para a síntese de biodiesel, como matéria-prima potencial para a produção em larga escala deste biocombustível (FERREIRA, 2005). Ainda, o óleo do buriti vem sendo utilizado como fonte de energia elétrica alternativa em comunidades isoladas da Amazônia no estado de Rondônia (CASTRO, 2000 *apud* CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005).

Albuquerque & Regiani (2006), da Universidade Federal do Acre, avaliaram o potencial de produção de biodiesel a partir da caracterização centesimal dos frutos e a análise físico-química do óleo do buriti. No entanto, o processo de extração do óleo por refluxo em hexano não teve a eficiência esperada e o óleo obtido apresentou alto índice de acidez, o que dificultaria a síntese de biodiesel utilizando hidróxido de sódio e álcool etílico. As autoras concluem que outras metodologias de processamento dos frutos e de extração de óleo precisarão ser estudadas.

O óleo também vem sendo pesquisado pelo Laboratório de Pesquisa em Físico-Química da Universidade de Brasília – UnB, como um componente de polímeros, usados na fabricação de plásticos, com o objetivo de que o material apresente degradação mais rápida que o polímero puro (ERENO, 2005). Durães (2004), em sua pesquisa de mestrado, adicionou o óleo de buriti ao poliestireno, utilizado na produção de copos plásticos descartáveis, e ao poli(metacrilato de metila), matéria-prima para peças de acrílico, gerando um plástico que absorve a radiação solar e funciona como fotoprotetor.

Patenteados como “*Preparação Compósitos Fotoprotetores e Fotoluminescentes a partir da Dopagem de Poliestireno e Poli(metacrilato de Metila) com Óleo de Buriti (Mauritia flexuosa L.)*”, o resultado da pesquisa gerou um tipo de material que pode ser usado na fabricação de óculos escuros, de películas protetoras, em revestimentos de paredes e na fabricação de *LEDs (light emitting diodes)*, utilizados em telas de computadores, celulares e semáforos para emitir luz. O novo plástico fotoluminescente representa, possivelmente, uma alternativa mais barata aos *LEDs* existentes no mercado e apresenta capacidade de acelerar a degradação do polímero, diminuindo o seu tempo de vida na natureza (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2006).

Os micronutrientes com propriedades anti-oxidante, hidratante e fotoprotetora despertaram o interesse das indústrias de cosméticos na fabricação de produtos à base do óleo de buriti. A empresa *Chemyunion Química Ltda. (BR/SP)* entrou em 2003 com pedido de patente sobre o uso do óleo de polpa de buriti na preparação de formulações cosméticas, capilares e farmacêuticas, mas ao que parece não ganhou, pois não aparece no registro de patentes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

Atualmente, grandes empresas de cosméticos vêm industrializando em larga escala desodorantes corporais, produtos solares e pós-solares, sabonetes, cremes, etc. à base do óleo de buriti. A *Natura*, a maior empresa do ramo no Brasil, utiliza o óleo de buriti como matéria-prima na preparação de sabonete vegetal ao custo de R\$ 18,90; desodorante corporal a R\$ 36,90; e óleo desodorante corporal a R\$ 49,90. A multinacional *L'occitane do Brasil* também tem uma linha de cremes e óleos protetores solares, que vende ao preço médio de US\$ 25 (Figura 7) ⁸.



Figura 7. Creme de proteção solar “orgânico” formulado com óleo vegetal de buriti, colhido no estado do Pará
Autor: Mario Rique Fernandes, 2009.

⁸ Preços de maio de 2009. A referência ao preço é apenas para indicar o valor do produto no mercado. Pode sugerir também que os segmentos consumidores desses produtos são as classes A e B, uma vez que o preço médio de uma cesta básica no mesmo período, em Brasília, é de R\$ 25,00.

2.9.3 Alimentação

Quanto ao uso na alimentação, a Dra. Délia Rodriguez-Amaya, professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, afirma que a polpa do buriti constitui uma das principais fontes de pró-vitamina A encontradas na biodiversidade brasileira (RODRIGUEZ-AMAYA, 1996 *apud* AGOSTINI-COSTA & VIEIRA, 2009). O elevado potencial pró-vitamínico do fruto do buriti é resultado dos altos teores de beta-caroteno, um pigmento amarelo-avermelhado, principal fonte de pró-vitamina A encontrada no reino vegetal.

Outros estudos realizados pela Dra. Tânia da Silveira Agostini-Costa, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, em parceria com Dr. Daniel Barrera-Arellano, professor da Unicamp, reforçam o potencial de pró-vitamina A do buriti. Segundo trabalhos desenvolvidos por esses pesquisadores, um grama de óleo de buriti apresentou 1.181 microgramas de beta-caroteno, o que faz deste óleo uma das maiores fontes de pró-vitamina A (18.339 microgramas de retinol equivalente por 100 g de óleo) (AGOSTINI-COSTA & VIEIRA, 2009)⁹.

Importantes aspectos relacionados com segurança alimentar e saúde foram levantados pelo Professor José Guilherme Mariath e colaboradores da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (MARIATH; LIMA; SANTOS, 1989), os quais avaliaram o efeito da suplementação alimentar com o doce de buriti sobre a manifestação clínica da hipovitaminose A em regiões do semi-árido nordestino.

Os pesquisadores concluíram que a suplementação alimentar de crianças com idade entre quatro e 12 anos com 12 gramas de doce de buriti por dia, durante vinte dias, foi suficiente para recuperar quadros de hipovitaminose A, do qual um sintoma clínico é a perda da visão. Os autores sugerem a utilização do buriti em programas de intervenção de combate à deficiência de vitamina A, o que vai ao encontro das observações feitas por Alencar *et al* (2002) na região amazônica.

Além do potencial pró-vitamina A, a polpa do buriti é uma boa fonte de ferro, de cálcio, de óleo e de fibras. O óleo é rico em ácidos graxos monoinsaturados, principalmente ácido oléico, mas o principal apelo é a sua coloração laranja-avermelhada, que se deve ao elevado teor de carotenóides, principalmente beta-caroteno (pró-vitamina A) (AGOSTINI-COSTA *et al*, 1994 *apud* MARTINS; SANTELLI; FILGUEIRAS, 2005 ; ALMEIDA *et al*, 1998).

Contudo, o buriti ainda não tem despertado o interesse dos pesquisadores em agricultura como uma planta perene produtora de óleo para fins alimentícios. Esse

⁹ A cenoura, umas das principais fontes de vitamina A do reino vegetal, apresenta valores entre 620 e 800 RE/100g (MARTINS; SANTELLI; FILGUEIRAS, 2005).

desinteresse deve-se à baixa porcentagem de óleo contido na polpa do fruto. A produtividade de óleo de buriti na Amazônia pode chegar a cerca de 2.743 quilogramas/hectar de óleo. Por outro lado, o buriti pode produzir cerca de 3,6 toneladas/hectar de ácidos oléicos, assumindo uma densidade de 150 plantas femininas por hectare, quantidade significativamente superior à produção de óleo de culturas anuais, como a soja, girassol e amendoim, porém inferior à do dendê (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005).

2.10 VALOR ECONÔMICO

O fruto do buriti é uma importante fonte de alimento local e regional e também gerador de renda para comunidades rurais no Cerrado e na Amazônia. Em Iquitos, no Peru, Padoch (1988) observou que o comércio de picolés, pastéis, sorvetes e bebidas da polpa de buriti constitui uma importante fonte de emprego e renda para muitas famílias nos mercados regionais. Estimou que, no ano de 1985, as vendedoras ganhavam cerca de US\$11 por dia, o que no final do mês representava um valor oito vezes maior que o salário mínimo.

A variedade de formas em que o fruto é vendido, bem como a grande quantidade comercializada nas esquinas e nos mercados de Iquitos todos os dias são atribuídas ao fato de haver uma preferência cultural “palatal” - comer frutos de buriti é uma necessidade diária para muitos Iquiteños. Além disso, o buriti ocupa lugar de destaque nas crenças¹⁰ e imaginário urbano e nos mitos tradicionais (PADOCH, 1988, p. 216-218).

Afonso (2008), em estudo preliminar sobre a cadeia produtiva do buriti no Brasil, aponta que a fibra é o produto que apresenta maior volume comercializado no país – cerca de quinhentas toneladas distribuídas no mercado interno e externo. A exportação é para o mercado europeu, como fibra ou artesanato. Foram encontradas comunidades produtoras de artesanato com o buriti nos estados do Pará, Maranhão, Acre, Bahia, Tocantins e Piauí.

No entanto, a polpa congelada e o doce são as principais formas de comercialização. A polpa é vendida no mercado local, em geral congelada, desidratada e já transformada em doce. Já o óleo da Amazônia é comercializado para empresas cosméticas que o beneficiam – como a *Beraca* e a *Naturais da Amazônia* – e o revendem para outras empresas ou o enviam para indústrias fora do país, principalmente para a Europa (AFONSO, 2008).

Em 2004, em Belém, Cymeris, Fernandes e Rigamonte-Azevedo (2005) observaram que cem mililitros do óleo foram vendidos por cinco reais; o quilo da polpa atingiu oito reais e um pãozinho com 15 frutos custou um real. Entre 1997 e 1998, 20 frutos custavam cinquenta centavos. No Cerrado, Almeida & Silva (1994) fizeram um levantamento dos preços de

¹⁰ Entre essas, a mais significativa e acreditada, é a de que os frutos do buriti podem curar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS (PADOCH, 1988, p. 215).

alguns produtos do buriti comercializados nas feiras locais e margens de estradas. Na época verificou-se que a polpa fresca do buriti, vendida em formato de bolas, foi comercializada em Barreiras - Bahia, a US\$ 1,13/Kg; o doce em tablete a US\$ 1,89/kg; a polpa desidratada a US\$ 7,57/Kg e o óleo da polpa, – utilizado na região para tratamento de queimaduras, a US\$ 22,73/l.

Na prática, o maior uso do buriti tem sido por meio de sua fibra retirada das folhas novas – “olhos” – as quais fornecem a embira ou palha, considerada bastante resistente e largamente utilizada no artesanato regional (AFONSO, 2008). No Jalapão, estado do Tocantins, desde 1990, o artesanato feito com capim dourado utilizando-se a fibra das folhas novas de buriti – localmente conhecida como seda – tem sido uma importante fonte de emprego e renda para os moradores da região. São feitos cestos, chapéus, bolsas, *sous-plats*, mandalas, bijuterias, entre outras peças (FIGUEIREDO, 2007; SCHMIDT, 2005).

Schmidt (2005, p. 24), estimou mais de 600 artesãos e coletores de capim dourado, cadastrados em mais de 15 associações, em pelo menos cinco municípios do Jalapão. De acordo com a pesquisadora, a renda gerada com capim dourado a partir da venda nos mercados locais e nos grandes centros urbanos, é semelhante ou mesmo superior à das principais atividades econômicas existentes no Jalapão.

Na região dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão, o artesanato das fibras de buriti constitui uma atividade econômica tradicional, cujos produtos artesanais são amplamente comercializados para vários estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, entre outros. O artesanato com buriti faz parte da cultura maranhense, sendo amplamente empregado na construção de peças do bumba-meu-boi e outras figuras folclóricas (FREIRE, 1996; ROCHA, 2000 *apud* RIGUEIRA *et al*, 2002).

Nos últimos anos, o aumento considerável do fluxo do turismo na região dos Lençóis incentivou a coleta e o artesanato das folhas do buriti, tornando-se essa a principal atividade econômica de muitas comunidades locais na região (RIGUEIRA *et al*, 2002).

Em Belém, estado do Pará, os brinquedos de miriti – nome regional do buriti -, constituem um dos símbolos do Círio de Nazaré - a festa da Padroeira do Pará - e da cultura desse estado. Produzido a partir dos “braços” do buriti, o brinquedo de miriti é um artesanato fabricado apenas nas ilhas perto de Belém – Abaetetuba, Barcarena, entre outras. Há décadas o brinquedo retrata fragmentos da realidade e do imaginário ribeirinho amazônico e encanta com suas cores e formatos diversos: barcos, canoas, cobras, jacarés, galinhas, tatus e, hoje em dia, rádios, televisões, carros e aviões de buritis (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-AZEVEDO, 2005).

A atividade hoje envolve diversas famílias, que sobrevivem exclusivamente da fabricação do brinquedo. Os brinquedos feitos durante o ano inteiro são vendidos em poucos dias, para paraenses e turistas que vão a Belém celebrar o Círio de Nazaré no

segundo domingo de outubro. O preço do brinquedo varia de R\$ 5,00 a R\$ 500,00, dependendo do tamanho da peça (SOARES de Almeida, 2007).

2.11 PERSPECTIVAS DO EXTRATIVISMO DO BURITI NO BRASIL

A partir do levantamento bibliográfico realizado é possível constatar que o buriti é uma espécie vegetal com potencial de uso no contexto das políticas voltadas ao extrativismo de produtos da biodiversidade brasileira porque:

I. É considerada umas das palmeiras nativas mais abundantes do país. É necessário entretanto, ressaltar que embora forme grandes concentrações em grupamentos homogêneos - conhecidos como buritizais ou veredas, o buriti é bastante exigente quanto ao tipo de solo em que se desenvolve. Está presente apenas em locais de elevada saturação hídrica, às margens de cursos d'água ou onde há afloramentos de lençóis freáticos¹¹.

II. Tem potencial para uso industrial em larga escala. O desenvolvimento das pesquisas nas áreas da biotecnologia tem levado a uma busca intensa por espécies biológicas, com potencial para ser explorado. Embora o conhecimento científico sobre o uso para fins industriais do buriti ainda esteja se iniciando, os estudos existentes apontam para um grande potencial, principalmente nas áreas de cosméticos, alimentar e de biocombustíveis.

III. Tem papel relevante no contexto sociocultural de povos e comunidades tradicionais. Além da sua presença na dieta desses segmentos sociais, o buriti faz parte dos sistemas de vida locais, contribuindo para sustentação da vida rural, tanto pelos aspectos ecológicos – biodiversidade e preservação dos recursos hídricos – como por fornecer matéria-prima para a produção de cultura material e para geração de renda. Nesse sentido, faz parte do patrimônio imaterial cultural do país, pois o repertório de conhecimentos sobre o seu uso e manejo está armazenado pelos indivíduos, como parte da cultura.

É também importante ressaltar que o buriti é objeto de políticas públicas a exemplo da “Política de Garantias de Preço Mínimo” para produtos do agroextrativismo¹², em que está

¹¹ Nas áreas de Cerrado e em algumas regiões da Amazônia, como no Maranhão, as populações de *Mauritia flexuosa*. (buriti) têm sofrido forte pressão antrópica, com a especulação imobiliária e a expansão das lavouras de monocultura e das atividades agropecuárias sobre áreas de nascentes, veredas e buritizais (MARTINS, 2005; FERNANDES-PINTO & SARAIVA, 2007). Sem dúvida, a perda de habitat constitui a principal ameaça à essa espécie que, vale lembrar, só ocorre em contextos ecológicos específicos e protegidos pela legislação federal.

¹² Política instituída pelos Departamentos de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – DEX e DRS/SEDRS/MMA.

sendo fixado preço e sua comercialização. A garantia de preço mínimo para o buriti e outros produtos do extrativismo é uma demanda histórica de seringueiros e extrativistas da Amazônia e do Cerrado. Além dos preços, estuda-se a criação de novas cadeias produtivas e o fortalecimento das já existentes. Os objetivos da política são agregar valor aos produtos *in natura*, consolidar mercados e garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais cuja população estimada é de 5,2 milhões de pessoas em todo o País (ANDIROBA, 2008; ALMEIDA, 2006).

No atual contexto de inserção dos produtos do buriti na cadeia produtiva do extrativismo, vale chamar atenção para medidas de precaução que devem ser tomadas para que ele tenha uso em bases sustentáveis, com respeito a suas características botânicas e ecológicas, e valorização dos ecossistemas florestais. À medida que o buriti se torna fonte de renda de comunidades locais, seja artesãos, extrativistas ou comerciantes, aumenta a necessidade de que essas atividades econômicas sejam pautadas pelos princípios básicos do desenvolvimento sustentável (RIGUEIRA *et al.*, 2002; SAMPAIO; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2008; FERNANDES-PINTO & SARAIVA, 2007; SOARES de Almeida, 2007).

Nesse sentido, tendo em vista ser o buriti uma árvore com valor etnobotânico significativo para diversas sociedades tradicionais e com potencial uso econômico pelas sociedades industriais, o aproveitamento do conhecimento do “saber-fazer” sobre os diferentes usos e manejo dessa espécie no contexto da modernidade pode tornar-se uma via de desenvolvimento local e endógeno condizente com os atuais preceitos do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002).

Nos próximos capítulos o buriti será apresentado num contexto ambiental, social, econômico, histórico e cultural: a região de Terra Ronca.

3 SOCIEDADE, CULTURA E AMBIENTE: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO DE ESTUDO

3.1 REVIRANDO VÃOS NATURAIS E SOCIAIS: A BACIA (VÃO) DO PARANÃ

O objetivo deste capítulo é apresentar as características ambientais e socioculturais da região, no intuito de compreender o contexto maior no qual se insere e a comunidade de Terra Ronca.

3.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO INTRODUTÓRIA

Localizado na região Nordeste do Estado de Goiás, o Vão do Paranã constitui uma depressão entre os relevos do Planalto do Divisor São Francisco-Tocantins – mais conhecido como Serra Geral de Goiás - e do Planalto Central Goiano – mais conhecido como Chapada dos Veadeiros (OLIVEIRA, 2005, p. 192). Com uma área de 59.403 km² e altitudes que variam entre 400 e 600 metros, o Vão estende-se do Nordeste do estado de Goiás ao Sudeste do estado de Tocantins, por 33 municípios. O vale (vão) do Rio Paranã insere-se na bacia hidrográfica do alto Rio Tocantins e situa-se no centro do território nacional, na confluência da divisão política regional do Brasil, entre as regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste (Figuras 8 e 9).

A região constitui atualmente uma das últimas áreas naturais ainda bem conservadas do estado de Goiás e por isso é considerada pelo Projeto de Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal (BRASIL, 1999), como de importância biológica extremamente alta: as áreas do Vale e Serra do Paranã, Grande Sertão Goiás-Bahia, Cavernas de São Domingos e Florestas Semidecíduas do Sudeste do Tocantins, entre outras (SCARIOT & SEVILHA, 2005). Inserida na região mais ampla do Nordeste Goiano – incluindo a região da Chapada dos Veadeiros – o Vão do Paranã foi intitulado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, como parte da *Reserva da Biosfera do Cerrado e Pantanal* (CARVALHO, 2005).

A pesquisa de campo foi realizada na área de abrangência do Parque Estadual de Terra Ronca – PETeR, situado na zona rural do município de São Domingos, na fronteira do Nordeste de Goiás e divisa com o estado da Bahia.

As características de São Domingos e do povoado São João Evangelista – local de realização da pesquisa – são descritas mais adiante.

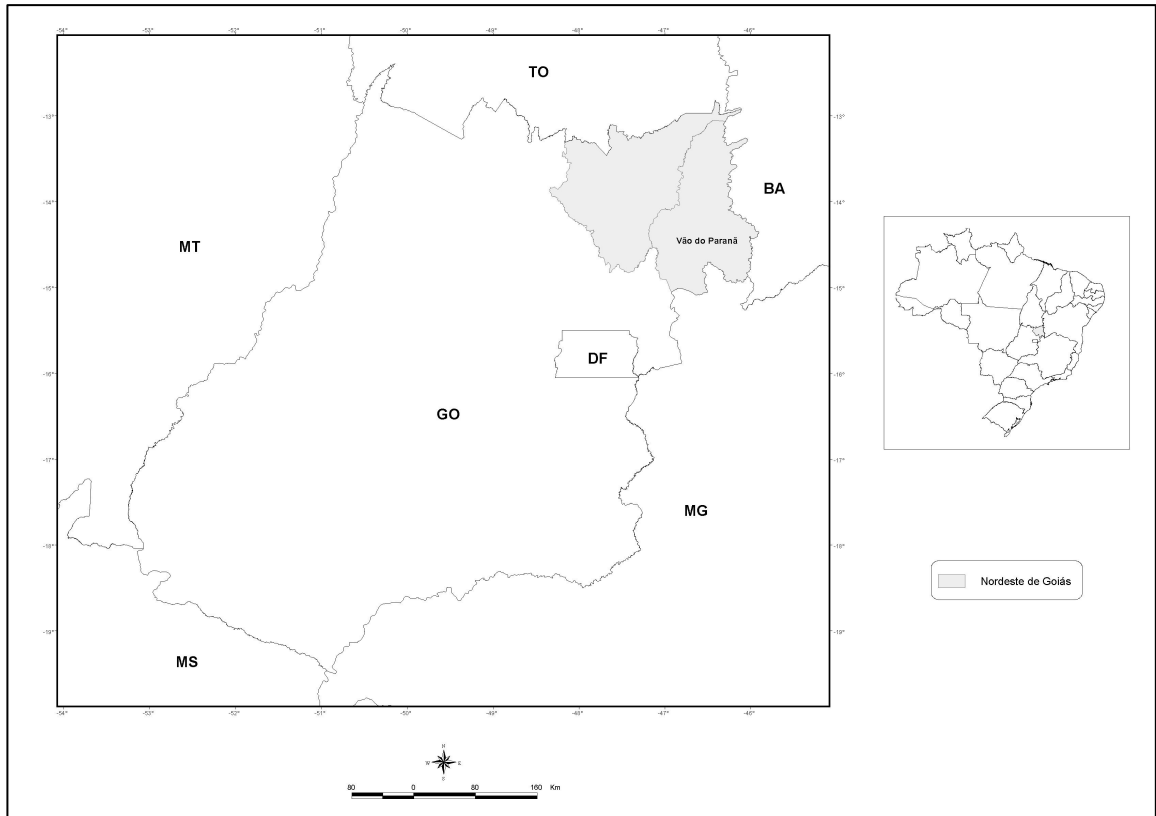


Figura 8. Mapa da região Nordeste de Goiás e região do Vão do Paraná
Autora: Jacqueline Martins Gomes, 2008.

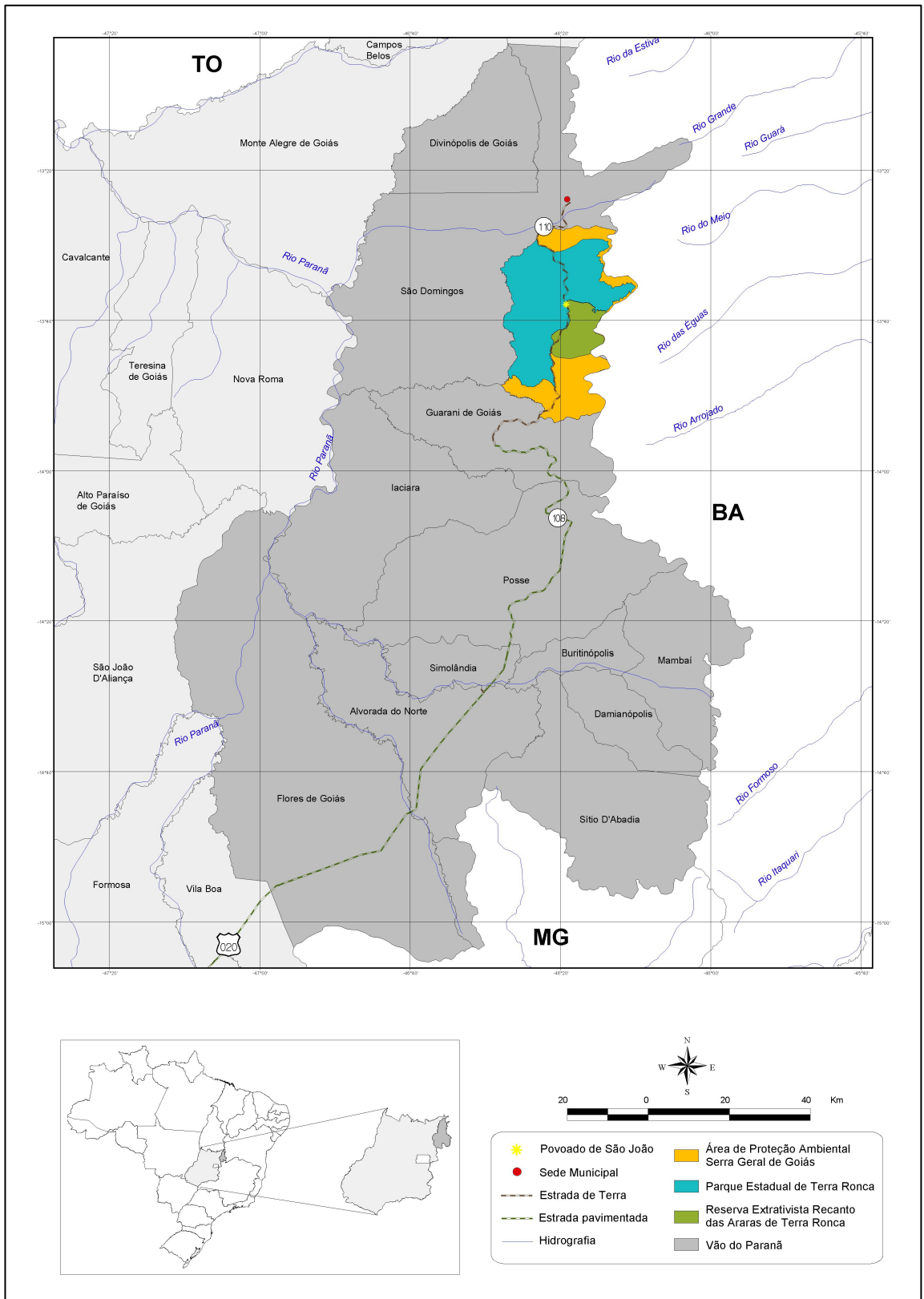


Figura 9. Mapa da região do Vão do Paranã em detalhe
 Autora: Jacqueline Martins Gomes, 2008.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO

3.3.1 Climatologia

O Vão do Paranã está inserido em uma zona de transição entre os domínios do clima úmido da região Amazônica e os domínios dos climas semi-áridos da região da caatinga do Nordeste brasileiro. A região insere-se no contexto climático que, segundo Köppen, está sob o domínio do Clima Tropical, com duas estações bem definidas (AW), com variações para clima tropical de altitude (CWA). Há a ocorrência de veranicos: período seco embutido dentro da estação chuvosa (geralmente em janeiro), podendo perdurar de uma a quatro semanas sem chuvas, com dias ensolarados. Embora seja um fenômeno climatológico comum no Brasil Central, na região de estudo tem-se registrado com irregularidade temporal e de frequência.

O regime de chuvas é tipicamente “tropical” com máximas no verão e mínimas no inverno, atingindo uma média anual em torno de 1.300 mm. A região encontra-se sob o domínio das massas de ar Equatorial Continental (Ec), proveniente da região amazônica, nos meses de novembro a março, responsáveis pelos elevados índices de chuvas durante esses meses (80% das chuvas ocorrem no neste período). O inverno seco resulta da entrada na região dos ventos secos e quentes de nordeste, originários do anticiclone subtropical semifixo do Atlântico Sul, responsável pela estabilidade do tempo nesta época do ano.

A ausência de grandes variações altimétricas confere à região pequenas variações térmicas a nível regional e local. Nesse sentido, as oscilações térmicas variam com registros de temperatura do mês mais frio (julho) com valores entre 20° e 22°C, e nos meses mais quentes com médias de 26° a 28°C. A média térmica anual é de 25°C com variações de 1° a 2°C e amplitudes térmicas baixas, não ultrapassando valores superiores a 4°C (AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS - AAG, 2003; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1995).

3.3.2 Geologia

Estes são os cenários profundos, geológicos, sobre os quais transcorre, como tênue e envenenado risco do somenos de 12 mil anos, a presença humana no Planalto Central, a impelir-nos para a necessária humildade que deve ter o homem ao deparar-se com as idades da Mãe-Terra e o desconhecido dos tempos imemoriais.

Paulo Bertran

Via de regra, há uma correlação entre a distribuição espacial dos solos com a geologia – tipos de rochas - e com as variações nas formas de relevo dominantes. Por sua vez, essas

características condicionam a distribuição dos diferentes tipos de vegetação presentes na região, com sua flora e fauna peculiares.

De acordo com o IBGE (1995), o contexto paisagístico da região de Terra Ronca é dominado por três grandes sistemas ambientais: as bordas ou *Vertentes da Serra Geral* de Goiás, compreendendo as escarpas e as áreas deprimidas do sopé da Serra; o sistema *Cárstico-Pelítico Guarani de Goiás - Divinópolis de Goiás*, que compreende a Serra de Calcário e as áreas com relevo cárstico e; o sistema *Vão do Paranã Norte*, que são as planícies do rio Paranã, localizadas a oeste da Serra de Calcário (Figura 10).

As *características geológicas* da região estão associadas de forma predominante com duas grandes formações em contato e que apresentam grande diferença de idade entre si: a primeira associada com a formação geológica do Grupo Bambuí e a segunda com a formação arenítica Urucuia.

A mais antiga é a formação do Grupo Bambuí, cuja origem remonta ao período Pré-Cambriano, Proterozóico Médio e Superior (500 a 600 milhões de anos). As rochas que representam esse grupo formaram-se a partir do depósito de sedimentos em ambientes de mares epicontinentais, em regime de plataforma relativamente estável. Ao longo da história geológica da Terra, uma série de movimentos tectônicos e processos erosivos transformaram esses sedimentos marinhos, formando as rochas calcárias do Grupo Bambuí e as rochas metamórficas da seqüência Vulcano-Sedimentar de São Domingos, Tonalito São Domingos e Granudiorito São José – rochas testemunhas de um tempo em que o sertão era mar.

A Formação Urucuia é bem mais recente na escala geológica, constituída no final do período Cretáceo e estendendo-se pela era Cenozóica (cerca de 120 milhões de anos atrás). A Formação Urucuia é constituída basicamente por arenitos finos a médios róseos, impuros, com diferentes concentrações de argila e concreções silicosas, originadas de ambientes desérticos - quando o mar já tinha virado sertão. Nesse período começam a definir-se melhor os divisores dos principais rios da região e seus tributários – as bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Ao longo de milhões de anos, depósitos da Formação Urucuia e sedimentos mais recentes - cobertura Arenosa Colúvio-Eluvionar e Cobertura Detrito-Laterítica - formaram os extensos chapadões do que hoje constitui a Serra Geral (AAG, 2003; IBGE, 1995).

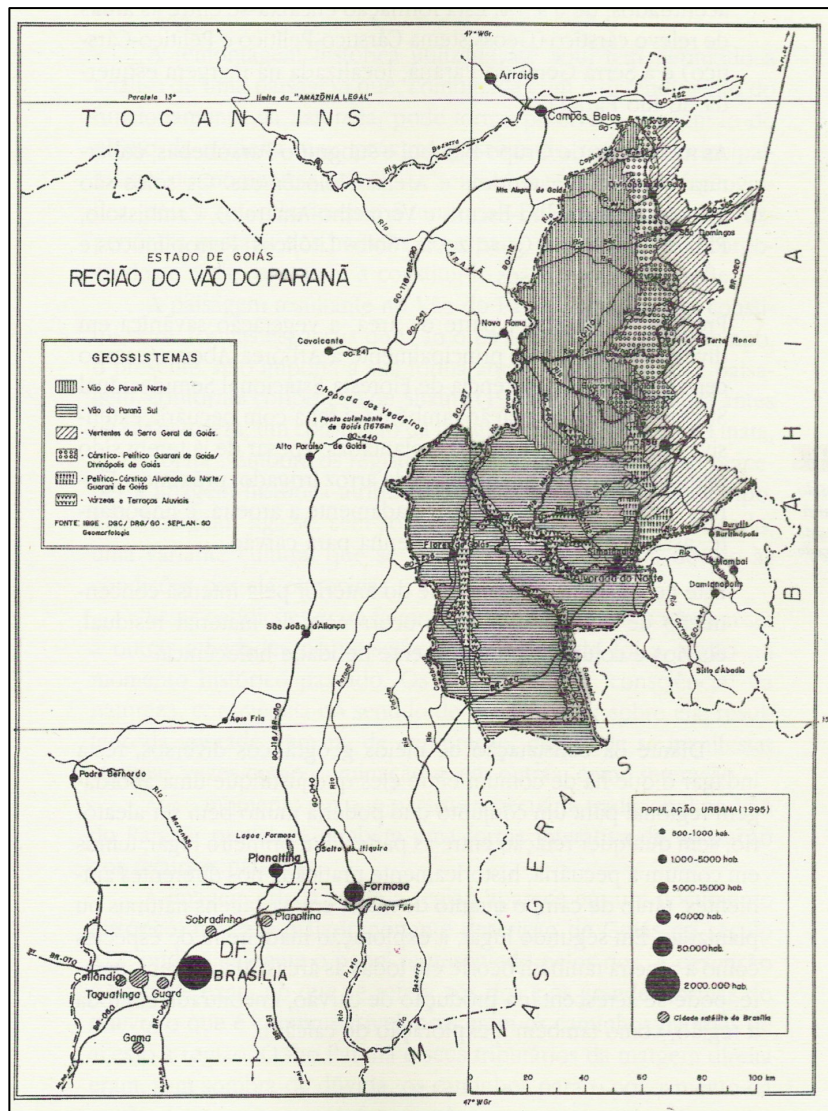


Figura 10. Mapa dos geossistemas da região do Vão do Paranã
 Fonte: IBGE, 1995 apud BARREIRA, 2002.

3.3.3 Hidrografia

*Sempre pensara em ir
 caminho do mar.
 Para os bichos e rios
 nascer já é caminhar.
 Eu não sei o que os rios
 têm de homem do mar;
 sei que se sente o mesmo
 e exigente chamar.*

João Cabral de Melo Neto

A bacia do rio Paranã – Vão do Paranã, está inserida nos domínios das bordas ocidentais da Serra Geral de Goiás, um extenso planalto sedimentar que ocupa as regiões

do Brasil Central, alongando-se de norte a sul, na divisa dos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Tocantins. Atua como divisor de duas grandes bacias hidrográficas: a bacia do alto rio Tocantins e a bacia do alto rio São Francisco. A região de Terra Ronca localiza-se na sub-bacia do rio Paranã, que por sua vez, é parte da bacia do alto Tocantins.

A rede hidrográfica da região é constituída por um complexo sistema de drenagem, no qual a Serra Geral de Goiás e a Serra de Calcário se comportam como centros dispersores dos rios, córregos e ribeirões que compõe um conjunto de sub-bacias, que drenam para o Rio Paranã, afluente que desemboca na margem direita do rio Tocantins. De acordo com a Agência Ambiental de Goiás – AAG (2003):

Estes córregos e ribeirões normalmente formam extensas veredas e pequenos riachos como sub-afluentes, até formarem os rios e córregos principais que avançam para as estruturas calcárias da Serra do Calcário. Em seu percurso aprofundam o seu talvegue nas rochas de menor resistência a erosão vertical, quando então originam as insurgências, tornando-se rios subterrâneos, que ressurgem, após cavarem nas rochas calcárias todo um sistema típico de relevo cárstico (AAG, 2003, p. 37).

Assim as águas que nascem no sopé da Serra Geral, ao encontrar as áreas com solo calcário, aproveitam as falhas e fraturas do relevo e constroem vales estruturais, grutas e pontes cársticas, entre outras formas comuns ao tipo de relevo cárstico (Figuras 9 e 11).

Sob o ponto de vista hidrográfico, de acordo com o IBGE (1995), a região pode ser vista como um sistema natural integrado, no qual a preservação das cavernas e grutas – protegidas pelo PETeR – depende da manutenção e equilíbrio de diversos fatores ambientais envolvidos, sejam físicos, bióticos ou químicos. Uma alteração, porventura, provocada nas cabeceiras da rede hidrográfica que banha o sistema – áreas com predominância de veredas e buritis - pode acelerar ou retardar o processo de dissolução do calcário, provocando, a longo prazo, danos imprevisíveis ao conjunto.

Os rios que são referência na região de abrangência do estudo: rio São Domingos; rio dos Macacos; rio Angélica, rio São Vicente; rio São João, rio São Mateus; rio da Lapa; rio Palmeiras e rio São Bernardo. Todos eles afloram nas encostas da Serra Geral de Goiás, formando sistemas de veredas, e seguem em direção oeste ao Rio Paranã.



Figura 11. Boca da caverna de Terra Ronca: de grande interesse turístico e arqueológico, constitui um exemplar das formas cársticas ocorrentes na região de estudo
Fonte: Mario Rique Fernandes, 2008.

3.3.4 Solos

É preciso de saber os trechos de se descer para Goiás: em debruçar para Goiás, o chapadão por lá vai terminando, despenha. Tem quebra-cangalhas e ladeiras terríveis vermelhas. Olhe: muito em além, vi lugares de terra queimada e chão que dá som – um estranho. Mundo esquisito!

Guimarães Rosa

Em geral os solos da região de Terra Ronca são pobres, isto é, são caracterizados pela baixa fertilidade natural e por pouca matéria orgânica. Os diferentes tipos de solo estão distribuídos pelos sistemas ambientais da paisagem, sendo que alguns ocorrem ao longo de todos os gradientes, como Latossolo Vermelho-Amarelo, as Areias Quartzozas e Cambissolos, e outros estão restritos a poucas áreas, como os Podzólico Vermelho-Escuro, encontrado nos vales encaixados da Serra de Calcário.

Os solos dominantes nas áreas com relevo cárstico são o Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Escuro, Cambissolo, Areias Quartzozas e Litólicos, além dos afloramentos de rochas calcárias. Entre estes, vale destacar o Podzólico Vermelho-Escuro e suas variações, por se constituírem solos com alta fertilidade natural, assemelhando-se a Terra Roxa Estruturada, diferindo desta apenas quanto ao material de origem, pois estão relacionados à litologias calcárias e não a rochas básicas. Devido a sua fertilidade, esse tipo de solo recebe denominação local/regional de "*terra de cultura*".

Nas bordas da Serra Geral e nas áreas rebaixadas sob sua influência, os solos dominantes são: os Latossolos Vermelho-Amarelos, nas áreas aplainadas do Chapadão (divisa de Goiás com a Bahia); os Cambissolos, encontrando-se sob relevo ondulado a forte ondulado; nas partes rebaixadas, as Areias Quartzozas, sob relevo plano e suave ondulado; nas escarpas da Serra Geral, estão presentes os solos Litólicos Álicos, sob relevo forte ondulado e montanhoso (as terríveis quebra-cangalhas e ladeiras vermelhas mencionadas

por Guimarães Rosa).

No âmbito deste trabalho, destaca-se a ocorrência dos Gleissolos Álicos, encontrados nas várzeas e veredas da região, presentes nas superfícies de aplainamento (fundos de vale) da Serra Geral. São solos hidromórficos, pouco profundos e pouco permeáveis, de cor acinzentada pela redução de ferro relacionado à presença de lençol freático próximo ou na superfície, durante alguns meses do ano. Provêm de sedimentos aluviais recentes referentes ao Holoceno (AAG, 2003; BARREIRA, 2002; IBGE, 1995).

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE BIOLÓGICO

3.4.1 Vegetação

O Vão do Paranã localiza-se em uma faixa de tensão ecológica entre grandes biomas em contato geográfico – Cerrado, Caatinga e Floresta Tropical Úmida –, reflexo do contato de domínios climáticos (AB'SÁBER, 2003; SCARIOT & SEVILHA, 2005). A região de Terra Ronca apresenta formações vegetais típicas do Cerrado – florestal, savânica e campestre¹³ - e está localizada em uma área de tensão ecológica entre as Florestas Estacionais Deciduais e Semi-Deciduais – tradicionalmente conhecidas como Matas Secas - com formações savânicas de Cerrado e Caatinga. A seguir são descritas as principais características das fitofisionomias presentes na região, e no capítulo cinco como estas estão distribuídas pelo território.

3.4.1.1 Formações florestais: Matas de galeria e Matas Secas

Matas de Galeria são florestas latifoliadas, perenifólias, mais ou menos pantanosas, conforme as condições locais, e com fisionomia muito variável - geralmente com estrutura acima de 15 metros de altura, mas com árvores emergentes que podem chegar a 30 metros. Forma uma rede florestal que acompanha os rios de pequeno porte, formando corredores fechados (galerias) sobre o curso de água. Em geral, localiza-se nos fundos dos vales ou nas cabeceiras de drenagem sendo circundada por faixas de vegetação não florestal em ambas as margens, quase sempre com transição brusca com formações savânicas e campestres. São importantes repositórios de biodiversidade, pois nelas se encontram espécies da Amazônia, Mata Atlântica, além de espécies de cerrado *strictu sensu* e de

¹³ O Cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres. Em sentido fisionômico, florestas são áreas com predominância de indivíduos arbóreos, com formação de dossel, contínuo ou descontínuo. O termo savana refere-se a áreas com árvores e arbustos espalhados sobre um estrato graminoso, sem formação de dossel contínuo. Já o termo campo, designa áreas com predomínio de espécies herbáceas e algumas arbustivas, faltando árvores na paisagem. É com esse sentido, que esses termos e suas variantes são apresentados no texto. Para saber mais, consultar: (RIBEIRO & WALTER, 1998; BRASIL, 2007; EITEN, 1993; PEIXOTO & CORADIN, 1993)

florestas estacionais.

Funcionam como faixas de florestas tropicais úmidas em meio à vegetação de cerrados e são fornecedoras de água, sombra e alimentos para a fauna que as visitam rotineiramente. Destaca-se o grande número de espécies epífitas, principalmente Orchidaceae. Os solos, ricos em matéria orgânica, geralmente são os Cambissolos, Concrecionários, Podzólicos, Hidromórficos, Aluviais e Latossolos. O buriti é uma espécie emergente típica de matas de galeria inundáveis (BRASIL, 2007; PEIXOTO & CORADIN, 1993; RIBEIRO & WALTER, 1998).

As Matas Secas ou Florestas Estacionais Deciduais e Semi-Deciduais são formações florestais que na região de Terra Ronca estão associadas aos solos calcários profundos ou rasos, caracterizados por uma acentuada deciduidade nos períodos de estiagem. Por isso, podem ser chamadas também de “Mata Seca em solo calcário” ou ainda “Mata Calcária”. A altura do estrato arbóreo varia de 15 a 25 metros nos solos mais profundos e de sete a 15 metros nos menos profundos. Nos solos mais profundos, a vegetação é semi-decídua (>50% de deciduidade foliar), e nos mais rasos, onde há afloramento calcário, é decídua (>50% de deciduidade foliar). Na época chuvosa as copas se tocam fornecendo uma cobertura arbórea de 70-95%.

Caracterizam-se pela presença de cipós, por vezes em profusão, e a ocorrência de espécies de cactáceas e bromeliáceas. Devido a sua afinidade florística com a Caatinga, é considerada por alguns autores como um tipo de “Caatinga arbórea” (BRASIL, 2007; IBGE, 1995; PEIXOTO & CORADIN, 1993; RIBEIRO & WALTER, 1998; RATTER *et al.*, 1988 *apud* SCARIOT & SEVILHA, 2005).

3.4.1.2 Formações savânicas: Cerrado *Sensu Strictu*, Palmeiral e Veredas¹⁴

O cerrado *sensu strictu* (s.s) é a típica formação savânica, que por ser predominante no Brasil Central, caracteriza bem o bioma Cerrado. É caracterizado pela presença de árvores baixas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, e geralmente com evidências de queimadas. Ocorre em solos profundos e bem drenados, porém, ao contrário das formações florestais, o solo é pobre de resíduos orgânicos em decomposição. Apesar das boas características físicas, são solos forte ou moderadamente ácidos (ph 4,5 a 5,5), com carência generalizada de nutrientes essenciais, como fósforo e nitrogênio. Grande parte dos solos da vegetação de cerrado s.s é das classes Latossolo Vermelho-Escuro, Latossolo Vermelho Amarelo e Latossolo Roxo, mas também é comum a ocorrência em Cambissolos, Areias Quartzozas, Litossolos, Solos Concrecionários ou Hidromórficos.

São reconhecidas algumas subdivisões fisionômicas que compõem o cerrado s.s, de

¹⁴ Ver descrição detalhada das veredas no Capítulo 6.

acordo com variações na forma dos agrupamentos e espaçamento entre os indivíduos lenhosos. As ocorrentes na região de Terra Ronca são: o *Cerrado Denso*, cuja principal característica é a estrutura predominantemente arbórea. Representa a forma mais densa e alta do cerrado s.s, com árvores de quatro a dez metros de altura e cobertura arbórea de cinquenta a setenta por cento; o *Cerrado Típico*, também chamado de *Savana Arbórea*, apresenta feição essencialmente savânica, predominando a característica arbustivo-arbórea, árvores com altura em média de três a quatro metros, troncos e ramos acentuadamente tortuosos e acinzentados e com grande diversidade de espécies de gramíneas; o *Cerrado Ralo*, também conhecido como *Savana Parque*, é a forma mais baixa e menos densa de cerrado s.s, com estrato arbustivo mais destacado que nos subtipos anteriores, cobertura arbórea de cinco a vinte por cento e árvores com altura de dois a cinco metros (BRASIL, 2007; EITEN, 1993; IBGE, 1995; PEIXOTO & CORADIN, 1993; RIBEIRO & WALTER, 1998).

Os Palmeirais constituem formações caracterizadas pela presença de uma única espécie de palmeira arbórea, com pouca ou nenhuma presença de árvores. Pelo domínio de determinada espécie, pode-se designar um trecho de vegetação com o nome da espécie dominante. Nos cerrados, em geral, essas vegetações ocorrem em terrenos com solos bem drenados, nos interflúvios, e as espécies dominantes são pertencentes a gêneros como *Acrornia*, *Attalea* ou *Syagrus* (RIBEIRO & WALTER, 1998). Na região de estudo, há registros de babaçuais (*Attalea speciosa*) e bacurizais (*Attalea phalerata*), formações associadas com áreas antropizadas, pois são espécies colonizadoras de antigas formações florestais desmatadas (AAG, 2003).

Há também a presença de buritizais – com predominância de buritis -, nos solos bem drenados (brejosos) e sujeitos a inundação periódica. O buritizal diferencia-se das veredas por ser considerado formação com fisionomia florestal, com a presença de dossel (que varia de 12 a 20 metros), contínuo ou descontínuo, e sem a presença de uma vegetação arbustivo-herbácea associada, como ocorre de maneira típica nas veredas. Eventualmente pode formar galerias, como na Mata de Galeria Inundável, porém, diferencia-se desta pela flora, que na Mata, compõe-se de inúmeras espécies, sem a dominância marcante do buriti (RIBEIRO & WALTER, 1998; BRASIL, 2007).

3.4.1.3 Formações campestres: Campo Sujo e Campo Limpo

O Campo Sujo caracteriza-se pelo estrato herbáceo-arbustivo, com arbustos e subarbustos esparsos cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies arbóreas do cerrado s.s. São encontrados sobre solos rasos como os Litólicos, ou profundos de baixa fertilidade, e ainda em Areias Quartzosas. O

aspecto graminoso e aparentemente uniforme da vegetação encobre, à primeira vista, a ocorrência de um grande número de espécies, com formas de crescimento e aspectos morfológicos muito especiais. São espécies comuns a várias formas de campo sujo espécies da família Cyperaceae, Poaceae (Gramineae) e Orchidaceae.

O *Campo Limpo* é uma formação predominantemente herbácea, com raros arbustos e um ou outro indivíduo arbóreo. A principal característica dessa formação é a presença de um tapete graminóide, rico em espécies botânicas, e a emergência de espécies típicas como os buritis e buritiranas (*Mauritiella armata*). Nos baixios, em áreas com lençol freático aflorante, há ocorrência de Campos Limpos Úmidos, com formação de brejo graminoso permanente e no meio deste uma faixa de buritis, por vezes, com uma camada arbustiva em baixo. Entre as famílias mais freqüentes nessas áreas estão Cyperaceae (capim-estrela), Poaceae (Gramineae), Eriocaulaceae e Xyridaceae (sempre-vivas), Orchidaceae, entre outras (BRASIL, 2007; EITEN, 1993; IBGE, 1995; PEIXOTO & CORADIN, 1993; RIBEIRO & WALTER, 1998).

3.4.2 Flora

Nessas diferentes fitofisionomias e nas áreas antropizadas (pastagens, quintais, beira de estrada, etc.) encontra-se uma diversidade de espécies de plantas silvestres, semi-domesticadas e domesticadas, conhecidas pela comunidade como fornecedoras de madeira, fibras, cascas, sementes, folhas, raízes, óleos, lenha, frutos, em várias formas de aproveitamento. Algumas das espécies vegetais ocorrentes na região e conhecidas por sua utilidade são destacadas a seguir.

NOME POPULAR	TAXONOMIA	OCORRÊNCIA	FINALIDADE
Angico	<i>Piptadenia</i> sp.	MG, MS, Cdo	Mad
Araçá	<i>Psidium firmum</i>	Cdo	Ali
Araticum; cascudo	<i>Annona</i> spp.	Cdo	Ali
Aroeira	<i>Astronium Urundeuva</i>	MG, MS, Cdo	Mad-Med
Babaçu; palmeira	<i>Orbignya speciosa</i>	AA, MG, MS,	Ali
Baru	<i>Dipteryx alata</i>	MG, MS, Cdo, AA	For-Ali-Mad
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	MG, VE, CL	Ali-Art-Mad-Orn-Med
Buritirana	<i>Mauritiella armata</i>	MG, VE	Ali-Mad

NOME POPULAR	TAXONOMIA	OCORRÊNCIA	FINALIDADE
Barriguda, paineira	<i>Chorisia</i> spp.	MS	Orn
Barriguda-lisa	<i>Cavanillesia arborea</i>	MS	Orn
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	MS, Cdo, CS	Ali-Med
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	AA	Ali
Cajuzinho	<i>Anacardium</i> spp.	Cdo, CS, CL	Ali
Catolé; indaiá	<i>Attalea geraensis</i>	Cdo, CS, CL	Ali
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	MG	Mad
Capim-dourado	<i>Syngonanthus nitens</i>	CL	Art
Carvoeiro	<i>Sclerolobium aureum</i>	MG, MS, Cdo	Mad
Chiclete-de-ema; Mama-cadela	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Cdo, CS	Ali-Med
Chuveirinho; sempre- viva	<i>Paepalanthus</i> spp.	VE, CL	Art
Copaíba; pau d'óleo	<i>Copaifera Langsdorffii</i>	MG, MS, Cdo	Mad-Med
Faveira; barbatimão- de-folha-miúda	<i>Dimorphandra mollis</i>	Cdo	Mad-Med
Jatobá	<i>Hymenaea</i> spp.	AA, Cdo, MG, MS	Ali-Mad-Med
Guariroba; palmito- do-brejo	<i>Syagrus oleraceae</i>	MS, Cdo	Ali-For
Gonçalo-alves	<i>Astromium fraxinifolium</i>	MG, MS, Cdo	Mad
Indaiá	<i>Attalea dubia</i>	AA	Ali
Lobeira; fruto de lobo	<i>Solanum lycocarpum</i>	Cdo	Ali-For-Med
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	Cdo	Ali-Med
Macaúba; coco-xodó	<i>Acronomia aculeata</i>	Cdo, AA	Ali
Murici	<i>Byrsonima</i> spp.	Cdo	Ali
Pau-d'arco; ipê; caraíba	<i>Tabebuia</i> spp.	Cdo, MS	Med-Orn
Pau-ferro	<i>Machaerium</i> spp.	MS	Mad
Pau-pombo	<i>Licania parvifolia</i>	Cdo	Ali
Pau-terra	<i>Qualea</i> spp.	MG, MS, Cdo	Mad, Med, Orn

NOME POPULAR	TAXONOMIA	OCORRÊNCIA	FINALIDADE
Pau-santo	<i>Kielmeyera</i> spp.)	Cdo	Orn, Art
Pequi; piqui	<i>Caryocar brasiliense</i>	Cdo, CS,	Ali-Mad
Peroba; guatambu	<i>Aspidosperma</i> spp.	MG, MS, Cdo	Mad-Orn
Puçá	<i>Mouriri pusa</i>	Cdo	Ali
Sucupira-branca	<i>Pterodon</i> spp.	MG, MS, Cdo	Mad-Med
Sucupira-preta	<i>Bowdichia virgilioides</i>	MG, MS, Cdo	Mad-Med
Taboca	<i>Guadua paniculata</i>	MS, Cdo	Art
Tingui	<i>Magonia pubescens</i>	MS, Cdo	Orn-Art
Tamboril	<i>Enterolobium</i> sp.	Cdo, MS	Mad- For-Med
Tucum	<i>Astrocaryum campestre</i>	Cdo	Art

Quadro 1. Lista preliminar de plantas úteis em Terra Ronca

Legenda: OCORRÊNCIA: Cdo - Cerrado *sensu strictu* (incluindo as subdivisões descritas acima); MG - Mata de Galeria; MS - Mata Seca Calcária; CL - Campo Limpo; CS - Campo Sujo; AA – Áreas antrópicas. FINALIDADE: Mad – Madeira; Ali – Alimentar; Med – Medicinal; Art – Artesanal; Orn – Ornamental; For – Forrageira.

Fonte: AAG, 2003; IBGE, 1995; SILVA JUNIOR, 2005; LORENZI, 1998a, 1998b; Dados de Campo.

Muitas das espécies vegetais citadas acima ocorrem em grande quantidade e são de especial interesse como fonte de alimento para várias espécies de animais que compõem juntamente com elas o patrimônio natural e genético da região. Sob a perspectiva do extrativismo, fica evidente que a região apresenta grande potencial já que, além de possuir áreas naturais em bom estado de conservação, a coleta e o aproveitamento da flora fazem parte da cultura regional.

Embora ainda não se tenha realizado levantamentos etnobotânicos mais detalhados, com base neste trabalho foi possível constatar a existência de um conhecimento tradicional etnobotânico que inclui desde técnicas de manejo dos recursos naturais até os conhecimentos sobre os ecossistemas e sobre as propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de muitas espécies vegetais utilizadas e/ou conhecidas.

3.4.3 Fauna

Até aquela ocasião, eu nunca tinha ouvido dizer de se parar apreciando, por prazer de enfeite, a vida mera deles pássaros, em seu começar e descomeçar de vôos e pouso. Aquilo era para se pegar a espingarda e caçar. Mas o Reinaldo gostava: - "É formoso próprio..." - ele me ensinou.

Guimarães Rosa

As diversas fisionomias vegetais e a diversidade de ambientes presentes na região de Terra Ronca, além das características climáticas, contribuem para a ocorrência de uma fauna diversificada. De acordo com levantamentos feitos pela Agência Ambiental de Goiás (2003) e com informações casuais dos informantes entrevistados nesta pesquisa, há na região a ocorrência de espécies faunísticas raras e ameaçadas de extinção.

Entre os mamíferos, há o lobo guará* (*Chrysocyon brachyururus*), a rapozinha (*Cerdocyon thous*), a onça-pintada* também chamada de cangussu (*Panthera onça*), a onça-preta* - variação melânica da onça-pintada, cuja pelagem amarela é substituída por outra mais escura – a onça vermelha, conhecida como suçuarana ou onça parda (*Puma concolor*), a jaguatirica e/ou gato-do-mato (*Leopardus* sp.); a anta* (*Tapirus terrestris*), a queixada (*Tayassu pecari*), a paca (*Agouti paca*), o caititu ou porco-do-mato (*Tayassu tajacu*), a cutia (*Dasyprocta azarae*), a lontra (*Lontra longicaudis*), o tamanduá-bandeira* (*Myrmecophaga tridactyla*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o tatu-canastra* (*Priodontes maximus*), o tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*) e o tatu-galinha (*Dasyptus* sp.).

Também são encontrados duas espécies de veados: o veado-campeiro* ou “gaieiro” (*Ozotocerus bezoarticus*) e o veado catingueiro* (*Mazama gouazoubira*); e três espécies de primatas: o macaco-prego (*Cebus apella*), o bugio/guariba (*Alouatta caraya*) e o mico-estrela (*Callithrix penicillata*). Destaca-se a grande diversidade de espécies de aves na região: a andorinha (*Progne chalybea*), o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), a alma-de-gato (*Piaya caiana*), a curicaca (*Theristicus caudatus*), a coruja buraqueira (*Athene cunicularia*), a ema (*Rhea americana*), várias espécies de periquitos (*Amazona* sp., *Aratinga* sp.) e araras (*Ara* sp.), a saracura ou frango d'água (*Aramides cajane*), a seriema (*Cariama cristata*), o João-de-barro (*Furnarius rufus*), beija-flores de várias espécies, e muitas outras mais.

A diversidade da herpetofauna (anfíbios, lagartos e cobras), assim como a de entomofauna (insetos) e da ictiofauna (peixes), ainda é pouca conhecida por falta de estudos e levantamentos mais detalhados na região, embora sejam grupos que apresentam grande potencial em biodiversidade. Quanto ao primeiro grupo, destaque para as cobras, bastante presente no imaginário local, tendo em vista o perigo que algumas espécies oferecem ao ser humano. Entre essas se destacam as espécies venenosas - “bocarras” no linguajar local, como a cascavel (*Crotalus durissus*), a jararaca e a jararacussu (*Bothrops constrictus* e *Bothrops* sp.).

A jibóia (*Boa constrictor*), chamada também de “amarelona”, por ser mansa e se alimentar de ratos e até mesmo de outras cobras perigosas, é comumente respeitada, pois não oferece perigo e até favorece a segurança dos moradores locais. Por fim, a sucuri ou

* Espécies ameaçadas de extinção, de acordo com a Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção.

sucruíú (Eunectes murinus), espécie que dá nos brejos e matas de galeria, apesar de não ser venenosa, é muito temida na região, por atacar suas presas – inclusive o ser humano! - repentinamente, num abraço mortal.

Quanto aos peixes, destaca-se a descoberta de três espécies endêmicas nas cavernas do PETeR, descritas por Trajano & Bichuette (2004), e batizadas como *Ituglanis bambui*, *Ituglanis ramiroi*, *Ituglanis epikarsticus*.

3.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DOS HABITANTES

No agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço. Foi sempre uma economia pobre e dependente. Contando, porém, com a segurança de um crescente mercado interno para sua produção, além da exportação de couro, pôde expandir-se continuamente através de séculos. Acabou incorporando ao pastoreio uma parcela considerável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade produtiva.

Darcy Ribeiro

A despeito das influências exercidas por Brasília e de outros processos que estruturaram o espaço goiano ao redor, a área tradicionalmente conhecida como “Nordeste de Goiás” é a que provavelmente guarda uma especificidade e identidade local mais preservada até o presente. Nas palavras de Barreira (2002, p. 92), “é uma autêntica região histórica, no sentido da homogeneidade e permanência dos elementos responsáveis pela realidade regional”.

Como aponta a autora, essa especificidade regional, no caso do Vão do Paranã, está ligada com a tradição da atividade agropecuária, praticada há séculos na região. O fator cultural está associado ao meio natural: “a criação de gado no Paranã é um fato social, econômico, político e cultural, reconhecidamente manifesto na paisagem” (BARREIRA, 2002, p. 21).

As características socioculturais predominantes no Vão do Paranã são, assim, tipicamente rurais, com todas as características sociológicas do meio rural. São modos de vida camponeses, ligados à vida rural, às exigências de um ambiente de contato direto com a natureza (DIEGUES Jr., 1960), que se dá essencialmente nas práticas agrícolas, na caça, pesca, no extrativismo de diversas espécies vegetais alimentares e medicinais e na criação de gado.

Essas características não devem ser tomadas de forma isolada, mas sim como uma totalidade que pode ser traduzida por *modo de vida*, no sentido atribuído por Antonio Candido, em *Parceiros do Rio Bonito* (2001). Candido descreve esse modo de vida em seu

estudo clássico sobre os caipiras de São Paulo, como *cultura rústica ou camponesa*, aquela “ligada ao universo das culturas tradicionais do homem do campo” (CANDIDO, 2001, p. 26). O autor usa ainda o termo *cultura caipira* no sentido de expressar “um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial”, e a considera equivalente à denominação de “*civilization traditionnelle*” de Varagnac.

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje como precários), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (CANDIDO, 2001, p. 46).

Além disso, o modo de vida caipira, de acordo com o autor, é marcado pela estreita ligação das representações simbólicas e religiosas com a vida agrícola, a caça, a pesca e a coleta.

Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e da flora, conhecimentos agrícolas fundem-se num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo e a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos agrupamentos vicinais, o homem aparece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural (CANDIDO, 2001, p. 220).

Deve-se considerar, no entanto, que a cultura camponesa, constituída no processo de povoamento do interior do país, adquire particularidades locais, em virtude da diversidade de aspectos fisiográficos, tanto de clima como de vegetação, tanto de recursos naturais como de solo, criando-se assim uma diversidade de *gêneros de vida* (DIEGUES Jr., 1960). A formação de *gêneros de vida*, de acordo com o autor, “caracteriza-se pela diversidade das relações entre as culturas com o meio ambiente, ou melhor, com a biodiversidade”. Essas relações são manifestas “no conjunto de técnicas, das crenças e sentimentos, das maneiras de agir e de pensar, das atividades, do estilo de vida, em suma, criados ou desenvolvidos pelo grupo, dentro de certa ou relativa unidade” (DIEGUES Jr., 1960, p. 18).

No caso do grupo em estudo, existem certas particularidades históricas, geográficas e ecológicas a se considerar: a proximidade com a região da Caatinga do Nordeste brasileiro e a disponibilidade de terras em condições naturais favoráveis ao pastoreio fizeram desta uma área de influência de expansão e interiorização da economia pastoril nordestina, durante os séculos XVIII e XIX. Dessa forma, sob o ponto de vista sociocultural, configurou-se uma variante regional da cultura sertaneja, “variantes de modos de vida que são

adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja” (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 317).

Darcy Ribeiro (2006) caracteriza o tipo cultural sertanejo como:

um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade tendente ao messianismo (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 307).

O sistema de vida rural no Vão do Paranã insere-se num contexto geográfico maior, que a despeito das diferenças que podem ser detectadas ao longo do tempo e do espaço, são áreas que mantêm traços sociais, culturais e econômicos similares, que caracterizam uma identidade regional, uma “região cultural”, nas palavras de Diegues Jr. (1960), manifestada como:

um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais de população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando um modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São, portanto, as regiões, espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional. (DIEGUES Jr., 1960, p. 7).

Mas a que região cultural estamos nos referindo neste trabalho? Sob uma perspectiva sociocultural, a região de Terra Ronca está inserida nas regiões do *chamado Sertão das Gerais* ou *Sertão Central*. De acordo com Schettino (1995), o Sertão das Gerais corresponde ao sertão geralista de Guimarães Rosa, que abarca o alto e médio vale do rio São Francisco e os planaltos centrais localizados em parte dos estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí. Essas regiões são unificadas pela presença das chapadas, do Cerrado, de um mesmo clima e uma mesma base geológica (SCHETTINO, 1995, p. 27-28).

Pode-se afirmar que os habitantes da região de Terra Ronca se enquadram de certa forma ao conceito de “populações tradicionais”, desenvolvido nas últimas décadas pelas ciências sociais junto com o movimento ambientalista no Brasil, tendo como base a interface entre biodiversidade e sociodiversidade (DIEGUES & ARRUDA, 2001; DIEGUES, 2000b; LITTLE, 2006b; SANTILLI, 2005a). Há certo consenso nos conhecimentos produzidos por essas ciências de que cada um dos grupos referidos como tradicionais possuem uma identidade própria, uma história partilhada, uma memória e um território. E o que todos possuem em comum é o fato que, vivendo em áreas periféricas à nossa sociedade, em situação de relativo isolamento face ao mundo ocidental, capitalista, construíram relações

próprias e diferenciadas com a natureza, tanto no plano simbólico quanto no campo das técnicas e modos de fazer e produzir – distintas das formas vigentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2000b; ESTERCI, 2008).

Numa perspectiva marxista, Diegues & Arruda (2001), associam as culturas tradicionais

a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho não se tornou mercadoria; em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas associadas à pequena produção mercantil (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 24).

Com exceção dos grupos indígenas que têm características socioculturais muito peculiares, os povos e grupos referidos como “tradicionais” são pequenos produtores familiares que cultivam a terra e/ou praticam atividades extrativistas como a pesca, coleta, caça, utilizando-se de técnicas de exploração que causam poucos danos à natureza. São assim definidos pela sua ligação de relativa simbiose com a natureza, pelo conhecimento aprofundado desta e de seus ciclos e pela noção de território ou espaço onde se reproduzem econômica e socialmente (ESTERCI, 2008).

Little (2006b) propõe um conjunto de critérios socioculturais que podem ser contextualizados e utilizados como indicadores qualitativos na delimitação e definição das comunidades tradicionais (Quadro 2).

CRITÉRIOS PROPOSTOS	INDICADORES PROPOSTOS
Uso sustentável da terra	I. Importância dos ciclos naturais nas práticas produtivas; II. Uso de recursos naturais renováveis; III. Práticas de uso comunitário dos recursos naturais; IV. Conhecimento profundo do seu ecossistema; V. Uso de tecnologias de baixo impacto ambiental.
Destino da produção	I. Parte da produção é destinada às práticas sociais (festas, ritos, procissões, folias de reis, etc.); II. Parte da produção é destinada à auto-subsistência dos membros da comunidade; III. Vender para o mercado não é o único fim da produção.
Vínculo territorial	I. Noção de pertencimento a um território como fundamento da identidade; II. Condutas de territorialidade (demarcação, defesa, critérios de inclusão e exclusão, etc.); III. Ancestralidade da ocupação territorial; IV. Existência de uma memória coletiva vinculada ao território específico; V. Identificação com um ecossistema específico (Mata Atlântica; Caatinga; Pantanal, etc.).
Situação fundiária	I. Propriedade com titulação coletiva; II. Direito real de concessão de uso; III. Posse permanente; IV. Usufruto comum dos recursos naturais sem posse e sem propriedade; V. Reconhecimento jurídico do grupo (constitucional; nas leis federais e leis estaduais); VI. Situações de expropriação, redução ou expulsão da terra.
Organização social	I. Comunidades de pequena escala; II. Importância da família extensa ou ampliada na organização da comunidade; III. Relações produtivas baseadas na unidade doméstica ou familiar; IV. Existência de regras ou costumes para o uso comunitário dos recursos naturais; V. Associações de representatividade política frente ao Estado.
Expressões culturais	I. Expressões culturais tradicionais (festas, rezas, comidas, habitações, roupas, etc.); II. Mitos e ritos associados às atividades de pesca, caça e extrativismo; III. Transmissão oral de geração em geração dos conhecimentos culturais e ambientais.

Quadro 2. Critérios socioculturais para o reconhecimento das comunidades tradicionais no Brasil
 Fonte: Little, 2006b.

Como será visto adiante, a comunidade de Terra Ronca agrega vários destes critérios dentro do sistema sertanejo característico dessa região. A formação e as características desse sistema sociocultural serão descritas com mais detalhes nos próximos capítulos. O que importa saber agora é que essa configuração regional, ainda que tenha sofrido várias mudanças ao longo da sua história, vigorou durante mais de dois séculos em relativo isolamento, tempo durante o qual se desenvolveu um estilo de vida e uma visão de mundo

própria. Com a chegada de Brasília, nos fins da década de 1950, dando início à chamada modernização recente, toda essa estrutura social e econômica desmoronou-se diante da abertura da fronteira agrícola nas áreas de Cerrado do Brasil Central, dando lugar “a um amálgama economicamente próspero, mas culturalmente indefinido, onde valores e práticas do passado esvaziaram-se, sem que aqueles, novos, tenham se consolidado em paradigma cultural definido e homogêneo” (ARAGÃO, 1993, p. 187).

3.6 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

*[...] país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...
Tanta gente – dá susto de saber – e nenhuma se sossega: todos
nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego,
comida, saúde, riqueza, querendo chuva e negócios bons...*

Guimarães Rosa

O Vão do Paranã, por sua localização, por suas características ambientais e socioculturais, não escapa ao imaginário do sertão histórico, considerado aqui como a imagem do Brasil interior. A denominação “Vão do Paranã”, de acordo com Barreira (2002), está associada tanto com suas características geográficas predominantes – uma depressão, um buraco na paisagem - como com as condições humanas ali presentes. Localizado na região nordeste do estado de Goiás, historicamente o Vão do Paranã esteve por muito tempo mais associado com os estados nordestinos do que com os estados do sudeste e sul do Brasil.

Sob o ponto de vista social e econômico, a região do Vão do Paranã é considerada a parte mais pobre de uma região pobre, mais ampla, conhecida tradicionalmente em Goiás como “Nordeste Goiano” (Figura 8). Antes da divisão do estado de Goiás, em 1989, formando ao norte o estado de Tocantins, o Nordeste Goiano formava um grande conjunto alongado, situado entre a margem direita do Rio Tocantins e a Serra Geral de Goiás. Com a divisão e tendo em vista suas particularidades no contexto de uma nova territorialidade, ampliou-se a diferença, pois ela passou a ser a *única região pobre* destoando do resto do estado.

O Sul do estado, considerado mais desenvolvido, com uma rede urbana e atividades econômicas totalmente integradas ao contexto amplo do Centro-Sul, fez com que a parte do Nordeste Goiano que permaneceu integrada ao estado de Goiás passasse a ser reconhecida por sua especificidade original: “uma área pobre, carente de quase tudo, enfim, um problema, um ‘corredor de miséria’, expressão comumente utilizada pelo governo, imprensa, políticos e também pelos moradores locais, quando se referem à região”. (BARREIRA, 2002, p. 90). É nesse contexto territorial e socioeconômico, do qual não há

como se desligar, que se insere o Vão do Paranã.

Segundo Barreira (2002, p. 89), historicamente o Nordeste Goiano expressa características de “pobreza e miséria, aliadas a uma dinâmica ambiental tida como problemática: estação seca prolongada, áreas de relevo alto, solos em sua maior parte pobres e extensas áreas de cerrado, que até há pouco tempo não representava atrativo, mas um obstáculo à utilização econômica”. No entanto, como aponta a autora, isto nem sempre foi assim.

O Vão do Paranã possui uma tradição sociocultural cuja origem data do período da colonização, nos primórdios da corrida do ouro em Goiás e no processo de expansão da pecuária nordestina, nas primeiras décadas do século XVIII (Capítulo 4). No passado, principalmente no século XIX, a região chegou a ser uma das áreas economicamente mais importantes do estado de Goiás, como fornecedora de gado aos mercados da Bahia (Barreiras, Correntina, Santa Maria da Vitória), Minas Gerais (Januária, Monte Alegre) e de outros municípios goianos (Formosa, Dianópolis, Taguatinga, Monte Alegre, Cavalcante e Veadeiros).

A despeito de ter desempenhado um papel importante como região produtora de gado, o Vão do Paranã sentiu os efeitos da crise e da estagnação da lavoura açucareira nordestina, em meados do século XIX, com a transferência do centro econômico colonial para a cafeicultura do sul e sudeste. Depois disso, apesar de continuar produzindo para o mercado regional, a região permaneceu um grande “sertão” até a segunda metade do século XX, quando a construção de Brasília criou condições para novas penetrações de modernos empreendimentos econômicos voltados para a agropecuária, madeira, carvão e mineração (BARREIRA, 2002, p. 96).

Benvindo (1978), ao se debruçar sobre os problemas econômicos da região no final da década de 1970, apresentou dados estatísticos regionais considerados “depressivos”. Fatores ecológicos, econômicos e políticos contribuíram para o agravamento da pobreza em relação às demais regiões do estado, na análise feita pelo estudo. O isolamento geográfico histórico, com pouca integração ao mercado, seja pelas condições naturais e pelas condições de difícil acesso, seja pela ausência de estradas, que só começaram a ser implantadas em meados da década de 1960, funcionou até certo momento como entrave para investimentos de ocupação de caráter produtivo e rentável (BARREIRA, 2002, p. 209).

Porém, em meados das décadas de 1970 e de 1980, o esgotamento de outras regiões do estado e a proximidade com o mercado de Brasília fez com que a atenção se voltasse à região. Os aspectos naturais, econômicos e sociais que até então eram desfavoráveis, tornaram-se favoráveis, como aponta Barreira (2002):

Os recursos naturais passaram a ser importantes, tanto para a pastagem quanto para a exploração madeireira, que a vegetação da região oferece até hoje. A existência de calcário passou a ser valorizada; o isolamento regional favoreceu a apropriação de terras, por grilagem e outros meios escusos; as condições para a criação de gado, até mesmo com relação ao clima, revelaram-se boas e favoreceram a pecuária em escala comercial, economicamente mais rentável (BARREIRA, 2002, p. 192).

Desde então, a região, ocupada pela atividade pecuária extensiva ao longo do século XIX, sofreu uma intensa reorganização – ainda incompleta –, entre as quais se destacam: a reocupação do oeste baiano, no chapadão da Bahia (a leste da região), na década de 1980, com uma agricultura comercial superintensiva e altos investimentos, feitos principalmente por sulistas; a expansão da atividade pecuária semi-intensiva, também com padrões de produção modernos e em escala comercial; a criação de municípios e a revitalização dos antigos núcleos urbanos, transformados rapidamente em pólos ordenadores do desenvolvimento, onde a agricultura e os serviços ganham destaque; e a revitalização das vias de acesso, com destaque para a implantação da BR-020, criando as bases favoráveis para a abertura da região a um novo contexto de apropriação (BARREIRA, 2002, p. 200).

Atualmente, segundo a autora, o Vão do Paranã é a última área em Goiás a conhecer processos típicos de fronteira em movimento, com transformações rápidas e intensas em sua esteira: “As mudanças mais evidentes na paisagem são as novas fazendas, a concentração fundiária, as novas estradas, a pecuária intensiva, os novos cultivos, a irrigação, a extração vegetal e mineral, os novos migrantes e a intensificação do processo de urbanização” (p. 213).

O maior impacto provocado por essas mudanças recentes, de acordo com a pesquisa, foi a abertura de novas fazendas por meio da incorporação das terras disponíveis, historicamente utilizadas pela pecuária extensiva. Por um lado, isso favoreceu um intenso processo de apropriação e concentração da propriedade da terra, um típico padrão de fronteira, devido à rapidez com que ocorreu (meados da década de 1980, persistindo na década de 1990). A atividade pecuária continuou predominante, mas mudou sua forma de exploração, com a introdução do rebanho zebu, o gado branco, e o cercamento das propriedades com a chegada de novos migrantes – mineiros, paulistas, sulistas e goianos – responsáveis por promoverem a transformação (Ver Capítulo 5).

Por outro lado, destaca-se a expressiva ocorrência de atividades nocivas ao equilíbrio ecológico da região, rica em recursos naturais e em biodiversidade. Afora a atividade agropecuária e o setor de serviços, as principais fontes de renda em grande parte dos municípios do Vão do Paranã provêm da exploração de madeira e de carvão vegetal.

Os números revelados pelas estatísticas do IBGE (2007) são bastante evidentes

nesse sentido. Ainda que continue tendo a agropecuária como principal atividade econômica, os números são pouco expressivos se comparados a outras regiões do estado. Além do mais, há pouco beneficiamento da produção bovina, que é voltada principalmente para o corte. A agricultura se caracteriza de forma geral pela mão de obra familiar, e se mantém predominantemente voltada para a auto-subsistência, com pouca ou nenhuma articulação com o mercado. A agricultura comercial de produtos tradicionais como o arroz, feijão, milho e, mais recentemente, a soja, até o momento, tem pouca relevância.

Como visto acima, sob o ponto de vista da lógica econômica capitalista, o Vão do Paranã tornou-se atrativo pela sua riqueza em recursos naturais, principalmente pela existência de áreas com vegetação natural e com elevado potencial madeireiro. Isso fez com que a extração de madeira e, num segundo momento, a produção de carvão (em meados da década de 1980), se tornassem as principais atividades econômicas, depois da pecuária. Essas atividades estão ligadas, como aponta Barreira (2002, p. 248), à abertura de fazendas para a pecuária de corte e constituem a principal causa do desmatamento das reservas florestais – ressalta-se, uma das últimas reservas expressivas de Goiás -, que podem facilmente desaparecer diante da exploração acelerada.

Na maior parte das vezes são atividades clandestinas ou que passam pelo crivo do IBAMA, mas sem controle garantido, o que aumenta as chances de se desmatar mais do que o solicitado. Soma-se a isso a utilização de mão-de-obra infantil, e o aproveitamento da mão de obra ociosa oferecendo salários baixos e condições precárias de trabalho.

3.7 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Torna-se necessário dar voz ao camponês tradicional e ao indígena, convertendo-os em partícipes do destino da região que ocupam, reconhecer neles os guardiães não apenas das plantas e animais, mas também do ar puro, da água não poluída, dos alimentos não contaminados, do silêncio e, sobretudo, de uma diversidade cultural alternativa a ser resguardada.

Bertha Ribeiro

Até agora vimos que a região de estudo apresenta uma história de ocupação antiga e um isolamento geográfico histórico. Apesar de a partir da segunda metade do século XX uma nova organização territorial ter se constituído no Nordeste Goiano, a região do Vão do Paranã ainda sente os efeitos desse isolamento histórico. A região continua esquecida e marginalizada do contexto das políticas a nível federal voltadas para as áreas mais carentes do país, o que a tem sujeitado a uma dinâmica externa, economicamente pouco rentável, socialmente injusta e ecologicamente incorreta.

Embora a preocupação com as áreas marginais do estado tenha estimulado, a partir

da década de 1960, certa quantidade de programas de desenvolvimento regionais, todos não tiveram aplicação efetiva na região do Nordeste Goiano. O Vão do Paranã, em especial, permaneceu até meados da década de 1980 praticamente sem receber investimentos em infra-estrutura ou de qualquer outro tipo, o que significou um aprofundamento das condições de pobreza, mesmo se comparada às outras áreas pobres da mesma região (BARREIRA, 2002, p. 97).

Entretanto, esse isolamento das políticas de caráter desenvolvimentista - lideradas pelo avanço da fronteira agropecuária - permitiu que o Nordeste Goiano resguardasse uma identidade local e regional mais preservada até o presente. Essa especificidade regional, no caso do Vão do Paranã, está ligada com a tradição da atividade pecuária associada com as práticas agrícolas familiares de subsistência. A relação entre sociedade e natureza estabelecida há séculos nesta região favoreceu a conservação de vastas áreas de Cerrado, que no contexto atual tornaram-se as últimas reservas naturais do estado de Goiás.

A presença de significativas áreas de Cerrado ainda bem preservadas – incluindo um dos mais importantes enclaves de Florestas Estacionais Deciduais do Brasil (SCARIOT & SEVILHA, 2005, p. 126), a riqueza em recursos hídricos, aliada à relevância estética das paisagens e ao patrimônio cultural associado – fizeram desse espaço alvo de políticas ambientais voltadas à conservação da biodiversidade. Na década de 1990, a região foi reconhecida pela UNESCO¹⁵, como área núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado e Pantanal, além de incluir-se no projeto de Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (BRASIL, 1999).

Constata-se, assim, uma situação socioeconômica contraditória no contexto do Nordeste Goiano, especialmente no Vão do Paranã: por um lado, a “pobreza” traduzida pelos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), e por outro, um patrimônio natural, histórico e cultural que não raro estão intimamente associados. A partir dessa problemática, Carvalho (2005) discute a questão do turismo como estratégia de desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a região, apontando diversas iniciativas, a nível regional, nacional e internacional, voltadas para a valoração da biodiversidade regional no sentido de estimular o uso sustentável dos recursos.

No entanto, a autora chama a atenção para a necessidade de se fazer uma reorientação das políticas estruturantes do território e, principalmente, reavaliar a adequação de atividades com fortes impactos ambientais, como a extração de madeira e a produção de carvão. O turismo como alternativa de geração de renda e de sustentação do patrimônio natural e cultural constitui um dos grandes desafios. Atividades como o ecoturismo, fonte

¹⁵ As Reservas da Biosfera são reconhecidas pelo programa Intergovernamental “O Homem e a Biosfera” - Man and Biosphere – (MAB) -, criado pela UNESCO, as quais constituem um modelo adotado internacionalmente de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais (SANTILLI, 2005a, p. 168).

potencial de renda na região e que tem como princípio a conservação dos recursos naturais, embora existam, são ainda pouco aproveitadas (MATTEUCCI, 2003). Em muitos casos, o turismo no Nordeste Goiano acaba servindo como estratégia de *marketing* por agentes externos, e não como ferramenta de inclusão social da população local (CARVALHO, 2005, p. 251-270).

Benvindo (1978), ainda na década de 1970, ao constatar a falta de capacidade competitiva da agricultura tradicional na região, propôs a criação de unidades de produção hortifruticultoras intensivas em mão de obra, com uso adequado da tecnologia, aproveitando potenciais locais, como as áreas férteis e o uso intensivo de tração animal, comum ainda hoje na região. Tampouco se notam, por exemplo, iniciativas voltadas ao aproveitamento do potencial alimentar e agroindustrial de espécies frutíferas endêmicas do Cerrado, inseridas na cultura e no modo de vida local, e que poderiam servir como fonte de renda e de empoderamento social, contribuindo para a conservação das reservas naturais.

Como aponta Barreira (2002), o nordeste de Goiás e especialmente o Vão do Paranã constituem áreas que ainda estão em processo de estruturação, típico de fronteira. As diferentes formas de ocupação do território trazidas pelos impulsos econômicos atuais convivem e combina-se com as formas e estruturas ali existentes desde o século XVIII. Como afirma Carvalho (2005), tudo que existe nessa região ainda se constitui como potencialidade.

Portanto, o que poderia ser uma convivência harmoniosa, revela-se de fato como uma sobreposição de um sistema sobre outro, da dinâmica econômica moderna sobre os sistemas ambientais (biodiversidade) e sobre a cultura tradicional das comunidades locais. Esses fatores agregam uma complexidade própria à região, principalmente em termos de formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável (SACHS, 2004).

3.8 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

São Domingos é um dos municípios mais antigos do Vão do Paranã. As informações sobre sua fundação são de origem oral e indicam que o surgimento da cidade está relacionado ao garimpo do ouro (MATTEUCCI, 2003, p. 29). Não se sabe ao certo a data precisa do início de sua ocupação.

Pelas fontes consultadas por Barreira (2002, p. 94) e Matteucci (2003, p. 29), a então vila de São Domingos, originalmente pertencente ao município de Arraias, foi elevada à categoria de Distrito em 1835, com a construção da primeira igreja para venerar São Domingos de Gusmão – santo que deu origem aos nomes da vila, do município e do rio (Figura 12). Entretanto, existem evidências de que o lugar tenha sido ocupado por fazendas

de criação de gado muito antes da descoberta de ouro de aluvião no Rio São Domingos.



Figura 12. Igreja Matriz de São Domingos – GO
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

De acordo com Barreira (2002, p. 104-135), em meados do século XVIII houve uma expansão da atividade pecuária no Vão do Paranã, provavelmente iniciada nas proximidades dos arraiais de Flores e Santa Rosa (antigo arraial), e daí espalhando-se para a região de São Domingos e Posse. Sabe-se que, ainda no início do século XIX, por sua localização geográfica, São Domingos era um dos centros de comércio de gado do Vão do Paranã, que então era levado para a Bahia. A hipótese mais plausível, portanto, sugere que por volta de meados do século XVIII e início do século XIX, a região já tivesse sido ocupada por fazendas de criação de gado.

São Domingos continua sendo uma cidade “tradicional”, marcada por um tipo de organização na qual tanto a forma urbana quanto o cotidiano da vida tem um ritmo lento, pacato. A cidade agrega uma dinâmica em que elementos de um passado longínquo confundem-se com outros mais modernos. Isso pode ser observado no próprio traçado da cidade, que se divide entre a parte antiga e a nova, mas onde não se percebe uma ruptura, e sim uma continuidade das novas construções com as antigas.

A parte antiga da cidade vai da margem do Rio São Domingos – hoje represado – até a Praça da Igreja Matriz, construída ainda no século XIX (MATTEUCCI, 2003, p. 29-30), “onde ficam as casas suntuosas, imponentes e bem construídas, típicas das camadas mais abastadas da sociedade” (BARREIRA, 2002, p. 46). As casas mais simples localizam-se em ruas que partem da praça. Entre essas, destaca-se a Rua Sete de Setembro, próxima ao rio, onde segundo os moradores locais, nos tempos áureos de São Domingos, era a principal

rua da vila, pela existência de um comércio dinâmico. Nela também se encontra o que popularmente é considerada a primeira casa da vila¹⁶, construída com tijolos de barro – uma típica casa de adobe¹⁷ (Figura 13).



Figura 13. Antiga casa de adobe na Rua Sete de Setembro, São Domingos – GO
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Na década de 1980, a cidade foi prolongada com a construção de novas ruas, casas e um comércio recente, o que hoje constitui a parte “nova” da cidade. Quanto à infra-estrutura, São Domingos conta com uma agência bancária do Banco do Brasil, quatro estabelecimentos de saúde, 14 escolas do ensino fundamental – cinco estaduais e nove municipais; duas escolas estaduais do ensino médio e três escolas municipais de ensino pré-escolar (IBGE, 2007).

A população do município em 2007, de acordo com o IBGE, não chegava a dez mil (9.786). Segundo Barreira (2002, p. 277), o número de habitantes mudou pouco entre 1960 e 1970 – diferente de outros municípios -, no entanto, destaca-se um predomínio da população urbana sobre a rural, a partir da década de 1990, invertendo, portanto, a situação existente desde a época da sua criação.

A maior parte dos moradores são goianos ou “goiabanos” - mistura de baiano com goiano, motivo de orgulho, quando comparado com a situação de outros municípios – como Posse – invadidos pelos “sulistas”. Quem nasce em São Domingos é dominicano. A população que vive na zona rural tem a cidade como principal ponto de apoio para serviços de saúde, escola e comércio.

A formação de uma barragem no Rio São Domingos para a construção de uma hidrelétrica causou profundas alterações na paisagem. Ficaram sob as águas algumas ruas – uma pequena vila -, um cemitério e alguns dos muros de pedra que rodeavam a cidade

¹⁶ O primeiro povoado de São Domingos localizava-se a dois quilômetros a oeste da atual cidade, em um local hoje conhecido pelo nome de Arraial Velho, do qual nada resta (MATTEUCCI, 2003, p. 29).

¹⁷ Adobe: tijolo cru, seco ao sol ou em fornos artesanais.

(BARREIRA, 2002). Interessante notar que o rio tem um forte significado no imaginário e na memória dos informantes. Muitas vezes, é lembrado com certa emoção quando corria livre, grande, piscoso e com águas cristalinas, ponto de lazer onde os moradores brincavam quando crianças. Muitas histórias também sobre os tempos áureos do rio: mortes, intrigas e gente que “enricou de um dia para o outro”.¹⁸

Hoje a represa tornou-se um ponto turístico da cidade, com uma pequena praia às suas margens, quiosques e uma praça. A água continua transparente, mas muito diferente dos tempos de outrora, de acordo com os informantes. Uma nova hidrelétrica está em construção no Rio dos Macacos e boa parte da areia para a construção da barragem está sendo dragado do leito do Rio São Domingos. O rio apresenta fortes indícios de assoreamento – o que pode comprometer o futuro do empreendimento – e a mata ciliar em algumas partes está bem danificada (Figura 14).



Figura 14. Rio São Domingos com sinais de assoreamento
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

De acordo com um informante, fazendeiros estão plantando monoculturas de eucalipto, soja, milho, nas bordas da cidade – no sopé da Serra Geral – desmatando e gradeando a terra, de sorte que isso pode estar contribuindo também para o atual estado de assoreamento do rio.

Vale destacar que boa parte do território do município destina-se a regimes especiais de conservação dos recursos naturais, visto que abriga três unidades de conservação de diferentes categorias: o PETeR, com cerca de 56.913 hectares, ocupando 16,31% da área total do município; a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Geral de Goiás, com uma

¹⁸ São tantas histórias e lembranças fortes, que daria um bonito trabalho um resgate sobre as histórias de vida dos habitantes – principalmente os mais antigos, buscando interpretar os significados simbólicos que a água do Rio São Domingos tem na vida dos moradores.

área de sessenta mil hectares; e a Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca – RESEX RATeR, com aproximadamente 12.000 hectares, localizada dentro dos limites da APA Serra Geral de Goiás. Em conjunto, essas áreas correspondem mais de cem mil hectares de áreas protegidas dentro do território municipal.

3.9 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO POVOADO SÃO JOÃO EVANGELISTA

Dizia da roça, da vida no sertão, que seria pura, imaginada simples e ditada de Deus, contra a vida da cidade.

Guimarães Rosa

O povoado São João Evangelista – local de realização da pesquisa de campo - funciona como núcleo onde se concentra a vida social da comunidade rural do município de São Domingos. Localiza-se entre os Rios São João e São Vicente, e entre as escarpas da Serra Geral de Goiás e a Serra de Calcário (Figura 78).

Há evidências de que o povoado, assim como os demais da região, tenha se originado a partir de grandes fazendas de gado e de pequenos sítios que, ao longo do tempo, foram dividindo-se. Nesse processo, os herdeiros dos antigos fazendeiros, sitiantes, posseiros e agregados, concentraram-se no local, que devia servir como núcleo agregador dado sua localização estratégica próxima à antiga estrada cavaleira e a presença de uma escola municipal; e também por situar-se a meio caminho entre São Domingos e Posse.

Existe uma intrincada rede de parentesco e de compadrio entre os moradores e uma herança cultural-religiosa que permeia as relações. O povoado é considerado uma grande família: “tudo de uma família sozinha [...] tudo parente dos Vieira de Melo”. Toda família nuclear que vive no povoado tem algum grau de parentesco com outra, o que pode ser notado pelos sobrenomes, na convivência entre pais, filhos, tios, sobrinhos, primos e afilhados, e pelas formas de tratamento entre si, como: “*está cedo ainda, moço*” (despedida) ou “*vamos entrar pra tomar cafezinho*” (chegada).

Há outros povoados espalhados pelo município, sendo os principais: o povoado de *São Vicente*, banhado a jusante pelo rio do mesmo nome e localizado a 28 quilômetros ao sul da sede do município, cujo acesso é feito através da rodovia GO-110; e o povoado da *Estiva*, localizado na zona da mata, no km 59 da rodovia GO-110, ao sul da cidade de São Domingos.

É interessante notar que há certa homogeneidade entre os povoados no tocante ao aspecto sociocultural, embora estejam localizados em regiões distintas. Observa-se o mesmo padrão arquitetônico, as mesmas formas de organização social, a mesma linguagem e etiqueta social, e a presença de um compadrismo, evidenciando a existência de contatos

intergrupais de vizinhança entre os núcleos rurais dispersos pelo território.

Como a pesquisa de campo foi realizada no povoado São João Evangelista, será feita uma descrição sobre este. De acordo com os moradores, o povoado tem cerca de cinquenta famílias, somando em média um total de aproximadamente duzentas pessoas que moram atualmente no local¹⁹. A estrutura é típica dos sertões de Goiás (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995), na qual as habitações estão dispostas à beira da estrada (GO-536) a pouca distância umas das outras, geralmente com a sacada da frente dando direto para a rua (Figura 15).



Figura 15. O povoado São João Evangelista no mês de dezembro
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

As casas são simples com padrão arquitetônico típico do interior do Brasil rural (MATTEUCCI, 2003, p. 100). Grande parte das edificações no povoado é construída hoje com material de alvenaria e com telhas de barro industriais, indicadores de *status* social, mas também de desconexão da comunidade com os elementos naturais, já que antes todos os materiais utilizados na construção das casas eram retirados do próprio ambiente. As casas mais antigas e isoladas dos núcleos de povoamento conservam padrão arquitetônico tradicional e material da própria região (Figura 16).

¹⁹ Não há fontes oficiais sobre o levantamento demográfico dos povoados, visto que o IBGE fornece somente o total de habitantes do município como um todo. No entanto, 281 eleitores foram registrados no cartório eleitoral das últimas eleições municipais (setembro/2008). Contando que boa parte desses são pessoas que não moram mais no local, a média de duzentas pessoas parece ser razoável.



Figura 16. Casa típica de adobe em uma fazenda da região (à esquerda) e casa típica no povoado com telhas de barro industriais (à direita)
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Não há um limite muito claro sobre a unidade que o congrega, pois há famílias mais afastadas, mas que mantêm uma relativa integração com o povoado. O centro da povoação é marcado por um antigo pé de jatobá - há muitos no povoado -, que também é onde se passa parte da vida social dos moradores.

O local conta com uma escola municipal de ensino fundamental; uma sede da Associação de Guias Locais – AEMA, criada à época do PETeR; uma igreja – construída em homenagem a São João Evangelista, santo padroeiro do povoado²⁰; uma pracinha e um campo de futebol de areia – única área para práticas esportivas. Há quatro estabelecimentos comerciais, que vendem bebidas e materiais de consumo básicos. A cachaça é bastante apreciada na região e é comum a ocorrência de alcoolismo entre os habitantes. Há um telefone público na frente da escola – “que funciona quando quer”.

O principal meio de transporte dos habitantes – principalmente dos homens - ainda é o cavalo. O uso da moto é mais freqüente entre os jovens e um importante meio de transporte local. Há uma única linha de ônibus, que faz o trajeto São Domingos - Posse, e passa pelo povoado duas vezes ao dia, uma na ida (Posse - São Domingos), e outra na volta (São Domingos – Posse). Há vinte anos o local conta com energia elétrica. Depois da chegada da televisão, as famílias se recolhem mais cedo e, à noite, as ruas ficam praticamente desertas.

São João Evangelista constitui o principal acesso ao PETeR e por isso conta com empreendimentos ligados ao turismo, como duas pousadas e um *camping*, além da sede da AEMA que está praticamente abandonada. O seu principal problema continua sendo a falta de emprego. Há uma grande quantidade de jovens que dizem gostar da tranquilidade do lugar, mas falam da necessidade de ir para a cidade dar continuidade aos estudos ou

²⁰ Interessante notar que a igreja constitui fator de agregação social, principalmente nos dias santos. A festa da folia do santo padroeiro ocorre no período das festas natalinas.

buscar trabalho. O órgão gestor do PETeR não consegue articular a nova vocação econômica da área – ecoturismo – com a melhoria de vida da comunidade local, situação essa lamentada pelos moradores (MATTEUCCI, 2003). É comum, em épocas de feriado, o povoado estar praticamente vazio, o que é uma contradição para a vocação turística do lugar.

A principal ocupação da maioria dos moradores continua sendo a atividade nas roças, com o gado próprio ou alheio nas grandes fazendas da região. A principal fonte de renda são auxílios do governo federal – Bolsa-Família –, e a previdência social, uma vez que boa parte dos moradores é aposentada e todos foram nascidos e criados na região. Há muitos jovens e crianças também.

O extrativismo, por meio da venda dos frutos do barbatimão (*Dimorphandra mollis*) e do baru (*Dipteryx alata*), também constitui uma fonte de renda para algumas famílias em certos períodos do ano. A criação da RESEX RATeR, cujos principais beneficiários são os moradores que vivem no povoado e em seus arredores, continua ainda algo distante na percepção da comunidade. Embora tenha sido criada visando a conservação ambiental e o aproveitamento diversificado das plantas e frutos do Cerrado, a ausência do órgão gestor federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, e do próprio órgão gestor do Parque, abrem espaço para a falta de informação e uma situação de conflito dentro da própria comunidade.

Essa se vê atualmente desarticulada diante de uma série de questões conflituosas relativas a uma parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – CEDAC, organização civil que compra e comercializa produtos extrativistas do Cerrado e que se tornou a principal aliada para a criação da RESEX. Certa vez, um senhor de idade, morador antigo da região, perguntou-me se o governo vai proibi-lo de plantar sua rocinha e de criar seu gadinho, transformando sua terra em reserva e fazer com que o povo viva de barbatimão e de baru. Disse-me ele que, se não tomar cuidado, o povo vai voltar a viver no “cabresto”.²¹

²¹ Para saber mais sobre as perspectivas de implantação da Resex RATeR, consultar o trabalho de monografia do autor (FERNANDES, 2006).

4 RAÍZES HISTÓRICAS E SOCIOCULTURAIS DA REGIÃO DE ESTUDO

Este capítulo revela de que forma a sociedade, a cultura e a economia da região de Terra Ronca constituíram-se ao longo da história. Parte-se do processo inicial de colonização em Goiás, do início do século XVIII até os dias de hoje, na tentativa de compreender os processos históricos de formação do Vão do Paranã. Ainda que este trabalho não o tenha em foco, Terra Ronca, por sua localização, possivelmente constituiu uma área estratégica do ponto de vista econômico e sua ocupação está intimamente relacionada com a história do Vão.

Nesta reconstrução histórica, utilizou-se o material bibliográfico que pareceu importante²² para sugerir um panorama geral, no intuito de compreender a tradição oral comunicada pelos informantes culturais ao longo deste trabalho. Portanto, não se trata de fazer uma reflexão mais profunda sobre o desenvolvimento histórico regional, mas apenas sugerir referências e indícios que permitam compreender a tradição sociocultural - o modelo de sociedade ali presente - do objeto de estudo e os aspectos da realidade observados em campo.

Este levantamento histórico torna-se relevante por mostrar não só a ancestralidade da ocupação do território, mas também o contexto sociocultural e econômico sertanejo que se estabeleceu na região. Sob a perspectiva proposta neste trabalho, o levantamento ajudará a interpretar a conexão da comunidade com o território e com os demais elementos constituintes dos ecossistemas, particularmente com o buriti.

4.1 A HISTÓRIA DO OURO EM GOIÁS

O ouro e os diamantes duram um escasso século. Furaram-se as montanhas, eventraram-se os aluviões e, passada a febre, permaneceram plantadas as cidade coloniais, as roças e as fazendas de gado. Com o passar do tempo sem tempo dos sertões centrais, formulava-se o Homo cerratensis moderno.

Paulo Bertran

A mineração teve um papel fundamental no processo de ocupação do território de Goiás, incluindo o Nordeste Goiano, onde se localiza o Vão do Paranã²³. No entanto, não se sabe ao certo se o início da ocupação do Vão está relacionado à criação de gado ou à mineração colonial. Ainda que a história do Vão esteja mais identificada com o gado do que

²² Para tanto, foi de grande utilidade a pesquisa realizada por Barreira (2002), sobre a região do Vão do Paranã.

²³ Segundo Barreira (2002, p. 92), o Nordeste Goiano constituía uma seção do território denominado pela administração colonial como as "Minas do Tocantins", que abrangia uma região mais ampla, parte dos estados de Goiás e Tocantins.

com o ouro, o certo é que a mineração em Goiás estimulou a ocupação dessa região pelo gado vindo das ribeiras do Rio São Francisco. Assim, para entender melhor como se deu o início da ocupação do Vão do Paranã é preciso contar um pouco da história do ouro em Goiás.

A chegada dos primeiros colonizadores em Goiás, no início do século XVIII (1722-1725),²⁴ ocorreu dentro de uma conjuntura de busca das minas de ouro no interior do Brasil. As primeiras minas de ouro foram descobertas no fim do século XVII, no território que viria a se tornar a Capitania de Minas Gerais. Em 1719, novas minas foram descobertas em Cuiabá e, em 1721, bandeiras paulistas saíram em busca de riquezas minerais no amplo território dos índios goyazes, situado entre os dois territórios auríferos, Mato Grosso e Minas Gerais.

A partir da “descoberta” das minas de Goiás (1725) até a decadência da mineração goiana (1778), repetiu-se a mesma dinâmica característica da corrida do ouro em Minas Gerais e Mato Grosso, ainda que em proporções mais modestas:

I. A descoberta de diversas jazidas sedimentares, ricas e de fácil exploração, atraiu imensos contingentes populacionais das minas vizinhas (boa parte das Minas Gerais), de São Paulo, Pernambuco, Bahia e do próprio reino (Portugal). A grande maioria era de aventureiros que enfrentaram distâncias, perigos e sofrimentos, na ânsia da aventura e do enriquecimento rápido. É fato que, com a chegada em massa de pessoas de todas as partes, a população de Goiás cresceu rapidamente a taxas consideráveis nas primeiras fases da mineração, com uma relativa diminuição após a decadência da atividade, no início do século XIX. Brancos, índios, negros e mestiços constituíram a sociedade goiana.²⁵

II. Na primeira fase da mineração em Goiás, da descoberta do ouro em 1725 até por volta de 1751, surgiram diversos núcleos de povoamento - “rancharias” ou “arraiais do ouro”, como eram chamados - ligados à mineração. A segunda fase da mineração, de 1751 a 1778, que marca o apogeu do ouro em Goiás, caracterizou-se pela consolidação desses núcleos de povoamento nas regiões mais promissoras para a mineração e o comércio, e pelo desenvolvimento de uma vida urbana, constituindo vilas ou cidades. A partir de 1778, iniciou-se a decadência da mineração com a conseqüente deterioração da estrutura econômica e social nos arraiais e vilas do ouro. Como será visto adiante, a decadência da mineração acarretou uma ruralização progressiva da economia e dos costumes, que veio a

²⁴ Embora a área de Goiás já tivesse sido percorrida pelas bandeiras paulistas no final do século XVII, convencionou-se atribuir o seu descobrimento à bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno Silva, o Anhanguera (1722-1725), pois foi a partir dela que se encontraram as primeiras minas de ouro e se iniciou o povoamento no território goiano (PALACÍN *et al*, 1995, p. 20).

²⁵ Ver como se deu o processo de mestiçagem da população goiana em Diegues Jr. (1960).

par com a consolidação de uma cultura “sertaneja”.

III. O caráter de exploração desenfreada e predatória do ambiente. A extração de veios d'água superficiais, utilizando técnicas rudimentares, fez com que os depósitos de ouro fossem rapidamente esgotados. Predominou o imediatismo e a improvisação: “os habitantes deslocavam-se constantemente à procura de novas jazidas de ouro, fazendo com que arraiais inteiros se despovoassem e a vida se constituísse em constante improvisação”. (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 61). Bertran (1996) chega a deduzir um desastre ambiental cumulativo no fim do século XVIII, face à intensa degradação ambiental no primeiro meio século de colonização em Goiás (p. 106).

IV. O surgimento de rotas de comércio e de comunicação: “A abertura das Minas nas Gerais, Goiás e Mato Grosso [...] possibilitou a formação de um mercado nacional, onde se integravam o sul do país, o território das minas e as Capitanias da costa” (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 127). Conforme Barreira (2002, p. 93), no caso do Vão do Paranã, as rotas e os caminhos do ouro estavam ligados principalmente com o norte de Minas, o oeste da Bahia e Pernambuco. Como resultado dessa dinâmica de articulação comercial, *consolidou-se uma sociedade com características culturais, sociais e econômicas bastante homogêneas, ditadas pelo movimento dos homens e do gado*

Assim como em muitas regiões do interior do Brasil, a história do ouro constitui aspecto fundamental para a compreensão das raízes socioculturais goianas. Foi com o ouro que o território de Goiás ingressou na esfera da colonização portuguesa, abandonando o perfil de sociedade exclusivamente indígena. Foi com o ouro que se consolidou o povoamento branco e mestiço no território de Goiás. As riquezas geradas pela mineração, ainda que tenham sido breves, originaram a economia, a sociedade e a administração colonial de Goiás e tornaram-se elemento recorrente do imaginário (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 85). Enfim, como aspecto significativo para a região de estudo, a mineração estimulou a expansão do pastoreio nordestino pelos campos sanfranciscanos e do Centro-Oeste, assegurando-lhe um novo mercado consumidor, no momento em que decaía o nordestino (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 340).

Com o declínio da mineração, nos anos de 1770, a província de Goiás mergulhou numa cultura de pobreza – em certas regiões, de miséria absoluta, - que se estendeu até depois do período colonial. Ao longo de um século, a economia do ouro em Goiás aos poucos foi paralisando-se e desenvolveu-se uma “penosa” economia de autoconsumo, voltada para as atividades agrícolas e pecuárias (PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 86). A população dispersou-se e sedentarizou-se, esforçando-se por atingir níveis mínimos de satisfação de suas necessidades, ditadas pelas condições materiais da cultura sertaneja.

Nos locais onde já havia se implantado, a criação de gado extensiva voltada para o suprimento das áreas de mineração persistiu e se intensificou. Isso se deu especialmente no Vão do Paranã, cuja condição geográfica permitiu, em meados do século XIX, que se desenvolvesse uma articulação comercial com os outros estados (especialmente com a Bahia) e regiões, tornando-se a principal região exportadora de gado goiano. A agricultura de auto-subsistência, presente desde o início da colonização em toda província, continuou sendo produzida estritamente para o autoconsumo das famílias.

Com base na economia das grandes fazendas de gado, consolidou-se uma forma de povoamento com núcleos dispersos por grandes áreas baseados em modos de vida rústicos, que se tornariam característicos em Goiás. Como aponta Bertran (1996), Goiás foi tornando-se cada vez mais parecido com seu perfil atual: grandes propriedades de terra destinadas ao pastoreio, e pequenos núcleos, onde eram criadas algumas cabeças de gado, porcos, galinhas e plantados gêneros básicos (cultivos de cana, milho, mandioca, etc.). Constitui-se, a partir daí, “a origem de dois segmentos sociais muito distintos entre si, que se configurariam plenamente ao longo do século XIX: grandes proprietários rurais e camponeses” (PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 86).

Esse modelo de ocupação do território, constituído em fins do século XVIII, fundado numa economia capitalista auto-subsistente e auto-suficiente, atravessou século e meio até a segunda metade do século XX, quando Brasília começou a ser construída e quando os vastos espaços dos sertões gerais do Brasil Central começaram a ser ocupados pela fronteira agrícola.

4.2 A CHEGADA E OCUPAÇÃO DO HOMEM SERTANEJO

O processo de ocupação e povoamento do Vão do Paranã conecta-se de uma forma muito estreita à expansão da pecuária tradicional a partir do Nordeste. Se tomarmos a região dentro do processo de ocupação do território brasileiro no século XVIII veremos que o Nordeste de Goiás, por suas características naturais e localização geográfica, esteve durante muito tempo identificado com o Nordeste brasileiro, ao contrário de outras regiões do estado voltadas para o Centro-Sul do país (BARREIRA, 2002, p. 101-103).

Não se sabe ao certo se o início da ocupação do Vão do Paranã está relacionado com a criação de gado ou com a mineração colonial. Apesar da ausência de uma história regional, a pesquisa realizada por Barreira (2002), aponta que a origem da ocupação e do povoamento do Vão do Paranã está relacionada com a interiorização da atividade pastoreira iniciada no final do século XVI. Relatos históricos e antigos documentos de terra evidenciam a tese de que o gado ali penetrou nas primeiras décadas do século XVIII, antecipando-se à

bandeira de Anhanguera.

De acordo com os estudos existentes, as primeiras penetrações do gado e de vaqueiros no Nordeste Goiano ocorreram na primeira metade do século XVIII, certamente relacionada com a expansão da pecuária tradicional das regiões semi-áridas do Nordeste, sobretudo na região do Rio São Francisco, Bahia, tal como se depreende nos seguintes trechos:

Os registros existentes demonstram que a área faz parte do contexto da pecuária baiana, com ela se articula e dela depende. Essa ligação pode ser explicada pelo fato de os primeiros colonizadores da região serem originários da região do São Francisco; vieram com o gado, uma vez que não havia ouro em quantidade, embora o local tenha sido percorrido pelos bandeirantes na sua busca. (BARREIRA, 2002, p. 102).

Admite-se que, tanto em Goiás como em Minas, a pecuária oriunda do Nordeste se desenvolveu embrionariamente paralela à mineração, e, sem dúvida, a partir da pecuária estruturada ao longo do eixo de abastecimento dos currais do São Francisco. [...] Em todos os relatos pesquisados, o dado relevante é que foram os “nordestinos” que trouxeram o gado do Vale do São Francisco para as margens do Tocantins, em Goiás, mais especificamente para o Paranã e seus tributários. (BARREIRA, 2002, p. 133).

Já a partir do São Francisco, desde o início da mineração, procuraram também os baianos as passagens baixas da Serra Geral atingindo o Duro (Dianópolis), Taguatinga e São Domingos e adentrando-se para Natividade ao norte e para Flores, Formosa e Luziânia ao Sul. Dali exportava-se gado ao então vizinho Pernambuco e principalmente para a Bahia. (BERTRAN, 1978, p. 62).

Darcy Ribeiro (2006), ao descrever o processo de formação da cultura sertaneja, aponta como essa “se funde e difunde” nos currais de gado, espalhando-se desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste:

para além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé, com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar, desdobram-se as terras de uma outra área ecológica. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semi-áridas das caatingas. Mais além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas. (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 306).

De acordo com esse mesmo autor (2000), o gado trazido pelos portugueses para abastecer os engenhos de açúcar instalou-se inicialmente no agreste pernambucano e na orla do recôncavo baiano. Para melhor proteger os canaviais o gado foi sendo afastado, multiplicando-se e dispersando-se em currais ao longo dos rios permanentes, formando as ribeiras pastoris. Difundindo-se rumo aos sertões do rio São Francisco, ao sul e ao norte, encontraram imensas áreas: “a maior parte do Brasil eram pastagens naturais”.

Sendo assim, é possível afirmar que o Vão do Paranã faça parte dessa história de ocupação do território brasileiro, associada com a interiorização da atividade de pastoreio. Palacín, Garcia e Amado (1995) apontam nos relatos de antigos viajantes do sertão que a pecuária goiana, ainda no início do século XIX, já tinha fixado a figura do vaqueiro no imaginário popular: “Os pastores de Goiás não são, por sua habilidade, menos célebres que os outros habitantes do sertão; e o que sabemos sobre seus costumes e hábitos prova bastante que não lhes são inferiores em coragem” (DENIS, Ferdinand, 1980 *apud* PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 105-107).

É esclarecedora, nesse sentido, a descrição de Spix e Martius sobre o Vale do Paranã, no início do século XIX, ressaltando-a como a mais importante região pecuarista de Goiás à época, e chamando a atenção para o intenso comércio existente entre essa área e a Bahia:

[...] assim como toda província de Goiás também o vale do Rio Paranã é escassamente povoado, e a população aqui custará a tomar incremento, por faltar no subsolo a incrível riqueza de ouro, que, ainda não há cem anos, atraiu os primeiros colonos ao interior desta província. Criação de gado é quase a única opção dos sertanejos, de Paranã; e eles despacham anualmente para a Bahia um considerável número de gado *vacum* e cavalos, sendo estes últimos os melhores de Goiás [...] Somente o comércio de trânsito entre a Bahia, Pernambuco e o interior da província anima este vale retirado. (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 10 *apud* PALACÍN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 111-112).

Bertran (1996) aponta um documento de 1786 que considerava o Vão do Paranã (integrando a região de Cavalcante) o maior criatório de gado da capitânia de Goiás. A partir dessas constatações, a questão a ser levantada é: o que teria atraído os criadores de gado para o ambiente de cerrados do Nordeste de Goiás? Barreira (2002) afirma que o gado chegou por essas bandas de Goiás num momento específico do processo de expansão da pecuária nordestina, isto é, a partir da decadência da economia açucareira no século XVIII. A proximidade com a Bahia fez com que o Nordeste Goiano oferecesse não só uma contigüidade espacial como também pastagens naturais aos migrantes nordestinos.

Por um lado, o Nordeste de Goiás (especialmente o Vão do Paranã) apresentava um relevo propício com vastos chapadões formando serras, ora cobertas com florestas, ora com cerrados; por outro, vastas áreas rebaixadas formando planícies inundáveis e imensas pastagens naturais. Características essas que junto com a disponibilidade de amplas terras livres do “curso indígena” eram altamente favoráveis à “grandeza do gado criado à larga” (BERTRAN, 1996, p. 10).

Além disso, a região constituía um espaço estratégico de articulação com outros espaços no território brasileiro em formação. Como aponta Barreira (2002, p. 129), o Vão do

Paraná localiza-se na intersecção das grandes bacias hidrográficas brasileiras: São Francisco, Platina e Amazônica. Considerando que a via natural de expansão da pecuária tradicional, no Brasil, foi o Rio São Francisco e seus tributários, é muito provável que o Vão do Paraná tenha funcionado tanto como área de produção para suprir as áreas mineradoras, como ponto de passagem para atingir outras áreas do território brasileiro.

O acesso a Goiás é feito através de toda a divisa com a Bahia, onde os caminhos naturais são os rios formadores do Tocantins, de um lado, e os tributários do São Francisco, de outro. [...] As condições naturais propiciaram que o gado chegasse ao Vão do Paraná através dos Chapadões do oeste baiano e dos Gerais (mineiro e baiano), percorrendo áreas de vegetação rarefeita e com extensas veredas de rios intermitentes, até transpor as escarpas da Serra Geral de Goiás. (BARREIRA, 2002, p. 128-129).

Outro ponto a ressaltar é que a decadência da mineração em Goiás, no final do século XVIII, fez com que a pecuária se expandisse como atividade econômica alternativa nessa região, com importantes repercussões demográficas, transformando-a na região de maior importância econômica de Goiás, ainda na primeira metade do século XIX.

A pecuária funcionou como uma atividade de suporte permanente para os homens da região; a despeito da exaustão das minas e do ouro, ela não perdeu sua dinâmica, por causa da proximidade com os currais da Bahia e da presença de pastagens naturais. Resultou daí um intenso comércio com o mercado baiano e nordestino e um conseqüente aumento demográfico, principalmente a partir da segunda década do século XIX. (BARREIRA, 2002, p. 95-96).

Ao longo do processo de colonização de Goiás, houve no Vão do Paraná uma ocupação efetiva, embora rarefeita, e o surgimento de povoações e vilas, como o Arraial de Flores (1733, atual Flores de Goiás) e São Domingos (final do século XVIII), ligadas, de certa forma, à mineração (BARREIRA, 2002, p. 134). Nessas áreas, a pecuária junto com a agricultura de subsistência já tinha se alojado, convivendo com a mineração. Com o declínio das jazidas de ouro, a pecuária regional, que já tinha mercado certo na Bahia, foi se estabelecendo como a principal atividade econômica até meados do século XIX.

A importância econômica adquirida com a criação de gado durou até o momento da crise e estagnação da economia nordestina, com a transferência da economia colonial da lavoura açucareira para a cafeicultura no sudeste do Brasil. Como mencionado no capítulo anterior, esse deslocamento, afetou todo o Nordeste Goiano devido à frágil ligação dessa região com o Centro-Sul do país, especialmente com o Sul de Goiás e Sul de Minas Gerais, resultando no isolamento e na consolidação do processo de ruralização dos pontos economicamente mais dinâmicos.

Ademais, ainda que a região continuasse a produzir gado na forma tradicional para o mercado regional, dando continuidade a sua dinâmica econômica, o Vão do Paranã permaneceu como um “grande sertão” até a segunda metade do século XX.

A partir do levantamento das raízes históricas do Vão do Paranã, calcula-se que há nessa região uma tradição sociocultural com mais de duzentos anos de existência. Tradição ligada com o processo de colonização portuguesa no século XVIII, com a entrada das bandeiras em busca de ouro e o ingresso de Goiás como território de Minas, abandonando o perfil de sociedade exclusivamente indígena.

A descoberta de ouro nos sertões do Brasil trouxe repercussões de importância capital na história do país, dentre elas, o surgimento de um mercado consumidor que estimulou a expansão do gado nordestino e o seu encontro com as áreas de cerrados do Brasil Central. A história da região de estudo insere-se nesse contexto de encontro dos sertanejos com o Cerrado, que encontraram ali condições geográficas e ecológicas favoráveis para a expansão das suas atividades na lida com o gado.

Devido à inexistência de ouro em grandes quantidades, o Vão do Paranã serviu como área de suporte para as áreas de mineração intensiva, sendo a criação de gado decisiva para a ocupação efetiva desse espaço à época. A verdura dos pastos, o regime pluvial regular e a ampla disponibilidade de terras, ora cobertas por florestas, ora com cerrados, permitiram o desenvolvimento de uma pecuária extensiva desenvolvida nos moldes tradicionais do latifúndio nordestino e o engendramento de uma cultura rústica, quase auto-suficiente, agregadora de elementos da cultura sertaneja rústica goiana.

O propósito adiante é apresentar e discutir o processo de ocupação e as características dessa antiga paisagem sociocultural na região de estudo, Terra Ronca, a fim de compreender o sistema de vida rural de antigamente nessas paragens do sertão.

4.3 A OCUPAÇÃO SERTANEJA EM TERRA RONCA

Isso aqui era cheio de índio. Isso aqui tudo era... só tinha índio, caça e onça e trem... depois foi chegando gente, né. O primeiro habitante que veio "praqui", venho do Portugal. [...] fizeram uma ponte para o povo passar quando descobriu, não é, no mar. E o Brasil é uma ilha, né... foi Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil, não foi? [...] Descobriu e foi chegando gente... isso aqui tudo era deserto.

Sr. Emílio

A presença humana na região de Terra Ronca parece ser bastante antiga. A presença de grupos indígenas pré-coloniais nessa região é uma questão ainda pouco compreendida e estudada. De qualquer forma, parece ser significativa, não só pelas inscrições rupestres e

pelos valiosos sítios arqueológicos presentes nas inúmeras grutas da região, mas também porque se observa ainda a influência indígena permeando vários aspectos da cultura sertaneja presente no modo de vida da comunidade. A presença de índios na região também se encontra na memória dos moradores.

Agora índio tinha por aqui, daí foi sumindo, foi saindo, o povo foi tomando conta, foi chegando mais gente [...] Tem várias coisas aí deles, aonde eles escreveram, fez aqueles negócio, lá no [inaudível] que tem uma caverna. Aonde eles escreveram, fizeram as fotos dos bichos...Tá lá até hoje (D. Aparecida).

E os índio, aí tem um lugar que chama aldeia, acho que era donde os índio morava, não era? [...] pra lá de Regina [sede do Parque], tem um lugar que chama aldeia e tem outro lugar aqui que chamava quilombo, adonde morava os índio. Agora os índio saía ó, caçando coisa, caçando caça, não é... peixe, esses rios tudo em baixo tinha muito peixe, né, aqui tinha muita caça, muito veado, muito tatu, porco, caititu, isso tudo né... ema, era cheio de caça, os índio alimen... depois foi habitando de gente eles foram saindo né, foram pro Amazonas, né. Porque o Brasil é dos índios, né [risos] (Sr. Emilio).

Com relação à presença indígena, Barreira (2002, p. 101-103) afirma que a região constituía um “autêntico vazio demográfico”, pois não há registros arqueológicos que apontem a presença de nações indígenas de grande expressão no Vale do Paranã. Bertran (1994) aponta a possibilidade da presença de grupos indígenas Jê e Tupi na Serra Geral de Goiás, esses últimos empurrados do litoral para o sertão. Considerando-se o caráter nômade dos indígenas que habitavam a região do Cerrado (BERTRAN, 1994, p. 6-12) e estudos de vestígios arqueológicos do Vale do Paranã, a tese mais aceita até agora é a de que:

[...] as populações pré-coloniais utilizavam os abrigos naturais de maneira instável e tinham uma alimentação baseada na coleta. A ocorrência de relevo cárstico, com suas grutas e lajedos, deve ter sido propícia a essas populações; existem alguns vestígios, como pegadas de animais e pinturas rupestres com motivos geométricos. (BARREIRA, 2002, p. 102).

A chegada dos primeiros colonizadores em Terra Ronca certamente está relacionada com o processo de ocupação do Vão do Paranã no século XIX. Sr. Abílio, um dos informantes mais antigos do povoado, disse-me certa vez que São Domingos, São João [Evangalista] e Guarani, foram criados “tudo num tempo só”. A afirmação corrobora de certa forma que a região de Terra Ronca foi ocupada nos tempos áureos de São Domingos, quando a criação de gado e a descoberta de ouro atraíram contingentes populacionais de todas as partes, principalmente da Bahia, e até mesmo de Portugal.

Embora não tenha sido possível indicar a data precisa de sua ocupação, os informantes mais velhos chegam a afirmar que o local possui quase trezentos anos. É

possível especular com base nos depoimentos e na história regional que a ocupação tenha sido efetivada por volta da primeira metade do século XIX:

[o lugar] tem quase trezentos anos. Quase isso aí, sabe por quê? Eu estou com essa idade de quase noventa anos, né, e desde pequenininho que eu conheci gente que tava velhinho igual eu estou agora - 'velhinho, morreu velhinho' - e era herdeiro dos proprietários que construíram as casas deles aqui (Sr. Abílio).

Porque nós somos velho aqui, nós já somos com duzentos anos aqui dentro. Só eu estou com cinquenta e quatro, minha mãe nasceu e criou aqui, com setenta, meu avô quase morreu com noventa (Sr. Batico).

[Quantos anos tem o povoado?] Aqui já é velho, moço... (Sr. Zé).

Como vimos anteriormente, as características naturais deste espaço certamente favoreceram o modelo de ocupação nos moldes do “latifúndio imedido e impreciso” (BERTRAN, 1996), e conseqüentemente o desdobramento de um modo de vida rural, condicionado em parte à vida nas grandes fazendas de gado. Gardner (1975, p. 176), ao atravessar a região em 1835, descreve-a como uma “área de vazios não habitados, intercalados por fazendas de gado mantidas por alguns vaqueiros [...]”. O viajante inglês percorreu toda a região que abrange a área da pesquisa, deixando várias pistas em seus relatos sobre a paisagem natural, social e cultural à época.

Em uma das passagens do livro, Gardner descreve a longa jornada de São Domingos a Posse, a qual durou muitos dias, uma vez que foram obrigados a pararem em uma fazenda chamada *São João* para abastecer a tropa de provisões, basicamente de carne. A espera levou dias porque o proprietário teve que buscar a provisão - um boi - a sete léguas dali. O dono da fazenda, Capitão Faustino Vieira, instalou os viajantes em um rancho aberto, que servia para cobrir o engenho de cana da fazenda, apesar de morar em uma “casa boa e cômoda” - o que parece ter deixado o inglês bastante aborrecido.

[...] viajando na direção do sul, sempre do lado oriental da serra, chegamos, na manhã seguinte, a uma fazenda chamada São João; [...] Indagando a este respeito o proprietário, este me informou que, [não] tendo gado perto da casa, teríamos de esperar pelo menos dois ou três dias, para se trazer um boi ou vaca da pastagem, que ficava a sete léguas dali: tive de aceitar a condição, sem dúvida, porque estávamos numa zona onde as provisões são difíceis de obter [...] “O dono da fazenda, Capitão Faustino Vieira, mostrou-se de índole avarenta e muito menos hospitaleiro que os fazendeiros que conheci nesta província. Embora sua casa fosse boa e cômoda, tivemos de nos instalar em rancho aberto, que servia para cobrir o engenho de cana da fazenda” (GARDNER, 1975, p. 175).

O relato vai ao encontro dos depoimentos dos moradores mais antigos de que o povoado São João Evangelista era parte do que antigamente era a Fazenda São João, cujo dono era Zé Vieira, da família dos Vicente Vieira de Melo, provenientes de Portugal:

Vicente Vieira de Melo, ele que chegou aqui primeiro né, de Portugal. Conseguiu essa terra lá em Goiânia na paróquia - paroquial que a gente fala - conseguiu um título paroquial [...] De primeira conseguia na paróquia, a igreja era dona das terras, né [...] (Sr. Rubem).

A minha tataravó, a bisavó, não sei [...] o primeiro dono que morava aqui chamava Zé Vieira, nós somos Vieira de Melo, não é [...] Foi o primeiro habitante que teve aqui. Eles arremataram quarenta e tantos quilômetros de terra aqui, esse mundo tudo aqui era dela, de uma dona sozinha, o dono morreu. Tudo era dela, daqui até pra baixo de Regina ainda [sede do Parque] era uma fazenda só (Sr. Emilio, 86 anos, nascido e criado no local).

As muitas léguas de terra concedida aos Vieira de Melo sugerem que foram requeridas para criação de gado. Como aponta Barreira (2002, p. 105), a concessão de sesmarias na região do Vão do Paranã fazia parte das políticas da metrópole de preservar as zonas de mineração e abastecê-las, criando um “cinturão pecuarista”. Possivelmente, as sesmarias na região eram distribuídas com a finalidade de instalar currais para abastecer as regiões de Minas Gerais, Goiás e Bahia.

No entanto, o uso destinado às sesmarias não era exclusivo para a pecuária, pois alguém precisava plantar para alimentar a economia do gado. Como afirma Bertran (1994, p. 89), “ao lado do curral vicejava a roça de alimentos”, bem como os “engenhos para o fabrico geral do açúcar e de subprodutos da cana” (BERTRAN, 1996, p. 7). A Fazenda São João – assim como outras grandes fazendas na região - foi um fator de atração de mão de obra vinda da Bahia, que na época possivelmente era constituída basicamente de escravos e ex-escravos – em busca de refúgio nas zonas mais protegidas do Vão do Paranã –, trabalhadores em busca de trabalho e criadores de gado em busca de terras livres com pastagens naturais (BARREIRA, 2002, p. 100).

[...] migraram [os Vieira de Melo] aí começaram a colocar gente pra trabalhar, né. Naquele tempo acho que ainda tinha uma parte de escravidão, porque hoje ainda tem os negros aí que assinam tudo Vieira de Melo. Trabalharam com eles né, aí como não tinha os nomes, eles tinham que registrar com o nome deles, não é... dos patrões. (Sr. Rubem).

Desenvolveu-se, a partir daí, uma economia semi-fechada, de auto-subsistência, tendo como base a adoção de padrões adaptativos das culturas indígenas, “a derrubar e queimar novas glebas de mata para cada roçado anual, combinada com uma exploração complementar das terras, das aguadas, das matas, através da caça, da pesca e da coleta de frutos e tubérculos” (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 346). A influência das culturas primitivas também se manifestava por meio da organização para o trabalho – baseada na unidade doméstica ou familiar e nos modos de sociabilidade – relações de parentesco e compadrio, que se articulam entre si em estruturas frouxas, porém abrangentes (DIEGUES & ARRUDA,

2001, p. 30).

Estabeleceu-se, assim, um ambiente propício para relações culturais entre os distintos grupos étnicos (índios, brancos e negros) e o desenvolvimento de uma mestiçagem característica. Com o tempo, a sociedade foi se estratificando: de um lado, os proprietários das fazendas de gado, formando uma camada permeável às atividades de troca - vendendo, comprando produtos e, deste modo, se ligando ao mercado regional. Os proprietários do tipo sitiante, posseiros e agregados, ora podiam seguir esse ritmo, ora mantinham-se em uma economia fechada, não vendendo o produto da sua lavoura, senão em escala reduzida e de modo excepcional (CANDIDO, 2001, p. 104).

São esses últimos, de acordo com Antonio Candido, que definem plenamente o modo de vida camponês-sertanejo de auto-subsistência e caracterizado pela sociabilidade vicinal. Entre esses, os sítiantes e agregados são mais resilientes sob o ponto de vista da manutenção dos elementos característicos da cultura sertaneja, pois o fazendeiro rico tende com o tempo a se desligar dela, acompanhando a evolução dos núcleos urbanos; e a camada inferior – cultivadores instáveis e posseiros - nem sempre possui condições de estabilidade que lhe permitam desenvolver as formas adequadas de ajustamento social (CANDIDO, 2001, p. 105).

Hoje, verifica-se que é essa camada intermediária – filhos, netos e bisnetos dos antigos posseiros e sítiantes – os que em grande parte permanecem no campo. São herdeiros diretos da cultura sertaneja e os principais sujeitos desta pesquisa.

4.4 A VIDA NOS TEMPOS ANTIGOS

A ocupação do Vão do Paranã, nos séculos XVIII e XIX, acarretou não só o povoamento de um território estratégico para o contexto econômico da época, mas também o desdobramento de um modo de vida rural, condicionado em grande parte à vida nas grandes fazendas de gado. A fazenda tornou-se o ambiente onde se estabeleceram as relações entre o homem e a terra, entre as atividades humanas e o meio físico, entre o homem e o homem (relações de trabalho e miscigenação), e onde se forma um modo de vida peculiar, pautado por essas relações.

Primeiro com a decadência do ouro e depois com a transferência da economia colonial para os estados do sul, em meados do século XIX, toda a região ficou relegada ao abandono administrativo. Nessa época, já se havia constituído uma ocupação regional efetiva, embora rarefeita, fundamentada em grandes fazendas de gado com núcleos populacionais isolados e dispersos, subsistindo uma economia voltada para a auto-suficiência.

Formou-se, assim, uma variante do modo de vida sertanejo dos sertões nordestinos

adaptado às condições locais e funcionais da região (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 317). O gado continuou sendo a principal atividade econômica, mas só para os fazendeiros mais abastados, donos “legítimos” das terras, obtidas por concessão em enormes sesmarias. Os mais pobres, aproveitando a disponibilidade de terras virgens e desprovidas de valor, ocuparam-nas como sitiantes, posseiros ou agregados²⁶, difundindo um campesinato característico voltado para a agricultura de auto-subsistência, combinada com a criação de animais e com o aproveitamento complementar dos diferentes ambientes de cerrados, através da caça, pesca e da coleta de mel e de plantas, frutos e raízes.

Foi esse em linhas gerais o sistema de vida rural testado e difundido na região de estudo durante dois séculos. Em essência, um modelo de sociedade arcaico, caracterizado pela rusticidade de uma existência sertaneja. Uma economia voltada praticamente para a auto-subsistência das famílias e uma *vida comunitária* que girava em torno do núcleo das grandes fazendas consistindo “no agrupamento de algumas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (CANDIDO, 2001, p. 81).

A fazenda de criação de gado extensivo, típica do Centro-Oeste, torna-se o centro da vida rural, na “unidade de produção e reprodução social por excelência” (ARAGÃO, 1993, p. 177). Mais que uma unidade familiar formava uma unidade produtiva quase autárquica, uma comunidade menor dentro da maior: “fazenda dentro da vila, a vila dentro da Capitânia, mais tarde da Província, hoje do Estado” (DIEGUES Jr., 1960, p. 77). Aragão (1993, p. 175), descreve a antiga paisagem do Centro-Oeste, como um “anel distendido de povoados e de pequenas cidades, as fazendas e as pequenas habitações – os 'retiros' – dos agregados e meeiros, cabanas de taipa e de palhas de buriti no geral.”

As fazendas, como unidades produtivas, eram praticamente auto-sustentáveis, raros ou poucos produtos eram procurados fora das suas fronteiras. A criação de animais e o manejo do gado, como atividade econômica exclusiva, eram os principais produtos para o comércio e envolvia toda família e agregados, trabalhadores e escravos. A estes dava-se o direito a ocupar pequenas áreas, onde construía seu rancho e plantava roças de mandioca, feijão, milho, etc. tanto para auto-abastecimento como para o abastecimento interno da fazenda. O gado era levado para Bahia e trocado por bens básicos como sal, café, ferramentas, etc. dos quais os menos abastados se supriam em troca de serviços na lida com o gado e nas lavouras das grandes fazendas.

Nos arraiais havia um comércio incipiente, atividades religiosas e educacionais, mas de forma muito limitada. A freqüência à “cidade” dependia da importância do fazendeiro, e

²⁶ Essas categorias foram utilizadas para entender a estrutura social da população tradicional de Terra Ronca, tendo como base o trabalho de Antonio Candido (2001, p. 78), sobre os caipiras paulistas.

para os menos abastados se dava apenas por ocasião das festas religiosas²⁷, ou quando períodos muito chuvosos inviabilizavam o trabalho no campo (GARDNER, 1975; BARREIRA, 2002).

A despeito das diferenças entre as classes sociais no meio rural, mesmo o fazendeiro mais abastado, proprietário de muitos bois e terras, organizava sua vida material, no que tange ao conforto, de maneira mais despojada possível²⁸. A *casa de telha*, centro da vida da fazenda, sempre foi de construção modesta, sem ostentação *de riqueza*. A sua construção, adequada ao meio, não difere muito em termos de conforto, dos *ranchos* ou das *casas de palha* dos empregados, meeiros e agregados (DIEGUES Jr., 1960).

George Gardner (1975. p. 174), quando de passagem pelo Arraial de São Domingos, em meados do século XIX, se alojou na fazenda de um juiz de paz do distrito, fazendo a seguinte observação: “Como as demais habitações, era feita de grandes tijolos crus, com as repartições formadas de um tecido de varas, barreadas de argila alisada pela mão do trabalhador e todo ornamentados de traços deixados por seus dedos.”

Modesta também eram as condições de vida e de posses materiais do goiano. Saint-Hilaire (1975, p. 204), descreve com certo espanto a situação de “aspecto miserável” de uma casa da região sertaneja: “Não tem móveis, e as poucas coisas que se encontram jazem jogadas para qualquer lado”. Não muito diferente eram as condições na casa dos patrões. Acrescenta o viajante francês que em uma sala sertaneja encontrou como mobiliário uma mesa, um par de bancos e raras vezes uma ou duas armações de cama. Gardner (1975), também observou a pobreza das casas na região: “casas pequenas, com aberturas mas sem portas, com dois aposentos, sem cadeiras”.

O tradicional modo de vida do sertanejo de Terra Ronca se caracterizava tal como o do proprietário (sitiantes) ou posseiro relativamente estável. Isolado e desprovido de recursos econômicos, valia-se, para os trabalhos agrícolas, da própria família e do auxílio vicinal – dois componentes básicos da sua estrutura social. No âmbito do primeiro (trabalho familiar), destaca-se a indústria doméstica, principal fonte dos bens de consumo, no tocante aos utensílios, roupas, manipulação de gêneros alimentícios, o que contribuía notavelmente para sua auto-suficiência e fixação no território.

No âmbito do segundo (trabalho vicinal), destacam-se as formas de convívio baseadas em laços sociais solidários e a formação de grupos rurais de vizinhança entre os núcleos rurais rarefeitos na paisagem. Havia entre estas formas de solidariedade e auxílio mútuo institucionalizados no mutirão, com que os moradores enfrentavam tarefas mais exigentes e,

²⁷ “Aqui, como em muitas outras vilas do interior, muitas das casas pertencem a fazendeiros que só as ocupam em dias de festa”. Descrição de Arraiais feita pelo viajante naturalista George Gardner, em 1839 (GARDNER, 1975, p. 168).

²⁸ Na construção das casas pode-se notar o reflexo da estratificação social no espaço humano e a simbolização do padrão econômico e sociocultural em que vive o homem (MATTEUCCI, 2003).

ainda, para outras formas de convívio: festas, missas e leilões.

A principal delas é o mutirão, que institucionaliza o auxílio mútuo e a ação conjugada pela reunião dos moradores de toda uma vizinhança para a execução das tarefas mais pesadas, que excediam as possibilidades dos grupos familiares. Assim, era comum, por exemplo, os moradores se juntarem para ajudar a cada um deles na derrubada da mata para o roçado, o plantio e a limpeza dos cultivos, bem como para a bateação das safras de arroz e de feijão e, eventualmente, para construir ou consertar uma casa, refazer uma ponte ou manter uma estrada. Sempre que a tarefa interessava imediatamente a um dos moradores, cumpria a esse prover alimentação e, ao fim dos trabalhos, oferecer uma festa com música, pinga e 'mulheres'.

Assim, o mutirão se faz não só como uma forma de associação para o trabalho, mas também uma oportunidade de lazer festivo, ensejando uma convivência amena.

Outro elemento de sociabilidade vicinal era a vida lúdico-religiosa – complexo de atividade que transcende o âmbito familiar - a qual concentrava nos arraiais e núcleos das fazendas a sua unidade básica de manifestação. Os festejos religiosos – quer os mais amplos, organizados nas capelas consagradas a determinado santo, quer os menos formais, promovidos em caráter doméstico - serviam como elemento fundamental de sociabilidade e unidade entre os diferentes bairros isolados. “[...] As vizinhanças mais solidárias organizam-se ainda em formas superiores de convívio, como o culto a um santo poderoso, cuja capela pode ser orgulho local pela freqüência com que promove missas, festas, leilões, sempre seguidos de bailes“ (RIBEIRO, Darcy, 2006 p. 347).²⁹

São essas, em linhas gerais, as condições de vida nos vãos do Paranã dos tempos antigos, interpretadas de acordo com as referências bibliográficas encontradas. Condições essas que produziram um sistema sociocultural essencialmente rural, com todas as características sociológicas do meio rural. Nesta “viagem” de volta ao passado, encontrei raízes na região de uma cultura sertaneja chegando a supor que ali ela adquiriu adaptações locais e funcionais, em virtude das características ambientais presentes nessas bandas de Goiás.

Pode-se afirmar que os habitantes de Terra Ronca são herdeiros de um patrimônio cultural que se manifesta “no conjunto de técnicas, das crenças e sentimentos, das maneiras de agir e de pensar, das atividades, do estilo de vida, em suma, criados ou desenvolvidos pelo grupo, dentro de certa ou relativa unidade” (DIEGUES Jr., 1960, p. 18). Ainda que, ao longo de cem, duzentos anos, variações históricas tenham ocorrido, associadas a fatores sociais e econômicos, a etnia de um povo, isto é, sua cultura, como bem nos ensina Darcy Ribeiro (2000), é o que há de mais resistente - mais que aço - e o

²⁹ Para saber mais sobre o aspecto lúdico-religioso em Terra Ronca, consultar a tese de Matteucci (2003).

mais difícil de quebrar.

Se existe ainda algo da cultura que permanece bastante viva na região de Terra Ronca, é a tal cultura da roça que continua atuando nas mentes e corações dos habitantes tradicionais.

5 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E TERRITORIALIDADE

Nesta dissertação, a interpretação técnica do espaço geográfico da região de Terra Ronca teve como base o Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Nordeste Goiano, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1995). A partir desse levantamento foi possível comparar as informações dos mapas com os dados “êmicos” obtidos em campo e alcançar uma perspectiva sociocultural do território ou dos ambientes de vida dos moradores.

Busca-se, assim, alcançar uma perspectiva etnoecológica, observada por alguns autores (RIBEIRO, Ricardo, 2006; RIGONATO, 2005), de que as populações tradicionais do Cerrado se inter-relacionam com o ambiente natural por meio de usos, manejos, conhecimentos, estratégias e representações simbólicas, criando assim uma dimensão sociocultural das paisagens e das espécies nativas deste bioma.

No mínimo, a comparação entre o modelo técnico do IBGE (1995) com o descrito ou compreendido pelos informantes permitiu fazer uma descrição mais rica das características socioambientais do território estudado, complementando a caracterização dos aspectos ambientais, realizada no Capítulo 3. A partir dessa comparação, foi possível compreender as formas tradicionais de apropriação do território ou dos ambientes de vida da comunidade e discutir as relações e os possíveis impactos do uso tradicional dos recursos naturais sobre a estrutura e dinâmica do ecossistema.

5.1 A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DO TERRITÓRIO

Como mencionado no Capítulo 3, a região de Terra Ronca localiza-se em uma área marcada por uma característica de transição e de tensão ecológica entre ambientes de Cerrado típico – savânicos e campestres – com Florestas Estacionais Deciduais e Semi-Deciduais, tradicionalmente conhecidas como Matas Secas. Nessa paisagem, há um mosaico de ambientes com características naturais distintas, de vegetação (diferentes fitofisionomias), de solo e relevo, com diferentes graus de alteração antrópica.

Começamos pela geomorfologia e vegetação que constituem os aspectos mais proeminentes na paisagem. De acordo com o mapa geomorfológico do Vão do Paranã (Figura 17), a paisagem de Terra Ronca é dominada pelos conjuntos:

Planalto Divisor São Francisco-Tocantins, Chapadão Central e Patamares de Chapadões: tradicionalmente conhecido como Serra Geral de Goiás, esse macro-conjunto é constituído de relevos altos (até 1.200 metros), com feições de chapadas (planaltos), que se estende para a porção ocidental da Bahia, Nordeste de Goiás e noroeste de Minas

Gerais. Compreende duas regiões geomorfológicas: o Chapadão Central com relevos planos, constituindo a parte mais elevada; e os Patamares de Chapadões, que formam por sua vez um nível intermediário entre o Chapadão Central e o nível mais baixo do Vão do Paranã. Sob o ponto de vista geológico, são áreas de contato entre a Formação Urucuaia e o Grupo Bambuí. A região de Terra Ronca e as cidades de São Domingos, Guarani e Posse, estão inseridas nesse conjunto, nas bordas ocidentais da Serra Geral de Goiás, nos limites de Goiás e Bahia. São áreas de relevo acidentado e presença de relevo cárstico e caracterizada por pequenas propriedades que variam entre 10 a 100 ha (AAG, 2003; BARREIRA, 2002, p. 34; IBGE, 1995; SCARIOT & SEVILHA, 2005).

Depressão do Tocantins: este é o domínio do Vão do Paranã propriamente dito, o vale profundo no contexto dos planaltos goianos que se estende de norte a sul da bacia do Rio Paranã, entre o Planalto Divisor São Francisco-Tocantins a leste, e o Planalto Goiano, a oeste. É formado por áreas planas - que variam de 300 a 800m, com elevada fertilidade natural, feições de relevo pouco dissecadas e um aspecto bastante homogêneo. Corresponde em superfície à maior parte da região do Vão do Paranã, e apresenta menor densidade de ocupação, visto que são áreas onde se localizam as maiores propriedades, com tamanhos superiores a 500 ha (AAG, 2003; BARREIRA, 2002, p. 34; IBGE, 1995; SCARIOT & SEVILHA, 2005)

Comparando-se o mapa geomorfológico com o de geossistemas (Figura 10), verifica-se que cada conjunto deste é constituído por sistemas ambientais que apresentam condições naturais peculiares – tipos de rocha, solos, relevo e vegetação - formando ambientes naturais diferenciados, com enorme biodiversidade, mas nem sempre com limites determinados e visíveis. Todos eles mantêm relações de interdependência, constituindo em seu conjunto um grande sistema heterogêneo, uma totalidade formada por partes interligadas e interdependentes.

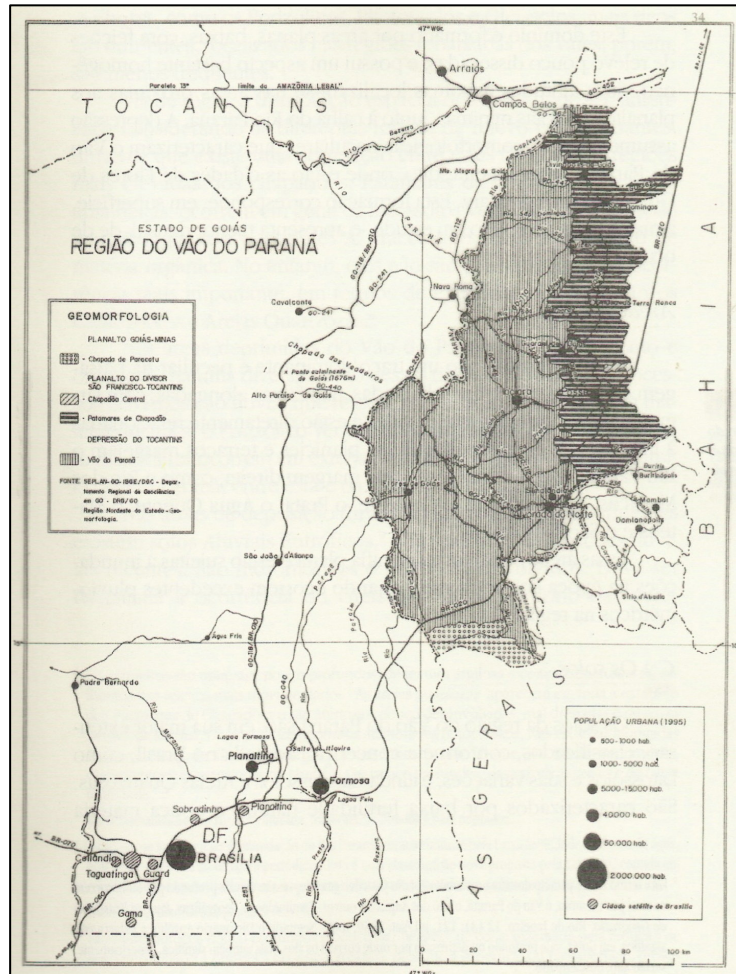


Figura 17. Mapa geomorfológico do Vão do Paranã
 Fonte: IBGE, 1995 *apud* BARREIRA, 2002.

Comparando-se o mapa de vegetação (Figura 18) com os mapas geomorfológico e de geossistemas, verifica-se que as diferentes formações vegetais estão distribuídas da seguinte forma: nas áreas sob o domínio das vertentes da Serra Geral de Goiás, cuja altitude varia entre 600 e 1.200 metros, a vegetação predominante é essencialmente do tipo savânico e campestre, compostas por diferentes fitofisionomias de Cerrado, tais como, o Cerrado *sensu strictu* (em sua maior parte), Campo Sujo e Campo Limpo, Veredas e Matas de Galeria³⁰.

Nos domínios do sistema cárstico-pelítico, nas áreas de chapadões calcários, com cotas altimétricas entre 550 e 850 metros, encontra-se como tipo principal a Floresta Estacional Decidual e Áreas de Tensão Ecológica (ou Contato) entre formações savânicas e a Floresta Estacional, resultado da mistura de dois tipo de vegetação. Já nos domínios do Vão do Paranã, com altitudes que oscilam entre 400 e 600 metros, predomina a Floresta Estacional Semi-Decidual. Há também tipologias vegetais restritas, como Vegetação

³⁰ Ver as características das distintas fitofisionomias presentes na região no Capítulo 3.

Rupícola, Refúgios Ecológicos de Savana Estépica e formas de vegetação antrópicas, decorrentes de atividades agropecuárias (BARREIRA, 2002; IBGE, 1995).

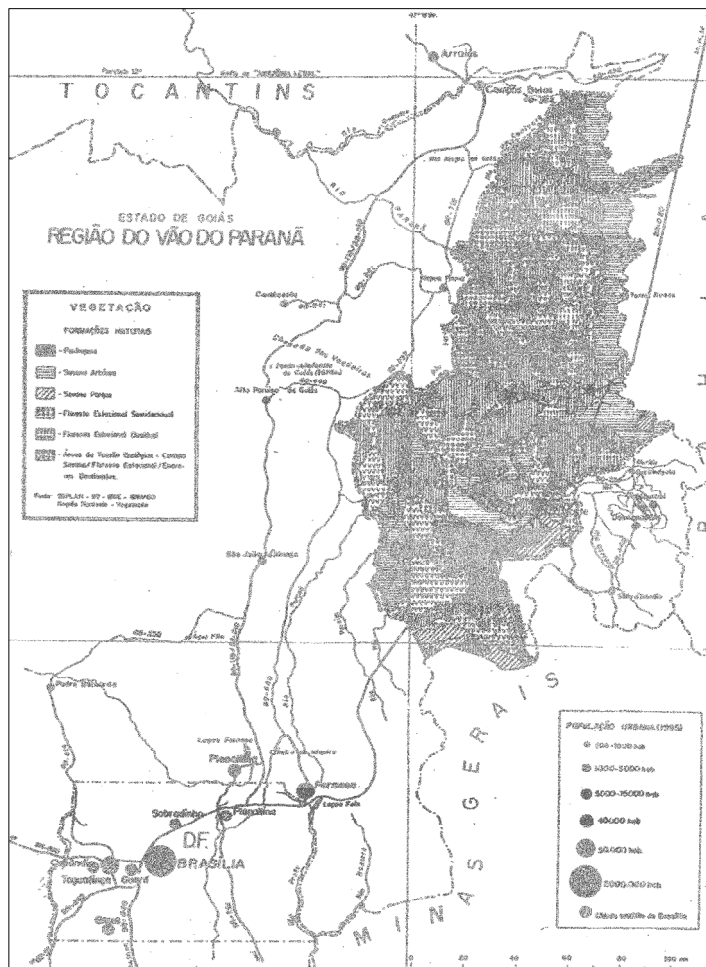


Figura 18. Mapa de vegetação do Vão do Paranã
Fonte: IBGE, 1995 *apud* BARREIRA, 2002.

5.1.2 Ambientes de vida: *Gerais*, *Caatinga* e as *Terras de Cultura*

Na perspectiva dos informantes, essa zona de transição caracterizada pela diferença de relevo, de geologia, de solo e, principalmente de vegetação, é reconhecida por meio de duas categorias bem marcadas, denominadas *gerais* e *caatinga*. Comparando a perspectiva local com os mapas do IBGE (1995 *apud* BARREIRA, 2002), constata-se que os *gerais* abrangem o espaço compreendido no conjunto Planalto Divisor São Francisco-Tocantins e Patamares de Chapadões, isto é, compreende os vastos espaços da Serra Geral de Goiás que marcam a fronteira entre Goiás e Bahia: “Agora, quem tá lá na Bahia, chama aqui Goiás: 'vou lá pro Goiás', já sabe é aqui. Quem tá aqui: 'vou lá pro Gerais', já sabe que é lá em cima na Bahia” (Sr. Raimundo).

Os *gerais*, assim, começam e terminam ali em Terra Ronca, a depender do ponto de vista. Para quem está em Goiás, é o começo, para quem vem da Bahia é onde termina e começa a *caatinga*. Em outras palavras, Terra Ronca fica na beira dos *gerais* – vale lembrar o *sertão das gerais* de Guimarães Rosa (Figura 19).



Figura 19. *Gerais* de Goiás visto de baixo (esquerda) e de cima da Serra Geral (direita)
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Os *gerais* são os lugares associados com fartura e abundância de água, em sua maior parte cobertos por uma vegetação de Cerrado típico – savânico e campestre – mas também com muitas veredas, buritis, brejos – os “*pantanal*”, e capões de mata. Espaços utilizados tradicionalmente para atividades pecuárias, onde se largava o gado e o sertanejo “campiava”. Também onde se largavam os porcos, se caçava, se plantava mandioca e se fazia farinha – nos capões, terras com mais “*estrutura*”. Estes vastos espaços são os locais onde o sertanejo tradicionalmente coleta frutos, fibras, lenha, flores, sementes, raízes e plantas medicinais do Cerrado.

Os domínios dos *gerais* da Bahia (a leste da região) são conhecidos pelos informantes como “campina”. Antigamente, esses eram espaços de deslocamento, de antigos caminhos do gado que ligavam o Nordeste Goiano com municípios da Bahia e Minas Gerais (Capítulo 3). Essa região, marcada por vastos espaços – extensos planaltos – e uma vegetação predominantemente campestre associada às veredas e capões de mata, era em grande parte constituída por terras devolutas e com baixíssima densidade demográfica. Até meados da década de 1970, funcionava como área de uso comum, onde os sertanejos também caçavam e pastoreavam, em virtude de ser considerada uma área com rica diversidade e abundância de animais (Quadro 3).

O espaço da *caatinga*, na ótica dos informantes, começa na Serra de Calcário, nas áreas acidentadas dos chapadões, e estende-se até as planícies do Vão do Paranã: “Caatinga é das morreira pra lá. Das morreira pra cá, até a Serra, é Gerais. A toada é uma só”. (Sr. Raimundo). A serra calcária constitui um marco de transição entre os espaços dos *gerais* e da *caatinga*, e possui diversas denominações locais: *morreira*, *Emparedado*,

Tabuleiro, Serra Carcária ou apenas *Carcária*, foram os nomes mais comuns dados a essa formação geológica.

A *caatinga* é caracterizada pela presença das matas secas e cerrados, de terras mais férteis - *terras carcárias, mociça* (macia) – e de muita madeira de qualidade. Também são ambientes associados às condições ríspidas no tempo da seca, quando a mata perde completamente suas folhas e a vegetação adquire uma tonalidade cinzenta, quase branca – *caatinga* (Figura 20). Por ser ambiente florestal, a *caatinga* apresenta uma importante função ecológica na região, servindo como local de abrigo, alimento e de trânsito para a fauna, havendo também grande diversidade florística e faunística – inclusive muitas espécies endêmicas (Quadro 4).

Outra característica importante na *caatinga* é que a água que vem dos *gerais*, quando entra em contato com o solo calcário, torna-se salobra e perde a qualidade para o consumo humano – quem nasce nos *gerais* não se muda para a *caatinga* por causa do “costume da água”. Mas a principal característica desse espaço é a presença das *terras de cultura* ou simplesmente *culturas*, ambientes florestais utilizados tradicionalmente para a colocação de vários tipos de lavoura e, mais recentemente, para o plantio de pastos. São os ambientes de vida por excelência, onde o sertanejo também constrói a sua morada e, por isso, são os locais com mais alterações antrópicas, conforme explicitado por Ricardo Ribeiro (2006):

Esse ambiente caracteriza-se não só pela presença de uma vegetação de maior porte e pela fertilidade do seu solo, mas pela disponibilidade de água próxima, nos rios e córregos. Assim, 'terra de cultura' reúne condições ideais para ser o espaço de outras atividades do sertanejo: ali ele constrói sua casa e em volta dela o paiol, a despensa, a horta, o pomar, o chiqueiro, o galinheiro, as cobertas onde ele vai assentar a fábrica ou o engenho e, às vezes, até um pequeno curral ou um cercado para quando é necessário prender o gado e os animais, assim como outras construções conforme as suas posses e atividades desenvolvidas. Dessa forma, como o próprio nome indica esse ambiente é o território por excelência do 'fazer humano' e, conseqüentemente, é bastante modificado, aí se concentrando grande parte do desmatamento, acima referido, mas sendo também perturbado pela própria presença humana constante. (RIBEIRO, Ricardo, 2006, p. 98).



Figura 20. Mata seca no período de estiagem (esquerda) e a serra calcária na época das “águas” (direita)
 Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

	Classificação local	Classificação técnica (IBGE, 1995)
Território	Gerais	Planalto Divisor São Francisco-Tocantins, Geossistema Vertentes da Serra Geral e Patamares de Chapadões
Relevo	Boqueirão e chapada	Escarpas e chapadas (planaltos) da Serra Geral de Goiás
Fitofisionomias	Vereda, brejo, plantame, campina, capão, pantanal e cerrado	Formação savânica, campestre e florestal: Cerrado s.s, vereda, campo limpo e campo sujo; mata de galeria
Características ambientais e socioculturais	<p>São áreas de cerrados campestres e savânicos, com sistemas de veredas e áreas inundadas – brejos – funcionando como centros dispersores dos rios, córregos e ribeirões, que compõem o conjunto das sub-bacias que drenam para o Rio Paraná.</p> <p>A água é abundante e de muita qualidade. Antigamente, eram os espaços de uso agropecuário, onde se largavam os animais “à solta” e onde o sertanejo campeava. São áreas com alta diversidade florística de espécies nativas do Cerrado e tradicionais pontos de coleta de frutos, fibras, lenha, flores, sementes e plantas medicinais.</p> <p>As áreas florestadas, brejos e capões de mata, onde há presença de solos mais estruturados, também se utilizam para colocar roças de subsistência. Poucas famílias moram atualmente em seus limites.</p>	
Situação atual	<p>Dada sua grande importância ao equilíbrio geocológico e hidrológico da região, foram destinadas a regimes especiais de proteção, com diferentes categorias de uso: a Área de Proteção Ambiental – APA Serra Geral de Goiás; PETeR e a Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca – RESEX RATeR. As principais alterações antrópicas continuam sendo as práticas de colocar fogo nas veredas e áreas de cerrados para rebrota do capim. No</p>	

entanto, o fator mais preocupante são as monoculturas de grãos nos planaltos da Serra Geral, que causam desequilíbrios hidrológicos, assoreamento de veredas, brejos e lagoas, implicando em impactos pouco ou nada conhecidos nesta região, possivelmente irreversíveis.

Quadro 3. Características socioambientais predominantes nos *gerais*

Fonte: AAG, 2003; IBGE, 1995; Dados de Campo.

	Classificação local	Classificação técnica (IBGE, 1995)
Território	Caatinga	Patamares de Chapadões, Geossistema Cárstico-Pelítico, Planícies do Vão do Paranã
Relevo/solos	Morrera, emparedado, tabuleiro, carcárea, pedra carcárea, terra de cultura	Serra de Calcário, relevo cárstico e planícies do Vão do Paranã
Fitofisionomias	Caatingas, matas, brejos e cerrados	Florestas estacionais decíduais e semidecíduais; mata de galeria e Cerrado s.s
Características ambientais e socioculturais	<p>São ambientes florestais, com destaque para as matas secas de afloramento calcário e áreas de contato com o cerrado, apresentando diversidade florística característica e a presença de espécies típicas e de maior quantidade de cactáceas comparado com as demais fitofisionomias. São áreas significativas do ponto de vista hidrológico e geoecológico, pela ocorrência de afloramentos d'água formando córregos e ribeirões e também pela presença de cânions, pontes, sumidouros e ressurgências provocados pela dissolução do relevo cárstico dos rios que nascem dos <i>gerais</i>.</p> <p>Sob o ponto de vista sociocultural, são os ambientes de vida por excelência da população sertaneja da região e, portanto, áreas com alterações antrópicas mais acentuadas, como o desmatamento das matas de galeria – nas chamadas <i>terras de cultura</i> –, a exploração de madeira, a caça e a pecuária.</p>	
Situação atual	<p>Com a criação do PETeR os espaços da <i>caatinga</i> foram em grande parte transformados integralmente em unidade de conservação de uso indireto – que não permite o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.</p> <p>A criação do Parque teve como finalidade proteger os sítios naturais de relevância ecológica e espeleológica, destinando a área ao uso público, educação e pesquisa científica.</p> <p>A nova destinação de uso a este espaço causou uma série de conflitos entre o órgão gestor ambiental e a população tradicional da região, situação ainda não solucionada. De acordo com funcionários do Parque, atualmente residem dentro dos seus limites cerca de duzentas famílias, mantendo suas atividades tradicionais, ainda que sob fiscalização do Estado.</p>	

Quadro 4. Características socioambientais predominantes na *caatinga*

Fonte: AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS, 2003; IBGE, 1995, Dados de Campo.

5.2 FATORES DE PERSISTÊNCIA E DE TRANSFORMAÇÃO

É nos amplos espaços das encostas da Serra Geral de Goiás, entre os *gerais* e a *caatinga*, que se estabelece os ambientes de vida (território) da população tradicional de Terra Ronca. A forma histórica como o ser humano se organizou neste espaço caracterizou-se pela ocupação rarefeita e de baixa densidade populacional. Como vimos, o que motivou a ocupação deste território, em determinado período da história, foram as características naturais altamente favoráveis para a implantação de um sistema extensivo de criação de gado associado com o uso diversificado do que o ambiente podia oferecer: caça, frutos, raízes, mel e disponibilidade de ambientes florestais (cerrados) com solos propícios para uma agricultura itinerante e tecnologicamente simplificada.

Foi esse o sistema de vida rural que vigorou durante mais ou menos dois séculos desde que os primeiros colonizadores brancos – criadores de gado – ali chegaram. Em meados da década de 1970, e principalmente nos anos 1980, a região passou a sentir os efeitos de uma nova dinâmica territorial, com importantes modificações ambientais, sociais e culturais (Ver Capítulo 3). As condições naturais favoráveis e terras disponíveis com baixo valor econômico impulsionaram a imigração do Sul e Sudeste do país. Isso acarretou a remoção quase que total da cobertura vegetal nas áreas de “uso comum” para a implantação de fazendas de gado e monoculturas de exportação.

Candido (2001, p. 251-269), em relação à dinâmica da cultura caipira paulista nas primeiras décadas do século XX, fala da coexistência dos fatores de persistência e dos fatores de transformação. Os primeiros são os que contribuem para a permanência dos modos tradicionais de vida; enquanto os segundos representam a incorporação aos padrões modernos. O autor sugere que cada grupo social incorpora a influência dos traços da modernidade a sua maneira, tendo os fatores tradicionais como ação reguladora, o que por sua vez pode depender de uma série de fatores, como: tamanho do grupo, duração e intensidade dos contatos e utilidade dos traços propostos.

A situação observada em Terra Ronca, no que toca às atividades agropecuárias, se ajusta ao padrão em que valores antigos se combinam aos novos em proporções variáveis. Mantêm-se as atividades econômicas tradicionais de criação de gado e agricultura de subsistência, porém, elas se revestem com traços tecnológicos novos e, principalmente, ajustam-se a uma nova configuração territorial e ambiental específica.

5.3 A PECUÁRIA SERTANEJA DE TERRA RONCA

Labutei com isso demais, esse negócio de gado... labutei muito. Eu entendo tudinho o que é o gado.

Sr. Raimundo

A pecuária tradicional no Vão do Paranã caracterizou-se, desde o início, pela criação de gado extensiva, nos moldes da pecuária do Nordeste brasileiro, até meados do século XX. Na década de 1970, e principalmente nos anos 1980, o sistema de uso e manejo tradicional do gado – estabelecido há séculos na região – sofreu mudanças significativas com a chegada de novos produtores vindos do Sul e Sudeste e com a introdução de padrões de produção modernos em escala comercial.

De qualquer forma, a pecuária constituiu uma atividade que ao longo do tempo criou uma tradição, associando o fator cultural ao meio natural. A organização do território daí decorrente prende-se a este fato: a região estruturou-se em torno de grandes fazendas de criação extensiva, pelo menos até um determinado momento. Como aponta Barreira (2002), “a criação de gado no Paranã é um fato social, econômico, político e cultural, reconhecidamente manifesto na paisagem”. (BARREIRA, 2002, p. 21).

A região de Terra Ronca apresentava características naturais adequadas ao manejo no sistema tradicional, pois além de contar com extensas pastagens naturais, o gado confinava-se entre os amplos espaços dos *gerais* e da *caatinga*. De um lado, havia a barreira da Serra Geral, marcando os limites com a Bahia, e do outro, os chapadões calcários, criando um confinamento natural aos animais que eram obrigados a viver dentro desses limites.

Tinha muito espaço vago de caminha, né. É assim: enquanto o bicho não chegasse numa cerca, tava andando... Maior cerca pra eles [gado] era lá, as pedra calcária lá, que chegava lá e eles não passavam não, voltavam pra trás. E aqui [na Serra Geral], eles não saiam para a Bahia porque não tinha opção deles saírem, né. A Serra aí é muito discuidoso pra eles subirem. Pra gente já é, que dirá pra eles (Du).

O sistema tradicional de manejo beneficiava-se das condições naturais favoráveis e da ampla disponibilidade de terras, onde o gado era criado “na solta”.

Hoje criação de gado tudo é presa, mas antigamente não, **era solto, era comum**. Todo mundo criava gado, fazenda grande e os gado misturava tudo nos mato aí. **Não tinha repartição**, arame, não. Hoje não, agora cada um que queira criar primeiro tem que cercar, formar pasto e cercado, mas de primeira era na solta, era comum. (Sr. Abílio) (grifos meus).

Ressalta-se que há poucas décadas, antes da chegada da cerca de arame, os limites das propriedades não eram precisos, fato que viabilizava o regime de criação “à solta”, pois permitia ao gado perambular nas áreas de cerrados da *caatinga* e nos campos dos *gerais*. A ampla disponibilidade de pastagens naturais combinada com a baixa densidade populacional tornava desnecessário o uso da cerca de arame para divisão das terras. O sistema de marcação das propriedades podia ser feito com cercas utilizando-se a madeira resultante da derrubada das matas (nas chamadas *terras de cultura*) ou mesmo por meio de referências naturais na paisagem:

Todo mundo aqui tinha gado, não era muito não, mas todo mundo tinha. Mas não tinha pasto, feito cercado, que pra cercar era de madeira a cerca, de laxa, de tora de varão, era difícil, não tinha arame, não existia arame aqui (Sr. Emilio).

Naquela época que as terras não tinha aquele negócio de dono, assim, de cerca feita né, era a mata aí, comum [...] cada um tinha seu dono. Mas a marcação era assim: não era medido, aí a gente marcava o pé de pau que nem esse pé de manga né: ‘é naquele pé de manga, lá naquele pé de pau lá no alto lá, tal lugar assim e assim’, ia marcando de pé em pé de pau (Du).

No entanto, se as cercas não delimitavam as propriedades, dividiam o espaço destinado à agricultura, desenvolvida na *terra de cultura*, do amplo território da pecuária: “O pasto era na solta... não tinha cerca em lugar nenhum, cerca de arame³¹ só nos quintais e na roça... mas o pasto era na solta aí”. Também era comum os fazendeiros mais abastados dividirem suas terras com “muros de pedra”, que provavelmente serviam não só como forma de demarcação das terras, mas também como um tipo de curral onde se guardavam os animais. Sr. Abílio destaca as vantagens dessas cercas, muito comuns na região de São Domingos, “é porque a cerca de pedra é permanente né, ela não paga, nem fogo não queima, não enferruja, fica permanente né, pra toda vida”.

Verifica-se assim que o sistema de “solta” utilizando-se da pastagem natural do Cerrado era um patrimônio comum, desfrutado tanto pelos grandes criadores como pelos pequenos de “criação miúda”. Mesmo que não existam estudos a respeito da chegada da cerca de arame na região, muito menos das conseqüências desse processo, pode-se especular que foi algo recente, de poucas décadas pra cá. Ainda hoje, embora praticamente todas as propriedades estejam cercadas, é comum ver o gado pastando solto, “perdido” pelos cerrados.

Outra característica natural que contribuiu para que a criação de gado extensiva ali se efetivasse foi a ocorrência de barreiros nos solos calcários - nos “pé das morreira”, onde o animais supriam-se do cálcio natural que há nesse tipo de solo: “de primeiro tinha o barreiro,

³¹ É provável que neste caso o informante esteja se referindo a cercas em geral e não propriamente à cerca de arame, pois não havia arame na época.

no barro tinha o sal, o sal bravo não é... o gado comia o barreiro”. A presença dos barreiros constituía um aspecto ambiental fundamental para o sistema de criação antigo, tendo em vista que as condições de abastecimento de bens básicos como o sal e o café, importados da Bahia, eram muito difíceis: “Você sabe daonde é que vinha o sal? Da Bahia ó, nas tropas de burro... Barreiras, Correntina... nas tropas de burro”.

Os mais humildes trabalhavam nas fazendas, como vaqueiro ou lavrador, pra poder adquirir esses bens: “a gente trabalhava [...] pra algumas pessoas, pagava a gente, a gente comprava o sal e o café, mas tudo era difícil”.

Ali tinha aquele negócio, aquele fazendeiro que tinha condições né, plantava roça mais grande, aqueles mais fraco, que quase não plantava, ia comprar daqueles fazendeiros que tinha... Comprava pelo serviço, era assim. Uma diária de serviço naquela época dava em troca dum quilo de sal.. Trabalhava o dia todinho na fazenda, chegava e vendia pro cara em serviço, fazer cerca, capinar, roçar (Du).

As condições de vida antigamente, marcada pelo isolamento e pela “pobreza”, não permitiam a criação de muito gado para grande parte da população, embora quase todos se dedicassem a criar umas poucas cabeças: “mais pra trás, o gado era pouco, o povo aqui criava duas, três, quatro vaquinha”. No entanto, os fazendeiros mais fortes, com muitas terras, tinham recursos e condições de criar gado em maior quantidade cujos produtos eram exportados para Barreiras, na Bahia. A história de Sr. Abílio, 89 anos, sobre o tempo de quando acompanhava o padrinho nas viagens de tropa para a Bahia, é bastante ilustrativa nesse sentido:

[...] A gente tropeava daqui pra Bahia, aquelas troponas de burro né, saia daqui [pra] **comprar carregamento de sal, café, ferramenta, toda coisa, pra vender aqui**. Eu fui ficando maiorzinho, aí ia lá e voltava duas vezes no verão, ia duas vezes lá todo ano... Eu na companhia dele [do padrinho] toda vida. Até quando ele morreu. Quando ele morreu eu já estava rapazinho de dezoito anos. Ele ia lá e ficava devendo conta, ia e pagava né. [Ele] **comprava muito couro aqui** [...] aí deu uma doença rapidinho, ligeiramente ele morreu e deixou a tropa prontinha pra viajar [...] aí como é que faz? [inaudível] e essa conta lá... Então, eu resolvi! A disposição minha, eu vou lá! [inaudível] eu vou arranjar o peão que trabalha com ele na tropa e vou lá pagar o homem. Assim eu fiz né, arrumei a tropa todinha, passei³² no peão que é acostumado com ele, fui a Barreiras e fiz* o negócio tudo lá com o homem e carreguei a tropa pra mim [...] eu era um rapazinho de dezoito anos [...] **comprava couro de toda região** [...] coisa de gado, né, aí dobrava tudo, empacotava tudo pra fazer as cargas nos burros [...] agora essas coisas acabou né, **de primeira exportava essas coisinhas tudo pra lá** [...] **trazia sal, sal grosso, trazia o café de caroço, trazia ferramenta, enxada, machado, facão, foice, todo tipo de ferramenta pra vender pro pessoal lavrador aqui mexer com roça, né** (Sr. Abílio) (grifos meus).

³² Palavras mais próximas do que foi possível ouvir.

O gado tradicional chamado “curraleiro” ou “comum”, antes de tudo, “expressa a origem local de gado em oposição a outros tipos de introdução mais recente” (RIBEIRO, Ricardo, 2006, p. 238). A principal característica do *gado curraleiro* é a sua mestiçagem formando distintas qualidades de raças. Criados juntos, soltos pelo sertão, o gado misturava-se formando variedades locais:

Todo mundo criava gado, fazenda grande... E o gado misturava tudo nos mato aí (Sr. Abílio).

Gado curraleiro, gado comum, comum que nós fala, é curraleiro né. Era [raça] giro, girolanda - não era nem nelore nem giro, era crioulo... Criolo é cruzado - nelore com giro. Tudo gado de couro, preto, vermelho, amarelo, mouro (Du).

Antigamente aqui era o curraleiro, era o crioulo, o crioulo era um gado mais pesado... O zebu, esse giz de hoje, chamava zebu antigamente (Sr. Raimundo).

Outra característica do curraleiro é sua forte adaptação à paisagem de cerrados, utilizando-se das gramíneas nativas – “capim agreste”, nas áreas de caatinga, nos campos e nas veredas da Serra Geral (ambientes com forte ocorrência de buritis). Os informantes mais antigos são unânimes quanto à qualidade superior do gado curraleiro frente às raças mais recentes, principalmente porque o curraleiro era mais “natural”, mais sadio (orgânico) – porque se alimentava da vegetação nativa -, era mais gostoso, rendia mais e não exigia tantos cuidados como o gado de hoje:

Agora nesse tempo o gado tava no taquari³³ na Serra, comendo aquele trem ali... Era um gado bonito, sadio. Aquele taquari é bom demais pro gado, a vaca dá muita gordura no osso comendo taquari [...] Porque eles comiam a vontade, por aí tudo né... e no pasto come só o que tiver ali dentro. E não arranja outra coisa diferente, a não ser o pasto [...] é que nem você prender uma coisa e dar só aquilo pra ele lá preso, acostuma só naquilo ali. Certos tempos pra cá a vaca não deu mais gordura no osso, porque é do capim manso, andropogo, é provisório, é nesses pastos (Sr. Raimundo).

Acabou hoje, não tem mais nada, o trem danou tudo [...] por causa do capim, andropogo e provisório, o trem danou tudo. O gado solto dava mais gordura [...] aquela gordura serve demais, porque a mulher tira aquela gordura todinha e faz o sabão, da gordura, né. Pra quebrar o osso de uma vaca hoje em dia é no machado, você quebrar com facão, não quebra mais porque é duro. Antigamente você pegava um corredor assim, de uma rês [inaudível] estourava, era capinha, mas só tutano... tutano enorme no osso (Sr. Raimundo).

Mas o gado era sadio ó, não precisava de remédio, não precisava de nada [...] tinha muito pasto, chovia muito não é [...] hoje pra você criar gado é tanto remédio que aplica no gado que até a carne não presta, contaminada de vacina, de aftosa, de raiva, de butolismo, de tudo quanto é coisa. De primeiro não tinha isto, criava aí solto no mundo... só sal que dava (Sr. Emilio).

³³Taquari é um tipo de taboquinha (gramínea?) que tem no sopé da Serra Geral, da qual se diz que o gado gosta muito. (Sr. Raimundo).

Como verificado por Ricardo Ribeiro (2006) com as populações sertanejas de Minas Gerais, a introdução das raças zebuínas praticamente extinguiu o curraleiro na região de estudo, encontrado hoje apenas nas mãos de um ou outro criador. Provavelmente o *desaparecimento do curraleiro* está relacionado às mudanças na pecuária sertaneja regional a partir da década de 1970, com a chegada de novos produtores trazendo a influência da pecuária praticada no sul de Goiás (BARREIRA, 2002, p. 138-156). A introdução de novas raças – e junto com elas espécies de gramíneas exóticas – tinha como finalidade a criação de bovinos com rápido desenvolvimento e com porte maior, capazes de desenvolver maior volume de carne, características essas ausente no curraleiro.

As conseqüências da substituição do gado curraleiro pelo zebu certamente são muito maiores do que se pode supor. Algumas especulações a respeito: com a chegada de novas raças “modernas” houve a necessidade de formar pastagens artificiais – já que não são acostumadas com o “capim agreste”. A formação de pastagens artificiais, por sua vez, pode estar associada com a chegada do arame, tal como verificado por Ricardo Ribeiro (2006) no sertão Mineiro, pois “não tem sentido plantar capim, se esse não tiver convenientemente cercado contra a entrada do gado dos vizinhos.” Não menos importante foi o fato de que com a introdução de raças novas tenha aumentado a freqüência de colocar fogo na vegetação nativa dos cerrados (Figura 21).

As novas raças de gado não têm costume de comer o “capim agreste”, sendo necessário, portanto, botar fogo no capim para que ele rebrote macio e mais palatável.

Capim é de vereda, cerrado (capim agreste), mas capim desse jeito assim ele não come. Às vezes come pra não ficar com fome, mas eles põe fogo assim, de agora em diante né, **nas vereda aí eles pões fogo**, queima e vem aquele capimzinho, aquela brotinha, aí fica aquele capim beleza, aí eles come. [Quando não queima, eles (gado) não gosta por quê?] Não gosta porque é um capim seco né, muito duro. Pode ver as queimadas quando vai ficando assim já véia, fica duro o capim, eles não come, aí já procura descer pras mata né, caçar capim manso. (Du).

Na região de estudo, atualmente, predomina o gado branco, nelore, tanto entre os pequenos agricultores como entre os grandes produtores. Interesses econômicos externos se sobressaem acima dos sistemas tradicionais de produção, mesmo considerando todas as vantagens e potencialidades que o curraleiro possui. No caso dos agricultores/sertanejos participantes da pesquisa, talvez isso se justifique, pois o gado é tido como “poupança”, portanto, não compensa criar outra raça que não tenha aceitação no mercado ou que seja difícil de vender nos momentos de necessidade.



Figura 21. Fogo no Cerrado: prática tradicional no manejo do gado e no labor agrícola
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Por fim, o desaparecimento do gado curraleiro no sistema de produção sertanejo parece coincidir com o processo de cercamento das propriedades, seja pelo novo sistema de manejo implantado, seja pela valorização das terras e aumento da população, que exigia a divisão e a demarcação das propriedades entre os filhos(as) herdeiros(as).

Semelhante ao verificado por Ricardo Ribeiro (2006), em Minas Gerais a “solta”, patrimônio de uso comum, pastagem natural do Cerrado, “passou a ser privatizada, *limitando primeiro as possibilidades dos 'pobres' em manter ali sua 'criação miúda'*, depois restringindo sua própria pecuária bovina, com o fim do curraleiro e da disponibilidade de áreas para pastagem.” Somam-se a essa dinâmica cultural, as conseqüências para o equilíbrio ecológico e para a biodiversidade da região, com a introdução de espécies exóticas e a necessidade de novas práticas de manejo com uso mais intensivo do fogo.

5.3.1 Sistema tradicional de manejo do gado

A pecuária tradicional em Terra Ronca apresentava uma peculiaridade em termos de manejo do gado que se manifestava pelo sistema de *transumância*. Este se caracteriza como uma forma natural de manejo de gado, em que se utilizam *diferentes altitudes do relevo da região, de acordo com a dinâmica climática anual*. De acordo com Barreira (2002, p. 127), *a transumância constitui uma forma secular de manejo, característico de povos pastores nas mais diferentes regiões do planeta*. No Brasil, o Vão do Paranã foi um dos únicos lugares em que se desenvolveu esse tipo de manejo, onde as áreas mais elevadas da Serra Geral (planaltos a leste da região) funcionavam como alternativa para o pastoreio.

As áreas mais rebaixadas do Vão do Paranã ofereciam pasto natural durante o período das chuvas. Com a estiagem, secavam; daí a necessidade de levar o gado para as campinas e matas das áreas mais elevadas, com uma vegetação mais resistente à estiagem e nascentes que formam veredas úmidas e pastagens naturais. Essa dinâmica permitia a manutenção dos rebanhos, mesmo durante os períodos de seca (BARREIRA, 2002, p. 127).

A ocorrência desse sistema de manejo tradicional em Terra Ronca foi confirmada em alguns depoimentos ao longo da pesquisa:

Tinha uma época que levava o gado pra Bahia também. Quando aqui tava ruim de pasto né, eles queimava lá em riba na Bahia, lá brotava mais rápido, capim saia mais rápido, aí eles pegava aqui e levava pra lá (Du).

Quando era o verão a gente apanhava o gado, que era o verão né, seca, e lá tinha as vereda verde né, levava gado, subia as terra aí, levava e botava lá. Ia apanhar quando chovia [...] a hora que dava uma chuvarada que aqui brotava a gente ia buscar (Sr. Emilio).

Tirava o gado aqui, subia essa Serra lá pra Bahia, botava de retiro né, passar o tempo da seca que lá é bom de pasto num tempo desse de muita seca, aí quando chovia, descia o gado, trazia pra cá de volta (Sr. Abílio).

Se o povo que vivia nos *gerais* levava o gado no tempo da seca para as campinas da Serra Geral de Goiás, os moradores da *caatinga* traziam-no para pastar nas veredas dos *boqueirões* da Serra:

Usava também as veredas. Ficava um gadinho aqui pra ir olhando [...] ficava perdendo aí [...] uma vaca que tivesse que parir, que tivesse bezerro, ficava reparando [...] o povo usava as veredas aqui né... Num tempo desses nas caatinga o gado não carregava pra chapada não [...] aproveitava era aqui, vinha praqui [...] daqui levava pra lá e de lá [caatinga] vinha praqui (Sr. Abílio).

A reocupação do oeste da Bahia nos chapadões da Serra Geral, a partir da década de 1980, e a implantação de grandes monoculturas – notadamente da soja – inviabilizaram essa prática tradicional, uma vez que a vegetação nativa e a biodiversidade associada foram praticamente substituídas por grandes lavouras. O espaço (território) de uso comum passou a ter dono, isto é, foi apropriado pelos gaúchos e paulistas.

Esses paulistas que tomou conta dessa Bahia aí. Só tem fazenda e lavoura, até cidade já tem aí. To acostumado a campia, conheço esse mundo todo, e hoje não tem mais, é só fazenda, casa, cidade. Tem uma cidade que chama Rosário né, lá era campina e hoje é cidade e lavoura, muita lavoura [...] Você sabe o que é que tinha lá? Onça (riso), capivara, veado, tatu ema, porco do mato, bandeira, anta... essa bichada, né, o morador natural de lá era esse (Sr. Abílio).

5.3.2 O significado do gado no contexto sociocultural dos sertanejos

A criação de gado sempre foi a principal atividade econômica em todo o Vão do Paranã, desde o século XVIII. A região apresenta vocação natural para esse tipo de atividade e faz parte do contexto histórico da expansão da pecuária no Brasil. É a atividade, portanto, que tem forte repercussão sob o ponto de vista ambiental, cultural, social, político e econômico.

A criação de bovinos no contexto do grupo social em estudo possui significação distinta da pecuária típica das grandes propriedades voltadas à exportação. O gado é criado em pequena escala e é visto localmente como “poupança”, seja para auxílio em emergências como também para complementar a renda de um período mais escasso ou para comemorar alguma data festiva, com o tradicional churrasquinho. Um dos depoimentos mostra claramente essa relação mantida pelos pequenos agricultores com o gado:

O trem mais abençoado que Deus deixou foi o gado. Porque o gado é o seguinte: cria ele, aí pra uma hora de precisão, adoeceu, vende uma dessas [vacas] aí o dinheiro é na hora, né. O dinheiro na hora aqui pra nós é o gado. Se tem precisão de quinhentos reais, mil contos, tendo ele pra vender, já vai saindo, vai vendendo e pegando os cobre. Compra na hora, paga na hora [...] quem não tem pra vender, meu amigo, pra cuidar da vida é difícil, não tem dinheiro. Se você tem uma terra, não acha quem compra, se você tem uma casa pra vender, não acha quem compra na hora, se você tem um lote pra vender, não acha quem compra na hora. E o gado não, se eu resolver vender ele agorinha, hoje mesmo, já põe dinheiro no bolso. Se o *caboclo boiadeiro* não tiver dinheiro pra me dar na hora, aposta mais emprestado no banco, toma emprestado de um amigo, vem o dinheiro do gado e compra. Por isso que esse povo pobre daqui é inculido de criar duas vaquinha. Todo mundo aqui cria umas duas vaca, é pouquinha, mas cria. O dinheiro que tem guardado é esse ó (Sr. Nelson).

A criação de animais de pequeno porte, principalmente suínos e aves, mas também incluindo ovinos e caprinos, parece ter uma ocorrência mais generalizada entre os vários segmentos da população tradicional na região. Entre esses se destacam a criação de suínos, antigamente muito mais expressiva, já que o toucinho era apreciado como óleo para temperar a comida.

Os que tinham mais condições criavam para vender na região: “o povo criava, aquele povo mais ou menos, criava era a porcada pra vender, para exportar, até nos armazéns tinha óleo de porco, aquelas latona de óleo de porco”. *Esses animais também eram em parte criados soltos nas áreas de veredas junto com o gado, se alimentando de folhas, frutos e raízes obtidos entre a vegetação nativa, com destaque para o buriti:*

la campιά, campιά você sabe o que é né? Mexer com o gado, **fazer buriti**, cuidar dos porcos que meu avô tinha aqui também [...] aqui na época do

buriti, trazia porco pra cá. Quando você pega o porco aqui, tá gordo no ponto de matar, **comendo só o buriti** dentro desses brejo aí [...] solto. Eles não fugia não, às vezes nós vinha aqui trazer ração pra eles né, pra eles não mal acostumar, tinha a casinha lá, então nós trazia a ração, jogava pra eles, tinha o chiqueiro, ficava lá, dava bastante comida e tornava a sair por aí, passava o dia todinho aqui dentro desse **buritizal** (Du) (grifos meus).

Embora a pecuária – principalmente de gado, mas também de porco, sempre tenha sido a principal atividade econômica na região, surpreendentemente *o consumo de carne era raro entre a maioria da população sertaneja* de Terra Ronca: “O gado aqui era pouca gente que criava, não era todo mundo que podia estar tomando leite não, era alguns”. Antigamente a alimentação consistia basicamente dos produtos plantados na roça: arroz, feijão, mandioca, milho e como fonte principal de proteína animal, *a caça*:

Pessoal quase não comia carne, pessoal comia era mais carne de caça, veado. Povo vivia nos galhos dos pau esperando, os pobre, né. O cara matava uma ou duas vacas por ano, quem tinha condições [...] aí matava, secava as carnes deles lá e guardava [...] alguns que tinham condições matava um porquinho no ano, dois porquinho só [...] tinha muita caça também, muito tatu, veado (Sr. Gustavo).

Provavelmente, os grandes fazendeiros criadores de gado, excluía a carne de boi e de outros produtos derivados animal da dieta dos vaqueiros e agregados, ainda que se alimentassem de carne com mais frequência. Darcy Ribeiro (2006), ao caracterizar o sistema de pastoreio no Centro-Oeste, aponta a ocorrência dessa situação: “Nesse sistema pastoril mais avançado, torna-se mais vantajoso para os criadores excluir a carne vacum da dieta dos vaqueiros. O homem, por isso, não cresce nem ganha vigor como o gado, permanecendo seco e mirrado como nas áreas mais pobres” (RIBEIRO, Darcy, 2006, p. 318). Talvez venha daí o prestígio, sob o ponto de vista sociocultural, que a posse de algumas cabeças de gado tem para a maioria dos pequenos agricultores.

Boa parte dos participantes da pesquisa já foram vaqueiros um dia, trabalhando na lida com o gado - próprio e/ou com o das fazendas da região - seja como parceiros, agregados e nos últimos anos como assalariados. O trabalho com gado “na solta”, como se viu, exigia grandes esforços, já que o vaqueiro tinha que encontrar as reses soltas pelos sertões dos gerais e da caatinga:

Era nesse mundo aqui Mauro, você montava a cavalo de manhã cedo e tocava no rumo, apanhar uma res, aí campeava hoje, amanhã e depois, tinha vez que ia a semana pra **apanhar um gado sozinho, no meio do mundo** [...] ia companheiro, ia dois, outra hora ia três, conforme for a carga né Mauro [...] suava o dia todo. Lá pro mato passava uma fome brava, moço, as coisas tudo difícil, quem tinha rapadura era rapadura com farinha [...] e quem não tinha, meu amigo, era o café fino de manhã e ia comer só de noite, a hora que chegasse em casa [...] eu já fiz isso demais Mauro, até

em pelo eu já campeei o dia todinho (Sr. Raimundo) (grifo meu).

Interessante notar que o sertanejo quando ia campear ou viajar provavelmente utilizava-se dos recursos que a natureza disponibilizava para matar sua fome, seja por meio da caça ou então na coleta dos frutos nativos do Cerrado. Isso indica que não havia descontinuidades entre as atividades tradicionais: campear, caçar e colher os vários frutos oferecidos pela natureza podia ser tudo uma coisa só. Além disso, como são atividades que exigiam mobilidade constante do grupo, o sertanejo tinha que ter um conhecimento profundo do território, do comportamento e das características das plantas e dos bichos. Essa constatação será importante mais pra frente quando discutirmos a relação do sertanejo de Terra Ronca com o buriti.

5.4 A AGRICULTURA SERTANEJA DE TERRA RONCA

*Herdei do tempo de meu criador, do meu pai né, ia fazendo roça em seguido, aí é vem toda vida, ele plantando todo ano [...] então quando nós passou governar nós mesmo, peguemo a mesma prática do velho, porque ele plantava e nós também plantava o arroz, o milho, o feijão, seguindo toda vida... sem precisar comprar, né, **vem com essa semente de longas data... é bem que nem a água, a água é correndo direto não é, bem assim é nós com o plantio.***

Sr. Raimundo

A conexão do homem com a terra ainda é um traço muito presente em Terra Ronca. Por mais que as práticas agrícolas possam ter sofrido mudanças significativas nas últimas décadas, com a incorporação de novos instrumentos de trabalho – principalmente o trator no lugar do machado e da foice - e a gradativa inserção da economia e do modo de vida urbano na vida dos habitantes, observa-se a continuidade da agricultura tradicional de auto-subsistência. Muitas famílias, por necessidade ou mesmo por costume, continuam tirando seu sustento do trabalho na roça, perpetuando todo um sistema agrícola herdado das culturas indígenas – roças de toco, ainda que num contexto social e ambiental bastante transformado.

Sob o ponto de vista sociocultural, o trabalho agrícola pode ser considerado a atividade cultural por excelência, já que a alimentação, depois da respiração, constitui o recurso vital por excelência e requer organização social adequada (CANDIDO, 2001, p. 35). Assim como a criação de gado, a agricultura sempre esteve presente na região, por isso, faz parte de uma tradição histórica com mais de duzentos anos. No contexto histórico regional, vimos que a agricultura embora nunca tenha se efetivado em uma atividade econômica vultosa, foi a que deu suporte para que a pecuária pudesse se estabelecer. Surgida junto com o latifúndio do gado, constituiu a base de sustentação de uma cultura sertaneja, adaptada às condições locais.

Cabe aqui ressaltar que o termo “agricultura de subsistência” pode ser compreendido de várias formas. Na perspectiva de um economista, pode representar nada mais do que um fator invisível ou “deprimente” nas estatísticas municipais, regionais, estaduais, pois não gera renda direta aos cofres públicos. Sem cair em querelas teóricas, vale lembrar que o objetivo aqui é lançar uma outra luz sobre esses modos “arcaicos” de produção, no intuito de se abrir ao diálogo com as tradições de saberes não-científicos voltadas para o manejo dos recursos naturais.

Portanto, longe de buscar critérios de produtividade, o que importa aqui é lançar luzes sobre um conhecimento tradicional que se manifesta como uma *art de la localit *, isto  , um labor essencialmente artesanal, que atua sobre o ecossistema local, a fim de aperfeiçoar a valoriza o dos elementos disponíveis por este (PLOEG, 1993, p. 210). A *art de la localit * envolve um conjunto de saberes relativos às condi oes dos solos, do clima, fauna, flora; e dos *saber-fazer* – fabrica o de utensílios agrícolas, instrumentos, constru o de casas, prepara o de refei oes, “mandingas” – constituintes do sistema de conhecimento agrícola local (MORIN, 1997, p. 309).

Na perspectiva de uma sustentabilidade sociocultural, a manuten o desses fatores constitui um capital cultural herdado das tradi oes mais antigas, que permite maior autonomia do grupo frente a eventuais distúrbios vindos de fora, desde que as pessoas permaneçam no campo. Por outro lado, frente ao avanço da fronteira agrícola no contexto regional e   marginaliza o dos pequenos agricultores, considera-se importante valorizar e reconhecer o saber local daqueles cuja principal atividade na vida sempre foi o trabalho com a terra.

Portanto, acredita-se que a continuidade da agricultura tradicional deve ser incentivada a partir do reconhecimento da diversidade epistemológica dos saberes com a terra e da sua relativa positividade na explora o dos recursos naturais – reconhecendo suas limita oes. Logo, deve-se reconhecer nessas práticas tradicionais a possibilidade de manuten o de uma vida simples, mas suficientemente feliz, na qual tenha espaço a beleza e o trabalho junto com a recrea o e o prazer, dentro dos padrões de hoje e os estabelecidos por essa cultura.

Na proposta de compreender o lugar do buriti na cultura de Terra Ronca, torna-se necessário apresentar as características gerais dos saberes e das práticas agrícolas locais, sua dinâmica, limites e perspectivas. Como será visto,   nesse contexto da roça e do gado que se insere neste trabalho a árvore-tema por excelência: o buriti.

5.4.1 Caracterização dos espaços de cultivo

*No meu roçado eu trabalhava todo dia
Mas no meu rancho eu tinha tudo que queria*

Luiz Gonzaga

*[...] Severinim todo dia lavrava a terra macia
e terra lavrada é poesia*

Vital Farias

No contexto da cultura sertaneja, as áreas tradicionalmente utilizadas pelos indígenas para as práticas agrícolas transformaram-se em *terras de cultura* que correspondem, como aponta Ricardo Ribeiro (2006, p. 213), às formações florestais do tipo Mata Ciliar, Mata de Galeria e Mata Seca. Quando se fala da pecuária, vê-se que na região de Terra Ronca as *terras de cultura* são os ambientes tradicionalmente utilizados para botar a roça e colocar os pastos e, em geral, onde também o sertanejo constrói sua morada, seu habitat, seu espaço de vida.

São áreas consideradas nobres, pois correspondem aos solos mais ricos em nutrientes (Podzólico; ver Capítulo 3); apresentam boas propriedades físicas, terras macias (“mociça”): solos profundos, com boa drenagem e sem a ocorrência de cascalheiras ou pedras, onde tudo o que se planta, nasce.

Não é todo lugar que planta nesse cerrado [...] as mata boa né, cultura boa, por fora aí né, toda parte aí tem. Plantava de tudo, o arroz, o feijão, milho, mandioca, qualquer coisa, dá tudo, tudo que planta nisso aí dá, cana, toda coisa (Sr. Abílio) (grifos meus).

O lavrador, quando vai fazer uma roça, sabe onde é a terra boa e onde é a terra ruim. Há todo um conhecimento local relativo aos tipos de solo na região, os que são bons pra “mantimento” e aqueles “sem vitamina”. Vale lembrar que, em geral, os solos da região são pobres, constituídos em sua maior parte de Areais Quartzozas ou Latossolos desgastados, caracterizados pela baixa fertilidade natural (Ver Capítulo 3). Portanto, as *terras de cultura* são um recurso escasso no amplo território da pecuária, o que implica em estratégias de como saber discriminar o solo bom e o ruim, e de como utilizar esse recurso precioso. As *terras de cultura*, nas palavras de Galizoni (2000 *apud* SILVA, 2005), são sistemas de produção que incluem toda uma ordenação de uso do ambiente.

Em Terra Ronca, as *terras de cultura* são encontradas principalmente nas áreas com afloramento de solo calcário, na transição entre os *gerais* e a *caatinga*. São ambientes florestais (matas secas ou de galeria), geralmente presentes nos veios d'água, fundos de vale ou nas baixadas úmidas da Serra de Calcário, e também em áreas de brejos e cabeceiras – áreas de nascentes d'água. Também são encontradas nas matas (capões),

que margeiam os campos dos *gerais* da Serra Geral de Goiás. Importa ressaltar que as *terras de cultura*, além de constituírem espaços onde o sertanejo constrói sua vida, são também habitats de do buriti.

As *terras de cultura* são os espaços mais densamente ocupados no território de Terra Ronca, porém, com a criação do PETeR, muitas famílias se mudaram para a cidade ou para os povoados, seja porque já foram indenizadas, seja pela incerteza da indenização. A desocupação dessas áreas fez com que muitas roças e pastagens fossem abandonadas, possibilitando sua regeneração e a formação de capoeiras. No entanto, mesmo com a criação do PETeR, muitas famílias – cerca de duzentas, de acordo com funcionários do Parque – continuam vivendo e trabalhando nesse espaço, habitando-o e/ou produzindo nas roças familiares e criando umas poucas cabeças de gado.

5.4.2 A produção agrícola e saberes locais associados

*Lá no sertão, quase ninguém tem estudo.
Um outro que lá aprendeu ler.
Mas tem homem capaz de fazer tudo doutor...
E antecipar o que vai acontecer.*

João do Vale

Deus fez o mundo e deixou escrito... pra tudo tem as experiência.

Sr. Emilio

A agricultura tradicional de Terra Ronca obedece ao calendário natural, isto é, aos ciclos da natureza. Em geral, o preparo das roças e o plantio são feitos no *tempo das águas*, relativo ao período das chuvas, de outubro a março, e a colheita é feita no mês de março, no início do *verão* e/ou da estação seca (maio a outubro)³⁴.

Aqui o mês de outubro pra novembro é o tempo de arrumar o terreno. Preparar o terreno, né, pra esperar a chuva. A chuva que chega em outubro é fraca né, mas é tempo de ir arrumando. Novembro é o mês próprio de plantar, novembro e dezembro pode plantar [...] aí a colheita vai ser no mês de março (Sr. Abílio).

A produção agrícola característica nas roças é o plantio consorciado de variedades de milho, feijão e mandioca - o triângulo básico da agricultura caipira, de acordo com Candido

³⁴ Interessante notar que a ordem das estações é inversa na lógica do sertanejo-agricultor: o período de maior radiação e insolação, nos meses de novembro a março, que caracteriza o verão tropical, é considerado o inverno, enquanto os meses de inverno (maio a setembro), com registro de temperaturas menores, porém, tempo estável, caracteriza o verão na região (Ver Capítulo 3) (IBGE, 1995).

(2006); e de outras culturas, como abóbora, batata, cana e, principalmente, o arroz.

Aí eu colho arroz, colho milho, o feijão, a mandioca. Aí vem de novo arroz, feijão, milho e a mandioca. O milho eu planto junto com o arroz, e planto feijão também, misturado, tudo de uma vez só. Quando eu tiro o arroz, aí vem o tempo da seca e eu planto o feijão do regrado. Esse feijão de regra é do tempo da seca, você põe a água e molha. Mês de novembro agora eu vou encher de arroz [...] e plantar mandioca, plantar melancia, plantar o andú [...] planta tudo junto (Sr. Batico).

Em conjunto, a produção nas roças, pomares e quintais ocorre o ano todo, pois se tratam de plantios consorciados de culturas anuais, como a mandioca; e perenes, como as frutíferas diversas, principalmente variedades de banana (*Musa* spp.), cítricos em geral (laranja, limão, tangerina, etc.), abacate, e muitas outras mais, que podem ser colhidas ao longo do ano. O tempo da seca é a época em que os agricultores fabricam farinha e também plantam feijão e arroz *regrado*, no qual se desvia a água dos rios em pequenos canais – açudes – aproveitando-se a declividade do terreno para irrigar as áreas de cultivo, um tipo de irrigação por gravidade (Figura 22).



Figura 22. Roça de feijão de sequeiro
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Feijão é quase nativo, porque todo ano nós planta, planta o *das água* e planta o *do verão* - que é do regrado, né: molha a terra e regra ela todinha, ela molha e nós planta o feijão... Já dentro do verão, planta o das águas... já o das águas cresce pro verão outra vez. Planta o feijão três vezes por ano: planta o das água, planta o do fim da água (fim da chuva) e planta no verão [sequeiro]. Em três meses, tá tudo madurinho, com sessenta, setenta dias, tá tudo maduro. Aí nunca falta, só se não plantar, mas plantando tem, com fé em Deus, todo ano tem (Sr. Raimundo).

Chama a atenção o cultivo do chamado feijão e arroz *brejado*, também realizado na seca (verão), mas com menos frequência que o sistema de regra. Nesse sistema o lavrador

faz o plantio dentro dos brejos – junto aos buritis, roçando o mato e colocando fogo. Diz-se que hoje os agricultores estão plantando feijão e arroz brejado com mais frequência, devido à diminuição no nível das águas dos rios e córregos, o que inviabiliza o sistema de rega³⁵.

Parece haver todo um saber popular adquirido em relação ao tempo certo para plantar. Sr. Silvério, 84 anos, um dos anciões mais antigos e respeitados da comunidade, relatou que antigamente o tempo das águas e o da seca, inverno e verão, era marcado pelas datas dos dias santos e dos meses que marcavam o início das chuvas (outubro/novembro) ou da seca (maio/junho). Pela “experiência dos seis dias” ou pela “experiência daquele mês”, era possível antecipar o comportamento climático nos próximos dias ou meses do ano e, assim, ter sucesso no plantio e na colheita.

Experiência assim: tem a experiência de São João, de Santo Antonio, de São Pedro [...] seis dias de experiência é os seis meses do ano de chuva [...] a cada data, a cada dia [...] mostra o sinal que vai chover.

Aquele dia é o sinal que vai chover aquele mês [...] o mês que o dia é chuvoso amostra né [...] E quando ele é clarinho tudo, com sol, não tem nuvem, movimento nenhum naquele dia, ele é completamente assim geralmente um mês (Sr. Silvério).

[...] dia treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito de mês de junho, começa de Santo Antonio, que é a seca [...] aí conta os seis meses, os seis dias. Seis dias de experiência é os seis meses (Sr. Silvério).

Planta nasce, cria e colhe. Se faltar chuva na plantação ela derrota. Se faltar chuva no crescimento, no mantimento, é outra derrota. E se faltar chuva no grão, aí a derrota é maior porque seca tudo e não colhe nada (Sr. Silvério).

A sabedoria das “experiência” parece não vogar mais tanto quanto no passado, pois o clima, na percepção do sertanejo, já não se comporta mais com a mesma regularidade que antigamente. Com a diminuição gradativa das “águas” nos últimos anos, a lógica das “experiência” perde a sua confiabilidade:

Então acompanhei essa *experiência* e sempre dando certo, mas de uns anos pra cá não tá dando certo não. Porque tá ruim de chuva. Falta de chuva né, chovendo pouco. Perdemos muita lavoura por falta de chuva. Perde na planta, perde no grão e quando é chuvoso assim direitinho não perde nada (Sr. Silvério).

Mas se a conexão do sertanejo com o céu anda desequilibrada devido à diminuição das chuvas, outros fenômenos celestes mais regulares também exercem influência sobre o

³⁵ É importante ressaltar que fazer roça no brejo é uma atividade ilegal por se tratar de Área de Preservação Permanente – APP (BRASIL, 1965), visto que são áreas importantes para o equilíbrio hidrológico e para a manutenção da qualidade das águas, além de servir como abrigo para a fauna e estoque de recursos vegetais que podem vir a se tornar importantes, como o buriti – como será discutido no último capítulo.

modo de vida e as práticas agrícolas tradicionais. A lua e o sol também são elementos importantes de observação nos labores agrícolas e pecuários. “A lua governa muita coisa... a lua governa o mundo, viu”, foi o que disse Sr. Emilio, 86 anos, nascido e criado em Terra Ronca, outro guardião da sabedoria dos mais antigos da comunidade.

A lógica por trás do conhecimento sobre o “governo” da lua também vem das “experiência”, um tipo de saber pragmático, construído a partir de uma relação específica entre cultura e natureza, constituído ao longo de um período da história e a partir dos meios materiais de que dispõe um grupo social (LARAIA, 2001, p. 88). Se considerarmos que até a década de 1980, a região vivia em estado de semi-isolamento, os fenômenos celestes mais perceptíveis e regulares como as fases da lua, eclipses e as estações do ano “governavam” com mais intensidade a vida dos sertanejos do que hoje.

Ainda que a conexão com o céu esteja praticamente rompida na era dos satélites e da televisão, é provável que muitos saberes celestes herdados das experiências dos mais antigos permaneçam na mente dos sertanejos, principalmente os conhecimentos ligados ao manejo com o gado e da lida com a terra. Por exemplo, o povo tem o costume de se basear na lua para antecipar o parto de um garrote (bezerro) - ou mesmo de gente: “vaca arrojada solta o bezerro pela lua cheia ou nova”; “no tempo das água, quando a lua entorta para o norte, pode esperar chuva”; “pra plantar trem, tem os cereal de todas as luas, nova e minguate”; “problema de doença de cabeça, piora na lua nova”.

Há um outro costume, tanto místico quanto curioso, que faz parte da conexão dos lavradores com fenômenos cíclicos da lua e do sol (eclipses) e com o sobrenatural. É comum, ao passear na roça, encontrar estacas com chifres de boi ou lenços pendurados no meio das plantações ou nas cercas de arame (Figura 23). Indagados sobre a razão de se colocar esses objetos nos espaços de cultivo, a resposta venho pronta dessa forma:

Isso aí é contra os zóio ruim, gente que tem maldade com as coisa, né. [A pessoa] chega, vê isso, aí já quebra a pauta, já não pega mais nada no mantimento. Serve pra isso Mauro, a gente usa né. Costuma usar algodão, enrola o algodão [...] põe um chifre de gado na ponta de vara [...] é contra *eclipse* também, é muito bom pra isso. O eclipse é quando ele dá na lua, dá no sol, e o mantimento que tiver florando, o que for [...] adoce o mantimento. O feijão n'zinha tudo a folha, a flor cai... não dá bagem. É sério moço, a gente vem seguindo esse ritmo toda vida, Mauro, dos mais velho pra cá, a gente vem sempre nessas idéia. Ai a gente põe o chifre, o algodão, umas tira de pano vermelha, que é contra mau-olhado, essas coisas no mantimento, não é, pra ficar em paz. E o eclipse quando sai, acuda* primeiro lá né... to dizendo no dizer dos mais velho, que quando acuda* lá, rebate a doença no mantimento, não sei se é certo (Sr. Raimundo).



Figura 23. Mandingas sertanejas: o lenço de pano para proteger as roças e a conexão com o sobrenatural
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

5.4.3 Algumas notas etnobotânicas: conexão com as principais plantas cultivadas

Todos os anos eu fazia minha roça, plantava de um tudo (risos).

Sr. Zé

Esta seção será dedicada a uma breve discussão sobre a conexão dos sertanejos com as principais plantas cultivadas nas roças e nos quintais e a dinâmica de uso dessas plantas no contexto sociocultural do grupo.

A agricultura praticada na região de Terra Ronca sempre esteve voltada a atender as necessidades de consumo familiares, de sorte que a articulação com o mercado também sempre foi fraca ou nula. Interessante notar que a conexão dos moradores com as plantas cultivadas, em geral, apresenta continuidades e descontinuidades, conforme a dinâmica sociocultural estabelecida na região. Assim é que, plantas como o algodão, antigamente muito cultivado nas roças, perderam sua serventia à medida que o acesso aos produtos importados como roupas e panos em geral, tornou-se mais fácil.

Plantava o algodão *moço*, toda roça era cheia de algodão. Nesses tempos era alvinha a roça de algodão aberto. Aí a muiezada andava pra riba, apanhava tudo (Sr. Raimundo).

A gente fazia [roupa] a maioria de algodão. Tinha uma roda que a gente fiava as linhas, daí tinha o tear pra gente tecer, fazer os panos, fazia as roupas, fazia tudo quanto é roupa, fazia coberta, fazia tudo. Minha mãe mesmo fazia e tinha outras mulheres mais velhas, tudo fazia. Agora ninguém tá fazendo mais isso, é difícil. Era raro comprar um pano, nesse tempo era difícil as coisas. E hoje ficou mais fácil, os panos ficou mais fácil (Sr. Abilio).

Por outro lado, o milho (*Zea mays* L.), o feijão (*Phaseolus* spp.) e a mandioca (*Manihot sculenta* Crantz), plantas com raízes indígenas, assim como o arroz, abóbora, banana e café, itens básicos na dieta do sertanejo, foram as mais encontrados nas roças e nos quintais. Por conseguinte, as plantas que constituem a dieta básica da população permanecem sendo cultivadas e manejadas pelos agricultores, enquanto aquelas outrora utilizadas como matéria-prima na fabricação de produtos domésticos foram “prejudicadas” e praticamente extintas dos agroecossistemas – ocorrendo somente de forma espontânea³⁶.

A cana-de-açúcar, outra planta significativa no contexto sociocultural da região - pois dela retira-se a garapa e o mel, e faz-se a rapadura e o açúcar mascavo -, provavelmente era muito mais cultivada no passado do que é hoje. A facilidade de acesso ao açúcar industrializado tirou em boa parte o valor da planta. Ela continua sendo cultivada nas roças e nos quintais, mas principalmente como alimento para o gado.

Entre os itens alimentares básicos na dieta sertaneja de Terra Ronca merecem destaque essa última e a mandioca, pois constituem elementos que agregam em torno de si todo um aparato tecnológico rústico e que refletem de certa forma, traços fortes da cultura sertaneja da região.

A começar pela mandioca, que no dizer popular “grande vantagem leva ao pão de trigo” (OLIVEIRA, 1636-1777 *apud* CASCUDO, 1983, p. 121). Cultivada há milênios pelas populações indígenas, tornou-se alimento básico da população colonial e ainda hoje é o produto mais popular da alimentação brasileira (PINTO, 2005, p. 283). De acordo com Candido (2001, p. 68), foi o único legado indígena cujo modo de preparo foi transmitido integralmente à população brasileira, isto é, não sofreu adaptações culinárias portuguesas - ou de outras etnias do país - tais como o milho e o feijão, por exemplo³⁷.

Na região de Terra Ronca, em geral, a mandioca é cultivada nas roças ou nos quintais. Nos quintais planta-se a mandioca “mansa” ou doce (*Manihot dulcis* Pax.), para comer cozida, ingerida sem maior transformação. As roças são os lugares da mandioca “amargosa” (*Manihot utilissima* Pohl), cuja raiz é utilizada para fazer farinha ou beiju, itens fundamentais na dieta, cuja tecnologia de produção está arraigada nas tradições e saberes sertanejos herdados dos ancestrais indígenas.

As técnicas de produção artesanal da farinha de mandioca permanecem rudimentares. A estrutura de produção das casas de farinha (as oficinas) e os instrumentos de trabalho são praticamente todos artesanais, utilizando-se material da própria região, com algumas exceções: a tradicional roda que era girada com arreo de couro utilizada para ralar a mandioca, hoje foi substituída pelo motor; e o forno, outrora construído com pedras

³⁶ Seria necessário realizar um levantamento com mais profundidade sobre as plantas cultivadas nas roças e quintais para confirmar essa hipótese.

³⁷ Embora a farinha esteja presente em praticamente todas as mesas brasileiras, cada região apresenta especificidades que as singularizam. Para saber mais a respeito, consultar Pinto (2005).

especiais encontradas (só nos *gerais*) nas beiras dos rios, foi substituído pelo forno de ferro.

Os principais produtos da mandioca são a farinha e a tapioca (ou beiju). A primeira costuma ser consumida com carne assada batida no pilão - a tradicional “paçoca de carne”, ou misturada com feijão - principalmente “feijão andu” e tocinho – conhecida como “farofa de andu”. Também é costume misturar a farinha com mel. O processo de produção da farinha e da tapioca é explicado no depoimento abaixo:

O processo é o seguinte: você planta a mandioca, aí você espera um ano, dois anos, pra arrancar ela pra fazer a farinha. Com dois anos tá bom de fazer a farinha [...] aí a gente já leva pra oficina. Agora você rapa, rela naquele motorzinho ali que nem você viu... Quando não é o motor é a roda né, porque naquele tempo não existia motor pra nós, existia a roda [...] Tirou a massa, cessou [peneirou], pos ali forno, aí vai torrar, torrar pra fazer a farinha. Quando torrou ali que a farinha ta sequinha, vai ensacar, ensacou, já vai pra comer ou pra armazenar... É assim (Du).

A tapioca ou o beiju (Figura 20) é um tipo de farinha bem fina, da consistência de um talco, que serve como massa para fazer bolos, biscoitos e beijus – também chamados de “biscoito de puba”. Ao contrário da outra farinha, ao invés de ir para o forno, ela é prensada, deixada de molho e enxuta com um pano especial ou com tapiti – feito com a palha de buriti – dependendo da quantidade.

Você cessou [peneirou] a massa e já faz o beiju, molhado daquele jeito né. Aí você tem que levar na prensa ou então no tapiti, de todo jeito tem que ser enxuta a massa. Se você for fazer pouquinha, só pra comer mesmo, aí você põe no tapiti né. Quando não é no tapiti, você pode pegar um pano também, põe aquela massa ali no pano, torceu, enxuga a massa aí ta pronto pro beiju [...] Quando você vai tirar a massa pra fazer farinha, já tira pra fazer o beiju. E quando você vai *relar* pouquinho pra fazer beiju, não precisa ir na prensa, põe no tapiti, quem tem tapiti, quem não tem, põe no pano assim, que não seja muito entangadim [...] (Du).

A produção artesanal da farinha é feita com mão-de-obra familiar ou com a participação de membros da comunidade em regime de compadrio. Ao longo da pesquisa foi possível acompanhar o processo de produção da farinha, que funcionou da seguinte forma: a mandioca foi cultivada pelo agricultor (Du) no quintal da casa onde mora sua tia e a farinha foi produzida em uma oficina, patrimônio de outra família, sendo o produto final repartido entre quem forneceu o produto (mandioca) e quem forneceu a estrutura (oficina). O trabalho foi feito por todos e contou com a participação de toda a família, incluindo homens, mulheres e crianças (estes últimos na fase de descascar a mandioca).



Figura 24. Farinha (direita) e beiju (esquerda)
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Parece ter diminuído significativamente o número de famílias que trabalham com a produção artesanal de mandioca. A evidência é que hoje só há uma oficina familiar na área de influência da comunidade estudada. De acordo com os informantes, antigamente quase todas as famílias tinham oficina em casa. Talvez isto se deva ao fato da mandioca consistir em um tipo de produção voltada para subsistência das famílias, não consistindo em uma atividade econômica que motivasse sua produção – ainda que tenha potencial para isso. Foram observadas oficinas comunitárias mais estruturadas nos povoados da *caatinga*, sugerindo uma conexão mais forte com a produção artesanal da mandioca.

A desconexão com a prática artesanal de produção da farinha de mandioca pelo grupo estudado ficou evidente quando o filho de um dos agricultores – com idade de dez anos mais ou menos – disse que não sabia pra que servia a roda de ralar a mandioca. De acordo com os agricultores, as novas gerações, principalmente as nascidas na década de 1990, estão perdendo ou já perderam a conexão com vários traços da tradição agrícola na região, sendo esse um caso evidente da perda do conhecimento do cultivo e da tecnologia da produção da mandioca.

Nesse contexto, é provável que as “mandiocas mansas” acabem ganhando mais espaço nas roças e nos quintais. É provável que pelo fato da grande maioria dos moradores não produzirem mais farinha artesanalmente, embora continuem se alimentando dela, a variedade genética de cultivos de mandioca “amargosa”, utilizada para produção de farinha, esteja diminuindo, o que exigiria estudos específicos para se ter mais certeza.

A cana-de-açúcar é outra planta que, como a mandioca, também concentra em torno de si um aparato estrutural rústico - os engenhos, que todos procuravam sempre obter pra tirar a garapa ou fazer dela o açúcar (mascavo) e a rapadura. Há evidências da presença de engenhos em Terra Ronca, pelas antigas estruturas abandonadas, e até mesmo no relato -

mencionado anteriormente - do viajante inglês George Gardner, que ao passar pela região foi hospedado por um fazendeiro no engenho da Fazenda. Todavia, é provável que a grande maioria não passasse de pequenas engenhocas de fundo de quintal. (CANDIDO, 2001, p. 71).

Sr. Emilio conta um pouco como funcionavam os engenhos nos “tempos de primeira”:

Moía cana no engenho, engenho de pau ó, rodando, engenho de três moendas [...] Tem a grandona e aquelas mais pequena. Aquele tempo [...] boi é que puxava o engenho ó [...] a gente botava a cana no pé do engenho e quando era de madrugada você botava o boi no engenho e tocava cana. Quando amanhecia o dia, já tinha rapadura feita (Sr. Emilio).

A presença do açúcar continua sendo item essencial na dieta sertaneja em Terra Ronca, principalmente acompanhando o tradicional cafezinho, sempre doce, e habitualmente tomado várias vezes ao dia. Contudo, a conexão com o açúcar, o mel ou a garapa da cana praticamente acabou, dando lugar ao açúcar cristalizado, de fácil acesso em qualquer mercado ou venda. A aguardente de cana, estimulante também nunca dispensado na região, chegava a ser produzida artesanalmente, restando hoje somente vestígios de velhos alambiques utilizados para a fermentação da garapa.

5.4.4 O manejo tradicional da terra: persistências e transformações

Se o fogo fosse colocado no momento certo, em terra boa, e a chuva ajudando, em pedaço pequeno se tirava muito para se fazer fartura o ano todo. O espaço amparava, em sua sobra, a acomodação. O imprevisto, que podia ocorrer, isso era com Deus – outras conversas.

A mente do goiano típico, de acordo com Aragão (1995)

As técnicas tradicionais de plantio em Terra Ronca são em grande parte um legado das culturas indígenas, caracterizadas pelo corte e queima (coivara) de ambientes florestais, pelo uso sucessivo da terra durante alguns anos e seu posterior abandono (pousio), permitindo à mata se regenerar – formando as chamadas capoeiras - até ser utilizada novamente após alguns anos.

[Como é que faz uma roça] Você conhece foice? Pois é, pega a foice, corta o cabo, amole, chega lá ó, tá, tá, tá, cortando e deixando os paus mais grossos. Corta o que a foice agüentar, foice não agüenta cortar pau grosso não, o que a foice agüentar, você limpou tudo. Depois volta no machado, derrubar os paus grossão, derramou tudo, cortou, rebaixou tudo, deixa lá, quando tiver sequinho põe fogo. Queimou tudo, agora retirar pra fora os paus ou pra fazer cerca ou pra limpar o terreno. Aí agora cadê a chuva né... Esperando a chuva vir [...] antes de a chuva começar o terreno tá pronto.

Agora plantar, arruma as sementes e plantou né. Trem nasceu tudo na posiçãozinha [...] agora é a enxada né [...] limpar, limpou a roça toda. Agora esperar o cacho (Sr. Abilio).

Cada um tinha sua rocinha [...] cortado na foice pura, na base do machado – machado é praqueles pau grosso né - e os finos tudo é na foice – isso aí Mauro, cercava o esteio lá [...] Aí cercava de madeira, Mauro, pauzinho assim pra não passar nada: gado, porco [...] Hoje tá tudo a vão, tudo cercado de arame, de um dia pro outro. De primeiro, meu amigo, era carregado tudo no ombro, pra fazer a cerca (Sr. Raimundo).

Antigamente essa prática agrícola caracterizava-se pelo uso de uma tecnologia simplificada – a foice, o machado, a enxada e o fogo. As áreas desmatadas para o plantio eram relativamente pequenas³⁸, a depender do número de integrantes da família, da força de trabalho, entre outros fatores. Sob o ponto de vista ecológico, essa técnica permite a regeneração da mata com mais facilidade, uma vez que os tocos das árvores permanecem no solo – daí, os nomes vulgares, roças itinerantes, roças de toco ou roças de coivara. Além do mais, o desmate de pequenas ou médias clareiras facilita o processo natural de sucessão, desde que as áreas sejam abandonadas após alguns anos de uso.

Sabe-se que para as sociedades tradicionais de pequena escala, a agricultura de coivara, itinerante, foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico, necessário para ajustar a sobrevivência às difíceis condições de vida no passado, marcadas pelo isolamento (CANDIDO, 2001, p. 59). Mas vale ressaltar que essas condições permitiram que a região chegasse ao fim do século XX em bom estado de conservação, sendo considerada, pelo discurso ambientalista, prioritária à conservação da biodiversidade (Ver Capítulo 3).

Por outro lado, temos também que qualificar essa “biodiversidade”, tendo em conta que há nessa região uma ocupação de pelo menos duzentos anos, senão de milênios, onde vigorou um sistema agrícola e pastoral, de caça e coleta, em interdependência com a diversidade biológica da região. De acordo com Cunha (2005), “o trabalho humano, expresso na seleção cuidadosa de espécies e variedades, na adaptação às condições físicas e bióticas locais, influem diretamente na biodiversidade” (CUNHA, 2005, p. 17).

Nessa perspectiva, em relação às práticas agrícolas, a agricultura de corte e queima praticada pelas sociedades indígenas e tradicionais propicia a integração entre plantas domesticadas, semi-domesticadas e selvagens. O cultivo itinerante não implica no abandono total das antigas roças ou capoeiras, pois diversos cultivos continuam a ser utilizados, servindo como reservas de alimentos, madeira, lenha, fibras, plantas medicinais e caça. Nesse sentido, vários estudos têm apontado que o número elevado de espécies biológicas, tanto nas áreas de Cerrado quanto na Amazônia, não é resultado apenas das forças da natureza e sim das atividades econômicas e agrícolas das sociedades tradicionais

³⁸ “roça era na base de um meio alqueire, duas tarefa. Quem podia trabalhar mais era um alqueire de roça” (Sr. Raimundo). Tendo em vista que as propriedades na região variavam de cinco a quinhentos alqueires, nessas proporções realmente eram roças pequenas.

(POSEY, 1987).

Devemos considerar, no entanto, a viabilidade desse sistema de manejo agrícola em contextos com baixa densidade demográfica e ampla disponibilidade de terras. Vimos anteriormente que o processo de ocupação da região se deu a partir da concessão de enormes extensões de terra – sesmarias – a quem a requeresse legalmente, com a condição de fazê-la produzir, lavrando-a e, no caso de Goiás, também criando gado.

O povoamento disperso caracterizado pelos núcleos das fazendas de gado rarefeitos na paisagem favorecia a manutenção das roças de toco, dada a baixa densidade populacional e a disponibilidade de terras boas para mantimento, o que possivelmente possibilitava a itinerância das roças e lavouras pelos fazendeiros, sitiantes e posseiros. O depoimento abaixo aponta nessa direção:

Naquela época, que as terras não tinham aquele negócio de dono, assim, de cerca feita, né, era a mata aí, “comum”, ia pegando a foice e ia naquele lugar das matas que era mais estrutura, que diz que era boa pra mantimento, aí o cara começava a roçar ali, roçar um bom tamanho ali (Du).

Esse informante disse-me que antigamente trocava-se pedaço de terra por um porco, e que, certa vez, seu avô trocou muitos alqueires de terra por uma “rural” - camioneta velha. Isso corrobora de certa forma que antigamente a terra tinha pouco valor. Segundo Bertran (1994), antigamente, mais do que a terra em si, o que valia era sua produção, sua “substância”, isto é, as benfeitorias: os engenhos de cana, as casas de moradia com suas senzalas e currais, o gado existente e as tropas cavалares, as roças de mantimento e, principalmente, os escravos.

A grande questão a ser levantada é se o sistema agrícola de corte e queima, enraizado nas práticas produtivas da comunidade, pode se sustentar diante do contexto atual, em que a região tornou-se uma área natural protegida, onde é generalizada a diminuição do nível das águas dos rios e quando o pequeno agricultor se vê limitado ao espaço da sua roça para produzir seu mantimento, agora por anos a fio.

Sabe-se que a queima da vegetação rasteira, ainda praticada como regra, seja para melhoramento das pastagens ou para fazer a coivara, mostra por outro lado, que a cinza resultante é buscada como fertilizador³⁹, ainda que as conseqüências a longo prazo sejam desastrosas, como bem nos esclarece Câmara (1993):

³⁹ Segundo um informante, há uma crença entre a população que diz que a fumaça da queimada forma nuvens de chuva, ou seja, tem que queimar para chover. Isso evidencia a necessidade de um trabalho educativo, principalmente quando se considera que essa é uma área legalmente protegida pelo Estado, destinada à conservação.

É razoável admitir-se que, queimando-se total ou parcialmente as árvores e os arbustos, os nutrientes por eles extraídos das profundezas do solo sejam distribuídos com as cinzas na sua camada superficial, fertilizando-a desse modo. Já se verificou, no entanto, que a par desse efeito benéfico, parte dos nutrientes são lançados à atmosfera, incorporados à fumaça, e nela permanecem em suspensão por meses e anos, subtraídos do ecossistema e sem qualquer utilidade. A repetição freqüente das queimadas, por outro lado, degrada o cerrado – impedindo a germinação das sementes e a sobrevivência das plântulas - eliminando gradativamente as formas arbóreas e convertendo-o, finalmente, em campo limpo (CÂMARA, 1993, p. 48).

A ação do fogo sobre o Cerrado é um assunto ainda muito discutido, não havendo dúvida de que incêndios naturais sempre ocorreram na região e de que sua vegetação evidencia adaptações ao fogo adquiridas ao longo de milênios de evolução. Nesse sentido, *o uso moderado do fogo, como forma de fertilização do solo, pode ser importante tanto para a manutenção da biodiversidade – pelo menos nas áreas naturais protegidas - como para evitar a ocorrência de grandes incêndios devido ao acúmulo de matéria orgânica* (CÂMARA, 1993).

Porém, a intensificação das práticas agropecuárias, sustentadas pelo uso tradicional do fogo ultrapassa em muito os incêndios esporádicos, causando a degradação dos ecossistemas de Cerrado e, como veremos, inclusive do buriti. Essa situação parece se aplicar à Terra Ronca, onde todos os anos no período da seca há ocorrência de queimadas e, muitas vezes, com grande intensidade. Soma-se ao uso abusivo das queimadas repetidas, a diminuição das chuvas nos últimos anos e as pressões no entorno do território, caracterizadas pela agricultura moderna nos planaltos da Serra Geral da Bahia e pela intensificação das atividades pecuárias e de exploração de madeira para carvão.

Dessa forma, verifica-se que há uma percepção entre os informantes de que o uso abusivo do fogo prejudica os próprios produtores, que vêem suas culturas confinadas aos vales, mas continuam a queimar a vegetação conforme os padrões tradicionais de manejo do solo estabelecidos. Alguns lugares visitados onde antes corria água perenemente, na época da seca e em anos com pouca chuva, emagrecem ou secam por completo. O depoimento abaixo ilustra essa situação:

Olha, **eu conheço já diversos lugarzinho que corria água e o rio tá seco**. Ali mesmo na Formiga [povoado], tinha brejo grande, tirava muita água, tirava rego, banhava terreno pra fazer plantação de cana, de feijão, de toda coisa né, secou tudo. Moço, admirei viu, tá seco, pode acender fogo no lugar, areião, onde corria bastante água, tá seco, e era brejo, podia limpar e plantar feijão em cima e baixo. Acostumado a plantar arroz e feijão [...] molhado por fora e a água correndo no meio - sabe como é, né? No meio muita água, não tem nada. Nessas *caatinga* aí, lugar que chama Olho d'água, Jataí [povoados], o povo tá vendo a hora de mudar, não tem água nem pra beber. Ainda tá tendo um pouquinho, mas daqui até mês de setembro você vai ver, muita falta de água. É a falta da chuva mesmo né! É

porque chove pouco, nos últimos anos tá chovendo muito pouco. Aqui chovia muito, demais, inverno chovia, você ficava cinco, seis, dez dias, não podia nem sair assim pelo terreiro, que vinha a chuva assim direto caindo [...] e a chuva tá faltando demais. De pouco tempo pra cá a chuva tá pouca, pouca mesmo. Todo ano ela diminui um pouco, tá assim, todo ano ela diminui um pouco (Sr. Abilio) (grifo meu).

Diante desse quadro, tendo em vista a manutenção das atividades agrícolas tradicionais, sugere-se a adoção de técnicas de manejo agroecológicas (ALTIERI, 1989), buscando maior rendimento da terra sem a necessidade de queimar a vegetação e utilizar adubos químicos, uma maneira ecologicamente preventiva e adequada ao novo contexto da região. Também seria importante ouvir o que os mais antigos da comunidade podem dizer, pois há evidências de que foram eles que deixaram esse ambiente em bom estado de conservação para as atuais gerações:

Pra não acabar [a água] tem que... é a conservação, é o povo respeitar o terreno, **não por roça na beira dos córrego** né. [Não] derrubar os pau na beira dos córrego, **porque os pau conserva a água** [...] a sombra dos pau. **A água que conserva as raízes dele e eles também conserva a sombra.** Sombra deles conserva a água, né. Aí ela fica resistente. Olha ali moço, esse terreno meu que eu vendi ali, era cheio d'água, tinha o rio no fundo e tinha duas grota, passava no meio do terreno. Eu as conservava toda vida, sem por roça. Punha roça por fora, ao redor das grota, tudinho, tapadinho e a água tinha toda vida. Depois que eu vendi o terreno pra esse homem lá, um caboclo assim, um **cearense ou paraibano**... Moço! [...] meteu a máquina e o serrote, derrubou os pé de côco palmeira - porque tinha muito pé de côco - cortou, arrancou de enxadão os pé pequeno, **desmatou tudo na beira do riacho, secou tudo.** Aí então, tem que conservar né, pra conservar a água tem que botar a roça por fora e deixar correndo a água livre pra ficar fresquinho, pra conservar a água (Sr. Abilio) (grifos meus).

5.6 DINÂMICA CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: À GUIA DE CONCLUSÃO

*Nóis mexia com roça... mas lá trás as coisas eram tudo diferente, hoje já mudou tudo. Tanta coisa que mudou. [...] Todo mundo só vivia assim de roça, todo mundo plantava seus pedaços de roça, essas coisas [...] Fazia rapadura, plantava cana, fazia farinha, comprava poucas coisas [...] **Agora o povo tá tudo largando de fazer as coisas. Mas de todo jeito tem que trabalhar, porque tem que comprar.***

D. Cida, moradora de Terra Ronca

Em se tratando da *sustentabilidade da cultura sertaneja de Terra Ronca*, por meio das atividades agropecuárias tradicionais caracterizadas acima, bem como as complementares, como a caça, a coleta e a pesca, é importante tecer algumas considerações iniciais sobre essa questão, uma vez que ela se encontra no núcleo deste trabalho.

Em primeiro lugar, há que se considerar as condições de baixa densidade

populacional, caracterizada pelo povoamento disperso, e a ampla disponibilidade de terras. Em segundo lugar, uma economia caracterizada por uma tecnologia rústica fundamentada na agricultura itinerante de corte e queima e na criação de gado extensiva.

Nesse contexto os impactos humanos sobre os ecossistemas locais concentravam-se nos ambientes mais povoados, próximos dos rios e nas *terras de cultura*. O restante, a maior parte do território, eram *terras livres, de uso comum*, onde o gado vivia à solta e onde o sertanejo campeava, caçava, pescava e coletava mel, raízes, plantas e frutos do Cerrado. Parafraseando Candido (2001, p. 217), o ajustamento ecológico dos habitantes de Terra Ronca se dava num meio biofísico total em que se absorviam de certo modo, formando com ele uma espécie de continuidade.

A partir da década de 1970, com a chegada de novos produtores vindos de fora, o valor da terra aumenta, assim como a influência do mundo urbano sobre o campo. O grande fazendeiro que vivia na roça, não se diferenciando muito dos seus empregados, foi o primeiro a ir para a cidade a fim de educar os filhos. O abandono da fazenda causou o desligamento das suas relações com a terra e abriu espaço para empresários do ramo, mais capitalizados, explorá-la, transformando-a em um negócio.

A divisão da terra entre os herdeiros tornou necessário demarcar e dividir a grande propriedade, tornando-a mais fácil vendê-la a preços módicos. O território de *uso comum* foi tornando-se particular e, conseqüentemente, diminuiu-se o espaço disponível para as lavouras e impossibilitou-se o pousio das roças, que passaram a ser cultivadas todos os anos e a dividir o espaço com a pecuária. A chegada do arame, dividindo o latifúndio, e as novas técnicas de produção pecuária incentivou a plantação de pastagens no lugar das antigas capoeiras.

A venda das melhores terras para produtores desvinculados do lugar e mais interessados no lucro favoreceu o uso predatório e o desmatamento de grandes áreas, inclusive áreas de brejos e nascentes. Em uma conversa, disse-me um informante que um grande proprietário de terra tinha derrubado muito brejo na região para criar gado. O fazendeiro, hoje vereador, foi indenizado pelo Estado e suas terras fazem parte da área do PETeR. Já o sitiante pequeno proprietário – sujeitos desta pesquisa – foi vendo sua terra ser dividida entre os parentes herdeiros, dos quais muitos a venderam para pessoas de fora e migraram para a cidade.

Com a criação do PETeR, no final da década 1980, os sitiantes que permaneceram no campo viram-se em uma situação um tanto contraditória. Por um lado, a criação do Parque amorteceu o avanço das transformações econômicas e sociais na região ao “congelar” uma enorme área destinando-a à preservação integral dos recursos naturais e a uma nova atividade econômica – o ecoturismo. Entretanto, o Parque se sobrepôs aos ambientes de vida do sertanejo cujo modo de vida tradicional passou a não mais compatibilizar com as

novas finalidades e princípios dessa categoria de unidade de conservação.

A regularização fundiária ocorrida no processo de implantação do Parque motivou ainda mais a saída dos grandes proprietários, novos e antigos, como verificado por Matteucci (2003), agravando o cenário de conflito socioambiental da região. O legado histórico de precariedade dos títulos da terra e da posse de fato criou um nó górdio para o órgão gestor difícil de desatar, e mergulhou o sertanejo em uma situação de insegurança e insatisfação: a iminência de um dia ser obrigado a deixar a terra dos seus ancestrais e o lugar onde nasceu, cresceu e construiu sua vida – hóspedes de si mesmos (MATTEUCCI, 2003).

Em poucas décadas, desfez-se o equilíbrio estabelecido entre o sertanejo e o território, fundado na utilização integral deste, cujos limites coincidiam com os limites das atividades e mobilidade grupal. Mais uma vez parafraseando Antonio Candido (2001, p. 217), havia entre as atividades do sertanejo uma correlação estreita: a criação de gado, o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta:

[...] não eram práticas separadas e de significado diverso – mas complementares, significando cada uma *per si*, e todas no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediato [...] de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade (CANDIDO, 2001, p. 219).

Essa relação entre cultura e natureza fragmenta-se sob a influência das modificações regionais sociais e econômicas, com a demarcação e divisão das terras – a cerca de arame – fechando o espaço da “solta” e atuando como fator de fixação do grupo. E, em especial, com a privatização das “terras comuns”, a perda da biodiversidade e a marginalização e confinamento dos pequenos agricultores aos vales. Consequentemente intensificou-se a pressão sobre as áreas florestadas diminuindo a capacidade de suporte do ambiente, nas quais a diminuição do nível e o secamento completo de rios e córregos na região talvez sejam o elementos mais visíveis desse processo.

Conclui-se, assim, que a essa nova configuração territorial a que a região esteve submetida nas últimas décadas, não houve uma ruptura total da população com o meio, mas formas de ajustamento e descontinuidades com os novos e velhos padrões estabelecidos.

Pretende-se verificar, no último capítulo, como se dá a relação do buriti dentro desse contexto sociocultural e ambiental discutido acima.

6 O LUGAR DO BURITI NOS DOMÍNIOS DOS CERRADOS DO BRASIL CENTRAL

*Ahi sim, é por vezes impossível reter um grito de surpresa
Ao contemplar nas quebradas das montanhas regulares e nas bacias
mais bem lançadas verdadeiras maravilhas de florescencia,
causa verdadeiramente mágica, fadarica, ainda mais realçada em sua
inexedível formosura pelos grupos de buritys, senão a mais bela das
palmeiras do Brasil pelo menos uma das mais elegantes, alterosas e
capazes de impressionar o espírito do artista.*

Visconde de Taunay

O objetivo deste capítulo final é tentar compreender o lugar do buriti no contexto ambiental e sociocultural de Terra Ronca tratado nos capítulos anteriores que servirão como base para esta discussão. A proposta não é de apenas fazer um levantamento dos diferentes usos que são feitos do buriti na região, mas de pensá-lo dentro do sistema de vida rural em que o grupo estudado se insere a fim contribuir na geração de propostas de uso, manejo e gestão dessa espécie e de todo o singular ecossistema associado a ela. Por conseguinte, neste capítulo preocupa-se em entender as particularidades locais da conexão entre homem-buriti e as implicações que a dinâmica do ecossistema – ambiental e sociocultural – traz para a conservação dessa árvore considerada símbolo do Cerrado.

6.1 O BURITI, A ÁRVORE DAS VEREDAS DO BRASIL CENTRAL

*Sempre que nos baixios das chapadas e nas encostas das serras há
ajuntamentos de águas e conseqüentemente se formam pantanos,
nascem regos, riachos, isto é – cabeceiras de rios.... Aqui aparece
então vistosa palmeira de leque ora em raros exemplares, ora
disposta em grupos ou junta a outras plantas arbóreas, arbustivas e
herbáceas formando bosques chamados – capões; dá a essas
localidades um aspecto todo particular e é por este motivo que se
pode considerá-la como formação própria, especial: a dos burityzaes e
capões [...] Chama-se *Mauritia vinifera*, Mart.; ou (de seu nome
indígena) - *burity* – essa megestosa palmeira e traz à lembrança do
viajante – nada que mais avistará senão campos e cerrados – que elle
se acha em latitudes tropicaes...*

Ernesto Heinneh Ule, botânico da expedição Cruls

O Cerrado do Brasil Central compreende no território brasileiro aquilo que Ab'Sáber (2003, p. 18) classifica como “Domínio dos Chapadões Recobertos por Cerrados e Penetrados por Florestas-Galeria”, área de primeira grandeza espacial, avaliada entre 1,7 e 1,9 milhão de quilômetros quadrados, ocupando aproximadamente um quarto do território brasileiro. A região central dos cerrados (área *core* ou central)⁴⁰ ocupa, predominantemente,

⁴⁰ De acordo com o autor, o Cerrado constitui um domínio espacial com feições paisagísticas e ecológicas integradas, sucedendo em uma área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas

maciços planaltos de estrutura complexa e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados a níveis de altitude que variam de 300 a 1.700 metros. A geomorfologia é, em grande parte, similar tanto nas áreas de solos cristalinos aplainados quanto nas áreas sedimentares mais elevadas transformadas em planaltos típicos – como é o caso da Serra Geral de Goiás.

De modo geral, verifica-se entre os vales das chapadas e dos planaltos uma vegetação de Cerrado *strictu sensu* (RIBEIRO & WALTER, 1998) ocupando os interflúvios – áreas mais elevadas da paisagem - e as florestas de galeria contínuas, ora mais largas ora mais estreitas, no fundo e nos flancos baixos desses vales.

Frequentemente, em algumas áreas **as florestas de galeria estendem-se continuamente pelo setor aluvial central das planícies, deixando espaço para corredores herbáceos nos seus dois bordos, arranjo fitogeográfico reconhecido pelo nome popular de veredas.** Essa situação, muito comum nos cerrados adjacentes ao domínio das caatingas, corresponde a casos em que predominam sedimentos arenosos nos bordos das planícies de inundação. Por esta razão, as veredas se comportam também como corredores de formações herbáceas rasas, no fundo lateral dessas planícies. Formam, assim, os grandes caminhos naturais para a circulação animal, no interior do país. (AB'SÁBER, 2003, p. 38).

As veredas são um tipo de ecossistema comumente associado às florestas de galeria, ao longo dos fundos de vale entre as chapadas e os planaltos do Brasil Central. São comunidades vegetais consideradas formações savânicas (RIBEIRO & WALTER, 1998), hidrófilas⁴¹, encharcadas e caracterizadas pela presença de vistosos maciços de buritis.

A palavra “vereda” também é usada para toda a gama de vegetações de fundo de vale: brejo estacional, brejo permanente e a faixa de buritis (VILLALOBOS, 1994). Segundo Eiten (1993, p. 66), as veredas ocorrem onde o solo é brejoso, estando assim condicionadas ao afloramento do lençol freático, decorrente das camadas com diferentes permeabilidades em áreas sedimentares do Cretáceo e do Triássico (BRANDÃO; CARVALHO; BARUQUI, 1991).

Os solos hidromórficos das veredas pertencem ao tipo *glei húmico* (com mais de vinte centímetros de matéria orgânica), a *pouco húmico* (com pouca matéria orgânica), e estão condicionados pelo regime do lençol freático, que mantém o perfil do solo saturado, compacto, durante a maior parte do ano, impedindo a oxigenação e favorecendo o acúmulo de matéria orgânica.

Em geral, as veredas ocorrem nas vertentes dos vales, entre as áreas de cerrados s.s

e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo (área nuclear) (AB'SÁBER, 2003, p. 12).

⁴¹ Hidrófila ou higrófila: planta ou vegetação que cresce em ambiente aquático ou brejoso, adaptada à saturação hídrica periódica causada pelo afloramento do lençol freático nos meses chuvosos (LORENZI, 1998; PEIXOTO & LIDIO, 1993).

(no alto), das florestas de galeria no fundo dos vales. É comum também encontrá-las nas depressões do solo circundadas por campo limpo. Sua delimitação com essas fitofisionomias é em geral brusca. (PEIXOTO & CORADIN, 1993). Nos domínios do Cerrado, as veredas são paisagens que ocorrem predominantemente em áreas de nascentes ou cabeceiras de cursos d'água, principalmente nas bacias dos rios Paranaíba, São Francisco, Tocantins e Grande (BRANDÃO; CARVALHO; BARUQUI, 1991).

A paisagem da vereda é formada por uma vegetação herbáceo-graminosa e rica em espécies que recobre, de forma compacta, quase toda a superfície do solo e outra arbustivo-arbórea com predomínio do buriti. No gramado das veredas são comuns espécies das famílias Cyperaceae (*Bulbostylis*, *Fimbristylis*, *Hliocharis* e *Rinchospora*), Poaceae, Asteraceae, Graminae (*Paspalum* e *Axonopus*); de Eriocaulaceae (*Paepalanthus* e *Syngonanthus*), de Melastomastaceae (*Macaírea*, *Microlicia* e *Comolia*) e Xyridaceae (*Xyris*). Essa relva, densa e rica em espécies, não estará completa se nela não sobressaírem de forma majestosa os agrupamentos de buriti e buritiranas (*Maurittiola armata* Mart. Burret) (PEIXOTO & CORADIN, 1993).

Sob o ponto de vista ecológico, a manutenção da vegetação nativa das veredas constitui um importante fator de contenção de erosão dos solos hidromórficos e ricos em matéria orgânica. De acordo com Brandão, Carvalho e Baruqui (1991), as veredas têm importante papel no equilíbrio hidrológico e geoecológico do bioma, visto que são consideradas como bacias coletoras da água absorvida pelos platôs e chapadas adjacentes, funcionando como vias de drenagem e contribuindo para a perenidade e regularidade dos cursos d'água em áreas de cerrados.

Além de protegerem as nascentes e disponibilizarem água, elas exercem papel fundamental na manutenção da fauna do bioma, funcionando como local de pouso para a avifauna, atuando como refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução para a fauna terrestre e aquática (LORENZI, 1998, p. 281; SANO & ALMEIDA, 1998, p. 129). Mello Filho (1993, p. 22) também destaca a importância das veredas entre os valores paisagísticos do Cerrado, “com seus buritizais escultóricos, animados pelo vôo de bandos coloridos de araras”.

Devido a essa importante função ecológica, por sua ocorrência ao longo das florestas de galeria e por se tratar de ambientes sensíveis a alterações antrópicas, as veredas são áreas protegidas pela legislação federal: Áreas de Preservação Permanente - APP, de acordo com a Lei Federal nº 4.771, de 15/09/65, regulamentada pela Resolução 303 de 20/03/02⁴² do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (BRASIL, 1965; CONAMA,

⁴² Art. 3º São consideradas Áreas de Preservação Permanente a área situada: [...] IV – em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado.

2002).

Concluindo, o buriti inclui-se como parte integrante de ecossistemas – veredas e florestas de galeria – significativos do ponto de vista da conservação ambiental, visto que são ambientes com importantes funções ecológicas como corredores de dispersão da diversidade biológica (e da humana) e como bacias coletoras e redistribuidoras das águas do bioma Cerrado.

6.2 O BURITI NO GRANDE SERTÃO DE GUIMARÃES ROSA

*O que melhor me alegra e entusiasma, todavia, aqui páginas a fora, é a repetida presença dos 'gerais' belíssimos da minha terra, com as suas 'veredas' específicas. Esses 'gerais' que arrancham infundável paisagem, feitos de **campos e areiões** e o agreste das chapadas – **sempre no chão de arenito**. Lá e além, um alagado, pai de rios às vezes, **marcado pelos buritis**. Beirando os rios, e entre os rios e as chapadas verde velho, vai dupla faixa atapetada, capim um verde infantil. São as veredas dos gerais.*

Guimarães Rosa

Nas regiões do Brasil Central o buriti se insere nos vastos domínios dos *gerais*, *tabuleiros* ou as conhecidas chapadas que se espalham por Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins, Piauí, Maranhão e Mato “Grossos” (SCHETTINO, 1995, p. 26). São os *gerais* que constituem o cenário geográfico dos personagens de Guimarães Rosa: “você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os ‘campos gerais’, ou ‘gerais’ – paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia e Goiás (onde a palavra vira feminina: as gerais), até o Piauí e o Maranhão” (ROSA, 1993 *apud* SCHETTINO, 1995, p. 27)

De acordo com Schettino (1995, p. 28), o sertão geralista de Guimarães Rosa, no qual se inclui a região de Terra Ronca, sobrepõe-se a outras regiões que em outros discursos são denominadas como Planalto Central e Brasil Central. Essas regiões, como visto anteriormente, são unificadas pela presença das chapadas, dos cerrados, de um mesmo clima e uma mesma base geológica. Vale lembrar que foi nesse cenário das histórias e contos de Guimarães Rosa que se desenvolveu nos últimos dois séculos uma *região cultural* (Capítulo 3). Por isso, as obras literárias de Guimarães Rosa contribuíram como fonte de informação útil para entender a ecologia e a etnobotânica do buriti de forma poética.

Desta forma, sob o ponto de vista cultural, o buriti se distribui por uma região que historicamente apresenta as mesmas características e que, a despeito das diferenças que podem ser detectadas ao longo do tempo e do espaço, mantêm os mesmos padrões de uso e manejo dos recursos naturais. Verificamos, assim, a nível regional, os mesmos padrões culturais de interação homem-buriti.

Sob o ponto de vista ambiental, vale lembrar também que o buriti é uma palmeira adaptada a ambientes específicos onde predominam sedimentos arenosos do Terciário e do Quaternário (Capítulo 2). O grande sertão de Guimarães Rosa constitui um macroconjunto geológico onde predominam rochas sedimentares da Formação Urucuia (Figura 25), responsável pela formação e alimentação dos rios São Francisco e Tocantins (BARBOSA, 2005). O próprio autor faz descrições apuradas sobre as características desse tipo de solo e dos efeitos da chuva sobre a terra nos *gerais*:

O que caracteriza esses Gerais são as Chapadas (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os chapadões (grandes imensas chapadas, às vezes séries de chapadas). São terra péssima, **vários tipos sobrepostos de arenito**, infértil (Brasília é uma típica chapada...) e **tão poroso**, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se vê enxurradas, **a água se infiltra, rápida, sem deixar vestígios**, nem se vê, logo depois que choveu. (ROSA, 1993 *apud* SCHETTINO, 1995, p. 27) (grifos meus).

Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se soverte em minuto terra a fundo, feito um azeitezinho entrador. O chão endurecia cedo, esse rareamento de águas. O fevereiro feito. Chapadão, chapadão, chapadão (ROSA, 1986, p. 274).

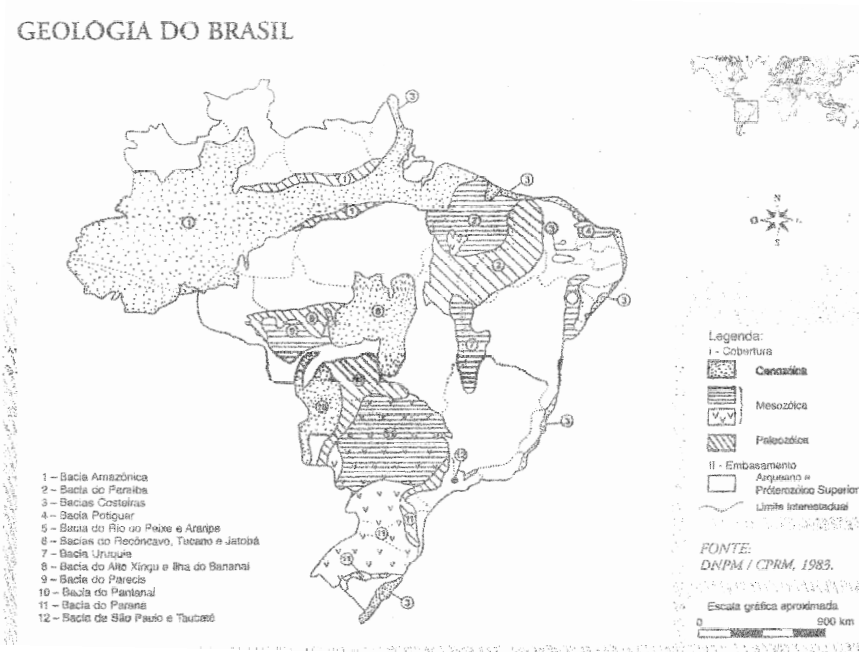


Figura 25. Formação Urucuia (7), formação geológica predominante no Grande Sertão de Guimarães Rosa
 Fonte: REBOUÇAS, 2002.

6.3 O BURITI NA CULTURA DO HOMEM DOS CERRADOS

*Me deu saudade de algum buritizal, na ida dum vereda em capim
tem-te que verde, termo da chapada. Saudades, dessas que
respondem ao vento; saudade dos Gerais. O senhor vê: o remôo do
vento nas palmas dos buritis todos, quando é ameaço de tempestade.
Alguém esquece isso? O vento é verde.*

Guimarães Rosa

Sabe-se que antes da chegada dos primeiros colonizadores brancos, a região de cerrados do Brasil Central já era habitada por grupos indígenas do tronco lingüístico Macro-Jê (BARBOSA, 2005), que possivelmente interagiam direta ou indiretamente com o buriti – considerando-se a antiguidade desta árvore e seu papel significativo no contexto sociocultural dos grupos indígenas que habitam essas regiões (Ver capítulo 2).

A conexão indígena com o buriti nas áreas nucleares do Cerrado, inicialmente se deu no *contexto do deslocamento humano no espaço* de grupos caçadores-coletores - Tradição Itaparica, há pelo menos 10 mil anos atrás:

O panorama do povoamento das áreas centrais do continente sul-americano começou a ser definido a partir de 11 000 anos A.P. e, para tal, contribuiu muito o advento no Planalto Central do Brasil de um complexo cultural denominado pela arqueologia “Tradição Itaparica”. Há 10 000 anos, essa Tradição implantou-se em mais de 2000 km de extensão. É quase certo que ela cobriu a área dos Cerrados existentes nos chapadões do Brasil Central e em suas extensões (BARBOSA & SCHIMIZ, 1998, p. 7-8).

De acordo com os estudos arqueológicos, a paisagem do Cerrado apresenta características de clima, geomorfologia, recursos vegetais e animais, que há milhares de anos foram altamente favoráveis à ocupação de grupos da cultura da Tradição Itaparica. No que se refere aos recursos vegetais:

O Sistema Biogeográfico do Cerrado fornece recursos vegetais como: fibras, lenha, folhas ásperas utilizadas para acertar superfícies e **palhas de palmeiras para cobertura de abrigos**. O mais importante é que **de todos os sistemas biogeográficos da América do Sul, este é o que fornece maior variedade de frutos comestíveis**. E embora a maturação da sua maior parte esteja relacionada à época da estação chuvosa, sua variedade possibilita a distribuição regular de suas espécies durante todo o ano (BARBOSA & SCHIMIZ, 1998, p. 9) (grifos meus).

De acordo com os autores, a economia destes grupos caçadores-coletores baseava-se na exploração generalizada de nichos diversificados, distribuídos pelos ecossistemas florestais, savânicos e campestres do Cerrado, associada com as estações chuvosa e seca

(BARBOSA & SCHIMIZ, 1998). Nesse contexto, pode-se especular que a conexão homem-buriti já era diversificada quanto às finalidades interativas, ocorrendo tanto a nível alimentar quanto artesanal.

É possível que a conexão indígena com o buriti tenha se intensificado quando apareceram no Cerrado, há cerca de quatro mil anos antes do presente, grupos ceramistas cultivadores de plantas, que levariam uma vida mais sedentária, produzindo utensílios variados e objetos de cerâmica, alimentando-se de produtos agrícolas, da caça, da pesca e da coleta silvestre (BARBOSA & SCHIMIZ, 1998; BERTRAN, 1994; RIBEIRO, 2005).

Finalmente, no período colonial, partindo do planalto de Piratininga, o bandeirante mameluco adentrou-se no Cerrado de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Uma outra leva de penetração interiorana foi aberta pelo deslocamento de populações livres que, avançando através da orla úmida do agreste, alcançaram terras semi-áridas da caatinga, e penetraram o Brasil Central ocupando os vastos domínios dos cerrados. Encontraram uma imensa região, tida como inapta para a agricultura, mas perfeitamente adaptável para a criação de gado: pastagens naturais, abundância de água e uma vegetação constituída de florestas de galeria, veredas, buritizais e capões de mata (RIBEIRO, Bertha, 1993, p. 228; RIBEIRO, Darcy, 2000, p. 306).

A conexão homem-buriti se manteve na “cultura indígena do bandeirante” (RIBEIRO, 2005, p. 155), durante o processo de contato do homem branco com o indígena. De acordo com Ribeiro (2005), a “tecnologia indígena”, seu conhecimento, usos e manejo do meio ambiente, desenvolvidos ao longo de milhares de anos de aprendizagem com o mundo natural, contribuiu decisivamente para o sucesso das bandeiras. O autor cita, por exemplo, relatos coloniais mencionando o aproveitamento de jangadas feitas de buriti para a travessia ou navegação dos rios (p. 157).

Depreende-se assim, que a conexão dos sertanejos com o buriti provavelmente está enraizada na tecnologia e nos conhecimentos do homem pré-histórico dos cerrados, no bojo do processo de adaptação dos colonizadores brancos e mamelucos aos sertões do país. O buriti tornou-se, assim, árvore sagrada, de muitos usos, dentro da cultura “mestiça” sertaneja do Cerrado.

6.4 SIGNIFICADOS DO BURITI NA CULTURA SERTANEJA

Árvores não são apenas madeiras e frutos

Maurice Godelier

No espaço de deslocamento dos sertanejos, as veredas e os buritis eram uma garantia e certeza de vida dentro do inóspito sertão: “Nas veredas, há sempre o buriti. De

longe, a gente avista os buritis, e já se sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis” (ROSA, *apud* CASTRO, 1976, p. 27). A palavra “vereda”, de origem portuguesa, significa caminho, rumo, direção (EITEN, 1993, p. 66; FERREIRA, 2006, p. 813), sugerindo que os colonizadores brancos, bandeirantes ou vaqueiros (e antes os indígenas), utilizavam-nas como caminhos nas jornadas pelo sertão, pois tinham água limpa e vegetação aberta para locomoção: “O quanto em toda vereda em que se baixava, a gente saudava o buritizal e se bebia estável” (ROSA, 1986, p. 326).

O caráter nômade do sertanejo das zonas pastoris do grande sertão de Guimarães Rosa é literariamente descrito pelo autor, em seu clássico *Grande Sertão: Veredas*, onde as veredas têm enorme importância nas travessias de Riobaldo, *Tatarana*, junto com seus companheiros jagunços pelo sertão: “Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda” (ROSA, 1986, p. 60).

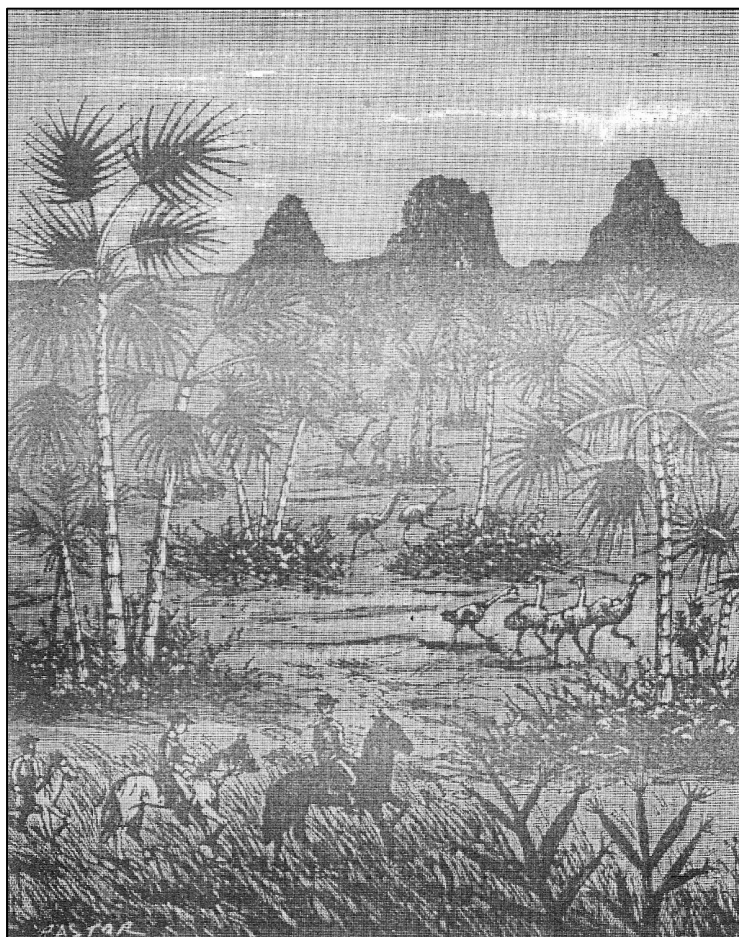


Figura 26. O buriti sempre fez parte dos espaços de deslocamento do homem sertanejo pelos sertões do país
Fonte: Bertran, 1994.

De acordo com Castro (1976), a palavra “vereda” também pode ter um segundo sentido - o da busca humana, simbolizando o alcance da compreensão de que os homens

necessitam para não serem tragados pelo enigma do sertão. As veredas, como oásis ou riachos do grande sertão, tornam-se o símbolo da travessia humana, a única certeza vivencial.

As veredas, buritis e buritizais, ligam-se duplamente ao sertão: no primeiro sentido, indica um fenômeno físico e geográfico, parte integrante da paisagem desse mesmo sertão. No segundo sentido, está ligado à busca do homem sertanejo, pelos enigmas suscitados pelo ambiente, dos quais de todas as indagações, restam apenas “essas poucas veredas, veredazinhas” (ROSA, 1986).

Uma segunda constatação é que o buriti, na cultura do homem sertanejo, tornou-se parte integrante dos espaços de produção. Mais uma vez encontramos em Guimarães Rosa (2001) algumas pistas sobre o uso tradicional dos ambientes de ocorrência do buriti na região dos *gerais* de Minas e Bahia:

Ali estava o brejão – o Brejão-do-Umbigo – vinte e tantos alqueires de terreno perdido. Entre o cerrado e o Brejão, era uma baixada, de capim-chato e bengo, bonita como uma paisagem. **Capim viçoso, bom para o gado, Gualberto pusera lá seus bois para engordar.** Toda a volta do Brejão, o côncavo de uma enseada se assinalava, como um desenho, pela linha dos buritis. Pareciam ter sido semeados, um à mesma distância de outro, um entrespaço de seis ou dez metros. (ROSA, 2001, p. 146). (grifos meus)

[...] A terra, na baixada, lá, tem lugares que é extraordinária mesmo, se pode dizer. Da parte do Buriti Bom, então é mais. **lô Liodoro planta grandes roças.** Eu cá da minha banda, **pelejo um canavial** (ROSA, 2001, p. 140). (grifos meus).

Desta forma, a conexão do sertanejo com o buriti vem da constatação de que o buriti foi em primeira instância *um elemento constituinte dos ambientes de vida* dos grupos indígenas e depois do sertanejo, tanto nos *espaços de deslocamento* como indicador de caminhos – veredas e água – quanto nos *espaços de produção*, na lida com a terra, onde o criador de gado botava seu animais e o vaqueiro pastoreava, e em certos casos também, plantavam suas roças.

Mas o significado do buriti para o sertanejo não estaria completo se não se mencionasse a importância da sua coleta no contexto da cultura material sertaneja. Ribeiro (2005) aponta que embora as plantas do Cerrado tivessem usos diversos para os sertanejos, o buriti concentrava vários deles. A importância da coleta do buriti para os sertanejos se assemelha àquela atribuída pelos povos indígenas do Cerrado que também utilizam e interagem com essa palmeira (SCHETTINO, 1995):

São essas as serventias do buritizeiro: da madeira e fibra do seu tronco fazem-se: balsas ou jangadas, cabos, cordas, embiras, fitas para segurar foguetes, portas, catres, jiraus, cercas (do pau do talo), palanques ou

estrados, esteiras, vinho, vinagre, salva-vidas, carocha ou capote, doce, azeite (da massa e do caroço da fruta), farinha, estiva ou ponte, quibano, bandejas, chapéus, cobertas de parede e teto das casas (duração vinte anos), caixas, caixetas para doces, paiol para legumes, cadeiras, mesas, pastas para livros, rolhas, espanta-ratos, capoeira para aves, redes, ripas, balaies, tipiti (ralos ou prensa de espremer mandioca), urupemba, gaiolas, arapucas e pentes de teares, tendo ainda outras aplicações domésticas e industriais. (MATA-MACHADO, 1991, p. 63 *apud* SCHETTINO, 1995, p. 44).

Sendo assim, o longo tempo de convivência e interação do sertanejo com o buriti possibilitou a construção de um sistema de conhecimento botânico acerca do comportamento, dos hábitos e das partes da planta utilizadas como recurso. O buriti, assim como as rochas, o solo, a água, a flora, as plantas cultivadas e os bichos, tornou-se objeto tanto de uso como do imaginário e do pensamento das populações sertanejas do Cerrado (ALCORN, 1995; ROSA, 1986; 2001).

Nesse sentido, o conhecimento etnobotânico acerca do buriti está armazenado pelos indivíduos que hoje fazem parte da cultura sertaneja dos cerrados, conhecimento esse que é um elemento “do *capital cognitivo coletivo* dos conhecimentos adquiridos, das aptidões aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade” (MORIN, 1991, p. 17).

A importância do buriti na vida dos sertanejos vai além do seu papel utilitário, inserindo-se também como parte do seu capital cognitivo (cultura imaterial) o que, sob o ponto de vista etnobotânico, pode ajudar a compreender as atitudes ou as práticas de uma determinada cultura ou comunidade sobre essa palmeira (ALCORN, 1995; FORD, 1978). Guimarães Rosa, poeticamente, nos fornece vestígios sobre possíveis interações positivas na conexão do sertanejo com o buriti, evidenciando que o buriti, de tantos usos, tornou-se palmeira sagrada no contexto sociocultural sertanejo, convertendo-se até mesmo em dote de casamento ou de compadrio:

Por que, o buriti-grande, o derribassem? Era o maior, perante tudo, um tanto fora da ordem da paisagem. Sua presença infundia na região uma sombra de soledade. Ia para o céu – até setenta ou mais metros, roliço, a prumo – inventando um abismo.

- **Ele é que nem uma igreja...** - Maria Behú disse. (ROSA, 2001, 169, grifo meu).

O buriti grande está ainda da banda de cá, pertence em minhas terras. Mas muita gente apreciava, costumam vir, fazem piquenique lá, ao pé, até as moças... Meu amigo iô Liodoro gosta dele demais, **me fez dar palavra que não derrubo nem deixo derribar**, palmeirão descomunado. [...]

[...] - “Pois compadre iô Liodoro, por isso não seja, que **o buriti-grande lhe dou e ofereço**, presenteio, caso sendo até escritura passo... E ele d’hoje-em-diante, fica seu, nominal” (ROSA, 2001, p. 140).

Sabendo-se que o buriti é um elemento constituinte tanto do contexto sociocultural e

ecológico, quanto das representações mentais do sertanejo, essas questões serão discutidas no contexto da região de Terra Ronca. Apresentou-se, nos capítulos anteriores, as características socioculturais, históricas e ecológicas dessa região, bem como as características botânicas, ecológicas e os aspectos socioculturais e econômicos relacionados ao buriti. Agora chegou a vez de discutir o lugar da árvore-tema-gerador desta pesquisa em Terra Ronca, buscando contribuir na elaboração de estratégias de manejo, uso e conservação dessa espécie nesse ecossistema específico.

6.5 O LUGAR DO BURITI NO TERRITÓRIO DE TERRA RONCA



Figura 27. Buritis na Vereda Angélica - Terra Ronca/GO
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Todos os buritis, parecendo plantados à risca, iam longe em aléia, a gente imaginava procissão de povo, a cavalo e a pé, seguindo aquele rumo, as pessoas pequeninas, incessantes.

Guimarães Rosa

O buriti é dos pantanal... ele é que segura as água.

Morador de Terra Ronca

Na região de Terra Ronca, o buriti distribui-se pelos vastos espaços dos *gerais*, ao longo das encostas e planaltos da Serra Geral de Goiás, usualmente ocorrendo em grandes concentrações e formando sistemas de veredas ou buritizais – nas vertentes dos vales ou em depressões do solo circundadas por campo limpo (Figuras 27 e 29). Também são componentes de ambientes brejosos, pantanosos ou florestas de galeria, margeando os cursos d'água, geralmente em contato com as veredas. A distribuição do buriti em Terra Ronca está associada aos domínios da Serra Geral, em ambientes úmidos, não se estendendo para muito além da Serra de Calcário, nos domínios da *caatinga* (Figura 28).

Embora seja uma árvore com grande ocorrência na região, o buriti só ocorre em ambientes específicos:

Mas ele é uma fruta, é uma árvore de lugar molhado. É porque ele gosta de lugar embrejado mesmo, gosta de embrejo, lugar que tem brejo. Tem que ter um lugar próprio pra se embrejar, pra não faltar água, né. Ele gosta de

ficar molhado [...] Se ele fosse uma árvore que produzisse em qualquer lugar, tinha ele no cerrado [...] a natureza mesmo dele é de lugar molhado. Ele não dá no seco, nos cabresto não (Sr. Abílio).

Como discutido no Capítulo 2, o buriti se destaca como uma palmeira com importantes funções ecológicas nos ecossistemas da região, como fonte alimentar para a fauna e ao contribuir para a manutenção e conservação dos ambientes florestais úmidos e brejosos: “ele ajuda a conservar a água e só pode ter ele em lugar de água também [...] ele é de uma natureza de só dá onde tem vereda mesmo”.

Nos domínios dos *gerais* de Terra Ronca, o buriti encontra-se presente nas cabeceiras ou nascentes dos afluentes das bacias do rio Tocantins - no sopé da Serra Geral de Goiás, e do rio São Francisco - no planalto dessa (Figura 29). Áreas sensíveis e que merecem atenção especial sob o ponto de vista do equilíbrio hidrológico e ecológico regional, por serem consideradas bacias coletoras da água absorvida pela Serra Geral, funcionando como vias de drenagem e contribuindo para o funcionamento dos demais ecossistemas da região (Capítulos 2 e 3).

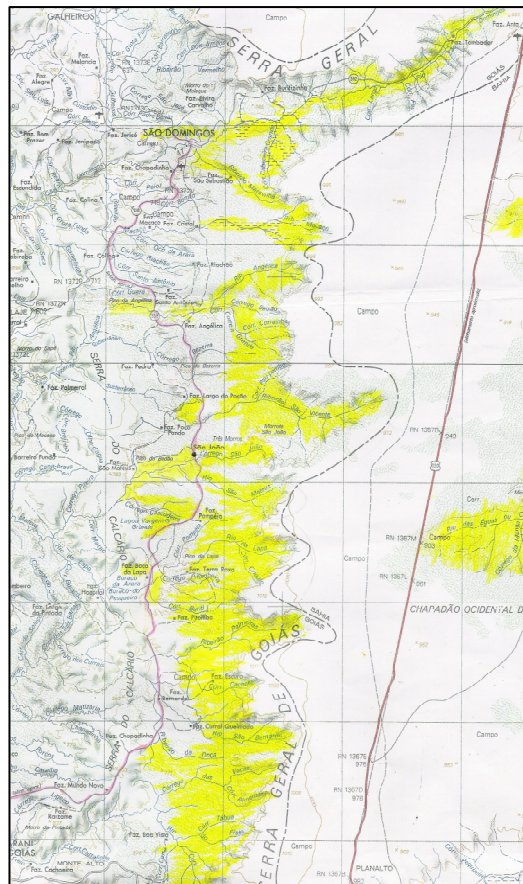


Figura 28. Região de estudo e áreas de ocorrência do buriti destacadas em amarelo
Fonte: SÃO, 1984

Sendo uma planta nativa, o buriti é um elemento constituinte dos ecossistemas locais, fazendo parte de relações ecológicas neste ambiente. Como discutido anteriormente, o buriti é uma espécie emergente de sedimentos arenosos do Terciário e do Quaternário, o que, na região, está associado aos sedimentos da Formação Urucuia - a formação que constitui a Serra Geral de Goiás. Isso sugere que o buriti é uma planta antiga nessa região, integrada às condições dos climas e solos herdadas de condições ecológicas de longa duração.

6.6 O LUGAR DO BURITI NA CULTURA DE TERRA RONCA

Foi igual eu falei pro senhor, era uma vida difícil né, até para os rico era difícil, e para os pobre muito mais. Era difícil, muito mais do que hoje. Tempo de muita dificuldade. Mas dava conta.

Sr. Abílio

É um condenado à vida. Fez-se forte, esperto, resignado e prático. Aprestou-se para luta.

Darcy Ribeiro – o caráter do sertanejo

Quando discutimos as raízes históricas de Terra Ronca (Capítulo 4), vimos que essa região se insere nos domínios dos *espaços de deslocamento* de grupos caçadores-coletores primitivos do Cerrado e, posteriormente, da ocupação sertaneja. Os primeiros deixaram registros (pinturas) e vestígios (cerâmicas, lito-cerâmicas, líticos, de combustão e funerários) nos inúmeros sítios arqueológicos (abrigo, cavernas e grutas) espalhados pelo relevo cárstico da região (AAG, 2003).

As características naturais de Terra Ronca, marcada pela transição entre ecossistemas diversificados de matas e cerrados, clima estável e com abrigos naturais numerosos, amplos, cômodos e estrategicamente localizados, favoreciam uma ocupação humana primitiva mais intensiva ou esporádica, a depender da estação. Possivelmente, a região era ocupada mais intensivamente na estação chuvosa, quando fornecia grande variedade de recursos distribuídos pelos diversos tipos de habitat (Capítulo 3) com abrigos naturais próximos e facilmente de serem alcançados no período noturno ou de chuvas intensas (BERTRAN, 1994; BARBOSA & SCHIMIZ, 1998).

Em meados do século XVIII e XIX, chegaram à região os primeiros colonizadores brancos, ocupando-a e trazendo consigo seus rebanhos e toda uma cultura singular. Encontraram nas bordas e nos planaltos da Serra Geral de Goiás imensas pastagens naturais, abundância de água e de caça, uma rica diversidade de plantas do Cerrado e, aparentemente, terras livres do curso de grupos indígenas numerosos.

Ao longo de milhares de anos e dos últimos dois séculos de ocupação sertaneja, o buriti esteve presente nos ambientes de vida dos habitantes dessa região (Figura 24). Mais

recentemente, no período de formação da cultura sertaneja, estruturou-se um modo de vida caracterizado pelo modelo de *cultura rústica*, resultado do ajustamento do colonizador branco na interação com o meio biofísico e social, transferindo ou modificando traços da cultura original, em virtude das condições ambientais ou do contato com o aborígine (Ver Capítulo 4).

O sistema de vida que vigorou, desde então, caracterizou-se por uma economia de subsistência, com base na pecuária extensiva, aproveitando-se da disponibilidade de terras livres, comuns (a “solta”) e a utilização de glebas de mata para o plantio de roçados junto a uma exploração complementar de tudo o mais que o ambiente natural podia oferecer: caça, pesca, coleta de frutos, raízes, madeira, fibras e tubérculos.

As conexões homem-buriti estabelecidas em Terra Ronca estão relacionadas ao contexto dessa cultura sertanejo-camponesa, a qual, hoje, se apresenta bastante modificada em sua superfície, mas não em um nível mais profundo. Como visto no Capítulo 4, a comunidade de Terra Ronca apresenta traços de um patrimônio cultural que se manifestam nos dias de hoje na permanência das atividades econômicas tradicionais, na linguagem, no conhecimento sobre os ecossistemas e seus constituintes, nos costumes, nas crenças, nos sentimentos, enfim, nas maneiras de agir e pensar, herdadas de um modo de vida sertanejo-camponês.

É nesse contexto ambiental e sociocultural que será discutido, a partir dos dados da pesquisa de campo, o lugar do buriti na região de Terra Ronca, na tentativa de discutir as conexões e desconexões dos habitantes com o buriti, as ameaças que pairam sobre sua conservação e as estratégias de conservação e uso sustentável da espécie.

6.7 VALOR DO BURITI NA TRADIÇÃO REGIONAL DE TERRA RONCA

O buriti é umas das muitas espécies que compõem o patrimônio florístico da região, conhecidas e utilizadas pela população tradicional de Terra Ronca (Ver Capítulo 3). Podemos afirmar, no entanto, sob uma perspectiva etnobotânica (TURNER, 1988), o buriti é uma árvore que possui um significativo valor cultural no contexto de Terra Ronca, pelas seguintes características:

I. **Saliência ecológica:** inclui a *frequência* e a distribuição das espécies dentro do território do grupo ou, em outras palavras, o quão geralmente são encontradas no dia-a-dia e na rotina diária das pessoas (TURNER, 1988).

O buriti é uma das árvores mais proeminentes no território do grupo estudado (Figura 29), em especial nos domínios dos *gerais*, que abarca os vastos espaços das encostas da Serra Geral de Goiás indo até as áreas dos chapadões calcários – Serra de Calcário, na

transição entre os *gerais* e a *caatinga*. Como essa é uma região onde a água brota em todo lugar, o buriti é uma planta freqüente até mesmo nos quintais das casas: “Aqui, no quintal mesmo, tem uma pezaria de buriti [...] É o que tem, é o pau que dá”; “Tem é muito. Se você pegar rumo daquela serra é o que tem”. Podemos considerar, assim, que o buriti é uma árvore característica dos *gerais*, em Terra Ronca.



Figura 29. Saliência ecológica do buriti na região
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

II. **Saliência perceptiva:** é a *obviedade* de uma espécie na cultura de um povo, o que evidencia sua importância dentro daquela cultura. Isso inclui alguns fatores como tamanho, distinção ou evidência, bem como características que podem vir a ter um significado particular dentro do contexto cultural (TURNER, 1988).

O buriti é uma espécie tão óbvia na região quanto o feijão e o arroz. Essa obviedade vem não só da saliência ecológica: “nasci no meio do buriti”; “desde o meu entendimento com o buriti”; “vejo esse buritizal aí toda vida”; como também da versatilidade de usos com que pode ser ou é utilizado pela população local, para “casa, comida e dormida”.

III. **Potencial de uso:** a presença de frutos comestíveis, um tipo de madeira forte incomum ou qualquer outra *característica biológica inata que possa ser empregada com certa vantagem* em relação a outras espécies, influenciam o potencial de uso de uma planta (TURNER, 1988).

Como será discutido mais adiante, o buriti é uma árvore que tradicionalmente sempre teve muita utilidade no contexto cultural de Terra Ronca, sendo alguns usos praticamente exclusivos por serem muito apreciados, como a fibra e a palha da folha utilizadas para

várias finalidades. Por isso, apesar de hoje não haver mais tanta necessidade do buriti quanto havia no passado, sobrevive na memória dos seus habitantes um *meme* (MARQUES, 2001) característico dessa região: “o buriti serve pra muitas coisas, é de muita *autoridade*”.

Lembremos que, por outro lado, embora o buriti seja uma planta de muita *autoridade*, boa parte dos usos que são feitos dele não são exclusivos na região. Há várias outras espécies que fornecem fibras e folhas – especialmente palmeiras - madeira e frutos, que podem substituir os usos que são feitos do buriti, o que vai variar de acordo com a facilidade de acesso, às condições ambientais e à receptividade à planta. Mas vale ressaltar que, em última instância, a influência das características biológicas vegetais varia em função da receptividade cultural para esses traços (HUNN, 1987 *apud* TURNER, 1988).

Nesse sentido, constata-se que o buriti é uma espécie com largo reconhecimento pelos membros da comunidade estudada, o que indica um alto grau de importância cultural (TURNER, 1988). Além do mais, essa reputação aumenta à medida que o buriti é reconhecido e utilizado em toda região cultural que abrange os domínios dos *gerais* (RIBEIRO, Ricardo, 2005; 2006; COSTA, 2005; SAMPAIO; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2008; SCHMIDT; FIGUEIREDO; SCARIOT, 2007). Na área pesquisada, o buriti possui ampla reputação, da *caatinga* aos *gerais*, em áreas rurais e urbanas, sendo uma árvore significativa na tradição sociocultural da região.

6.8 O BURITI COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DOS ESPAÇOS DE VIDA, DE DESLOCAMENTO E DE TRABALHO

Em Terra Ronca, o buriti distribui-se pelos *gerais*, constituindo um elemento característico dos espaços de vida, deslocamento e produção da comunidade. Até meados da década de 1970, as atividades tradicionais do sertanejo na região caracterizavam-se pela utilização integral do território, abrangendo todo o território dos *gerais* – que abarca os espaços entre as encostas ocidentais da Serra Geral de Goiás e a Serra de Calcário (Figura 28).

O gado criado na “solta” e em sistema de *transumância* exigia constante deslocamento do sertanejo pelos cerrados, campos e matas, onde também caçava-se, pescava-se, plantava-se, enfim, trabalhava-se: “Aquele mundo ali fazia tudo, botava gado, fazia queijo, fazia tudo ali, trabaiava” (Figura 30). Os *gerais* também constituíam espaços de deslocamento, das longas jornadas em tropas, nos caminhos que ligavam a região com cidades da Bahia e Minas Gerais (Capítulo 3).

Havia, portanto, um constante deslocamento do homem e do gado pelos ambientes de

ocorrência de buriti, que nessas condições certamente era utilizado como recurso alimentar e como matéria-prima para os elementos da cultura material dos sertanejos. Nas viagens de tropa para a Bahia, por exemplo, do buriti se “fazia corda, acordava de noite pra peia os animais tudo, pra não fugir [...] Os cabresto, tudo fazia do *imbé* do buriti. Tudo fazia do buriti: peia, o cabresto, corda pra amarrar os costais das cargas”.

Outros *espaços culturais* em que o buriti aparece com freqüência são nas chamadas *terras de cultura*, ambientes florestais, ribeirinhos, comumente conhecidos como *brejos* ou *capões*, em cuja área de influência o sertanejo constrói sua morada, seu habitat e coloca suas roças. Em muitos casos, utilizando o buriti como recurso natural para a produção e manutenção cultura material (casas, oficinas, móveis, ferramentas, etc.).

Verifica-se assim que o buriti é manifestamente reconhecido pela população como um recurso, pois fatores culturais se relacionam com fatores ecológicos. O uso do buriti é parte de um processo de adaptação e sobrevivência do sertanejo ao seu meio biofísico e social, e ao longo do tempo foi tornando-se parte da tradição sociocultural da região.

Como mencionado anteriormente, essa longa convivência possibilitou que o buriti se imprimisse na memória, no tato, no paladar, nas estratégias de sobrevivência e de adaptação ao meio, gerando assim condições para a construção de um conhecimento e de um *saber-fazer* a respeito do comportamento, usos e manejo das diferentes partes da planta, passado de geração a geração. Sabemos também que a interação com o buriti gerou não apenas um conhecimento sobre essa árvore, mas também representações mentais a seu respeito (ALCORN, 1995).



Figura 30. As veredas como espaços de vida, produção e deslocamento do sertanejo na região
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Vale lembrar também que as estratégias de convivência e interações ecológicas e/ou culturais homem-buriti influenciam não só o estilo de vida do ser humano, mas também atuam sobre a dinâmica populacional da planta na região - embora não seja possível dizer em que grau ou intensidade (ALCORN, 1995). Essa questão será discutida adiante.

6.9 USOS, CONEXÕES E DESCONEXÕES

O buriti é todo proveito nele.

Sr. Nelson, morador de Terra Ronca

As conexões homem-buriti em Terra Ronca têm sido múltiplas em finalidades interativas e, em última instância, estão relacionadas às interações biológicas e culturais do sertanejo com os ecossistemas da região. A *conexão alimentar* (trófica) é a que se mantém mais enraizada em certo sentido, já que se trata de uma necessidade vital básica (a fome), embora permeada de traços culturais e sociais (na dieta) que também exercem influência na (des)conexão com o recurso. As *conexões culturais* (artesanais), por sua vez, parecem seguir mais a lógica da dinâmica sociocultural – marcada pelo “tempo de primeira” e os “tempo de hoje” – do que a uma necessidade vital propriamente dita.

6.9.1 Alimentar

A conexão alimentar do sertanejo de Terra Ronca com o buriti possivelmente é a mais profunda e antiga - com raízes indígenas - transferida no processo de miscigenação do índio com o colonizador branco e no ajustamento deste ao meio. De acordo com Candido (2001, p. 36), “os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece, seleciona e define”. Certamente, há muito, o buriti constitui parte da dieta das sociedades indígenas, cujos componentes biológicos vegetais foram transformados em recursos alimentares (Ver Capítulo 2). Mais tarde, porém, os modos de preparo e de consumo foram sendo adaptados ao “paladar cultural” do colonizador.

Além da herança indígena é preciso levar em conta que a região ficou isolada do comércio mais amplo durante muito tempo e que a alimentação caracterizava-se por uma relação de solidariedade mais profunda do grupo com o meio. A dieta sertaneja consistia basicamente do que se trabalhava na terra – mandioca, feijão, arroz, milho, cana, café, etc. O consumo de carne e leite era pouco freqüente, sendo mais generalizado o consumo dos produtos derivados de animais de pequeno porte, principalmente suínos e aves.

Dadas as difíceis condições de vida no passado, nem sempre a agricultura e a

pecuária satisfaziam a fome (já que também eram de certa forma mediadas pela natureza) e por isso, a satisfação das dores da fome dependia também dos recursos que o meio podia oferecer: “chegava *era* de fome, povo passava comendo quase coco”. Assim é que os recursos da caça, da pesca e da coleta tornaram-se essenciais para a satisfação das necessidades vitais e como estratégia de sobrevivência do sertanejo, tornando-se também elementos de uma construção cultural (CANDIDO, 2001, p. 35-41).

Talvez por isso a conexão alimentar com o buriti seja o primeiro e mais constante mediador da interação estabelecida entre homem-planta, “lógica e por certo historicamente anterior à técnica” (CANDIDO, 2001, p. 36).

I. Interações tróficas - A conexão alimentar se manifesta de maneira direta e aparentemente benéfica para ambos os lados – o da planta e o do ser humano: “O buriti é assim, quando ele ta maduro cai no chão, e agora nós vai e pega ele”. Os frutos coletados no chão, quando maduros, provavelmente constituem um resultado de sucesso sob o ponto de vista da estratégia de dispersão do buriti, “pois a probabilidade de uma semente madura ser transportada e depositada num local propício para germinação aumentaria dessa maneira” (VILLALOBOS, 1994, p. 60).

Por outro lado, derrubar o cacho com os frutos ainda verdes e enterrá-los para ficarem maduros (um comportamento mencionado por alguns informantes), aumenta a probabilidade de desperdício e diminui a compensação do gasto energético do buriti para a produção dos seus frutos, que é grande, podendo levar um ano ou mais, da flor até o fruto maduro, de acordo com os informantes. O cacho derrubado também constitui uma redução na cadeia trófica do ecossistema, pois impossibilita o acesso das aves - principais dispersoras das sementes do buriti – e de outros dispersores, aos frutos (VILLALOBOS, 1994).

No entanto, parece haver entre a população um *meme* de que “*cortar o cacho é pecado*”, associado a uma disposição biológica “o fruto no chão é mais gostoso, porque é mais gorduroso”, que favorece, à primeira vista, a estratégia de dispersão adotada pelo buriti. Apesar de levar um ano ou mais para produzir, em geral, os frutos do buriti são disponíveis o ano inteiro, pois a frutificação ocorre em parcelas e em longos períodos. Enquanto uma árvore “solta os cachos” no ano, tem outra que já soltou o ano passado e está frutificando no presente. Porém, na percepção dos informantes, há certo padrão na produção do buriti que se manifesta em “ano que dá muito, no outro faia”.

Em todo caso, o tempo do fruto do buriti é “*nas água*”, começa em dezembro e, em ano bom, vai até o fim do ano, “custa acabar”. A produção do buriti serve, assim, como fonte de recurso alimentar tanto para os animais quanto para o ser humano durante o ano inteiro. Villalobos (1994) aponta o buriti como uma espécie-chave nas veredas que ele pesquisou no Brasil Central, pois fornece alimento nos períodos secos, época em que os recursos

alimentares desses ecossistemas são escassos aos animais.

O buriti também pode ser considerado uma espécie-chave na cultura sertaneja, pois a maior disponibilidade de frutos no período das águas ocorre concomitante com o período do plantio de lavouras cuja colheita se dará no tempo da seca (COSTA, 2005, p. 80). Além disso, o buriti, como já foi apontado acima, servia como recurso alimentar ao gado e porco curraleiro, criados antigamente soltos nos buritizais: “adonde tem o buritizal, criava porco né, engordava, chega ficava... (riso)”; “na época do buriti, ele trazia porco pra cá [...] comendo só o buriti dentro desses brejo aí”.

A estratégia de dispersão e o esforço energético da planta na produção dos frutos só são bem sucedidos se as frequências da visitação e da coleta forem altas e se as sementes forem depositadas em locais propícios à germinação (VILLALOBOS, 1994, p. 61). Em ambos os casos, a conexão alimentar do sertanejo com o buriti sugere favorecer as estratégias adaptativas da palmeira.

Em relação à frequência da visitação, o fruto do buriti, por ser muito apreciado na região, constitui não só fonte alimentar como fonte de renda para algumas famílias, que o utilizam como moeda de troca ou o vendem para os vizinhos, parentes, etc. A frequência de visita e o esforço de coleta dos frutos, na área estudada, parecem ser maiores nos locais próximos à cidade de São Domingos, onde há forte ocorrência de buritis no entorno, além de que, seus frutos são usualmente vendidos na feira. No segundo caso, é possível que o buriti se beneficie pelo fato de muitas famílias morarem em habitats favoráveis a sua germinação, próximos às veredas e áreas alagadas ou em áreas úmidas. A ocorrência de pés de buritis nos quintais das casas e nos arredores das fazendas sustenta essa afirmação.

II. A coleta do fruto - A coleta do fruto e seu beneficiamento constituem uma atividade predominantemente feminina e é feito da seguinte forma:

Põe ele na água né, daí agora nós põe numa vasilha e no outro dia nós despela tudinho e põe no sol. Quando ele ta bem enxutinho nós pega e rapa com a faca as lasquinhas, e põe no sol de novo. Aí a hora que ele secar, nós mede e põe no saco. Vai fazendo do mesmo jeito todo dia (D. Ângela).

A coleta é feita diretamente nos habitats da espécie, “nas cabeceira de brejo, na vereda”, que pode ser na própria propriedade, na de vizinhos ou em áreas florestais de uso comum – como o brejo do Rio São João, atrás do povoado. O esforço de coleta dos frutos é grande, pois os frutos são pesados: um fruto pesa em média 50g (ALMEIDA & SILVA, 1994) e uma palmeira produz de 40 a 360 kg de frutos (CYMERIS; FERNANDES; RIGAMONTE-

AZEVEDO, 2005), o que inviabiliza ou dificulta em muito a coleta à longas distâncias.

Por isso às vezes o buriti é processado no próprio local, servindo assim como conexão lúdica, pois faz parte do tempo de lazer ir atrás de buriti, coletar, descascar. Essa conexão lúdica provavelmente tem raízes mais profundas, como parte integrante das atividades sertanejas: “[antigamente] vinha campιά, campιά você sabe o que é né, mexer com o gado, fazer buriti, cuidar dos porcos que meu avô tinha aqui também”.

A coleta ou extrativismo do fruto do buriti também cria uma conexão do tipo homem-homem: “Quem morava aqui no *gerais* ia a cavalo ou de burro com o buriti vendendo os 'bolo' [...] aí ia pras *caatinga* [...] trocar com queijo, requeijão”. E quem morava na *caatinga* também vinha coletar buriti nos *gerais*: “O pessoal das *caatinga* vinha aí moço, panhá buriti aí dentro das mata. Saía de lá pra panhá buriti aqui [...] ficava semanas colhendo buriti aí. Secava aquele buriti, tudo sequinho. Aí ia fazer o doce em pote, doce em calda. E é gostoso”. Verifica-se, assim, que antigamente o buriti foi um elemento de conexão das estratégias de convívio baseadas em laços sociais solidários entre os grupos rurais de vizinhança (Ver Capítulo 4).

Por outro lado, a atividade também comporta uma conexão homem-animal: “bem ali, onde o rio brota... ali tem sucruíú... nos pé de buriti, tem sucruíú é grande ali dentro”. Conexão essa nem sempre amigável: “diz que um cara um dia matou um sucuri”. Muitas vezes porque a principal presa da sucuri é o gado: “o sucuri pega o gado assim só no bebedor, o animal vai beber, ele já ta ali na toca né, ta preparado pra dá o bote”. Por servir como habitat e fonte alimentar para várias outras espécies (VILLALOBOS, 1994; ROSA, 2001), os buritizais também eram espaços de caça: “tatu, aquele *tatu-peba* [...], pegava ele embaixo do pé de buriti, gordo (riso), eu já peguei muito debaixo do pé de buriti, fazia uma panelada”.

III. Consumo e renda. A polpa amarela ou laranja-avermelhada do buriti tem gosto forte, que lembra o tamarindo (VILLALOBOS, 1994, p. 19)⁴³. Embora o fruto tenha uma “gordura esquisita”, em geral é bastante apreciado na região, sugerindo que o seu gosto forte e característico seja reconhecido e aceito culturalmente pelo paladar – e pelo estômago – do sertanejo (PADOCH, 1988).

A polpa do buriti pode ser consumida diretamente na hora da coleta, “cravando os dentes e roendo”, tal como fazem os animais, geralmente em situações informais, quando se está campeando, roçando, caçando ou simplesmente passando pelo local. A polpa também é um recurso que quando beneficiado nos padrões tradicionais – com colher ou

43 A gordura do buriti deve-se ao alto teor de ácidos oléicos, ácidos insaturados e betacaroteno, tornando-o uma rica fonte de pró-vitamina A (Capítulo 2).

faca tira-se a casca e raspa-se a polpa da semente – vira uma “massa” que “pode botar pra secar pra fazer doce em qualquer tempo”.

A polpa pode ser beneficiada, fervida, tornando-se uma massa mole, o “*bolo*” de buriti (de quilo), ou raspada e seca, em “*raspas*” (Figura 31). Usualmente o *bolo* é armazenado em lata, e as *raspas* em sacos plásticos, servindo como massa para ser consumida na hora e da forma que se quiser. Na área da pesquisa, a massa seca do buriti geralmente é amolecida em água fria ou quente e consumida misturada com açúcar ou leite.

Não é tão comum fazer doce de buriti (pelo não o foi durante a pesquisa de campo), embora o processo seja relativamente simples e rápido, o que sugere uma desconexão alimentar (culinária), já que o doce de buriti é muito apreciado pelos informantes. No povoado São João Evangelista, o doce de buriti é vendido no bar do Jazão, cuja mulher (D. Rosa), é famosa pelos doces que faz, não só do buriti, mas de caju, de leite, abóbora. Diz ela que o “povo gosta muito do doce de buriti”, embora ela o ache muito “gordo”. Há dois tipos de doce de buriti na região: o “*de fôrma*” ou “*de corte*” e o “*de colher*”. D. Rosa explica como faz o doce:

Se for ele seco, você tem que colocar dentro d'água (deixa mais ou menos duas horas), aí quando ele amolece você passa ele numa peneira [...]. Se for um prato de buriti [dois a cinco litros], você põe mais ou menos dois quilos de açúcar. Aí agora você coloca no fogo e vai mexendo, põe um pouco de leite quando ele já estiver bem grosso e em meia hora tá pronto. Ai você tira, bate ele um pouquinho, põe na fôrma ou então numa pedra assim, depois corta os pedacinhos. Se for “*de colher*”, deixa mole (D. Rosa).

Em São Domingos, há doceiras que fazem um doce de buriti muito apreciado pelos dominicanos, embora não tenha sido possível entrevistá-las no decorrer da pesquisa. Algumas famílias no povoado coletam e beneficiam o buriti seco - “*raspas*” - e o vendem no próprio povoado ou na região. A massa do buriti é vendida em litros no “prato” (Figura 31).

Outra aparente desconexão alimentar (culinária) é o consumo do bolo de buriti misturado com beiju (massa da mandioca): “fazia beiju, o beiju da massa com o buriti é gostoso demais, com o buriti mole, você raspa ele e põe em cima do beiju, com um pouquinho de açúcar [...] muito bom”.

O consumo dos frutos de buriti era, portanto, parte complementar da dieta do sertanejo, consumido dentro dos padrões culturais rústicos e nas condições de vida antigas. A forma de beneficiamento e consumo permanece em certa medida nos dias de hoje, embora talvez em menor intensidade. No caso do doce de buriti, os produtos utilizados no processo do seu beneficiamento e consumo não são mais retirados ou produzidos do meio natural, como antigamente, e sim produtos industrializados – tal como o açúcar e não a rapadura, por exemplo.



Figura 31. “Prato” com raspas de buriti
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

IV. O vinho - A conexão alimentar com o vinho do tronco do buriti é por vezes contraditória do ponto de vista da sobrevivência da árvore: “o buriti dá vinho [...] aquele buriti dentro do *plantame*, você derruba o pé, eu nunca derrubei não, povo derruba o pé e fura assim na madeira, planta o vinho, um vinho beleza”. No entanto, a necessidade de derrubar a árvore para tirar o vinho não foi unanimidade entre os entrevistados: há aqueles que afirmam ser possível tirar o vinho com a árvore em pé.

Apesar de ser um recurso apreciado, seja por meio de uma conexão alimentar – “serve pra tudo quanto é coisa, é fortificante”; “toma puro mesmo, serve pra encher a barriga, gostoso, cheiroso”; “o povo freve o mel, apura e faz rapadura, que nem o caldo da cana” – seja por uma conexão medicinal: “é bom pra quem sofre de reumatismo”, o fato de a árvore ter que ser derrubada serve como um fator de desconexão, tanto a nível interno quanto externo, já que a legislação não permite o corte da árvore: “mas aí tem que derrubá o pé [...] perigoso [...] ta proibido”.

A conexão com o vinho também aparece como algo do passado, o que também sugere um processo de desconexão pela própria dinâmica cultural – “agora de pouco tempo pra cá, o povo não usou mais nada disso porque tem fartura, né, das coisa”. Devido a esses fatores, a conexão alimentar com o vinho parece estar presente na memória dos mais antigos, que mostraram um conhecimento do *sabe-fazer* mais detalhado, uma vez que “não é todos [buritis] que dá não, é as *experiência* que conhece”.

Tem que derrubá o pé de buriti, **do macho** [...] tem uns pé que nunca que dá cacho, dá só os cachos, mas não forma, a fruta não aparece... o povo fala macho, né [...] **Buriti que ainda ta crescendo, ainda tem força**, ainda pode, **esse é que dá vinho**, a madeira não ta seca. O que é muito velho

estraga, a madeira ta dura. Só vai dar tanto de vinho lá perto que colocar, e o mais novo não, ele dá vinho a madeira toda (Sr. Abílio) (grifos meus).

6.9.2 Artesanato

A conexão artesanal (artística) com o buriti é difundida por toda a região de Terra Ronca e ocorre predominantemente no contexto industrial doméstico (conexão doméstica e lúdica) e no contexto das atividades da vida rural sertaneja (conexão cultural) (Quadro 3). Por apresentar maior relação com aspectos culturais, a conexão artesanal acompanha o ritmo da dinâmica sociocultural na região: “Hoje povo quase já não mexe [buriti] pra fazer casa, **tá mais civilizado**”.

Um traço perceptível nos depoimentos dos informantes é que a conexão com o buriti, em geral, está associada aos padrões de antigamente, quando as condições de vida eram marcadas pelo isolamento e pela falta de recursos, o que condicionava os indivíduos e o grupo a se absorverem ao meio imediato com mais intensidade:

Antigamente as camas daqui eram de buriti [...] cama de vara [...] dormia era em banda de couro, em esteira, ia no mato ali, naqueles morros ali, beira de rio, tirava os *olho*, ia fazer a esteira pra deitar. Trem era difícil, hoje é mais fácil, hoje ninguém *tá sofrendo* mais (Sr. Batico).

A conexão artesanal com o buriti se dá dentro dos padrões sociocultural sertanejo da região e aparentemente persiste com maior intensidade entre aqueles com menor poder de consumo e/ou com maior dependência dos recursos naturais do meio para a manutenção das atividades diárias. Essa constatação fica evidente no contexto da indústria doméstica, já que a habitação é reflexo da estratificação no espaço social e da interação humana com as suas imediações (VIERTLER, 1988; p. 25; TITIEV, p. 203).

Sabe-se que a tradicional casa goiana, de modo geral, era pobre, sem ostentação de riqueza, consistindo numa barraca de pau-a-pique barreada ou com paredes de adobe. O elemento que diferenciava a casa das fazendas das dos empregados, sitiantes e agregados era principalmente o material utilizado para a cobertura da casa: as “*casas de telha*”, aos patrões e as “*casas de palha*”, aos empregados (DIEGUES Jr., 1960, p. 282). Esse padrão arquitetônico é, antes de tudo, mais uma determinação social/econômica do que cultural ou ecológica, uma vez que no passado quem tinha condições de construir uma casa de telha eram os criadores de gado mais abastados, que possuíam animais, escravos, trabalhadores e ferramentas para transportar madeira, pedras e barro.

Sendo assim, do ponto de vista social, a conexão artesanal (doméstica) com o buriti sempre esteve culturalmente associada aos segmentos mais pobres da população – agregados e meeiros –, que por falta de condições, construíam suas habitações “*de palha*”,

bem como seus mobiliários domésticos com a “palha” (folhas) e os “braços” (pecíolo) do buriti. Isso se justifica pela *saliência ecológica* e *potencial de uso* do buriti, mencionados anteriormente, que o torna uma planta acessível e com características biológicas vantajosas em relação a outras plantas. Esse padrão sociocultural na conexão artesanal com o buriti se mantém em parte nos dias de hoje (Figura 32)



Figura 32. Cama de buriti em casa de pau-a-pique
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

I. A coleta da seda e da palha da folha. Tal como nas demais regiões do país onde o buriti é utilizado, a conexão artesanal em Terra Ronca se dá a partir da coleta da fibra do “olho” (folha nova com lâmina fechada) e do “braço” (pecíolo da folha) (Figura 33). Ao contrário da coleta dos frutos, que se caracteriza em uma interação trófica entre ser humano e buriti, neste caso trata-se de uma interação em que valores socioculturais e econômicos são os que predominam na seleção do recurso e na forma de sua utilização (SAMPAIO; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2008; SCHMIDT; FIGUEIREDO; SCARIOT, 2007). Em outras palavras, para o buriti esse tipo de interação não é vantajoso, pois pode limitar o desenvolvimento da planta a depender do grau em que é realizado (RIGUEIRA *et al.*, 2002).

Na área da pesquisa, no entanto, verifica-se que a demanda “cultural” pela folha do buriti não é expressiva e a abundância das populações de buriti na região aponta para a hipótese de que não há sinais de sobreexploração da planta. Vale lembrar que a intensidade da coleta em geral aumenta quando há forte demanda econômica associada à uma alta densidade demográfica (RIGUEIRA *et al.*, 2002; SAMPAIO; SCHMIDT; FIGUEIREDO, 2008), o que não é o caso de Terra Ronca, onde a demanda pela folha do buriti ocorre

predominantemente a nível doméstico, isto é, cultural.



Figura 33. Coleta do “olho” (esquerda) e retirada da seda (direita) do buriti
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

Diferente das coletas dos frutos, a coleta do “braço” do buriti é uma atividade essencialmente masculina e de âmbito individual e familiar. É possível que a conexão artesanal com essa parte da planta seja também essencialmente masculina. Já a conexão artesanal com o “olho” parece ocorrer tanto em âmbito masculino quanto feminino, a depender do tipo de produto.

II. A fibra de muitos usos. A conexão artesanal com a fibra do buriti, também chamada de “fita”, “seda”, “imbé” ou “embira”, apresenta uma diversidade de finalidades essencialmente relacionadas ao contexto sociocultural da região. Assim é que do “olho” “se tira uma seda, uma fita, que trança uma corda que não tem quem quebra... pode ser fina ou comprida, é forte demais, serve pra qualquer coisa”. Essa corda antigamente servia como laço “*pra peiá os animais*”, “*cabresto*”, para “*amarrar os costais das carga*”, “*amarrar as vara das casas*” e assim por diante. Da seda as mulheres também confeccionam a rede e a esteira, outrora muito utilizadas no dia-a-dia do sertanejo (Figura 34).



Figura 34. Produção de esteira a partir da palha do buriti
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

A “palha”, por sua vez, é uma fibra menos resistente do que a seda, mas não menos utilizada: dela se fazem chapéus, vassouras, esteiras, tapitis e “carochas”. Essa última constitui uma conexão interessante e extinta na região, tratando-se de um tipo de capa de chuva⁴⁴ feita com o olho do buriti “estalado”, utilizada antigamente nas viagens em burro pelos sertões (que também servia como cama), para o trabalho nas roças no “tempo das águas” ou simplesmente para se deslocar (andar no mato). Guimarães Rosa (2001) menciona essa conexão entre os sertanejos, no seguinte trecho:

lô Liodoro chegasse agora, como vez de costume, surgido de campos onde reinavam remoinhos de bois e o vendaval das chuvas, e aos gritos os vaqueiros cavaleiros, vestidos de velho couro ou sob as capas rodadas de **palha-de-buriti** [...]. (ROSA, 2001, p. 226, grifos meus).

III. A “madeira” de muitos usos. O pecíolo do buriti (braço) fornece excelente material esponjoso, leve, macio e fácil de trabalhar, *servindo para uma multiplicidade de usos*, substituindo em muitos casos a madeira. Afora a conexão doméstica, vale ressaltar que essa parte da planta possibilita também *conexões lúdicas*, como a confecção de brinquedos e de instrumentos musicais, ao que parece, ambos (des)conectados na região.

⁴⁴ A “carocha” foi substituída pela capa de borracha.

Nesses últimos, vale destacar o registro da *bandurra*, um instrumento de corda artesanal feito dos braços do buriti, mas utilizando outros materiais, como madeira de cedro, couro de boi e a cauda do cavalo (Figura 29). A história da *bandurra* pode ser mais bem contada pelas próprias palavras de quem a faz:

É bandurra, o nome é bandurra. Isso aí pertence à casca do buriti e ao *mastro* do buriti. Quer dizer que a casca é essa e o mastro é esse, colada com o *sabaré*⁴⁵. E a corda é do *sedem*⁴⁶ do cavalo [...] Pra dar uma cordinha dessa aí, são oito fios da cauda, faz o troçado e depois põe na bandurra [...] Tudo do buriti, só essa rabeira (para amarrar as cordas) que é de couro de gado. E o cavalete é de cedro [...] **Toda vida, sempre que você faz essa bandurra é do buriti, só do buriti.**

Eu mesmo **já toquei muito forrózinho com a bandurra**. Tocava forrózinho na bandurra aí, o povo dançava a noite inteira [...] Era tocando mesmo aí, a vontade, o povo dançando, moço [...] Era só a bandurra, o instrumento era só ela [...] Eu [cultuava]⁴⁷ ela com essa cauda do animal, tocava a noite todinha e o povo sapateava, mexia o dia, afilado.

Quando começou a aparecer outros instrumentos e coisa e tal, aí o povo já não quis mais o som dessa violinha chamada bandurra [...] veio o som tocado à energia, veio a viola feita de madeira, veio a rebeca feita de madeira, depois quem podia comprava a sanfona... pra tocar a festa. Hoje em dia [o povo] não quer mais esses tipos de coisa... hoje em dia é o som ligado aí, todo mundo brinca [...] não quer mais nem viola, nem rebeca, nem violão, nem instrumento nenhum, a não ser o som [...] **nesse patrimôniozinho nosso aqui não tem mais não** (Sr. Raimundo) (grifos meu).



Figura 35. Viola de buriti (bandurra) (à esquerda), e Sr. Raimundo, o artesão (à direita)
Autor: Mario Rique Fernandes, 2008.

⁴⁵ Sabaré: fruta da mata. Tira a gosma (resina) da fruta pra fazer a cola.

⁴⁶ Sedem: cauda do animal.

⁴⁷ Palavra mais próxima do que foi possível ouvir.

Folha		
Olho ("palha" e "seda")	Capote	Braço
Corda/laço ou peia Esteira Rede Carocha* Bolsa Chapéu Tipiti Vassouras	Cobertura de "casas de palha", ranchos e "oficinas"	Cama/maca** Móveis (cadeira, sofá, cama, guarda-roupa, armário, tamborete***) Balaio Brinquedo Bandurra (viola) Cerca Capoeira**** Vassoura Rolha de garrafa Prateleira Porta/portão Parede

* Capa de chuva.

** Antigamente transportavam-se os doentes até São Domingos em rede ou cama de buriti.

*** Pequeno assento sem espaldar de braço.

**** Gaiola onde se criam e alojam aves domésticas.

Quadro 5. Principais produtos artesanais confeccionados a partir da fibra e da madeira do buriti

Fonte: Dados de campo, 2008.

Concluindo, as conexões homem-buriti, múltiplas quanto às finalidades interativas, seguem, por outro lado, os padrões da dinâmica sociocultural da comunidade, em graus diferentes a depender do tipo de conexão e da condição sócio-econômica do indivíduo ou família. Parece haver um padrão semelhante ao observado por Balick (1988) entre os índios Apinayé, de que o *grau de envolvimento com a economia geral* e conseqüentemente com o *mundo urbano é inversamente proporcional à conexão com as palmeiras*, neste caso com o buriti. No contexto cultural de Terra Ronca, o buriti é um dos elementos dos ecossistemas utilizados na manutenção da indústria doméstica, responsável pela auto-suficiência das famílias no passado, mas que hoje se atrofia em face dos produtos da civilização urbana, influenciando a relação com a planta. Verifica-se assim que o grau de conexão homem-buriti em Terra Ronca é maior nas famílias que não comportam a sua substituição satisfatória pelos produtos manufaturados.

No contexto da formulação de políticas públicas de desenvolvimento comunitário aliado à conservação da biodiversidade, verifica-se que a conexão homem-buriti em Terra Ronca - em especial, a conexão artesanal - apresenta forte potencial, não só como valor de consumo e geração de renda, mas também de qualidade de vida para os moradores. É preciso ter claro que quando os artesãos e artesãs produzem artesanatos a partir do buriti, eles estão ao mesmo tempo *afirmando sua identidade cultural e adicionando uma renda*

complementar aos seus ganhos em outras atividades produtivas.

Em um guia metodológico para o estudo de artesanatos, publicada pela UNESCO e pelo Instituto Cultural Africano, Etienne-Nugue (1990) sugere iniciar a promoção dos artesanatos locais, com um levantamento não só dos objetos artesanais, mas também dos artesãos. Observações adicionais a respeito do volume de produção e de como já se comercializa a mercadoria também são recomendados. Ela sustenta que uma documentação cuidadosa proporcionaria às comunidades benefícios práticos, tais como, a captação de apoio das agências de desenvolvimento e o aumento da qualidade de vida e produtividade dos artesãos.

Além disso, Martin (2001) aponta a necessidade de estudos etnobotânicos que valorizem e promovam as tradições artísticas, assegurando que todos os produtos florestais sejam extraídos de forma sustentável. Ademais, o autor sugere trabalhos de capacitação que possam aperfeiçoar e modificar os artesanatos, de modo que se adaptem à demanda dos mercados regionais e, em especial, considerando o gosto dos turistas que freqüentam a região.

6.6 ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E AS PRINCIPAIS AMEAÇAS AO BURITI: À GUIA DE CONCLUSÕES

*O buriti? Um grande verde pássaro, fortes vezes. Os buritis estacados,
mas ondes os ventos se semeiam.*

Guimarães Rosa

O papel do buriti no contexto sociocultural e ambiental de Terra Ronca e as representações mentais em torno dessa árvore apontam para uma possível co-relação positiva entre homem-buriti. Isto quer dizer que o buriti é uma das espécies vegetais favorecidas não só pelos aspectos ecológicos como também dentro da cultura sertaneja da região. Buscou-se mostrar que a população tradicional de Terra Ronca é herdeira de um patrimônio histórico e cultural no qual o buriti tem papel de destaque, o que na percepção dos informantes manifesta-se como sendo uma “árvore de grande autoridade”.

A categoria da “*autoridade*” gravada na mente e na cultura dos habitantes (*memoteca*) aponta para o *status* sociocultural dessa árvore adquirido ao longo de séculos de interação entre o homem sertanejo com o buriti. Verifica-se, assim, que a grande *autoridade* do buriti (relação com utilidade), o torna uma espécie respeitada pela tradição e, conseqüentemente, pelos sertanejos que, ao longo de gerações, interagem, preservam e cuidam dessa árvore “*natural*”, tal como se fosse uma planta cultivada:

- a) Tudo a gente usa ele aí ó: a palha faz casa, do olho tira as embira, faz tudo o que quiser, faz trança, faz rede pra se deitar, **faz tudo na vida** (Sr. Raimundo).
- b) Buriti é uma beleza, povo comia muito né, **o buriti é de grande autoridade**, o buriti né (Sr. Emilio).
- c) Buriti faz a esteira, faz a vassoura, faz a corda, você fazia tudo... **serve pra tudo o buriti** (Sr. Batico).
- É uma **árvore resultado de muita vantagem** é o buriti (Sr. Abílio).
- d) O buriti usava ele aqui pra fazer cama, pra fazer rede da embira dele, faz o banco pra sentar, faz o doce pra comer, do olho faz a esteira, faz uma trança pra secar a massa [da mandioca], **faz tudo isso** (Sr. Nelson).
- e) Depois de um ano que eu fiz essa barragem aqui [...] **nasceu um pézinho de buriti aí, eu conservei ele**, ajeitando ele, olha o tamanho que tá aí, pois é, esse aí mesmo, fui eu que plantei (Sr. Raimundo).
- f) Isso é um **crime enorme, derrubar um pé de buriti** desse (Sr. Raimundo).
- g) Aqui tudo é que eu to deixando, olha isso aqui tudo, você vê que fez a carreira aí né [...] não estrago não, Mauro (Sr. Raimundo).
- h) Buriti é o mato natural - ele não é planta, ele é natural né⁴⁸ - mais de valor, é o buriti (Sr. Emilio).

A cognição do sertanejo leva-o a adaptações comportamentais sobre o buriti que parecem favorecer a conservação da espécie. Esse conhecimento, que envolve atitudes e valores, precisa ser levado em conta quanto ao seu potencial à “futuras adaptações culturalmente planejadas e dirigidas via um processo de educação ambiental” (MARQUES, 2001, p. 70). Qualquer estratégia educativa voltada ao aproveitamento extrativista do buriti, deverá enfatizar o âmbito afetivo, emergente nos depoimentos acima, bem como as bases conflitivas, que porventura, possam existir nessa interação (MARQUES, 2001).

Se nos colocarmos no lugar do buriti, sob o ponto de vista das atividades e organizações sociais que atuam em seu território de ocorrência, a primeira constatação é de que a espécie se favoreceu com a criação de várias UC's na região. A rigor, isto leva a um maior controle no uso de seu território, que passa a ter destinação exclusiva à conservação e recreação – PETeR - e ao uso sustentável dos recursos naturais - RESEX RATER e APA Serra Geral. No entanto, como discutido nos capítulos anteriores, Terra Ronca está envolvida em um contexto social, cultural e econômico dinâmico, que traz fortes repercussões na qualidade ambiental da região.

Como vimos no capítulo anterior, o fim da “*solta*” do gado, com a privatização das terras de “*uso comum*” tradicionalmente utilizadas pela pecuária extensiva, e a substituição do gado curreleiro pelo gado comercial, inviabilizou o sistema de produção sertanejo na região. Notadamente, uma das conseqüências desse processo dentro da comunidade foi a

⁴⁸Os informantes consideram como “plantas”, as plantas cultivadas (fruto da construção humana) e as frutas silvestres como “natural”.

gradual substituição do capim nativo pelo exótico e, principalmente, a questão do aumento da intensidade do uso do fogo para rebrota do capim nativo nas veredas e nos cerrados.

Por outro lado, vimos que a agricultura familiar de auto-subsistência continua sendo a principal atividade de muitas famílias da comunidade e que, hoje, com o aumento demográfico e a diminuição da disponibilidade de terras agricultáveis – que já eram poucas – os sertanejos que continuam na atividade se vêem confinados à pequenos espaços entre os vales, aumentando, portanto, a pressão sobre o uso do solo e das áreas florestais.

Sob o ponto de vista da conservação, esses aspectos afetam direta ou indiretamente as populações de buriti - e seu território de ocorrência, notadamente, por meio de dois fatores: **o fogo e a água**. O primeiro pelo excesso, o segundo pela falta. A intensificação das práticas agrícolas por meio do uso do fogo nos cerrados favorece a ocorrência de incêndios que muitas vezes fogem do controle e atingem as Áreas de Preservação Permanente – APP's, como as veredas e os brejos.

Não houve menção na literatura sobre o impacto do fogo nos buritis. A ancestralidade dessa árvore nos domínios dos cerrados, o sistema de raiz profundo e o tronco grosso apontam ser essa uma palmeira resistente ao fogo (UHL & DRANSFIELD, 1987). No entanto, o fogo nos brejos e nas veredas “fraqueia a produção do buriti, acaba com os broto (mudas) e queima os braços”, tal como disse-me um informante.

Quanto à questão da água, preocupa a percepção geral entre os moradores de que muitos brejos e rios vêm diminuindo ou mesmo secando completamente nos últimos anos.

A água tá ficando curta, da chuva [...] A chuva aqui no Goiás tá encurtando, antigamente chovia muito mais, moço [...] Desses anos pra cá só tá chovendo de dezembro até abril [...] de dezembro pra trás não tá chovendo mais. Tem muito lugar que corria água, já secou tudinho, já tá pra vinte anos que tem muito lugar que eu conheci embrejado, já secou tudo [ênfase], já não tem mais mina de água nenhuma (Sr. Zé).

As razões para o “encurtamento” das águas na região são percebidas pelos informantes da seguinte maneira:

Essa bahiona aí mesmo, acabou. Você anda esse mundão aí ó e só vê lavoura direto. Roda Velha, Luiz Eduardo, Barreiras, você só vê lavoura, **desmatou tudo**, lavoura a sumir de vista. “Desmatou tudo, e os pivôs puxando as água dos rios” (Sr. Silvério).

Eu penso que **o povo descobriu tirar madeira** [...] da aroeira, do ipê, do pau-ferro... E com **isso é que puxava a chuva**. Dai pra cá a chuva encurtou, acho que é por essa razão de tirar a madeira. Volta e meia vêm os carvoeiros, que ainda é pior, arranca a madeira de trator, que ainda é pior pra chuva encurtar (Sr. Zé).

E fogo também destrói muito, né. As queimada piora também muito, mata muita árvore, seca, aí piora [...] e **as árvores chama chuva, né** (Sr. Silvério) (grifos meus).

Verifica-se nesses depoimentos uma nítida percepção local sobre a tendência de que o clima regional está ficando mais seco, por razões muito bem conhecidas e incontroláveis. Como aponta Barbosa (2005), aquíferos como o Urucuia, que vem se formando há milhões de anos, já não estão sendo recarregados como deveriam para sustentar os mananciais que abastecem as bacias dos rios São Francisco e Tocantins.

De acordo com o autor, mais da metade da água (60%) que precipita nessas áreas é absorvida pelo sistema radicular da vegetação nativa, abastecendo num primeiro momento os lençóis superficiais e lentamente os lençóis mais subterrâneos. Como apontado pelos informantes, o intenso processo de ocupação dos *gerais* por grandes monoculturas trouxe como consequência a retirada da vegetação nativa e a sua substituição por plantas temporárias de raiz subsuperficial, incapazes de fazer com que a água se infiltre o suficiente para reabastecer os aquíferos.

Com o passar do tempo - quanto tempo? - as fontes vão literalmente secando das partes mais altas, para as mais baixas, até chegar o ponto do desaparecimento total - e irreversível - dos cursos d'água, como vem sendo percebido pela comunidade. Se essa tendência continuar, ou até mesmo vir a tornar-se mais severa, poderá trazer consequências desastrosas aos sertanejos e às populações de buriti que é “da água mesmo, só dá na água”.

Constata-se assim, que nas estratégias de conservação do buriti e de seu território de ocorrência, deve ser levado em conta o uso racional de todo o território sertanejo - transformado em áreas de conservação - e de seu entorno, ocupado pelas atividades agropecuárias de grande escala.

Concluindo, o buriti pode adquirir nesse contexto um novo *status*, pois se antigamente era a árvore da vida, porque servia para “casa, comida e dormida”, hoje adquire mais *autoridade*, não só pelo seu significado cultural, mas também como símbolo da conservação da água e da biodiversidade, pelos serviços ecológicos que em-presta.

CONCLUSÃO

O buriti é uma árvore de muitos usos e saberes. Palmeira nativa considerada das mais abundantes do país, distribui-se pelos vales do Brasil Central e pelas várzeas das regiões amazônicas, formando, por vezes, densas populações e dominando completamente a paisagem. Essa larga distribuição pelos neotrópicos faz com que essa palmeira seja (re)conhecida e utilizada nos mais diferentes contextos socioculturais, especialmente nas sociedades indígenas e comunidades locais/tradicionais.

A importância do buriti dentro dos sistemas culturais dos grupos indígenas que convivem com essa árvore evidencia a ancestralidade da interação homem-buriti e consequentemente do conhecimento tradicional etnobotânico associado. Tanto os caboclos ribeirinhos da Amazônia quanto os camponeses e sertanejos do Cerrado possivelmente herdaram dos ancestrais indígenas o conhecimento do *saber-fazer* sobre as diferentes partes da planta para as mais diversas finalidades, criando outros tipos de saberes, outras técnicas, outros usos, dentro da lógica própria de suas culturas.

O avanço das pesquisas em biotecnologia na contemporaneidade tem gerado um crescente interesse nos chamados produtos da biodiversidade, entre os quais verificou-se que o óleo de buriti já vem sendo amplamente aproveitado pela indústria de cosméticos. O avanço do conhecimento científico sobre as propriedades físico-químicas dos frutos aponta para outros potenciais e perspectivas de uso da planta nas sociedades modernas industriais. O aumento no conhecimento sobre os potenciais econômicos do buriti contrasta com a falta de conhecimento sobre a dinâmica ecológica dessa espécie e dos habitats de sua ocorrência.

As pesquisas e conhecimentos existentes sobre a ecologia do buriti apontam para o seu papel de destaque nos ecossistemas onde ocorre, seja como fonte alimentar e abrigo para a fauna, seja para a manutenção e conservação dos recursos hídricos e dos solos. Se o aproveitamento industrial do buriti vier a se consolidar no futuro, poderá servir como fonte alternativa de renda para comunidades locais extrativistas, evitando o desmatamento e contribuindo para a conservação dos ambientes florestais. Isso já vem ocorrendo, em pequena escala, em algumas regiões da Amazônia.

O artesanato do buriti tem servido como fonte de renda para comunidades locais em regiões com alto potencial turístico, como os Lençóis Maranhenses (MA), a região de Belém (PA) e no Jalapão (TO). A atividade artesanal com as fibras e a madeira do buriti tem sido aproveitada como forma de resgate da cultura dessas regiões, que por meio da confecção dos produtos podem expressar todo o imaginário simbólico em relação aos ambientes em que vivem e a aspectos da cultura tradicional. À medida que aumenta o fluxo turístico para essas áreas, cresce a demanda pela matéria-prima e alguns locais dão sinais de

sobreexploração, o que aponta para a necessidade de realização de estudos que subsidiem o manejo da coleta nas áreas mais antropizadas. No entanto, a maior ameaça sobre as populações de buriti tem sido a *perda de habitat* em virtude da especulação imobiliária e da expansão das lavouras de monoculturas e das atividades agropecuárias.

Nas paisagens do Cerrado, o buriti está associado aos ecossistemas de veredas e matas de galeria localizados nos fundos de vale e planaltos das chapadas e chapadões, usualmente encontrados nas cabeceiras das principais bacias hidrográficas do Brasil Central. Conhecida tradicionalmente como *gerais*, essa região abrange os domínios de Cerrado dos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins, Piauí, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e foi traduzida literariamente nas histórias de Guimarães Rosa. Mais do que um conjunto geográfico unificado pela presença das chapadas, dos cerrados, de um mesmo clima e de uma mesma base geológica, verifica-se aí uma “região cultural”, áreas que mantêm traços sociais, culturais e econômicos similares, característicos, de certa maneira, de uma identidade regional. Dessa forma, nos domínios do Brasil Central, as conexões homem-buriti são intermediadas por unidade de idéias, de sentimentos, e de estilos de vida similares.

A região de Terra Ronca insere-se nesse contexto geográfico. Localizada na microrregião do Vão do Paranã, Nordeste de Goiás, a região faz parte do contexto de expansão da pecuária, sendo ocupada por criadores de gado vindos das ribeiras pastoris sanfranciscanas, e servindo como área supridora de carne e couro para os mercados da Bahia e de Minas Gerais. Com a decadência da economia do gado, em meados do século XIX, a região foi relegada ao isolamento dos núcleos econômicos regionais mais dinâmicos, intensificando um processo de ruralização e formação de um sistema econômico baseado na criação de gado, na agricultura de auto-subsistência e nas exigências de um ambiente em contato direto com a natureza.

Esse isolamento geográfico permaneceu até a construção de Brasília, em meados do século XX, trazendo uma nova dinâmica cultural e econômica ao território. A modernização da malha rodoviária e de infra-estrutura trouxe uma nova dinâmica demográfica, incentivando a saída dos moradores nativos para os núcleos urbanos e a apropriação das áreas de uso comum por empresários do ramo da agropecuária. Do lado dos *gerais* da Bahia, as áreas comuns foram abertas à fronteira agrícola por meio de políticas de incentivo, atraindo a chegada de paulistas e gaúchos, transformando os *gerais* em uma imensa monocultura de grãos. A principal conseqüência desse processo para a região de estudo foi a fixação e o confinamento dos sertanejos às *terras de cultura* nos vales e a progressiva influência da urbanização sobre o modo de vida local.

A criação do PETeR, no final da década de 1980, consolidou o processo de modernização de Terra Ronca, ao destinar o território sertanejo à conservação integral dos

recursos naturais. O estilo de vida tradicional sertanejo passou a não compatibilizar mais com os novos interesses conservacionistas. As atividades tradicionais na lida com a terra e com o gado passaram a ser repreendidas e fiscalizadas pelo Estado e o sertanejo submetido à iminência de um dia ter que vender e sair da terra de seus ancestrais. O ecoturismo como nova vocação econômica não se consolidou como atividade alternativa para a população local, que permanece mantendo suas atividades na roça e criando seu “gadinho”, ainda que sob o crivo do Estado. Desta forma, o tradicional estilo de vida sertanejo vem sofrendo um processo de ruptura progressiva e, conseqüentemente, maior dependência da urbe.

A conexão da comunidade com o buriti está vinculada ao contexto da cultura rural (da roça) da região. Verificou-se que a importância do buriti na cultura sertaneja de Terra Ronca, vem de uma longa convivência e interação homem-buriti – possivelmente de milhares de anos. Essa conexão está ligada com o processo de adaptação do homem ao seu meio biofísico e social, pois o buriti sempre esteve presente nos ambientes de vida, nos espaços de produção e de deslocamento do sertanejo, estabelecendo-se, assim, conexões homem-planta tanto a nível biológico quanto cultural. As interações homem-buriti evidenciam que essa é uma palmeira com sinais de semi-domesticação, pois usualmente é mantida nos espaços agrícolas e até mesmo nos quintais e arredores das fazendas.

Sob o ponto de vista de estratégias de uso sustentável da palmeira, ressalta-se a identificação de certos *memes* de conservação, implícitos nas representações mentais dos informantes, que indicam ser essa uma espécie com *grande autoridade*. Qualquer estratégia educativa voltada ao extrativismo do buriti, deve enfatizar o âmbito afetivo na conexão homem-buriti e as bases conflitivas, que porventura, possam existir nessa interação.

Sob uma perspectiva mais ampla, conclui-se que as estratégias de sucesso de manejo da planta irão depender, em grande parte, da dinâmica econômica que gira no entorno do território de sua ocorrência. Esta se caracteriza pelo uso insustentável dos recursos naturais, afetando a qualidade ambiental e o delicado equilíbrio ecológico da região, que vem dando sinais de exaustão dos recursos hídricos e a tendência a um clima semi-árido..

No atual contexto de implantação de uma RESEX, este estudo pode contribuir em propostas de manejo do buriti que respeitem as peculiaridades socioculturais e ambientais, buscando o diálogo com as tradições de saberes, os anseios e sonhos da comunidade. Os resultados desta pesquisa sugerem que o buriti pode atuar como “espécie bandeira” da RESEX, tendo em vista o seu potencial econômico, o seu significado no contexto das culturas tradicionais e principalmente a sua importância para a conservação da água e da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AFONSO, Sandra Regina. **Análise preliminar das cadeias do pequi e do buriti, em nível nacional e identificação de territórios estratégicos**. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável/Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. 2008. (não publicado)

AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS (AAG). **Plano de Manejo do Parque Estadual de Terra Ronca - PETeR – versão preliminar**. Vol. 1. São Domingos. Agência Ambiental de Goiás (AAG) e Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Goiás, 2003.

AGOSTINI-COSTA, Tânia & VIEIRA, Roberto Fontes. **Frutas nativas do cerrado: qualidade nutricional e biotecnologia sabor peculiar**. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=../biotecnologia. Acesso em: 10/03/09.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Etnobotânica: uma aproximação teórica e epistemológica**. Rio de Janeiro: Rev. Bras. Farm., 78(3): 60-64, 1997.

ALBUQUERQUE, Sâmara S. & REGIANI, Anelise M. Estudo do fruto do buriti (*Mauritia flexuosa*) para obtenção de óleo e síntese de biodiesel. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, 29, 2006, Águas de Lindóia – SP. **Química é energia: transforma a vida e preserva o ambiente**. São Paulo: SBQ, 2006.

ALCORN, J. B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: SCHULTES, R. E. & REIS, S. V. (eds.). **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Portland: Dioscorides Press, 1995. p. 23-39.

ALENCAR *et al.* Diagnóstico da realidade nutricional no Estado do Amazonas, Brasil. I – Hipovitaminose A. **ACTA AMAZONICA** 32(4): 613-623, 2002.

ALEXIADES, M. N. Collecting ethnobotanical data: an introduction to basic concepts and techniques. In: ALEXIADES, M. N (ed.). **Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual**. New York: NYBG, 1996. p. 53-94.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. p. 140.

ALMEIDA, Semiramis Pedrosa de & SILVA, J. A. da. **Piqui e buriti – importância alimentar para a população dos Cerrados**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1994. p. 38.

_____, Semiramis pedrosa de, *et al.* **Cerrado: espécies vegetais úteis**. Planaltina: EMBRAPA – CPAC, 1998. p. xiii + 464.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. 2° ed. Library of Congress Cataloging-in-Publication, 1989.

ANDIROBA terá preço mínimo fixado pelo governo. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=155>. Acesso em: 12/03/2009.

ARAGÃO, Luiz Tarley de. Ocupação humana de Brasília. In: PINTO, Maria Novaes. (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 171 – 189.

AZEVEDO, Cristina & MOREIRA, Teresa. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados: desafios a enfrentar. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - patrimônio imaterial e biodiversidade**, Brasília, n. 32, p. 44-62. 2005.

BALICK, Michael J. The use of palms by the Apinayé and Guajajara indians of northeastern Brazil. In: BALICK, Michael J. (ed.). **The Palm – Tree of life: biology, utilization and conservation**. Advances in economic botany. v. 6. 1988.

BARBOSA, Altair Sales. Introdução. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

_____, Altair Sales & SCHIMIZ, Pedro Ignácio. Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história. In: SANO, S. M. & ALMEIDA, Semiramis Pedrosa. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA/CPAC, 1998. p. 3-42.

BARBOSA RODRIGUES, J. **Palmae Matogrossenses**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger. 1898.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Vão do Paranã: a estruturação de uma região**. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 8). Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

BEDÊ, Lucio Cadaval. Características gerais e utilização do buritizeiro: aspectos ecológicos. In: RIGUEIRA, Sônia. *et al.* **Projeto Buriti: artesanato, natureza e sociedade**. Belo Horizonte: Instituto Terra-Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002.

BENATTI, J. H. Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: CAPOBIANCO, João Paulo R. et al. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2001. p. 299–305.

BENVINDO, Francisco Martins. **Uma Proposta para o nordeste goiano: abordagem sócio-econômica da região-problema**. Goiânia - GO: Ed. Helga, 1978.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

_____, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao Colonizador**. Brasília: Solo, 1994.

_____, Paulo. **Notícia geral da capitânia de Goiás em 1783**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás. Brasília: Solo Editores, 1996.

BRAGA, M. L. S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, Laura Maria Goulart. & BRAGA, M. L. S. (orgs.) *et alii*. **Tristes Cerrados. Sociedade e Biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 93-122.

BRANDÃO, M.; CARVALHO, P. G. S.; BARUQI, F. M. **Veredas: uma abordagem integrada**. Daphne. v. 1, n°3, 1991. p. 5-8.

BRASIL. **Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999.

_____. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal. Brasília, 2004.

_____. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 540.

_____. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Lex**: coletânea de legislação de direito ambiental, 5. ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, p. 579-591, 2006.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. Conservação dos cerrados. In: SALVADOR, Monteiro & KAS, Leonel (coord.). **Cerrado: vastos espaços**. Rio de Janeiro: Edições Alumentamento, Livroarte Editora, 1993.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001. (Coleção Espírito Crítico).

CARVALHO, Gisélia Lima. O turismo no nordeste goiano e a possibilidade de valorização da natureza e da cultura do Cerrado. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

CASCUDO, Luiz Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CASTRO, Manuel Antonio. **O homem provisório no grande Ser-Tão**. Um estudo do Grande Sertão Veredas. Rio de Janeiro, 1976.

CONAMA. Resolução 303, de 20 de março de 2002. **Lex**: coletânea de legislação de direito ambiental, 5. ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, p. 579-591, 2006.

CORADIN, Lidio & LLERAS, Eduardo. Overview of palms domestication in Latin America. In: BALICK, Michael J. (ed.). **The Palm – Tree of life**: biology, utilization and conservation. *Advances in economic botany*. v. 6. 1988.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cerrados norte mineiro**: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 295-319.

COTTON, C. M. Introduction to ethnobotany. In: **Ethnobotany – principles and applications**. 1996. p. 1-17.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Patrimônio imaterial e biodiversidade**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Patrimônio imaterial e biodiversidade* nº 32. 2005.

CYMERIS, Margaret; FERNANDES, Nivia Maria de Paula; RIGAMONTE-AZEVEDO, Onofra Cleuza. Buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.). In: SHANLEY, Patricia & MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica**. Belém: CIFOR, Imazon, 2005. p. 181-187.

DIEGUES Jr., Manuel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP/Ministério da Educação, 1960.

_____, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo S.V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente – MMA. Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, NUPAUB, USP. 2001.

_____, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000a.

_____, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, NUPAUB, USP, 2000.

DUARTE, L. M. G. Globalização, agricultura e meio ambiente: O paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: DUARTE, Laura Maria Goulart. & BRAGA, M. L. S. (orgs.) *et alii*. **Tristes Cerrados. Sociedade e Biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 299.

DURÃES, Jussara Angélica. **Compósitos fotoprotetores: síntese e caracterização de poliestireno e poli (metacrilato de metila) dopados com óleo de buriti (*Mauritia flexuosa*)**. 2004. Dissertação. Universidade de Brasília, Instituto de Química, Brasília.

EITEN, George. Vegetação do Cerrado. In: PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2. ed. 1993.

ERENO, Dinorah. Plástico de buriti: óleo de palmeira misturado a polímeros produz material capaz de absorver e emitir luz. **Revista online Fapesp**. ed. impressa 117, novembro 2005.

FERNANDES, Mario Rique. **A Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca: uma abordagem socioambiental**. Monografia (Especialização em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2007. 76 p.

FERNANDES-PINTO, Érika & SARAIVA, Nicholas Allain. Local knowledge, management and conservation of the buriti palm forests in the region of Lençóis Maranhenses (Brazil). In: International Conference of the Society for Human Ecology, 15., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Society for Human Ecology, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio – o dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. rev. e atu. Curitiba: Positivo, 2006.

FERREIRA, Evandro José Linhares. **Uso do buriti (*Mauritia flexuosa* L. *Arecaceae*) para a produção de biodiesel – mapeamento e potencial de produção**. Rio Branco: Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre – UFAC/ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Núcleo de Pesquisas do Acre. 2005. Disponível em: <<http://ambienteacreato.blogspot.com/2007/06/buriti-para-produo-de-biodiesel.html>>. Acesso em: 10/03/09.

FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. **Efeito do fogo em populações de capim dourado (*Syngonanthus nitens* ERIOCAULACEAE) no Jalapão, TO**. 2007. Dissertação. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ecologia.

FILHO, Mauricio Monteiro. **Modernidade não dá espaço a saberes tradicionais**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=55>>. Acesso em: 18/02/09.

FORD, Richard I. Ethnobotany: historical diversity and synthesis. In: **The nature and status of ethnobotany**. Museum of Anthropology, The University of Michigan. 1978.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (Brasília BR/DF). Maria Márcia Murta *et al.* **Preparação de compósitos fotoprotetores e fotoluminescentes a partir da dopagem de poliestireno e poli(metacrilato de Metila) com óleo de buriti (*Mauritia flexuosa* L.)**. BR n. PI 0403407-4, 26 out. 2004, 13 jun 2006.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1975.

GIVEN, D. R. & HARRIS, W. **Techniques and methods of ethnobotany - as an aid to the study, evaluation, conservation and sustainable use of biodiversity**. London: Commonwealth Secretariat. 1994.

GIVEN, D. R. & HARRIS, W. **Techniques and methods of ethnobotany - as an aid to the study, evaluation, conservation and sustainable use of biodiversity**. London: Commonwealth Secretariat. 1994. p. 148.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. (Tradução de Marcel Aristide Ferrada Silva). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 1-28.

GRAHAM, Laura. **Xavante: corrida de toras**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org.br/pt/povo/xavante/1164>>. Acesso em: 09/03/2009.

GRUBER, Jussara Gomes; PROFESSORES TICUNA BILÍNGUES. **O Livro das Árvores**. 4. ed. Benjamin Constant – AM, São Paulo: Global, 2000.

IBGE. Informações estatísticas sobre São Domingos, GO. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 01/12/2008.

IBGE. **Zoneamento geoambiental e agroecológico do estado de Goiás: região nordeste**. Rio de Janeiro, 1995.

KING, Jonathan. The biotechnology revolution: self-replicating factories and the ownership of life forms. In: DAVIS, J.; HIRSCHL, T. A.; STACK, M. (eds.). **Cutting edge: technology, information capitalism and social revolution**. Londres: Verso, 1997. p. 145-156.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEDRU, Marie-Pierre. Late Quaternary History and Evolution of the Cerrados as Revealed by Palynological Records. In: Oliveira, Paulo S. & Marquis Robert J. (ed). **The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna**. New York: Columbia university, 2002. p. 33-50.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Rio de Janeiro; Vozes, 2001.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. A presença de populações tradicionais em unidades de conservação. In: LIMA, André (org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 331.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O uso das plantas silvestres da América do Sul tropical. In: RIBEIRO, Bertha G (coord.). **Suma etnológica brasileira – volume 1: Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes; FINEP. 1987. p. 29-46.

LITTLE, Paul Elliot. **Conhecimentos tradicionais ambientais no marco da interculturalidade**. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia – UnB/DAN, 2006a. p. 17.

_____, Paul Elliot. **Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais do Brasil**. Universidade de Brasília, DAN, 2006b. p. 32.

_____, Paul Elliot. Conhecimentos tradicionais no mundo contemporâneo: problemáticas e debates atuais. In: **Amazon conservation team face aos conhecimentos tradicionais: dilemas éticos, jurídicos e institucionais**. Brasília: ACT Brasil, 2007. p. 17-35.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil – vol. 1**. 2. ed. São Paulo: Editora Plantarum, 1998. p. 352.

_____, Harri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil – vol. 2**. 2. ed. São Paulo: Editora Plantarum, 1998b. p. 352.

_____, Harri. *et al.* **Palmeiras Brasileiras e exóticas cultivadas**. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum. 2004.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006. p. 179.

MARIATH, J. G.; LIMA, M.C.; SANTOS, L.M. Vitamin A activity of buriti (*Mauritia vinifera* Mart) and its effectiveness in the treatment and prevention of xerophthalmia. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 49, 849-853, 1989.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

_____, José Geraldo W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba, Alagoas**. 1991. 270 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

MARTIN, Gary J. **Etnobotânica: manual de métodos**. (Tradução: Ana Elena Guyer) Montevideu: Ed. Nordan-Comunidad. WWF/UNESCO/Royal Botanic Gardens, Kew, 2001.

MARTINS, Renata C.; SANTELLI, Paulo; FILGUEIRAS, Tarciso S. Buriti. In: **Frutas Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006.

MATTEUCCI, Magda Beatriz de Almeida. **Hóspedes de si mesmos: um estudo socioambiental sobre a unidade de conservação Parque Estadual de Terra Ronca, GO**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

MELO FILHO, Luiz Emygdio de. Uma visão dos cerrados. In: SALVADOR, Monteiro & KAS, Leonel (coord.). **Cerrado: vastos espaços**. Rio de Janeiro: Edições Alumbamento, Livroarte Editora, 1993.

MGBEOJI, Ikechi. **Global biopiracy: patents, plants, and indigenous knowledge**. Vancouver: UBC Press. P. 119-178.

MILLIKEN, W. *et al.* **Ethnobotany of the Waimiri Atroari indians of Brazil**. Royal Botanical Gardens, Kew, 1992.

MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida**. 3. ed. Publicações Europa-América. (Tradução de Maria Gabriela de Bragança), 1999.

_____, Edgar. **O método IV: as idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Publicações Europa-América. (Tradução de Emilio Campos Lima), 1991.

_____, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. 3. ed. Publicações Europa-América (Tradução de Maria Gabriela de Bragança). 1997.

NORDI, Nivaldo. *et al.* Etnoecologia, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: SANTOS, J. E. & SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2001. p. 133-144.

NOVAES, Washington. **A década do impasse: da Rio-92 à Rio+10**. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2002. p. 274-277.

NUGUE-ETIENNE, Jocelyne. **Crafts: methodological guide to the collection of data**. Paris: UNESCO/ICA, 1990.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. Os chapadões de(s) cerrados: a vegetação, o relevo e o uso das terras em Goiás e no Distrito Federal. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 177-204.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-35.

PADOCH, Christine. Aguaje (*Mauritia flexuosa* L.f.) in the economy of Iquitos, Peru. In: BALICK, Michael J. (ed.). **The Palm – Tree of life: biology, utilization and conservation**. Advances in economic botany. v. 6. 1988

PALACÍN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. **História de Goiás em documentos: I. Colônia**. (Coleção Documentos Goianos, 29). Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PEIXOTO, Ariane Luna & CORADIN, Lidio. Vegetação dos cerrados. In: SALVADOR, Monteiro & KAS, Leonel (coord.). **Cerrado: vastos espaços**. Rio de Janeiro: Edições Alumbamento, Livroarte Editora, 1993.

PEREIRA, Sanatiel de Jeus *et al.* Celulose de buriti (*Mauritia vinifera* Martius). **Revista Scientia Forestalis**. n. 63, p. 202-213, 2003.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Sabores e saberes da casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - patrimônio imaterial e biodiversidade**, Brasília, n. 32, p. 280-301. 2005.

PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição. 1993.

PIO-CORRÊA, M. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. v. 1. Brasília: Ministério da Agricultura. 1931.

PLOEG, Jan Douwe van der. Potatoes and Knowledge. In: HOBART, M (ed.). **An anthropological critique of development**. London: Routledge, 1993. pp. 209-227.

POSEY, Darrell A.. A. Introdução – Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. G. (coord.). **Suma Etnológica Brasileira – Volume I: Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes; FINEP. 1987. p. 15-25.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Águas subterrâneas. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (orgs.). **Águas do Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 119-150.

RIBEIRO, Bertha. O homem dos cerrados. In: MONTEIRO, Salvador & KAZ, Leonel. **Cerrado: vastos espaços** (org.). Rio de Janeiro: Livroarte editora/Edições Alumbamento, (1992-1993). 1993. p. 225-233.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Idealização e direção de Isa Grinspum Ferraz. Manaus: Fundação Darcy Ribeiro, 2000. 1 DVD.

_____, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, José Felipe. & WALTER, Bruno M. Teles. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M. & ALMEIDA, Semiramis Pedrosa. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA/CPAC, 1998. p. 87-166.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão – o Cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____, Ricardo Ferreira. **Sertão, lugar desertado – o Cerrado na cultura de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIGONATO, Valney Dias. A dimensão sociocultural das paisagens do cerrado goiano: o Distrito de Vila Borba. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). **Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 63-95.

RIGUEIRA, Sônia. *et al.* **Projeto Buriti: artesanato, natureza e sociedade**. Belo Horizonte: Instituto Terra-Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____, João Guimarães. **Noites do sertão: corpo de baile**. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Ed. Hucitec, NUPAUB, 2000. p. 67-81.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 152.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP. (Coleção reconquista do Brasil; v. 8). 1975. p. 178.

SAMPAIO, Maurício Bonesso, SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. Harvesting effects and population ecology of the buriti palm (*Mauritia flexuosa* L.f., Arecaceae) in the Jalapão region, Central Brazil. **Economic Botany**, 62(2), p. 171-181, 2008.

SANO, S. M. & ALMEIDA, Semiramis Pedrosa. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA/CPAC, 1998. p. 129-130.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis. IIEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil e ISA – Instituto Socioambiental. 2005a.

_____, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Patrimônio imaterial e biodiversidade**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Patrimônio imaterial e biodiversidade n° 32. 2005b. p. 62-80.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: _____, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-97.

_____, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Patrimônio imaterial e biodiversidade**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Patrimônio imaterial e biodiversidade n° 32. 2005. p. 62-80.

SÃO Domingos. 2. ed. 1. impressão. IBGE, 1984. 1 mapa. Escala 1: 250.000.

SCARIOT, Aldicir Osni & SEVILHA, Anderson Cassio. Floresta Estacional Decidual. In: SCARIOT, Aldicir Osni; SOUSA-SILVA, José Carlos; FELFILI, Jeanine Maria (org.). **Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 439

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **Espaços do sertão**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHMIDT, Isabel Belloni. **Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens***: sempre-viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia). – Universidade de Brasília, Brasília.

_____, Isabel Belloni; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti; SCARIOT, Aldicir. Ethnobotany and Effects of Harvesting on the Population Ecology of *Syngonanthus nitens* (Bong.) Ruhland (Eriocaulaceae), a NTFP from Jalapão Region, Central Brazil. **Economic Botany**, 61(1), p. 73–85, 2007.

SEREBURÃ *et al.* **Wamrême Za'ra – Nossa palavra**: Mito e história do povo Xavante. São Paulo: Editora SENAC. 1998.

SHANLEY, Patricia & MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica**.

Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA JUNIOR, Manoel Claudio da. **100 árvores do cerrado: guia de campo**. Brasília: Ed. Rede de Sementes do Cerrado, 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto da. Territorialidades tradicionais e perspectivas de sustentabilidade nos Cerrados. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOARES de Almeida, Samuel. **Oficina une artesãos de miriti em Abaetetuba**. Disponível em: <http://www.museugoeldi.br/sobre/NOTICIAS/12_07_07_Oficina%20une%20artesãos%20de%20miriti%20em%20Abaetetuba.htm>. 2007. Acessado em: 12/03/2009.

SPERA, Maria Roseli Nicoli; CUNHA, Rozane da; BATISTA, João Teixeira. **Quebra de dormência, viabilidade e conservação de sementes de buriti (*Mauritia flexuosa*)**. Pesq. agropec. bras., Brasília, v. 36, n. 12, 2001. p. 1567-1572.

TITIEV, Mischa. **Introdução à antropologia cultural**. ed. 8. (Tradução de João Pereira Neto). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969.

TOLEDO, Víctor M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica** 1(1): 5-21. p. 5-21, 1992.

TRAJANO, Eleonora & BICHUETTE, Maria Elina. Three new subterranean species of *Ituglanis* from Central Brazil (Siluriformes: Trichomycteridae). **Ichthyol. Explor. Freshwaters**, Vol. 15, n. 3., 2004. pp. 243-256.

TURNER, Nancy J. The importance of a rose: evaluating cultural significance of plants in Thompson and Lilloet Interior Salish. **American Anthropologist**, 90 (1), 1988.

UHL, Natalie W. & DRANSFIELD, John. **Genera Palmarum: a classification of palms based on the work of Harold E. Moore., Jr.** Allen Press, Lawrence, Kansas. 1987.

VERENA, Alberti. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

VIERTLER, Renate B. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança**. São Paulo: Ática, 1988.

_____, Renate B. Métodos Antropológicos como Ferramenta para Estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (ed.) **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002. p. 11 - 29.

VILLALOBOS, Manrique Prada. **Guilda de frugívoros associada com o buriti (*Mauritia flexuosa*: *Palmae*) numa vereda no Brasil Central**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília.

ANEXOS

ANEXO 1 - DOCUMENTO DE ANUÊNCIA PRÉVIA APRESENTADO À COMUNIDADE PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente documento visa esclarecer à comunidade de Terra Ronca (GO) os objetivos do projeto de pesquisa intitulado “Conhecimentos, usos e manejo do buriti em Terra Ronca – GO”, realizada pelo estudante Mario Rique Fernandes, a fim de garantir a anuência das pessoas convidadas a colaborar com o estudo e das associações representantes da comunidade.

Sobre o projeto

Trata-se de um projeto de pesquisa de Pós-Graduação (nível Mestrado) em Educação e Gestão Ambiental. A instituição de ensino é o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). O projeto é orientado pelo Professor Paul Elliot Little, do Departamento de Antropologia da UnB, e conta com a co-orientação da Professora Leila Chalub, do Departamento de Educação da UnB.

Finalidade do estudo

A finalidade do estudo é entender qual é a importância do buriti na vida das famílias que vivem na região para contribuir na elaboração de propostas para:

- I. conservar e valorizar o buriti, reconhecendo a sua importância para a qualidade de vida na região;
- II. Assegurar a transmissão, para as novas gerações, dos serviços ambientais prestados pelo buriti e dos conhecimentos associados;
- III. Assegurar o reconhecimento dos direitos da comunidade local sobre seus conhecimentos e seus recursos;
- IV. ressaltar o papel da comunidade na conservação do buriti na região;
- V. gerar renda a partir do aproveitamento e beneficiamento do buriti respeitando-se as tradições e as formas de organização local;
- VI. Elaboração do plano de manejo da reserva extrativista.

Porque esse estudo é importante?

As populações do Cerrado, indígenas e não indígenas, conhecem e utilizam há gerações uma grande diversidade de plantas. O conjunto dessas plantas é chamado biodiversidade e a ciência que as pessoas têm dessas plantas, dos seus nomes, das formas de manejá-las, de suas histórias, se chama de conhecimentos tradicionais associados. Dentre as inúmeras plantas conhecidas e utilizadas pelas populações do Cerrado destacamos o buriti, considerado popularmente como a “árvore da vida”, pois dele tudo se aproveita. O buriti além de fazer parte da biodiversidade brasileira, pois é uma árvore nativa com grande

ocorrência no Cerrado e na Amazônia, tem um valor cultural muito forte por fazer parte da vida do povo que vive no meio rural.

O que acontece hoje é que, por vários motivos, boa parte das plantas nativas do Cerrado e dos conhecimentos a elas associados está se perdendo. E isso se aplica também ao buriti. Não se sabe exatamente quais são os elementos que levam a essa perda. No caso do buriti, podemos pensar no:

- I. avanço da agricultura mecanizada e da pecuária sobre o habitat do buriti – as veredas;
- II. manejo inadequado e sobreexploração do recurso;
- III. utilização indiscriminada do fogo nas veredas;
- IV. as famílias estão deixando de plantar ou utilizar o buriti, porque estão indo morar na cidade e porque tem mais acesso ao mercado;
- V. os jovens perderam o interesse em aprender dos mais velhos;

Tudo isso é muito preocupante, pois o que está desaparecendo não é somente o buriti e a rica diversidade das plantas do Cerrado, mas também os modos de vida, saberes e produtos em relação ao manejo do buriti, da terra, das plantas e dos recursos naturais.

O buriti além de servir para diversas finalidades – móveis, alimentação, brinquedos, remédio, artesanato – serve também para a proteção das nascentes e dos rios e como abrigo para muitos animais. Por isso é fundamental para a qualidade de vida das pessoas que vivem no lugar. Mas a relação entre as pessoas e o buriti, os saberes, as histórias, os conhecimentos a ele associados são também um patrimônio, por fazer parte da cultura e da memória dos povos.

Além do mais, com o avanço das pesquisas e da tecnologia novos potenciais de uso das plantas do Cerrado são descobertos. O buriti se destaca pela qualidade da polpa do seu fruto, muito saborosa e empregada principalmente na fabricação de doces e também de sucos e picolés. O óleo das amêndoas tem sido utilizado na produção de cosméticos (sabonetes, xampus, óleos, filtro solar, etc.), e até mesmo, pesquisas de ponta vêm sendo realizadas com o óleo do buriti na fabricação de plásticos mais ecológicos, telas de computador e celulares!

Portanto, além da importância da sua importância na vida das populações do Cerrado, o buriti também tem grande potencial econômico. Dessa forma, os conhecimentos das pessoas que coletam e usam tradicionalmente o buriti podem ser muito valiosos para a elaboração de estratégias de manejo local, que visem o seu uso sustentável e a geração de renda por meio da venda de seus produtos.

Assim, é importante entender como as pessoas manejam o buriti, quais são os usos que fazem dele para alimentação, artesanato ou outras finalidades, como os mais jovens

aprendem sobre essa planta, tudo isso para poder pensar em conjunto como conservar e valorizar o buriti e os conhecimentos tradicionais associados a ele.

O que se estudará?

Dependendo do interesse das pessoas ou das associações representantes da comunidade, outras perguntas poderão ser acrescentadas. Por enquanto, propomos estudar:

- I. A história da comunidade e como ela foi formada. A partir daí, verificar:
- II. Como o buriti fazia parte da vida das pessoas no início da ocupação do território, para que era utilizado, quais eram seus usos, por quem era utilizado, para quem servia, onde eram coletados e por quem eram coletados; quem transformava os produtos;
- III. Quais são as histórias sobre o buriti? Como o buriti faz parte das tradições orais (músicas, histórias, festas, etc.).

As mudanças recentes na região e situação atual. A partir daí verificar:

- I. Quais são os principais fatores de mudança nas práticas em relação ao manejo da terra, plantas e recursos?
- II. Quais os usos atuais do buriti na comunidade? Quais usos permanecem hoje e quais foram substituídos? No passado ou em outros lugares, se utilizava mais o buriti? Se sim, em razão de que?
- III. Houve mudanças, na forma como é feita a coleta e o beneficiamento do buriti? Houve mudanças na forma como se acessa o buriti? Quais são os objetos envolvidos nos preparos dos diferentes tipos de uso do buriti (tipiti, prensa, forno, peneiras...)? Quanto tempo, quais despesas envolvidas na coleta e processamento da planta? Qual a importância do buriti na dieta? O consumo é feito o ano todo ou somente em certos períodos?
- IV. O buriti faz parte das atividades sociais, culturais e econômicas atuais da comunidade?
- V. Como as pessoas, em particular os jovens, aprendem e pensam sobre o buriti?

A ecologia e o manejo do buriti. A partir daí, verificar:

- I. Qual o habitat favorito do buriti?
- II. Sua distribuição afeta a acessibilidade, frequência do uso ou grau de manejo?
- III. O buriti pode ser ou é cultivado? Como? Por sementes...
- IV. Quais os mecanismos de polinização e dispersão das populações nativas?
- V. Tanto as flores como os frutos do buriti são produzidos em certas estações ou ano inteiro?
- VI. Existe mais de um tipo de buriti?
- VII. O buriti floresce anual, bianual ou perenemente? Quando ocorre a floração?
- VIII. Quais animais utilizam o buriti? Aves, insetos, mamíferos, répteis...
- XIX. Os animais o utilizam como abrigo ou para se alimentar?

Da forma como se estudará?

Uma vez a pesquisa autorizada pelas famílias, pessoas ou associações representativas da comunidade através da assinatura deste termo de anuência prévia, será encaminhado um pedido de autorização no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O CGEN é um órgão deliberativo e normativo do Governo Federal, responsável por coordenar a implantação de políticas para a gestão do *patrimônio genético* e dos conhecimentos tradicionais associados. É formado por representantes de nove ministérios e mais dez instituições públicas de pesquisa e sua presidência fica a cargo do Ministério do Meio Ambiente.

O ICMBio é o órgão responsável pela administração das unidades de conservação federais, que são áreas de importante valor ecológico. O instituto também tem a função de executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação federais de uso sustentável. As suas outras missões institucionais são fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade.

Como a proposta do projeto envolve conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, neste caso, o conhecimento associado ao buriti, torna-se necessário o pedido de autorização no CGEN, como forma de garantia de que a pesquisa será utilizada somente para fins científicos, e os seus resultados utilizados para fins sociais e educativos.

Por outro lado, como projeto tem como área de influência uma reserva extrativista, uma unidade de conservação federal, torna-se necessário a autorização do ICMBio.

O material utilizado será cadernos de campo, gravador, máquina fotográfica ou filmadora. Serão realizadas entrevistas livres com os moradores que são reconhecidos pela comunidade pelo seu saber sobre a história do lugar e sobre as formas de uso e manejo do buriti.

Além das entrevistas e da participação do pesquisador nas atividades diárias das famílias, pretende-se, ao longo da estadia na comunidade, estimular e mobilizar as pessoas em atividades participativas como caminhadas e trilhas pela região de ocorrência dos buritis, oficinas de reflexão, entre outras.

O período de estudo

O trabalho para a coleta dos dados da pesquisa está previsto para acontecer entre os meses de junho a novembro de 2008. Durante este período serão realizadas viagens a cada mês para a comunidade com duração em média de 7 (sete) dias no local. Os meses de novembro de 2008 a fevereiro de 2009 serão dedicados ao tratamento final dos dados coletados, com previsão para a defesa da dissertação no final de fevereiro e início de março de 2009. Durante esse período, poderão ser realizadas mais viagens a campo se necessário.

Antes ou após a defesa na academia, pretende-se apresentar os resultados da pesquisa no local de estudo junto aos que dela participaram, discutindo possíveis contribuições que esta possa trazer para a comunidade.

O local de estudo

O universo da pesquisa vai ser o núcleo rural do município de São Domingos, na região do povoado São João Evangelista, porta de entrada para o Parque Estadual de Terra Ronca. O povoado está localizado no nordeste do Estado de Goiás, na microrregião do Vão do Paranã, aproximadamente 400 km de Brasília. A região possui atrativos turísticos ao abrigar um dos mais importantes conjuntos de cavernas da América do Sul, diversos rios de águas cristalinas, rica diversidade de plantas e animais e paisagens de grande beleza cênica.

Localizada em uma área ainda bem preservada do Cerrado de Goiás, a região conta com a presença de três unidades de conservação (UC's): Parque Estadual de Terra Ronca; Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Geral de Goiás e; Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca.

As pessoas envolvidas e seus representantes

O primeiro contato com a comunidade, durante visitas anteriores realizadas, permitiu fazer um levantamento geral das pessoas, famílias e das associações representativas da comunidade que serão convidadas a colaborar e a participar da pesquisa. A seguir são apresentados os nomes dos possíveis participantes da pesquisa: Sr. Gustavo e D. Dominga; Sr. Raimundo e D. Ana; José Mario, João e Joaquim; Sr. Silvério e D. Bertolina; Sr. Rubens e D. Laureci; Sr. Ramiro e D. Aparecida; Sr. Emílio; Sr. Dirceu; Sr. Sebastião; entre outros.

As associações locais, Associação dos extrativistas sustentáveis do Cerrado (AESC) e a Associação dos Guias Locais (AEMA), a Rede de Comercialização Solidária do Cerrado, bem como, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás (Semar), também serão convidadas na colaboração da pesquisa.

É importante destacar que a lista de nomes acima é uma sugestão e está em aberto. A comunidade local tem o direito de decidir a forma como será representada, se de forma

coletiva, individual ou ambas. Conforme o andamento da pesquisa, também é possível que mais pessoas possam ser adicionadas e outras possam sair.

Dos direitos e das responsabilidades de cada uma das partes

Como executor do projeto, fica claro que somente será realizada as entrevistas e os registros de gravação e fotografias, com o consentimento dos participantes, por meio da assinatura desse documento. É de responsabilidade do pesquisador fazer a organização das informações coletadas e retornar à comunidade o material preparado em linguagem acessível, para a confirmação das informações e discussão das possíveis contribuições dos resultados da pesquisa à comunidade.

Os recursos para a pesquisa

Para a realização do projeto, o pesquisador conta com uma bolsa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, com duração de dois anos, a partir do ingresso do aluno no curso de Mestrado. A bolsa será fornecida até fevereiro de 2009, após a apresentação dos resultados para uma banca de professores avaliadores da Instituição.

Dos resultados e de sua divulgação

Com este trabalho será possível entender quais são os elementos que influem sobre a conservação do buriti na região e os conhecimentos tradicionais associados.

A divulgação dos resultados respeitará a solicitação de confidencialidade dos dados se essa for solicitada por uma pessoa, uma família ou pela comunidade, ou a associação representante.

Os resultados serão divulgados:

- I. Na comunidade por meio de reuniões e outros meios impressos, cartilhas, pôsteres, ou outros suportes, se constatado a necessidade;
- II. Por meio de publicações científicas (artigos e dissertação), citando a comunidade envolvida na pesquisa, indicando que os conhecimentos pertencem à comunidade e que é vedado qualquer uso comercial das informações publicadas, salvo pelos detentores do conhecimento;
- III. O pesquisador se compromete a não publicar resultados que não estejam diretamente relacionados com os objetivos do estudo.
- IV. A comunidade e suas respectivas organizações deverão receber um exemplar de qualquer publicação oriunda deste projeto.
- V. Um relatório em linguagem acessível deverá também ser fornecido à comunidade após o término da pesquisa. Cópias das fotos deverão ser fornecidas para a comunidade sob uma

forma que permita seu uso e aproveitamento local.

Os dados coletados na pesquisa permanecerão acessíveis ao público no banco de dados - na forma impressa e virtual – do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).

Dos impactos sociais, culturais e ambientais da pesquisa

A realização da pesquisa não deverá trazer impactos negativos para a comunidade. Suas formas locais de organização no seu cotidiano serão respeitadas, tentando reduzir ao mínimo a interferência que pode representar a presença do pesquisador na comunidade durante um tempo.

Não haverá impactos ambientais, já que não haverá coleta de flora e fauna para nenhum tipo de análise científica.

Dados para contato

Nome do pesquisador: Mario Rique Fernandes
Matrícula: 07/39600
Identidade: 30.952.626-7
CPF: 298.645.138-18
E-mail: riquemario@yahoo.com.br
Endereço da Instituição de Ensino:
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Setor de Autarquias Sul – Quadra 5 – Bloco H, 2º andar – sala 200
CEP: 70070-914. Brasília/DF
Tel.: (61) 3321-5001/3322-2550
Fax: (61) 3322-8473
E-mail: unbcds@cds.unb.br
Endereço Eletrônico: [HTTP://www.unbcds.pro.br](http://www.unbcds.pro.br)

Pelo presente termo, atestamos que estamos cientes e que concordamos com a realização do estudo acima proposto e que foi garantido nosso direito de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, durante o processo de obtenção da anuência prévia.

ANEXO 2 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

I – Perfil pessoal

Gênero

Idade

História de vida (p ex. onde nasceu, onde cresceu, quanto tempo vivendo na região, etc.)

I - História da comunidade

História da comunidade e momentos de conagraçamento (festas, lutas, associação, etc.)

As relações com as cidades da região e o comércio

As mudanças recentes na região

II – Ambientes

Caracterização geral:

Nomes

Sub-ambientes

Caracterização

Solo

Relevo

Água

Espécies de plantas

Animais

III – Principais atividades econômicas

História e situação atual;

Consumo e renda;

Roça: variedades antigas;

Horta e pomar;

Criação de pequenos animais (galinhas, porcos e outros): raças antigas;

Criação de gado: raças antigas, espécies de capim e uso de pastagens plantadas e nativas;

Barro (adobe, tabatinga, telha, tijolo, panela): recursos naturais utilizados na construção de casa;

Madeira (construção, cerca, móveis, equipamentos rurais (engenhos, rodas de farinha, etc.);

Migração e trabalho fora (Brasília e outras regiões);

Água: escassez, seca e manejo;

Sinais de chuva;

Parcerias, uso e ocupação da terra (situação fundiária);

EXTRATIVISMO DO BURITI

I – Identificação

Como o informante reconhece o buriti? (ex. características morfológicas, ecológicas, etc.)

Há diferentes formas, espécies ou variedades locais? Como são reconhecidos? Variam em suas propriedades ou características (ex. produtividade, sabor, efeito medicinal, exigências de crescimento)?

II - Contexto da coleta

Quem coleta? (homem, mulher, criança)

III – Quando

O plantio e as atividades de coleta/extrativismo ocorrem certas horas do dia, ciclo lunar, ou estações?

A coleta/extrativismo limita o estágio de desenvolvimento da planta?

Quais são os indicadores biológicos e ecológicos utilizados para determinar o tempo de coleta, plantio, etc. ?

IV – Como

Que materiais ou implementos especiais são utilizados no plantio e na coleta da planta (ou partes da planta)?

Os frutos são coletados cortando a árvore, subindo na árvore ou eles são coletados no chão? E as demais partes utilizadas?

V – Onde

O buriti é coletado somente em um tipo de ambiente ecológico específico?

Quanto à questão fundiária, existe territorialidade? A coleta é feita em espaços de uso comum, particulares, ou outras formas de dominialidade?

VI – Armazenamento

O produto coletado (frutos, seiva, madeira, etc.) é ou pode ser armazenada antes do seu uso?

Como é feita a armazenagem (na água, seco, queima, etc.) e por quanto tempo?

TIPOS DE USO DO BURITI

Medicinal

Partes utilizadas;

Outros ingredientes (alguma mistura, solventes?)

Quantidade utilizada (medidas locais: litros, mãos, garrafas, etc.)

Métodos de processamento: esmagamento; pó; infusão quente; infusão fria; decocção;

extrato de álcool; pomada, creme, unguento

II - Armazenamento

O produto é comumente utilizado fresco, ou pode ser armazenado?

Variações: há recomendações de uso em circunstâncias específicas, tais como, a natureza do paciente ou indisposições?

III – Formas de aplicação ou uso

Interna: Oral (bebida ou comida)

Externa: mascar e salivar

Emplasto

Compressa

Fricção

Dosagem e posologia. Incluindo quantidade, frequência e duração do tratamento

IV – Terapias concomitantes

O tratamento é precedido, acompanhado ou seguido por outro tipo de tratamento, terapia ou ritual (banhos, dietas, massagens, invocações, preces, recitações ou outros rituais simbólicos)? Se sim, qual, por quanto tempo e por quê?

V - Aspectos etnomédicos e etnofarmacológicos

Nome ou termo da doença. Categoria local ou termo utilizado para descrever a doença e correspondente na literatura

Etimologia da doença. Explicação local da causa da doença ou sintoma

Sintomas tratados pela planta

Respostas da terapia. Tipos de reações (aumento da temperatura, náusea, vômitos, vertigem, etc.) O informante tem qualquer informação a respeito dos efeitos adversos, contra indicações (p.ex. não utilizar durante a gravidez) ou superdoses?

Supostas ações farmacológicas.

Alimentar

Modo de Preparação. Processo mecânico (esmagar, peneirar, cortar, etc.), físico (cozinhar, ferver, secar, etc.) e químico (fermentação);

Tempo que se leva em cada parte do processo;

Implementos especiais utilizados;

Termos locais utilizados para cada processo e produtos envolvidos.

Artesanal

Quem pratica (homens, mulheres, crianças); quando; por que; onde, para que.

Partes utilizadas;

Quantidade utilizada (cálculo bruto);

Métodos de processamento, materiais utilizados,

Técnicas;

Tipos de produto.

STATUS SOCIAL E CULTURAL

Fonte do conhecimento. Onde, como ou de quem, o informante aprendeu a usar a planta?

Porcentagem da comunidade envolvida na coleta dos produtos da planta e no seu uso?

Custos do uso. Trabalho, tempo e despesas envolvidas na coleta da planta;

Freqüência da coleta e do uso do recurso. A planta é ainda utilizada ou era utilizada somente no passado? Se não é utilizada, quando foi a última vez que usou e o que substituiu o produto?

Recursos alternativos disponíveis e critérios de seleção. O produto é prezado ou é utilizado somente como último recurso? Por quê?

Acessibilidade dos produtos utilizados (p.ex. distribuição espacial e temporal, direitos de uso ou de propriedade);

Papel econômico. Os produtos são utilizados para subsistência, como fonte de recurso financeiro, ou ambos?

Importância econômica. Qual a contribuição do recurso para a nutrição individual ou do grupo, saúde ou geração de renda? Qual a importância para a dieta? O consumo é feito o ano todo ou somente em certos períodos? Se somente for a certos períodos, quando e por quê? Como são comumente utilizados os materiais? Se forem prezados, por quê?

STATUS ECOLOGICO E DE MANEJO

Status de manejo

Com qual intensidade a planta é manejada? De maneira bruta, qual a quantidade de material extraído ou produtos coletados? Há percepção sobre o impacto do extrativismo sobre a população natural da planta? O recurso é percebido como mais ou menos abundante do que no passado? A coleta dos produtos da planta cresceu (ou decresceu) nos últimos anos, e se houve mudança, em razão de quê?

Distribuição

Qual o habitat favorito do buriti?

O buriti é largamente distribuído ou raro?

Sua distribuição afeta a acessibilidade, freqüência do uso ou grau de manejo?

Biologia reprodutiva e propagação

O buriti pode ser ou é cultivado? Como? Por sementes...

Quais os mecanismos de polinização e dispersão das populações nativas?

As árvores são monóicas (flores masculinas e femininas nasce, no mesmo individuo) ou dióicas (flores masculinas e femininas em indivíduos diferentes)?

Fenologia

Tanto as flores como os frutos do buriti são produzidos em certas estações ou ano inteiro?

Existem diferenças a nível individual e de população?

O buriti floresce anual, bianual ou perenemente? Quando ocorre a floração?

Associação plantas-animais

Quais animais utilizam o buriti? Aves, insetos, mamíferos, répteis...

Os animais o utilizam como abrigo ou para se alimentar?

Há associações mitológicas ou simbólicas entre animais e o buriti?

(ANEXO 3) AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 14275-2	Data da Emissão: 09/06/2008 15:53	Data de Validade: 09/06/2009
Dados do titular		
Registro no Ibama: 2235509	Nome: Mario Rique Fernandes	CPF: 298.645.138-18
Título do Projeto: Conhecimentos etnoecológicos sobre o uso e manejo do buriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L.) em uma comunidade rural no município de São Domingos - GO		
Nome da Instituição : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		CNPJ: 00.038.174/0001-43

Observações, ressalvas e condicionantes

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passa da, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização não exige o titular e a sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade.
3	Esta autorização não poderá ser utilizada para fins comerciais, industriais, esportivos ou para realização de atividades inerentes ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico.
6	Em caso de pesquisa em Unidade de Conservação Federal, o pesquisador titular deverá contactar a administração dessa unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.
7	As atividades contempladas nesta autorização NÃO abrangem espécies brasileiras constantes de listas oficiais (de abrangência nacional, estadual ou municipal) de espécies ameaçadas de extinção, sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração.

Outras ressalvas

1	Os resultados deverão ser apresentados aos comunitários em reunião a ser previamente agendada com os gestores da reserva.
---	---

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	SAO DOMINGOS	GO	RESERVA EXTRATIVISTA TERRA RONCA	UC Federal

Atividades X Táxons

#	Atividade	Táxons
1	Observação e gravação de imagem ou som	Mauritia flexuosa

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa Ibama nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Ibama/Sisbio na internet (www.ibama.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 67692773



Página 1/2

(ANEXO 3) AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 14275-2	Data da Emissão: 09/06/2008 15:53	Data de Validade: 09/06/2009
Dados do titular		
Registro no Ibama: 2235509	Nome: Mario Rique Fernandes	CPF: 298.645.138-18
Título do Projeto: Conhecimentos etnoecológicos sobre o uso e manejo do buriti (Mauritia flexuosa L.) em uma comunidade rural no município de São Domingos - GO		
Nome da Instituição : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		CNPJ: 00.038.174/0001-43

Observações, ressalvas e condicionantes

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passa da, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização não exime o titular e a sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade.
3	Esta autorização não poderá ser utilizada para fins comerciais, industriais, esportivos ou para realização de atividades inerentes ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico.
6	Em caso de pesquisa em Unidade de Conservação Federal, o pesquisador titular deverá contactar a administração dessa unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.
7	As atividades contempladas nesta autorização NÃO abrangem espécies brasileiras constantes de listas oficiais (de abrangência nacional, estadual ou municipal) de espécies ameaçadas de extinção, sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração.

Outras ressalvas

1	Os resultados deverão ser apresentados aos comunitários em reunião a ser previamente agendada com os gestores da reserva.
---	---

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	SAO DOMINGOS	GO	RESERVA EXTRATIVISTA TERRA RONCA	UC Federal

Atividades X Táxons

#	Atividade	Táxons
1	Observação e gravação de imagem ou som	Mauritia flexuosa

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa Ibama nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Ibama/Sisbio na internet (www.ibama.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 67692773



Página 1/2